

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LÍNGUA
PORTUGUESA**

CLAUDIO NOEL DE TONI JUNIOR (PAOLA DE TONI)

**LUTAS DISCURSIVAS EM TORNO DO CORPO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
SUBJETIVIDADE TRANSEXUAL**

Araraquara, SP

2024

CLAUDIO NOEL DE TONI JUNIOR (PAOLA DE TONI)

**LUTAS DISCURSIVAS EM TORNO DO CORPO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
SUBJETIVIDADE TRANSEXUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” da Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara-SP, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Araraquara, SP

2024

T6651	<p>Toni Junior, Claudio Noel de (Paola de Toni) Lutas discursivas em torno do corpo : a construção social da subjetividade transexual / Claudio Noel de (Paola de Toni) Toni Junior. -- Araraquara, 2024 235 p. : il., tabs., fotos</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin</p> <p>1. Transexualidade. 2. Gênero e Sexualidade. 3. Discurso da mídia. 4. Discurso médico. 5. Discurso jurídico. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

O impacto social desta pesquisa se alicerça nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-17), no qual o Objetivo 5 (ODS-5) visa a redução das desigualdades de gênero, contra todas as formas de violência física ou psicológica e pelo empoderamento de mulheres e meninas até o ano de 2030, assim o potencial científico-metodológico é reforçado pela necessidade social, a nível global, de desenvolver sociedades mais sustentáveis e igualitárias.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The social impact of this research is based on the Sustainable Development Goals (SDG-17), in which Goal 5 (SDG-5) aims to reduce gender inequalities, against all forms of physical or psychological violence and by empowering women and girls by the year 2030, thus the scientific-methodological potential is reinforced by the social need, at a global level, to develop more sustainable and egalitarian societies.

CLAUDIO NOEL DE TONI JUNIOR (PAOLA DE TONI)

**LUTAS DISCURSIVAS EM TORNO DO CORPO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
SUBJETIVIDADE TRANSEXUAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), no Programa de Pós-Graduação Linguística e Língua Portuguesa, Araraquara, para obtenção do Grau Acadêmico de Mestre.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Data da Defesa: 13 de maio de 2024.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara)**
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Baracuhy Leite: **Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**
Avaliadora Externa

Prof.^a Dr.^a Denise Gabriel Witzel: **Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)**
Avaliadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Faculdade de Ciências e Letras por estar sempre adiante no que tange a conquista de direitos humanos, como a inclusão em seu processo de seleção para pessoas em situação de vulnerabilidade, são exemplos como este que podemos mudar todo um país e o mundo, se cada um fizer sua parte.

Agradecimento especial a professora Dra. Maria do Rosário que pela dedicação, me ensinou ler Michel Foucault, com paciência e sabedoria das pessoas nobres em ensinar a arte de educar. Meus colegas do grupo de pesquisa em Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), pelas nossas conversas de momentos bons e alguns não tão bons, pelo ingresso ainda na pandemia da Covid-19, que impediu vários momentos presenciais que poderíamos ter participado, mas que a vida é vivida hoje e desejo sucesso a todos, aos que tive o prazer de conhecer pessoalmente e aos que ainda não, mas há vida, porque o tempo continua para outras atividades. Agradeço à todos os entrevistados e entrevistadas que dedicaram um tempo de seu trabalho para poder contribuir com a pesquisa de maneira construtiva e pelos laços de cordialidade a todas as instituições as quais pertencem.

Agradeço pela oportunidade em já ter estudado na Faculdade de Ciências e Letras e ter voltado em um programa de Linguística e Língua Portuguesa, onde seus docentes são multiprofissionais e me ensinaram ser sempre uma pessoa melhor, a Coordenação e a Direção da Faculdade, além de toda a comunidade unespiana, pelos cursos e oportunidades disponibilizados, sempre enriquecedoras ao currículo do pós graduando e sempre a cada dia que passa melhor em atender as demandas dos alunos.

Agradeço toda minha família, em especial minha mãe Maria Creusa, minha avó que já não está mais entre nós, Palmyra Delsin Ruviero, pelos momentos vividos, pelos amigos (as, es) que fiz e que ainda irei fazer no restante da vida pelo dilema de que devemos viver sempre um dia de cada vez. Agradeço à amiga Beatriz Almeida, da UNEB-BA, por me ajudar na formatação do trabalho, nos momentos que mais precisei, sempre com um sorriso no rosto.

Também a meu amigo verdadeiro Mugui, sempre carinhoso e dormindo em minha cama, meu lindo cachorro, que só me traz alegrias, fosse bom que os homens fossem iguais aos animais, o mundo seria mais humano e simples.

“O amor é um conflito entre nossos reflexos e nossas reflexões”.

(Magnus Hirschfeld)

RESUMO

A partir da arqueogenealogia de Michel Foucault e de autores contemporâneos que percorrem a História através da Análise do Discurso, a pesquisa aborda a compreensão da evolução social das questões de sexo e gênero, a partir da análise das narrativas de Herculine Barbin e Brigitte Lambert, duas pessoas intersexos-hermafroditas às quais foi negado o direito da escolha do gênero. Elas viveram uma época em que pouco se conhecia de nomenclaturas de sexo e gênero, momento em que todos os que não se adequavam à lógica binária e cisgênera, eram submetidos (as) ao mesmo padrão higienista da imposição e da interdição. O Brasil, a partir de 1997, possui autorização para a realização de cirurgias de transexualização, inicialmente em caráter experimental apenas em transexuais mulheres. Com isto, nos anos 2000, surge na mídia, um repertório de discursos que mostram as pessoas trans no seu cotidiano, ampliado, ainda, com a ampliação na web dos discursos em redes nos quais as pessoas trans podem fazer seus próprios diários para milhares de seguidores como no *YouTube*. Esta pesquisa mescla a opinião de vários especialistas que dialogam sobre suas opiniões em questionário pré determinado, sendo os entrevistados das áreas médica, jurídica, linguística e da mídia. Além das entrevistas, eles são referenciados como pesquisadores, já que contribuíram com a temática trans para a redução de desigualdades. Assim, nosso objetivo geral é analisar, por meio dos estudos foucaultianos, a subjetividade de mulheres transexuais no âmbito do discurso médico, jurídico e da mídia por meio de entrevista estruturada. Os objetivos específicos estão voltados para a investigação desses dispositivos do saber-poder, analisando como eram no passado, como são hoje com as mudanças histórias e o que esperar da representação do corpo trans no futuro, a partir das linhas de força do que estamos construindo hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault; Discurso; Corpo Transexual; Subjetividades.

ABSTRACT

Based on Michel Foucault's archaeogenealogy and contemporary authors who explore History through Discourse Analysis, the research addresses the understanding of the social evolution of sex and gender issues, based on the analysis of the narratives of Herculine Barbin and Brigitte Lambert, two intersex-hermaphrodite people who were denied the right to choose their gender. They lived in a time when little was known about the nomenclature of sex and gender, a time when everyone who did not conform to the binary and cisgender logic was subjected to the same hygienist standard of imposition and prohibition. Since 1997, Brazil has been authorized to perform transsexualization surgeries, initially on an experimental basis only on transsexual women. As a result, in the 2000s, a repertoire of discourses appeared in the media that showed trans people in their daily lives, further expanded with the expansion on the web of networked discourses in which trans people could make their own diaries for thousands of people. followers like on YouTube. This research combines the opinion of several experts who discuss their opinions in a pre-determined questionnaire, with interviewees from the medical, legal, linguistic and media fields. In addition to the interviews, they are referred to as researchers, as they contributed to trans issues to reduce inequalities. Thus, our general objective is to analyze, through Foucauldian studies, the subjectivity of transsexual women within the scope of medical, legal and media discourse through structured interviews. The specific objectives are focused on investigating these knowledge-power devices, analyzing what they were like in the past, what they are like today with historical changes and what to expect from the representation of the trans body in the future, based on the lines of force of what we are building today.

KEYWORDS: Foucault; Discourse; Transsexual Body; Subjectivities.

RÉSUMÉ

S'appuyant sur l'archéogénéalogie de Michel Foucault et sur des auteurs contemporains qui explorent l'Histoire à travers l'analyse du discours, la recherche aborde la compréhension de l'évolution sociale des questions de sexe et de genre, à partir de l'analyse des récits d'Herculine Barbin et de Brigitte Lambert, deux personnes intersexes-hermaphrodites qui se sont vu refuser le droit de choisir leur sexe. Ils vivaient à une époque où l'on savait peu de choses sur la nomenclature du sexe et du genre, une époque où tous ceux qui ne se conformaient pas à la logique binaire et cisgenre étaient soumis aux mêmes normes hygiénistes d'imposition et d'interdiction. Depuis 1997, le Brésil est autorisé à pratiquer des opérations de transsexualisation, initialement à titre expérimental, uniquement sur des femmes transsexuelles. En conséquence, dans les années 2000, est apparu dans les médias un répertoire de discours montrant les personnes trans dans leur vie quotidienne, encore élargi avec l'expansion sur le Web de discours en réseau dans lesquels les personnes trans pouvaient créer leur propre journal pour des milliers de personnes. Les abonnés aiment sur YouTube. Cette recherche combine l'opinion de plusieurs experts qui discutent de leurs opinions dans un questionnaire prédéterminé, avec des interviewés issus des domaines médical, juridique, linguistique et médiatique. En plus des entretiens, ils sont qualifiés de chercheurs, car ils ont contribué aux problématiques trans pour réduire les inégalités. Ainsi, notre objectif général est d'analyser, à travers les études foucaaldiennes, la subjectivité des femmes transsexuelles dans le cadre des discours médicaux, juridiques et médiatiques au travers d'entretiens structurés. Les objectifs spécifiques sont axés sur l'étude de ces dispositifs de pouvoir de connaissance, en analysant ce qu'ils étaient dans le passé, ce qu'ils sont aujourd'hui avec les changements historiques et ce qu'il faut attendre de la représentation du corps trans dans le futur, sur la base des lignes de force de ce que nous construisons aujourd'hui.

MOTS CLÉS: Foucault; Discours; Corps transsexuel; Subjectivités.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Entrevista com pessoas com a intenção de conscientizar as pessoas a denunciar agressores sobre a violência contra mulheres.....	13
FIGURA 2 – Escolha do Gênero.....	26
FIGURA 3 – O Corpo Vitoriano.....	29
FIGURA 4 – Aparência e Resistência.....	54
FIGURA 5 – Luiz Paulo Barbosa.....	68
FIGURA 6 – Giancarlo Spizzirri.....	74
FIGURA 7 – A coragem da verdade da livre decisão de um sujeito trans.....	91
FIGURA 8 – Discurso de extrema direita.....	100
FIGURA 9 – Escolas sem partido.....	102
FIGURA 10 – Resistência de educadores.....	103
FIGURA 11 – Trans-resistência.....	108
FIGURA 12 – Erika Hilton.....	109
FIGURA 13 – Canal das Manas, Canal 247.....	115
FIGURA 14 – Mídias e políticas sociais de gênero.....	116
FIGURA 15 – Pintura Mãe-Preta de autoria de Lucílio de Albuquerque, 1912.....	118
FIGURA 16 – Trans nas redes.....	122
FIGURA 17 – Site de relacionamento My Transgender Cupid.....	123
FIGURA 18 – Audiovisual GEADA.....	125
FIGURA 19 – Movimento social da Marcha das Vadias.....	126
FIGURA 20 – Mulheres Trans que fizeram História e seu legado.....	152

LISTA DE QUADROS

QUADRO A – Dados gerais das pessoas Entrevistadas.....	21
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Área de atuação.....	22
GRÁFICO 2 – Forma de entrevista.....	22
GRÁFICO 3 – Atuação em destaque.....	23

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - Análise do Discurso

ADO - Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA - Associação Americana de Psiquiatria

CANAL DE TV 247 - Mídia audiovisual brasileira

CID - Código internacional de Doenças

CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DRT - Personagem médico da obra “O Diário de um Hermafrodita”

FAU- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

LABEDISCO - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

PROSEX DO HC DA USP - Programa de Estudos em Sexualidade do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo

PROTIG DO HC DA UFRGS - Programa de Identidade de Gênero do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LSD - Dietilamina do ácido lisérgico

ODS - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

GEADA - Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PT - Partido dos Trabalhadores

SNC - Sistema Nervoso Central

UCLA - Universidade da Califórnia

SR MONSENHOR DE B - Personagem da obra de “O Diário de um Hermafrodita com lugar não especificado no discurso onde o autor projeta a primeira letra de um pretense local”

SRA L - Personagem da obra “O Diário de um Hermafrodita”

STF - Supremo Tribunal Federal

TCLE - Termo de Livre Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
2. A EMERGÊNCIA DE CORPOS TRANSEXUAIS NO DISPOSITIVO DO DISCURSO MÉDICO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA PARA SABER O QUE O CORPO PEDE NO PRESENTE.....	26
3. QUEM SOMOS NÓS HOJE? CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO CORPO TRANS NO DISCURSO MÉDICO E PSICANALÍTICO.....	54
3.1 PRECURSORES DA DIFERENCIAÇÃO DE SEXO E GÊNERO (ATÉ A DÉCADA DE 1980).....	54
3.2 AS NOVAS MANEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO DO GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIAL.....	67
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS FORMAS DE ACOLHIMENTO DA PESSOA TRANSGÊNERA.....	79
4. LEGALIDADE DO DIREITO COMO BUSCA PELA DIGNIDADE HUMANA NO CORPO TRANSEXUAL.....	91
4.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS.....	99
5. BIOPOLÍTICA E BIOPODER: MÍDIA E AS FORÇAS DE RESSIGNIFICAÇÃO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO TRANS	116
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	154
REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS.....	163
REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS.....	166
ANEXO A – Questionário aos entrevistados.....	167

ANEXO B – Respostas dos entrevistados.....	170
---	------------

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DA PESQUISA

O tema da transexualidade está elencado em nível internacional por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que tange a igualdade de gênero. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Cúpula das Nações Unidas em 2015, através da Agenda 30, delimitou 17 objetivos essenciais para que uma nação seja considerada sustentável. Os objetivos versam sobre saúde, educação, renda, meio ambiente, igualdade e justiça social, sendo que, quanto maiores forem os compromissos com a satisfação dos objetivos, maior será sustentável o país em termos de indicadores socioambientais, maior será, portanto, a qualidade de vida de seus nacionais.

Os objetivos assinados como compromisso na Cúpula da ONU, ratificado por 194 países, estão subdivididos em metas interconectadas com esses objetivos. O tema da transexualidade faz parte do Objetivo ODS 5 - Igualdade de Gênero, que possui como missão o empoderamento de todas as mulheres e meninas sem distinção de superioridade com outros gêneros, ou seja, que as identidades masculinas e femininas não possuam hierarquia ou supremacia de ser uma maior que a outra. Desta forma, propõe esforços para que uma nação trate as pessoas independente de seu gênero ou identidade sexual, proporcionando-lhes iguais condições no mercado de trabalho, sem distinção de salário para pessoas que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes (ONU, 2022). Conforme Figura 1, em nota de rodapé, ressalta-se a importância de controle a violação de direitos humanos de mulheres, através de vídeos selecionados do *YouTube* sobre transexualidade e direitos humanos¹

Conforme a figura 1 do *QRCode*, o Instituto Avon criou a audiovisualidade a fim de conscientizar as pessoas sobre o problema da violência contra mulheres. O audiovisual realça o que entendemos por desenvolvimento sustentável, mostrando que está ligado a fatores múltiplos do bem-estar, que englobam aspectos socioambientais, dentre eles a segurança pública e o direito da mulher ter respeito e dignidade em ir e vir pelas ruas das cidades, no seu

¹ **FIGURA 1:** *QRCode*: Entrevista com pessoas com a intenção de conscientizar as pessoas a denunciar agressores sobre a violência contra mulheres.



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKHKbuQIRHk>. Acesso em: 12. Jul. 2022.

trabalho, na vida íntima. Trata-se de uma discursividade feminina que promove a resiliência, na luta contra a opressão por mais engajamento pelo direito a não discriminação, também alicerçado na ODS-5.

Com esses objetivos, houve a criação de políticas públicas de movimentos sociais interligados a um *modus operandi* de defender a comunidade trans com itens que abrangem: a erradicação de violência contra mulheres e meninas, contra qualquer gênero que se identifique como feminino, como as transexuais, coibindo por meio da justiça, igualdade e toda forma de violência física ou verbal, além de campanhas educativas para conscientização da sociedade, pois estas medidas são consideradas importantes na qualidade de vida e bem estar socioambiental e sustentável.

A discussão sobre transexualidade deve ser incluída nos diversos segmentos da sociedade e a Educação é um dos dispositivos mais importantes para o crescimento da dignidade humana destas pessoas, por isso a discursividade das ODSs se junta em diversos contextos com o objetivo 5- Igualdade de Gênero e sua correlação com outros objetivos exemplificados a seguir:

ODS-8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico, cuja diretriz é o crescimento econômico, ou seja, a renda auferida pela sociedade e por grupos individuais devem ter como premissas a igualdade de oportunidades, o repúdio ao preconceito por condição de gênero, que os postos de trabalhos exercidos por homens e mulheres independentemente de ser uma pessoa transexual ou não, possa ser equitativo, em ambiente salubre, com respeito e educação, garantindo a capacidade adquirida pela pessoa trans ao longo de sua carreira educacional e profissional de forma igual a qualquer outra pessoa.

ODS-10- Redução das Desigualdades que versa como objetivo a redução das desigualdades entre os países dentro de cada nação, onde se possa fazer análise tanto qualitativa como quantitativa do apoio aos diversos indicadores socioambientais, que as pessoas possam ser livres, que possam ter felicidade e bem-estar no aspecto econômico, social, ambiental e em justiça social independentemente de raça ou condição de gênero. Que a concentração de renda entre as nações e no interior delas reduza, proporcionando maiores oportunidades a todos, distribuindo a riqueza ao longo dos anos, para que se tenha uma sociedade mais justa e independente.

ODS-11- Cidades e Comunidades Sustentáveis- As pessoas no interior do lugar em que vivem, residem antes de tudo, é nas cidades, e quanto maiores foram as oportunidades de

crescimento sustentável das cidades em cada nação, como elementos de inclusão, resiliência, tecnologia , juntamente com assentamentos que gerem segurança e onde estes requisitos estejam presentes teremos o que se pode denominar de Cidades Inteligentes (CI), a questão de gênero, torna-se fundamental pois quanto menor as discrepâncias entre as pessoas por meio do acesso a tecnologias e acessibilidade a todos, maior será a qualidade de vida, a renda, a longevidade, o trabalho realizado com dignidade, respeito e acolhimento entre todos sem distinção.

ODS-16. Paz e Justiça e Instituições eficazes, que retrata como objetivo entre as 194 nações, que haja cada vez mais a pacificação entre as sociedades, que sejam inclusivas em termos de raça, que possam conviver juntas sem distinção e preconceito objetivo e subjetivo, que brancos, negros, índios, transexuais, orientais possam conviver com harmonia, respeitando a dignidade humana de cada um, sendo cada pessoa uma engrenagem que forma uma sociedade e que todos são importantes em sua construção, conforme o *Relatório* de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (ONU, 2022).

ODS-17- Promover parcerias e meios de implementação representa como as nações, seus estados e suas cidades irão implementar os objetivos sustentáveis, dando ênfase a cooperação entre os países, que se possam realizar parcerias, que práticas positivas em determinado segmento em um país possa servir de exemplo para implementação em outro, que as instituições estejam propensas a implementar programas de eliminação a barreiras de exclusão em relação ao gênero como condição de reduzir as diferenças de qualidade de vida e bem -estar.

Com o passar dos anos, difundiram-se normas e com estas surge a vontade da realização de cirurgias de transexualização para mudanças de corpos cada uma segundo a legislação de cada país, sendo os Estados Unidos, a partir da década de 1950, os precursores destes procedimentos.

Escrever sobre o corpo transexual e retratar suas nuances não deve ter o mero objetivo de decidir o que é verdadeiro ou falso, decidir e impor o que é uma pessoa transexual e outra travesti, ou qualquer sujeito da comunidade LGBTQIA+.

Os sujeitos e os corpos estão interligados e não há separação em uma linha tênue que os situe em um único lugar. O que se deve buscar e é a construção de um país mais digno e que possa defender a vida das pessoas trans, pelo fato de serem mortas pela visibilidade de seus corpos, sendo que a expectativa de vida não passa dos 35 anos e poucas conseguem concluir o

Ensino Fundamental, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além da observação de pesquisadores e comentaristas que abordam o conceito Trans, sejam médicos, professores universitários, pesquisadores e profissionais liberais da mídia.

1.2 PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS DA PESQUISA

O projeto que resultou no trabalho final desta Dissertação foi submetido ao Comitê de Ética da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Número do Parecer: 5.853.161. CAAE: 65231922.6.0000.5400. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara. Além disto, buscou-se levantar uma pesquisa junto a uma bibliografia que aborda os discursos sobre o corpo trans no que tange à saúde, ao direito e à mídia. Com relação ao Direito, a realidade que se vive no Brasil é a de haver normas e recomendações de tribunais superiores, porém sem lei específica, sendo melhor tê-los do que a ausência ou a espera de um legislativo inerte a suas funções de preservação a vida de todos independente de sua representatividade.

Tendo como pressupostos teórico-metodológicos as formulações do campo da Análise de Discurso centrada na obra de Michel Foucault, atualmente denominado como “Estudos Discursivos Foucaultianos”, esta pesquisa visa analisar a construção discursiva, histórico e social do corpo transexual no contexto brasileiro.

O objetivo geral é analisar a subjetividade trans a partir de depoimentos de pesquisadores obtidos por meio de entrevistas e, ainda, as falas de sujeitos transexuais publicados nas mídias (tanto nas impressas quanto nas digitais), assim como textos jurídicos e médicos que tratam da transição de gênero e suas implicações para o corpo transexual. Quanto aos **objetivos específicos**, podem ser apontados os seguintes: a) Estudar o contexto histórico-social da luta do transgênero, afinando a discussão no Brasil nas questões médico-jurídicas ; b) Verificar em que momento emergiram discussões com preocupação ética sobre o lugar do transexual feminino na sociedade brasileira na luta e conquista de direitos sociais; c) Averiguar o desenvolvimento de políticas públicas e de movimentos sociais junto a mídia para esse grupo social por meio das entrevistas para a redução das desigualdades de gênero no Brasil. .

Acrescenta-se, ainda, a importância de investigar o papel das novas mídias na busca da disseminação do conhecimento e das diversas formas de discursos da informação, como vídeos do *YouTube*, relatos em referências que foram trabalhos de pesquisa e que se transformaram em

livros acadêmicos que contam a História de vida destas pessoas em suas nuances e especificidades de cada pesquisador, seja ele entrevistado pelo autor ou citado como referencial teórico em que se dialogam. Assim, nossa pesquisa está centrada nas discursividades, tendo em conta o que afirmou Foucault (2013):

Discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível e polêmicos e estratégicos em outro. (Foucault, 2013, p. 09)

Elucida Gregolin (2020) que o enunciado é um campo que determina a insurgência de seu aparecimento no campo discursivo a qual se propõe. No caso da transexualidade, a ausência de atenção devido a postura política-ideológica que governou o Brasil de 2018-22, provocou o sentimento de indiferença e o apagamento das vidas consideradas abjetas e produziu falas distópicas na campanha eleitoral de 2022. A partir de 2023, com um governo progressista, ampliam-se as esperanças de reversão nesse quadro social com políticas públicas que fortaleçam todos os gêneros, incluindo-se os transgêneros. Esta dissertação visa fazer parte desse esforço de transformação política.

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa está baseada na proposta *arqueogenealógica*, para a qual a arqueologia é o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia é a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados, conforme estabelece a Análise de Discurso foucaultiana. Essa metodologia está centrada em conceitos operatórios desenvolvidos por Michel Foucault para a análise de discursos, sendo os mais proeminentes os de enunciado, formação discursiva, ordem do discurso, processos de subjetivação e construções identitárias.

A genealogia é a tática que ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. A genealogia se firma na descrição efetuada pela pesquisa arqueológica, adicionando o questionamento sobre as implicações do poder, de seus mecanismos, táticas e estratégias, na articulação com os saberes.

A genealogia não se configura como uma ruptura, nem uma oposição à arqueologia, mas como um movimento de complementaridade metodológica, ou melhor, a genealogia tem papel suplementar; trabalha não para superar as questões que vinham sendo anteriormente

delineadas, mas a seu favor; o que ocorre é uma alteração do foco direcionado ao presente e para certos objetos, tomando a relação saber/poder e com inserção de práticas não discursivas.

Nosso *corpus* de análise foi composto por meio da seleção de textos de diferentes naturezas que trazem depoimentos de sujeitos transexuais: a) textos publicados nas mídias (tanto nas impressas quanto nas digitais); b) textos jurídicos e médicos que tratam da transição de gênero e suas implicações para o corpo transexual; c) depoimentos colhidos por meio de entrevistas com pesquisadores do assunto.

A pesquisa possui natureza mista, sendo descritiva e qualitativa por meio de entrevistas, sendo assim, nosso estudo aqui apresentado se dará pela análise de discursos historiográficos e da atualidade tendo Michel Foucault e contemporâneos como referências principais, além de compreender elementos precedentes de questões de sexo e gênero na abordagem psicanalista de Robert Stoller, Money e da psicanálise em Freud e Lacan no início do século XX como precursores da análise empírica da pesquisa. A obra desses precursores é ampliada pela acolhida de autores que os sucederam no tema da mulher transexual, pela análise bibliográfica de literatura nacional e estrangeira acerca das discussões que norteiam o problema do corpo transgênero e em entrevistas com pesquisadores contemporâneos.

As entrevistas trazem para este estudo vozes de especialistas: professores, pesquisadores, médicos, profissionais liberais, escritores que possuem experiência na análise destes fenômenos de natureza científica e que são especialistas na temática.

A escolha destes pesquisadores se deu nas próprias referências escolhidas pelo autor, com convites realizados por e-mail. Após a aceitação, explicou-se a temática da pesquisa e foi dada a opção de realizá-la em forma de Roteiro-Questionário por *E-mail* ou de forma remota através das ferramentas de suporte como o *Google Meet*, *Teams*, *Zoom*. Tomamos o cuidado de dar ciência aos entrevistados sobre a publicação de suas falas na pesquisa.

As ferramentas tecnológicas foram importantes já que as entrevistas foram colhidas durante a pandemia de COVID-19. Todas as entrevistas foram realizadas de forma não presencial, seja por Email ou via remota mediante Questionário pré-estabelecido como um roteiro para o Entrevistado. Todas elas e a transcrição de seus conteúdos foram devidamente autorizadas e esclarecidas ao Entrevistado por meio do Termo de Livre Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Por serem na maioria dos casos professores, a opção deste pesquisador para dar maior autonomia ao Entrevistado foi que ele próprio fizesse a gravação e encaminhasse uma cópia

para o autor, pois em alguns sistemas remotos o professor tinha maior alcance nas ferramentas de gravação do que o aluna-mestranda. Isto se deveu ao fato de que alguns aplicativos remotos após o pico da pandemia terem sido retirados dos alunos na opção de gravação nos sistemas institucionais.

Tanto o roteiro-questionário quanto as respostas que compõem o *corpus* da pesquisa encontram-se nos Anexos A e B desta Dissertação. Em muitos casos (e isto é promissor) o convidado(a) é um pesquisador que foi citado em uma das obras como referencial bibliográfico e sua fala na entrevista complementa assuntos correlacionados e novos acontecimentos sobre o tema em espaços diferentes do que escreveu o livro/artigo científico. Além disso, as perguntas não estão nas obras citadas. O condão das entrevistas é complementar ao referencial bibliográfico, em alguns casos do próprio Entrevistado citado na Dissertação ou de outros pesquisadores *experts* no tema.

Vale ressaltar que, as entrevistas foram realizadas no anos de 2023 e 2024, contendo o respectivo ano em Anexos com a expressão que permite ao leitor saber se o que está dito foi proveniente da entrevista ou de obras do autor Entrevistado.

Dentre todos os Entrevistados, tem-se especialistas cujos trabalhos acadêmicos foram mencionados como artigos, dissertações, livros, além de audiovisuais de obras específicas como é o caso da pesquisadora Sara Wagner York, cuja fala no canal televisivo 247 é ressaltada, além de trazer sua voz em obras de natureza acadêmica em que é autora e na Entrevistada concedida.

Em outros casos, como no do Dr. Luiz Paulo Barbosa, foi destacada a sua entrevista pois não se dedica ao magistério ou a pesquisa, porém nutre conhecimentos do corpo trans mulher pela prática cirúrgica.

Nas entrevistas de cunho jurídico, tanto o Entrevistado 1 quanto o Entrevistado 9, além de exercerem a função de militante em direitos humanos na questão da transexualização, também exercem atividades acadêmicas. O Entrevistado 7, mostra sua colaboração no aspecto da mídia, sem a citação de obras pois trata-se de um profissional que está começando sua caminhada no meio acadêmico, porém contribuiu de forma ímpar para nossas reflexões em suas respostas à entrevista.

O Entrevistado 7 é citado tanto nas entrevistas que concedeu à Tv Cultura no programa Roda Vida, como nas pesquisas junto ao ambulatório do Programa de Estudos da Transexualidade (PROSEX), da Universidade de São Paulo, além de obras e pesquisas do autor.

Jorge Leite Junior, Paulo Roberto Ceccarelli e Larissa Maués Pelúcio contribuíram com referencial bibliográfico além das entrevistas em ramos que se entrelaçam como a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia na questão do gênero e da sexualidade.

Das doze entrevistas com as mesmas perguntas para os entrevistados, dez optaram pela entrevista remota e dois pelo uso de questionário enviado por *e-mail*. Nas entrevistas remotas, foi feito Relatório das impressões do autor sobre o que ouviu e para não ter qualquer erro de entendimento, optamos em devolver a escrita sob forma de *Relatório* para que o entrevistado tivesse maior liberdade em ver a compreensão do autor sobre as questões, se estavam de acordo ou se, por qualquer desvio de entendimento tenhamos nos equivocado.

Disto, duas pessoas pediram para mudar questões pontuais, a quais foram realizadas e devolvidas ao entrevistado(a) até que se obtivesse a autorização do que foi dito e o *Relatório* elaborado, logo as entrevistas foram dialogadas e não transcritas de forma integral sendo esta maneira de forma etnográfica que contempla as diversas áreas do conhecimento.

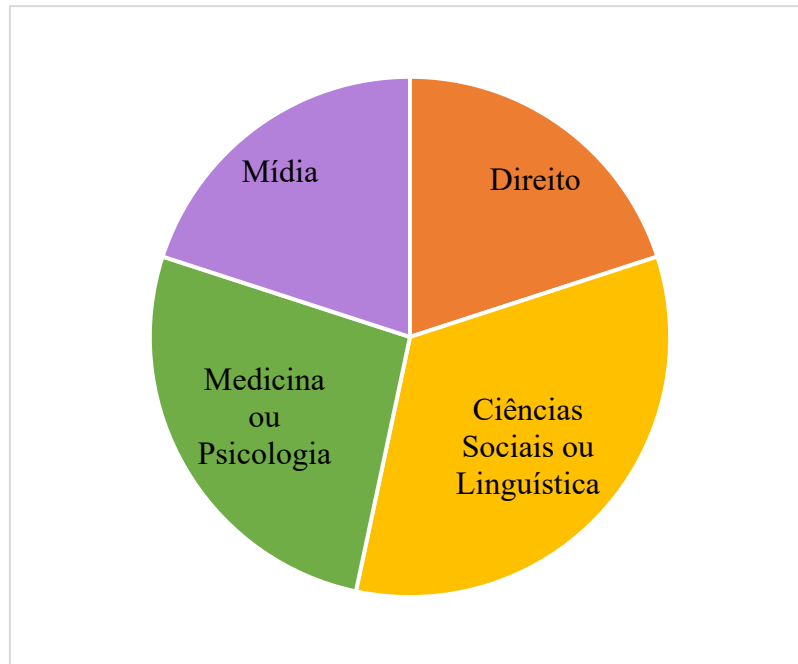
Após a aprovação do entrevistado do *Relatório*, foram extraídos em cada tópico o dispositivo que gerou maior conhecimento e impacto, pois como as perguntas são de diversas áreas do conhecimento, os entrevistados mostraram maior conhecimento em determinado assunto do que em outros a qual apenas proferiu sua opinião. Na Dissertação foram inseridas as falas de maior impacto, por convenção entre orientadora e mestranda, sendo que o *Relatório* completo está nos Anexos A e B.

A base de todas as perguntas e das respostas possui relação com as pesquisas de Jean Jaques Courtine, descrita com Sílvia Nagara sobre o corpo e suas diversas formas de interpretação e de formação discursiva, que não é estática, é líquida e sempre está em movimento, conforme mencionado no quadro e gráfico que aborda a atuação do entrevistado(a), que figura no trabalho em sua posição numérica, de 1 a 12, além de mostrar, a forma de entrevista realizada, área de atuação de destaque para fins desta entrevista e local de trabalho, também em preponderância ao trabalho, para profissionais da área médica e jurídica, especialmente, haja vista que muitos trabalham no setor público, são professores, escritores, cientistas, mas abordamos o seu *status* para o trabalho, a sua importância nas respostas das questões formuladas.

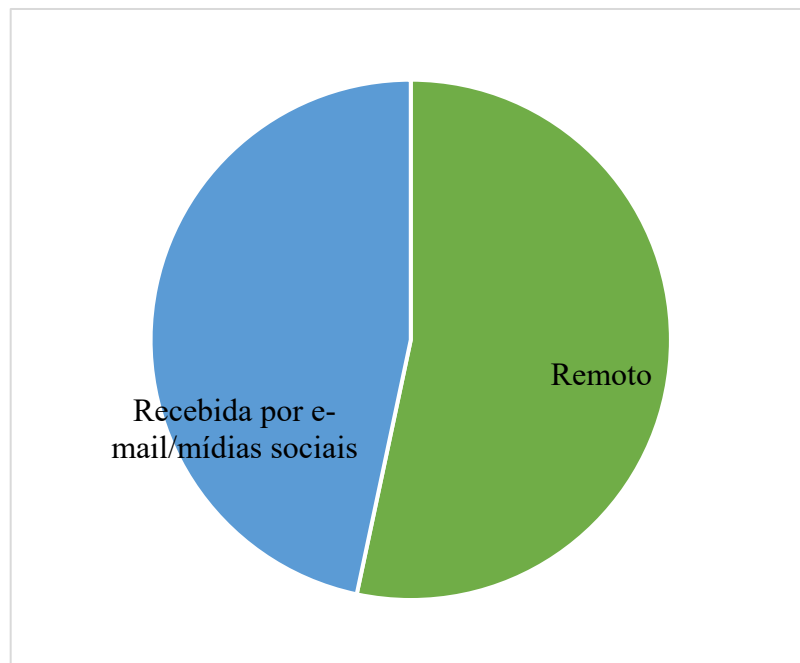
QUADRO A: Dados gerais das pessoas Entrevistadas

Nº DO ENTREVISTADO	NOME	ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMA DE ENTREVISTA	ATUAÇÃO EM DESTQUE
Entrevistado 01	Paulo Gilberto Cogo Leivas	Direito	Remota	Profissional Do Setor Público
Entrevistado 02	Jorge Leite Junior	Ciências Sociais Ou Linguística	Remota	Professor Universitário
Entrevistada 03	Sara Wagner York	Mídia	Recebida por e-mail/mídias digitais	Cientista da Transexualidade
Entrevistado 04	Paulo Roberto Ceccarelli	Medicina ou Psicologia	Remota	Cientista da Transexualidade
Entrevistada 05	Larissa Maués Pelúcio Silva	Ciências Sociais ou Linguística	Remota	Cientista da Transexualidade
Entrevistada 06	Heitor Pereira	Mídia	Remota	Profissional da Mídia
Entrevistado 07	Giancarlo Spizzirri	Medicina ou Psicologia	Remota	Profissional do Setor Privado
Entrevistada 08	Fernando Faria Freitas	Mídia	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Público
Entrevistado 09	Roger Raupp Rios	Direito	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Público
Entrevistado 10	Luiz Paulo Barbosa	Medicina ou Psicologia	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Privado
Entrevistado 11	Nilton Milanez	Ciências Sociais ou Linguística	Remota	Professor Universitário
Entrevistado 12	Rafael Kalafi Cossi	Medicina ou Psicologia	Remota	Cientista da Transexualidade
Entrevistada 13	Joseane dos Santos	Ciências Sociais ou Linguística	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Público
Entrevistada 14	Ana Maria Kraiewski	Ciências Sociais ou Linguística	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Público
Entrevistado 15	Renan Concentine Lacerda	Direito	Recebida por e-mail/mídias digitais	Profissional do Setor Privado

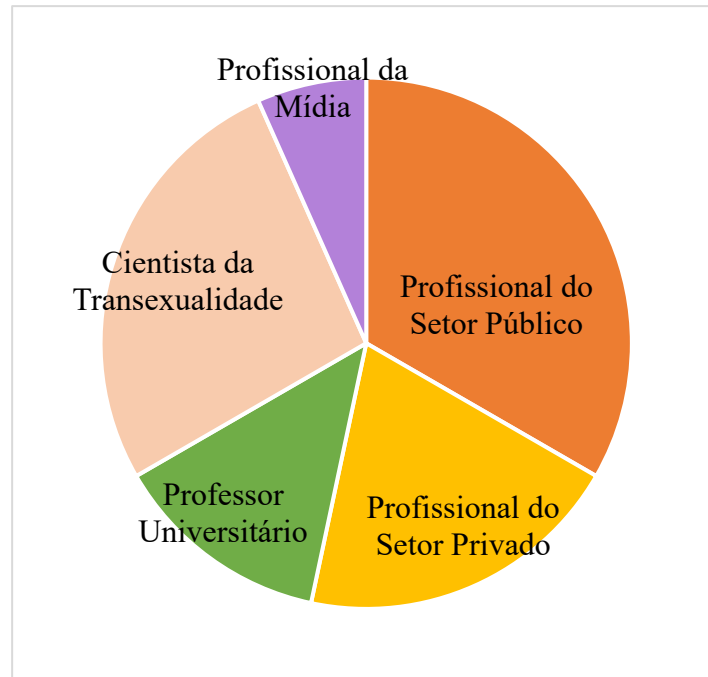
Fonte: Elaborado pela Autora.

GRÁFICO 1: Área de atuação

Fonte: Elaborado pela Autora.

GRÁFICO 2: Forma de entrevista

Fonte: Elaborado pela Autora

GRÁFICO 3: Atuação em destaque

Fonte: Elaborado pela Autora

No Anexo A encontra-se o Questionário comum a todos os Entrevistados, sejam médicos ou das áreas de Ciências Humanas e/ou Multidisciplinar, e no Anexo B encontram-se as respostas de cada Entrevistado, sendo nove em forma de Relatório e três em forma de devolutiva *por e-mail*.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação apresenta cinco itens, sendo o primeiro a Introdução, com as justificativas, a metodologia e os objetivos.

No segundo item abordamos aspectos históricos da literatura sobre os corpos considerados “normais” e os “anormais”. Nossa discussão aponta que, embora houvesse o surgimento do termo *gênero* em 1966 por Robert Stoller, na obra *Sex and Gender* publicada no ano de 1968, o próprio autor afirma que não havia definição de gênero na autodeterminação das pessoas, designadas por termos únicos como intersexo e hermafrodita onde a norma incluía o sujeito “anormal” por ser considerado como pessoas diferentes do casal de família tradicional. Com o apoio de obras de Michel Foucault e autores contemporâneos que com ele dialogam, são abordadas vidas de pessoas que não haviam sido designadas como sujeitos

de direitos e que por isto eram-lhe impostas a normatividade do discurso médico em ser o que a sociedade determinava. Tocamos, então, as histórias e relatos de *Herculine Barbin* de Foucault (1982), e de *Dubarry* na obra *A Hermafrodita*, pela analogia com *Brigitte Lambert*, o conde Adolpho em “Os Invertidos”, protagonistas de uma literatura que compreende os anos finais do século XIX e início do século XX. Além dessas, trazemos para nossa discussão outras como Myra Breckrindige Lili Elbe, “a verdadeira Garota Dinamarquesa”, a fim de abarcar tempos e modos de ver o corpo trans diferente, porém abjeto, ilusório, utópico, curioso e correlacionando estas estórias com a interdição pelo saber médico e jurídico daquela época dos quais se percebem resquícios de opressão até os dias de hoje, com uma visão geográfica do espaço, território e tempo de cada sujeito na relação de subjetivação.

No item 3 abordamos a luta das pessoas transexuais desde a época em que surge a opção de cirurgia de mudança de corpos, com destaque para a Clínica Internacional Harry Benjamin e as teses psicanalíticas e psiquiátricas de Stoller, Money na vertente americana frente ao europeísmo de Freud e Lacan, onde os primeiros triunfam no período dos anos de 1953 a 1990. A pesquisa mostra que a vontade de realizar estas cirurgias, após a sua mediação que se torna constante após a cirurgia em dezembro 1952 de Christine Jorgensen e Lili Elbe se torna um fenômeno em especial nos fins das décadas de 1960 e 1970 em todo o mundo e que a decisão era livre e consentida pela própria pessoa. Em seguida veremos que surgem normas e equipe multidisciplinar, por meio das quais há críticas e apontamentos positivos de que é melhor ter um acolhimento multidisciplinar para que a pessoa não se arrependa de procedimentos irreversíveis que podem levar ao suicídio e que o principal é que a pessoa trans saiba e tenha a informação dos prós e contra antes de tomar a decisão com pessoas capacitadas e preparadas nesta área de formação além de contatos com sua comunidade de amigos e com a família, com o intuito de que se possa ouvir o sujeito que reivindica as cirurgias nas normas de políticas públicas, pois seus corpos serão transformados.

No item 4, abordamos a Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão de número 26 (ADO26), o Mandado de Injunção (4.733) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2019 em que se equipara a transfobia ao crime de racismo equiparado a injúria racial em agosto de 2023 diante da inércia do legislativo em criar leis próprias para proteção a dignidade e a vida das pessoas trans brasileiras, conforme Justiça (2019b) além de questões do direito relacionadas ao prenome sem necessidade de intervenção judicial, do casamento, da herança e todos os direitos que devam ser iguais as pessoas cis e binárias.

Perceberemos que, ao longo da História dos discursos jurídicos e normas similares, na Itália este tema foi mais acolhedor e discutido desde a década de 1980, assim como nos Estados Unidos e em alguns países no Norte e do ocidente europeu. Também abordamos normas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre recomendação de regime de herança para seu parceiro (a) de pessoas não heteronormativas e sobre a possibilidade dos cartórios em mudar o nome de pessoas trans sem a necessidade de realizar qualquer cirurgia. Perceba o leitor que o sujeito trans vive de normas e recomendações, diante de uma representatividade apagada do legislativo, que é quem deveria fazer leis para todos.

No item 5 discorreremos sobre a mídia e os movimentos sociais que problematizam “o que pode o corpo?” e as lutas e resistências de militantes juntamente com entrevistas de pessoas que abordam a temática trans, seja na mídia com o jornalista Heitor Pereira, com a ativista e doutora Sara Wagner York, jornalista de opinião trans no canal 247, sendo primeira âncora transgênera do Brasil no “Programa de Travesti”, de que o travesti sempre foi estigmatizado e muitas pessoas trans querem após as cirurgias ou não, serem chamadas por travestis como forma de apoio ao movimento transgênero.

Uma questão que acaba se impondo a esta pesquisa, mesmo que nas suas bordas, é o discurso de mulheres trans que buscam as cirurgias em detrimento daquelas que estão bem com seu corpo e não as buscam, ou buscam cirurgias secundárias ou que não pensam no assunto no momento mas que não descartam em realizar algum procedimento futuro, logo adota-se a opção de escolha, respeita-se, porém vê-se a busca intermitente destes procedimento no Brasil tanto no SUS como na rede privada, onde pessoas que possuem condições financeiras usam o sistema privado ou se deslocam para outros países como a Tailândia. Como acolher e compreender essas opções? Algumas dessas questões estão no centro de nossas preocupações nesta pesquisa, como discorreremos a seguir.

A todo momento, este estudo exala a esperança de que pessoas transgêneras possam cada vez mais realizar cursos de nível superior, mestrados e doutorados, e que terminem cursos de nível médio ou fundamental ainda não concluídos através de ações por meio de parcerias público-privadas, sistemas de cotas e incentivo e acolhimento comunitário e que mais educadores e gestores educacionais em todos os níveis de gradação possam incentivar e criar oportunidades de estudos para a população trans em cursos de bacharelado e em cursos de licenciatura, em especial no momento do estágio obrigatório em sala de aula, onde pode haver atos de preconceito por parte de algumas pessoas.

2. A EMERGÊNCIA DE CORPOS TRANSEXUAIS NO DISPOSITIVO DO DISCURSO MÉDICO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA PARA SABER O QUE O CORPO PEDE NO PRESENTE

FIGURA 2: Escolha do Gênero



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

A violência contra pessoas trans no Brasil é alarmante e, muitas vezes, elas são vítimas de violência policial. De acordo com várias organizações de defesa dos direitos LGBTQIA+, no Brasil existem muitos casos de violência contra pessoas trans, muitas vezes com resultados fatais. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2022, 131 pessoas trans foram mortas no Brasil. Em 2021 este número alcançou a marca de 140 pessoas. No ano de 2023, ano que ocorre a primeira marcha da visibilidade trans em 29 de janeiro de 2024 em Brasília, mesmo com a mudança para um governo mais progressista e

inclusivo, os dados não modificam e o Brasil continua na liderança deste *ranking* com 145 mortes por homicídios, sendo 10 mortes por suicídios em detrimento da transfobia.

Os dados seguem uma metodologia que contempla dados primários obtidos via Lei de Acesso à Informação 12.527/2011, por meio de órgãos governamentais junto a instituições policiais e judiciárias, além de coleta de informações na mídia de eventual assassinato onde a causa morte está relacionada ao gênero trans. Os dados secundários são formados por informações em que grupos de ativistas vão ao local onde se dão as mortes e verificam suas causas, justamente para propor maior interligação entre um tema pouco difundido na segurança pública que é a pouca instrução que se tem sobre a diferença de orientação sexual e do gênero.

Há por parte dos militantes a verificação de que é comum não se informar o gênero da pessoa, optando-se por atribuir o sexo de nascimento. Outro detalhe é que a média de vida das pessoas mortas no ano de 2023 ficou em 30,4 anos, com predominância de mortes de pessoas de 13 a 39 anos. A maioria destas mortes ocorreram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Paraná, porém, a maior parte ocorre nas cidades que não são capitais de estados, no período noturno e em local público.

A maioria das vítimas, cerca de 95%, são mulheres trans, negras ou pardas com baixa escolaridade, cuja profissão predominante é a prostituição, constituindo 54% dos casos. Há no relatório pedidos de verificação de gênero de aproximadamente 1.000 pessoas em que a causa da morte foi em detrimento do gênero, por arma de fogo, arma branca, estrangulamento, dentre outros. Houve também 67 tentativas de homicídio contra a população trans no ano de 2023.

Percebe-se que os dados possuem como forma de mensurar a informação e o olhar testemunhal em inquéritos policiais, sendo que em grande medida, muitos deles transcorrem em segredo de justiça, desde a fase do fato ocorrido, até eventual julgamento do infrator, o que dificulta a ação de provas testemunhais de ativistas que sabem lidar com casos parecidos visto que a pessoa é morta utilizando os mesmos meios e formas. O homicida sabe onde encontrar a vítima, a pessoa que possui conhecimento sobre táticas de auxílio para apontar sua opinião, se a pessoa trans morta foi um caso de morte em razão de gênero ou não, teve na sua história de vida outros casos em uma mesma dinâmica de transgressão junto a morte.

Com a quantidade de pedidos para averiguar casos, há a necessidade de uma investigação que deveria ficar a cargo do Estado, porém, não é o que se vê. Policiais e autoridades mal preparadas para lidar com pessoas trans, salvo exceções, sem conhecimento sobre o assunto e sobre as formas de opressão que a comunidade enfrenta, leva a

subnotificações, pois pouco se informa o gênero da pessoa, e sim, seu sexo biológico, e não há por parte da mídia investigativa e de militantes e ativistas a quantidade de tempo necessário, em um cenário de uma pseudo guerra civil em que se mata por existir. Logo, a verificação dos dados é uma amostra do que se tem em termos de mortes, também realizadas por outras instituições como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Rede Trans Brasil, com variação pois trata-se de dados estatísticos e de informação, porém em cada uma destas instituições, a prevalência do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo é a mesma, dados estes que são transmitidos para a *Transgender Europe* (TGEU).

São Paulo é um dos estados com maior índice de violência contra a população trans. A violência física e psicológica contra pessoas trans geralmente começa quando elas são identificadas como tal. Muitas vezes, a polícia as aborda sem motivo aparente, as trata de forma desumana e violenta, e as detém sem justificativa legal. Além disso, muitas vezes são excluídas da sociedade e sofrem opressão estrutural em seu ambiente de trabalho, educação e saúde, o que as torna vulneráveis a todos os tipos de violência.

De acordo com Foucault (1982), a dessubjetivação do corpo é uma regularidade discursiva no decorrer da história. O filósofo analisa essa dessubjetivação tanto nos escritos quanto no filme de *Herculine Barbin* em que a mesma experimenta experiências limites em seu próprio corpo ao sentir-se não aceita, ao ter que se submeter ao poder médico-jurídico que define seu sexo e não pela sua própria escolha. O estado deste sujeito se torna a cada intervenção mais tênue nas linhas do poder tanto que para poder romper com o poder imposto, *Herculine* desiste de viver pelas experiências limites por estar em um corpo que não reconhecia como seu.

Em sua análise de *Herculine Barbin*, Foucault (1982) aborda a inclusão da vida entre o discurso e as experiências limites em que se desenvolveu, em que as modalidades de como se colocar no mundo dependem de como ele é inserido na sociedade.

A dessubjetivação do corpo de *Alexina* é consequência de sua singularidade, de não se incluir nas normas binárias desejadas pela sociedade vitoriana. Essa dessubjetivação é apontada por Foucault (1982) como um projeto de não regularidades discursivas por meio do dossiê testemunhal de *Herculine Barbin* de 1978, bem como o filme *LE MYSTÈRE ALEXINA* conforme audiovisual (Audiovisual, 1985)².

² Filme. MYSTÈRE ALEXINA. Direção de René Féret. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt0091588/>>. Ace 05. 02. 2023.

O corpo vitoriano, formado por formas e ângulos perfeitos, possui a anatomia clássica do homem perfeito, trabalhador, que aceita e não rompe com as normas da sexualidade heteropatriarcal voltadas para a procriação e a produção da obediência. Pai, mãe de família, a lógica da produção e da perfeição de atos e do corpo sem qualquer manifestação de imperfeição, veias, coração pulsantes em sintonia com o capital e com as formas de vida sociável desejada, conforme a Ilustração, a seguir.

FIGURA 3: O Corpo Vitoriano



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023:³

³ Ilustração adaptada da obra: Haraway, Donna. "A reinvenção da natureza. Símios, Ciborgues e mulheres, p. 187. Editora: Martins Fontes. São Paulo. 2023.

Por ser tão fortemente constrangido pelos diferentes domínios de interdição, Foucault (1982, p. 14), afirma que “o corpo é o ponto zero” do discurso, de modo que os sujeitos são arrancados e empurrados aos limites de suas vidas e a desintegrarem e multiplicarem suas identidades. Constrói-se, assim, no seio da história e nas experiências da vida, a dessubjetivação, a dissociação do eu que fala, que separa, se esfacela, se debruça na inclusão da vida e suas formas de dissolver, entre os discursos e a experiência limite.

É o que ocorre com o sujeito que, ao nascer, recebe o nome de Adelaide, a família a chama de Alexina, a sua amante a chama de Camille, nome unissex e, ao final, deverá ter que assumir o nome de Abel. Assim, pelo ato de nomear ao falar de si mesmo, dessubjetivando-se ao marcar o gênero com os nomes que lhes são atribuídos, o corpo é o lugar da heterotopia, apagado por exames médicos, dissociando-se à medida que a história vai eliminando seu corpo, decompondo-se, apagando suas marcas e signos indelévels e o sujeito que um dia dele se apropriou, para, enfim, cair em sua perda de identidade.

Opondo-se aos discursos médicos e jurídicos, seu corpo externo é de homem, o veredicto é que é um ser lacunar, nem homem e nem mulher, Foucault (1982) pergunta se é necessário ter um corpo verdadeiro e perfeito, corpo de homem que se passou por mulher a vida toda praticamente.

Por análises médicas e legais pelo ato de nomear, é uma ferramenta para anunciar o outro em que seu gênero é caracterizado pelo médico e não pelo pertencimento de si mesma, em que o sujeito de um corpo heterotópico será apagado após seu exame médico legal e que se submete ao uso da palavra de si no masculino e que se forma um domínio da língua que se constitui a forma de desconstrução de seu corpo que é desajeitado pela sua perda de identidade.

Exemplos contemporâneos podem ser a ordem capilar na observação dos cabelos, que o faz adequar a um corpo das mulheres, que ao fazer cortar seu cabelo o faz pertencer a um corpo inadequado, que sela o sujeito a sua conduta, sendo o figurino, de vestidos longos, que protege dos olhos os seios não desenvolvidos, pela retidão dos corpos, ao modular sua aparência de curvas que não se revelam, pela suavidade do figurino que arquiteta uma geografia corporal e o corpo transforma em exercício de poder e fonte de resistências.

O modo de andar de Alexina passa a ser uma subjetivação de aparências aos olhos de quem vê, com os detalhes masculinos indesejados: andar com cautela e atenção, seu corpo firme e seguro pela genuflexão, seu corpo é rígido e tudo que ela tem que esconder é rígido para que ninguém a perceba diferente, ao menos sofreria menos sem ser interpelada pelo outro. Ao

mudar a vestimenta, a fixidez remete um sujeito apagado, que não configura mais sua figura que desarticula por caminhos de um largo horizonte azul, sendo um ponto na topografia oceânica e seu infinito no olhar pelo apagamento total da paisagem, como aniquilamento do sujeito contra o discurso médico e jurídico em que a imagem mostra uma tela sem o ser pelo aniquilamento.

Dessubjetivam Alexina ao dividir Alexina em dois: Alexina e Abel. Conseguiram desdobrar a pessoa ao dissociar do sujeito, por uma dicotomia biológica, ao cristalizar em um sexo conforme sua nova profissão, a de garçom, seu auge na mídia impressa, o faz ser nem ele e nem ela. Eis Alexina, a impressão apagada de um sujeito que não existe mais, deixando visível a cegueira dos críticos que não viram a transexualidade de Alexina, um sujeito não compreendido pela sociedade em que viveu, sempre uma porta entreaberta para se reinventar de forma mesmo que míope para que o corpo forme sua própria história.

Em *O Diário de um Hermafrodita*, Foucault (1982), ao relatar o caso de Alexina, em suas memórias, conta sua infância até sua tentativa de suicídio e colabora para que se possa compreender até que ponto as pessoas eram tratadas por meio da curiosidade de terceiros ao impor a uma pessoa que não se submeta a vontade soberana do Estado através de aparatos judiciais e médico psiquiátrico, ao atribuir você é um homem! Você é nada! ante a própria vontade do ser subjetivo daquilo que mais interessa a sociedade, a sexualidade.

No artigo *Sexualidade e política* (Foucault, 2012, p.27) ao falar da França e do Ocidente, afirma Foucault:

Para os franceses, o sexo do homem é literalmente o atribuído do homem; os homens se identificam com seu sexo, e mantêm relações absolutamente privilegiadas sobre ele. Este é um fato incontestável. Assim, as mulheres se beneficiam do sexo masculino unicamente no caso em que este direito lhes é concedido pelos homens, seja por que eles o emprestaram porque os impõe a elas; daí a ideia do gozo masculino está em primeiro plano e de que ele é essencial". (Foucault, 2012, p. 27)

Nesse texto, Foucault (1978) aponta a relação entre a arte sexual (*ars erotica*) e a ciência sexual (*scientia sexualis*) do período vitoriano, que se sustenta na teoria de Freud, após o domínio da igreja na relação da confissão do pastor para salvar seu rebanho. O objetivo da

confissão (e do papel do pastor) é fazer com que as pessoas sigam as escrituras, confessem ao pastor seus pecados para que suas almas se purifiquem .

Nos séculos XVIII e XIX prolifera o poder da ciência do sexo como mecânica do poder. Dentre suas concepções, o sujeito deve ser vigiado, sendo parte passiva do progresso técnico das monarquias europeias, onde é necessário mão de obra ao capital. Essa mão de obra deve ser obediente e se ajustar a normas de comportamento e conduta adequados ao trabalho e ao convívio social. Nessas táticas de poder político, percebem-se relações de força do poder não apenas médico e judiciário na obediência dos corpos, mas as táticas políticas baseadas em movimentos reacionários e pautas políticas conservadoras .

Essas táticas são visíveis nas práticas de Alexina, segundo Foucault (1982). Ela começa a escrever seu diário aos 25 anos, mencionando que viveu toda sua infância em casas religiosas com o rigor de internato, onde teve exemplar desempenho em atividades, inicialmente como camareira e posteriormente como professora ao ajudar na alfabetização de crianças no orfanato.

Cita a própria Herculine que era fria, tímida e insensível ao barulho de um mundo onde ela não poderia participar de forma completa pois a angustiavam os olhares, a curiosidade, “os buchichos” dos outros de que poderia haver algo de diferente com ela em relação a outras meninas dos internatos por onde passou.

Embora nesta idade não se tem no Diário revelações de tristeza sobre sua condição sexual pela tenra idade, ressalta quando criança uma melancolia por ausência de família e pelas condições de ter que ser sempre educada em locais distintos com forte presença religiosa e vigilância institucional, tendo que , dada sua condição de não ter também sido privilegiada com condição de vida socioeconomicamente favorável, para permanecer em casas de alfabetização, ou outros nomes que podem ser dados como asilos, casas de abrigo, orfanatos etc.

Percebe-se que no decorrer dos anos, o carinho que Alexina tinha por suas colegas além de amizade, carisma, brotava sentimentos que não poderiam ocorrer, sendo que ela própria se via desamparada entre a vontade e a normalidade imposta naqueles tempos do século XIX, conforme aborda Foucault em História da Sexualidade I: A Vontade de Saber (2017a).

No ano de 1984 Foucault, no mesmo Ditos e Escritos XIX (2014c) fala sobre o poder e as políticas de identidades, de que não deve a comunidade homossexual criar uma cultura homossexual e sim viver uma cultura em si, para não se instituir na mesma lógica da heterossexualidade. Percebe-se que o autor aborda a sexualidade do homossexual e da lésbica, cita que até o século XVIII havia relações de amizades entre homens e que após estas relações

ficaram mais dispersas; além disso, considera a prática sadomasoquista como ruptura do poder normativo.

Dean e Zamora (2023) menciona que é preciso discutir o tema das experiências - limite, como se discutem outros temas como música, pela atualidade como movimenta o mundo, para entender como ela funciona na construção do sujeito, como ele se subjetiva na construção histórica e seus objetivos de poder que se revelam nesse sujeito.

Quando Foucault faz uso do LSD na Califórnia, tem-se a descoberta de formas de ver a vida como a contracultura liberal, de como se pode governar a si mesmo. Levado ao Vale da Morte por Simeon Wide em 1975, transforma-o na concepção transgressora de um corpo outro, um corpo que foge as amarras da prisão, dos dispositivos que subjagam aqueles que não são dignos de *parresía*. Tem-se a experiência de uma construção da “verdade” que não é estática, que se modifica com o tempo, uma nova forma de olhar e interpretar questões conta todas as formas de opressão, uma oportunidade de diálogo, do dispositivo do saber-poder da coragem de não estar submisso as condutas que faz morrer.

Experiências-limite além da dose de LSD ingerida por Foucault, pode ser considerada no caso de Herculine Barbin e Brigitte Lambert contra a opressão de que o outro decida sobre seu próprio sexo e que ao não aceitar, prefere a transgressão da morte.

Da mesma forma que hoje as transgressões contra pessoas transgêneras são formas de contraconduta em busca de seus direitos políticos e sociais, para poderem no século XXI começar a existir em termos de empregabilidade, educação, condições de saúde básica e suplementar como a inserção de pessoas dignas como qualquer outra de poder escolher se quer ou não realizar redesignação sexual, a liberdade do sujeito como aponta a obra de Milanez, Kogawa e Borges (2022).

Para a Entrevistada 5, (Anexo B, p. 198) o termo hermafrodita não substitui o termo transexualidade ou “transexualismo” e que, quando Foucault discute a questão de Herculine Barbin, ele define que não existe “um sexo verdadeiro” como foi escolhido no caso do relato de Barbin, e sim, o domínio de que o médico deve definir o sexo do hermafrodita, mesmo contra a vontade dele(a). Realça o entrevistado que hoje as novas gerações possuem um vocabulário mais orgânico, e de que não há necessidade de se assumir dentro da norma em termos de sexualidade o que são, e que muitas vezes quando a pessoa assume uma identidade ou diz que ela descobriu sua identidade, é para seu bem estar, para se encontrar consigo mesma e a partir de agora sua história começa a ser construída.

A Entrevistada 5 (Anexo B, p. 198) cita exemplos. Uma mulher que viveu muito tempo como heterossexual e que passou por uma experiência de vida casada por longo tempo com um homem e se descobre bissexual com atração por mulheres. Ela passou a vida fugindo/se escondendo da sociedade o tempo todo? As vezes sim, ou não, depende de cada caso, onde a pessoa se descobre, o que é “o sexo verdadeiro”? No caso de Herculine Barbin, afirma a Entrevistado 5, onde não é possível definir um verdadeiro sexo, a pessoa perde sua deontologia do Ser e se torna – segundo discursos conservadores – abjeta e se matável. Conforme afirma Foucault, o “sexo rei” é a pedra da identidade, para a construção de seu “sexo verdadeiro”, referindo-se à complexidade da sexualidade pois a norma finge existir uma *sexualidade verdadeira* e que inclusive estes conceitos estão nas próprias normas definidoras de conceitos.

O Entrevistado 9, (Anexo B, p. 213), menciona:

Sexo, gênero e sexualidade são dimensões da vida individual e social fundamentais em nossa sociedade para a subjetivação e para a identificação e os processos de controle e dominação, daí despertarem tanta atenção.

Conforme o Entrevistado 2, (Anexo B, p. 178) a análise de Foucault sobre a vida de Herculine Barbin mostra que os corpos assujeitados que ousaram desafiar a “normalidade” humana transformam-se em uma definição do que é corpo trans. Conforme Foucault (2021b) ao citar Homero, que define o corpo em si, sendo um cadáver que se olha no espelho e não se identifica consigo mesmo, como um corpo utópico, um lugar fora dos demais lugares, um corpo sem corpo, ao usar uma máscara para sobreviver nos espaços de dominação, na expectativa de que nas transformações destes corpos desconhecidos, se molde um novo corpo, um novo sexo que lhes traga bem-estar.

As heterotopias são espaços em que não se dispensa o discurso. São lugares onde o capital prescreve normas na escola, na vida social, de como se comportar no trabalho, pelas novas tecnologias da observação, há neste ponto, novos espaços onde são construídas sociedades de poder. Os espaços em branco são preenchidos por cores, por paisagens, pela natureza das coisas e nas cidades capitalistas deve se aproveitar a localização do espaço para que cada dispositivo esteja em seu lugar adequado, conforme mudam os modos de vida de cada população.

Após o século XVIII, momento em que os cemitérios foram levados para longe dos centros da cidade, para não contaminar com as epidemias a sociedade capitalista e as famílias

em suas casas, uma nova cultura se cria em uma nova folha branca, do que deve ser afastado. Quem não mantém matrimônio, quem não tem filhos, qual seria o papel do intersexo nesta folha em branco, como os arquitetos poderiam projetar uma vida passível de ser vivida para estas pessoas, qual lugar poderiam ocupar? Se ao menos pudessem estar transmutadas para um jardim em que não fossem vistas, que fossem invisíveis, que ficassem nas bibliotecas ou museus, ou em uma peça de teatro em que ao acabar estes corpos desaparecem e ficam no mundo dos sonhos, invisíveis, dentro de livros para estudos, mas estes corpos ousaram estar junto da população em um espaço em que não lhes cabe ocupar.

São espaços-temporais que devem ser cobertos por paisagens, pela natureza, pela arquitetura urbanística nas grandes cidades. No contexto de Foucault (2013), o poder e as heterotopias em que a Ciência hierárquica dos corpos dóceis é a força, e o poder do capital para apagar o corpo de Herculine e de Brigitte, que ridiculariza o corpo de Myra e faz de Lili Elbe, que iremos dissertar nos próximos parágrafos, uma “cobaia” nas mãos de médicos, a qual no último caso houve a tentativa, já no século XX de reduzir o sofrimento do sujeito, mas que o nazismo apagou a cor. Após com Christine Jorgensen ingressam mais especialistas para que a heterotopia do espaço seja construída com o uso da tecnologia para o bem-estar do sujeito.

O desfecho da vida de Herculine é dramático: não se adaptando à amizade com rapazes, os *gauches* e por fim sendo juiz de sua própria vida, em fevereiro de 1868, deixando suas memórias na mesa posta, Abel Barbin, toma a coragem e se suicida em um forno a carvão, tirando de sua alma, jogando fora sua identidade de homem e dessubjetivando todas suas tristezas e amarguras, a passagem para uma vida sem juízos, em seu *corpo liberto*, conforme Foucault (1982), onde a morte o libertou da ausência de felicidade.

Nos manuscritos do Diário de Alexina, conforme menciona Tardieu que os reproduziu, tende a estar ausente muitas de suas memórias, dissertando apenas o que se encontrou ao receber do médico que lhe fizera sua autópsia muitas de suas memórias sejam elas boas ou ruins, ou segredos podem ter se perdido.

Após sua morte, o corpo de Alexina foi transfigurado para se descobrir seus verdadeiros segredos, dissecando seus órgãos, jamais visto até aquele momento, embora houvessem casos semelhantes, porém foi realizada com a criteriosidade médico-legal possível tecnicamente até aquele momento do final do século XIX.

Com o passar dos anos, muitos estudos se apropriaram do caso de Alexina em termos da Medicina legal para dizer o que é considerado normal ou não, semelhanças e diferenças de

um corpo não habitual que ao ser comparado pode representar eventual caso de anomalia para que se faça tratamento médico ou uma enciclopédia multifacetada que pode dizer quem era um hermafrodita “verdadeiro”, se após um exame médico características genitais se aproximassem do caso de Alexina. Seria um novo parâmetro médico, por meio de um estudo minucioso para dizer se é ou não um hermafrodita/intersexo?

Em termos da mídia, o caso tomou grande repercussão nos jornais impressos na França e em toda a Europa, começando pela pequena cidade onde nasceu Alexina, de um jovem até então de 21 anos que vivera na sua inocência até ser descoberta que teria que ser um homem, posteriormente tomou grandes repercussões na mídia francesa durante sua vida e após ela. Foram guardados documentos de troca de mensagens entre párocos, donas de colégio, inspetores administrativos por onde viveu e trabalhou Alexina, além de relatos de seus dois exames médicos que “comprovaram que não era uma mulher “verdadeira”. O Entrevistado 9 (Anexo B, p. 213), ressalta que:

O termo hermafrodita deita raízes em um contexto e em representações da antiguidade clássica, bem distintas da compreensão da transexualidade na modernidade: sendo assim, há que se ver com cuidado a hipótese de que haveria em linha contínua entre a representação originalmente associada a esse termo e a trajetória do conceito nos tempos atuais.

Foucault nos fornece muitas ideias para discutirmos a construção discursiva do corpo trans na atualidade, mesmo que ele não tenha tratado especificamente desse tema. Para Navarro (2020, p. 12), Foucault realça que a identidade é uma máscara, uma paródia e que seus textos estão ali para serem lidos e questionados e que as pessoas de forma individual ou coletiva possam fazer uso delas a favor de suas liberdades fundamentais.

Por meio do método arqueogenealógico podemos escavar os discursos e, a partir do que somos hoje, reconstruir nosso passado, para que a vida do presente possa ser compreendida, para que este presente possa ser melhor compreendido. Nesse sentido, entende-se que os dispositivos que enfrentamos hoje são tensões que perfazem todo um conjunto de periodização história, de jogos de verdade, de dispositivos que vão surgindo com a crescente mudança das sociedades no espaço e no tempo.

No caso da acontecimentalização de Brigitte, conforme Foucault (1982) este corpo que era intitulado de intersexo/hermafrodita pois no final do século XIX não havia nomes e nomenclaturas que pudessem classificar sujeitos que fogem ao binarismo, sem menção ao

gênero. Se nos dias de hoje há nomenclaturas médico-jurídicas em excesso, nos fins do século XIX e início do século XX, o que despertava era a curiosidade de que pertenciam a um grupo só: “os excluídos da sociedade em razão do sexo”.

De acordo com o Entrevistado 7, (Anexo B, p. 206-07) a representatividade do hermafrodita/intersexo pode ser o ponto inicial da trajetória do trans por não haver terminologias na época em que começam estudos sobre pessoas não binárias e cis, por ausência de classificar, de nomear o sujeito nos séculos XVIII e XIX. Ainda segundo nosso Entrevistado 7, (Anexo B, p. 206) a História constrói noções históricas em disputas conceituais do ato de como nomear os sujeitos pelo seu perfil biológico, do poder da Medicina frente a novas áreas do conhecimento social. Além disso, o Entrevistado 7 (Anexo B, p. 207-08) realça a capacidade de ampliar e compreender diferentes concepções do sujeito, que é uma categoria maior de classificações, feita pelo poder médico que existe até hoje. O poder, hoje, não fica mais apenas do lado médico, e sim se abrem espaços para que lutas de movimentos sociais possam dizer o que pensam sobre o que antes era uma verdade incontestável do corpo trans, sendo espaços de lutas, de poder e de resistências que fizeram com que surgissem os movimentos sociais para lutar contra o ato de nomear.

Esses confrontos que hoje existem, pelo inconformismo binário, são “guerras constantes” ao se reafirmar o que se acredita ser em retomar a sua identidade com maior comunicação e com mais conquista de espaços. Hoje, grande parte dos sujeitos trans tem voz para discordar das nomenclaturas biológicas impostas e fazer com que elas sejam excluídas em favor do bem-estar das pessoas que vivem suas próprias histórias.

Foucault (1982) não faz menção que o intersexo/hermafrodita seja um estado primitivo das transexualidades, pois hoje sabemos que pertence geralmente a pessoas que nascem com os dois sexos biológicos com má formação ou não ou com um sexo incompleto e que necessitam de auxílio, inclusive. Diferenciam-se, portanto, das pessoas transexuais, que reivindicam a cirurgia de redesignação sexual, a qual possuem um genital e que na maioria das vezes sentem-se desconfortáveis com o mesmo.

São formas, conforme Navarro (2020), de compreendermos estes jogos de poder nos dispositivos médicos, jurídicos e midiáticos pela arqueogenealogia do saber-poder que se interliga nas linhas de forças com o governo de si, quando o sujeito transexual decide por sua própria convicção auxiliado por profissionais o que é melhor para governar sua própria vida, sem que o médico ou o juiz decida por si, sendo este corpo formado por um saber e por uma distinção, de um jogo de verdade singular a cada pessoa que busca esta tática de vencer o jogo

contra o poder, das quais podemos citar: ausência de quantidade de cirurgias para todos pelo SUS, tratamento com uma equipe multidisciplinar que pouco faz bem ao sujeito, medo, anseios, erros, manipulação. Cabe a este sujeito se autogovernar e saber o que é bom, para mudar as táticas emergentes do jogo, quando se tem a liberdade para mudar.

Conforme Neves e Gregolin (2021, pag. 11-12) na obra *A Verdade e as Formas Jurídicas* Foucault afirma que seus trabalhos são balizados por três eixos de pesquisa:

1. A história dos domínios de saber em relação com as práticas sociais: É preciso perguntar como se pode formar, no século XIX, um certo saber do homem (normal/anormal) que nasceu das práticas sociais de controle e vigilância (nos hospícios, prisões, escolas etc.);

2. Análise do discurso como jogo estratégico e polêmico: “O segundo eixo de pesquisa é metodológico, que poderíamos chamar de análise dos discursos. Inspirado nas pesquisas dos anglo-americanos (os “atos de fala”, Searle, Austin, etc.), propõe tratar “os fatos de discurso não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas como jogos, jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro.” (2003, p. 09);

3. Uma reelaboração da teoria do sujeito: Ponto de convergência entre os outros dois eixos, consiste em uma reelaboração da teoria do sujeito. É preciso realizar [a partir de Nietzsche] uma crítica radical do sujeito humano pela história; pensar em um sujeito que não é dado *a priori*, mas que se constitui no interior mesmo da história, que é a cada instante fundado e refundado pela história (2003, p. 10)

Podemos pensar a reelaboração da teoria do sujeito como aquela que entende que ele não vem ao discurso através da história de forma definitiva, de uma verdade pronta, mas, daquele sujeito que está imerso no interior da história dos dispositivos, que se transforma e se modifica. Ele não se contenta com o que lhe é dado, ele busca novos saberes e quebra paradigmas da reivindicação de não se calar, de desobedecer, se for preciso.

Navarro (2020), percebe o discurso como práticas argumentativas em que Foucault vai a Nietzsche como forma de sistematizar o fato de que a religião, por exemplo, não tem proprietário e que foram grupos do poder que se apropriaram do que lhes é do seus próprios interesses para dominar o mundo e até hoje, sujeitos acreditam naquelas formas de dominação de escritos sobre a sodomia, por exemplo. Pode-se, então, colocar uma contradição: se Deus é

amor, por quê se apropriar de trechos para dizer que o gênero não binário deva ser excluído? Nisto, é que movimentos sociais contestam essa “verdade” para que cristãos ou não, possam ter sua crença e não serem excluídos de espaços como o trabalho a convivência social e cultural em que castas tentam assujeitar o não binário pela fobia do medo, privando de entrar em uma igreja, pois aquele outro disse que ele não pode, que ele tem pecado e deve estar longe de comungar, de receber Cristo. Qual seria a forma de luta? A criação de outras formas de interpretar as escrituras com igrejas que fogem a dogmas da confissão normativa, ir ou não a igreja faz parte da vontade do sujeito e não de trechos do poder de dominar?

O conhecimento não é uma linha horizontal de verdade, ele é descontínuo, seu método não é universal e uniforme, ele possui linhas de tensões, que se entrelaçam e se modificam com o passar do tempo que por si, modificam o sujeito no presente. As rupturas, as formas de dominação e resistências, em que desaparece o sujeito em unidade e surgem as práticas enunciativas discursivas, sendo a prática o fazer do sujeito, sendo o lugar de formação dos objetos, ou seu apagamento.

Quando se analisa um discurso do ponto de vista foucaultiano, o que nos motiva é o aparecimento de um conjunto de regras próprias em uma prática discursiva, sem que haja uma forma de se encontrar a origem dos discursos, porém se há o saber de como se conhecem os discursos demarcados.

As práticas discursivas realçam as formas de viver de cada sujeito nas linhas de tensão das transexualidades pela subjetivação dos corpos que querem ser transformados pelo saber-poder tecnológico que se aprimora a cada momento que o tempo passa pelos dispositivos das modernas e cada vez mais inteligíveis técnicas de transexualização.

O cuidado de si, do falar verdadeiro, das técnicas de si, dos objetos das pessoas que falam sob este estatuto, da construção da *parresía* de estar bem consigo mesmo pelas instituições que são espaços de busca pelo reconhecimento dos direitos das pessoas transexuais, que são: o hospital, o cartório, o judiciário, sendo o governo dos outros para que o próprio sujeito possa governar a si mesmo.

Michel Foucault irá por meio da obra “O verdadeiro sexo” (1980) acrescentar pontos que não foram analisados no caso de Alexina Barbin, tomando o filme designado como “Um scandale au couvent”, inspirado na História de Alexina, que ora é designada por Camille, ora por Abel. O autor, Panizza, era psiquiatra, mas se interessava por contos mesmo tendo em mãos o Diário de Alexina ou aquilo que sobrou dele, tece uma versão sombria da personagem,

excluindo vários pontos de romance entre Alexina além de suas relações pessoais com sua mãe, suas irmãs de convento, prefere descrever a novela sob o aparato da justiça e da medicina.

Durante a idade média, o hermafrodita era designado pelo sexo escolhido, porém deveria vive-lo até o fim da vida, sob pena de serem queimadas(as) nas fogueiras, não havia no código canônico a obrigação de se fazer a cirurgia para a escolha de apenas um sexo, mas aquele escolhido deveria ser seguido até o último suspiro de suas vidas, para que não houvesse a perversão, combatida pela igreja católica.

As correções de escolher e ter apenas um sexo era definido pelo poder institucional médico-jurídico e surgiu com a evolução dos Estados modernos em que o corpo era uma construção em sociedade e deveria estar ajustado ao modelo da ciência sexual moderna. Com isso, o caso de Alexina é descoberto e levado para ajuste médico, para a correção com o consentimento e a determinação jurídica moderna do Estado, sendo um problema público, para que se possa corrigir, pelo bem do sujeito acometido por “anomalia sexual congênita”, conforme estabelecido por Kreft-Ebing em 1895, de acordo com o Diário de Alexina (Foucault, 1982).

A escolha médica era por razões de compatibilidade da aparência do órgão e não pela consulta ou opção do sujeito, sendo assim, no caso de Alexina optou-se por lhe designar mulher pela maior dificuldade em se fazer um pseudo-pênis, mesmo que, no seu interior sempre foi mulher, sendo obrigado a adotar a identidade masculina a partir das intervenções médicas e jurídicas.

A existência desta ciência sexual era limitada na época, dentro de suas próprias possibilidades em que a opinião do sujeito não era levada em conta, fato este que levava grande parte dos considerados “anormais” a optarem pelo suicídio - como foi o caso de Alexina, que não suportou o poder médico-jurídico em ser Abel.

A busca de um sexo verdadeiro não se limitou a Herculine Barbin, as pessoas intersexos ao longo dos tempos tiveram suas “verdades” reveladas por meio do que se podia ser e fazer imposto pelo discurso médico do poder, do discurso econômico da força, de corpos em perigo e corpos abjetos, quando começa a latência emergente de relatos de pessoas que possuem dois aparelhos sexuais e um corpo. Os sexos escondidos despertavam a curiosidade do poder e por meio da subjetivação do corpo, era designado e morto um dos sexos, sem o livre consentimento do sujeito, como ocorreu com Brigitte Lambert, descrita por Armand Dubarry na obra *A*

Hermafrodita (2022)⁴, que de forma semelhante, descobre seu amor e seu “verdadeiro sexo” porém com contornos secundários de modos de vida e condição social de vivência e pertencimentos singulares, tem-se a irrupção de não poderem, ambas, escolher seu gênero, de serem submissas ao poder médico, as dogmas da igreja católica aos bons “costumes”, este “bom”, leva-as a suas próprias tentativas de escape de suas existências, que é a morte, visto que, com a morte, finda o sofrimento e os olhares de reprovação por não poderem viver como desejam na vida dos homens.

A narrativa de Dubarry (2022) denuncia a vida parisiense, na qual havia os vagabundos, os errantes que desapareciam no mar, eram levados a prisões, aos hospitais, assim a pessoa que vivia na “vagabundagem” poderiam ser levados à morte de seus corpos, porém a vida do trabalho penoso era qualificada como progressista e aceito pela sociedade.

Entende-se, ao longo da obra, que Brigitte teve mais sofrimentos na humanidade civilizada da França e dos “homens de bens” do que nos espaços da Amazônia, que lhe serviu de abrigo, lhe trouxe o alimento e a liberdade de não estar ao lado de quem podia lhe causar mal e que se habituou com a força da natureza com seus ventos, tempestades e terremotos.

O poder biopolítico de governamentalidade contra as minorias é descrito por Gregolin e Neves (2021), como o lugar onde as normas de opressão pelo conceito histórico da arqueogenealogia advém do espaço em que dominadores escravizaram e abnegaram corpos indesejados no sistema predominante sob a arte da força de viver, porém com resistências de um Brasil que luta por emancipação contra todas as formas de apagamento e abnegação, onde deve-se respeitar todas as raças e grupos de pessoas que faz parte da História do Brasil, em que tem-se uma *língua de resistência*.

No curso *Segurança, Território, População*, Foucault (2008a) assevera que, no tempo em que viveu Brigitte ainda se podia ver uma grande quantidade de floresta nativa com seus rios não poluídos, com uma vasta fauna e flora.

Sob as memórias de Dubarry (2022) dialoga a concepção do intersexo como um “verme”, como algo que não possui utilidade social exceto para servir de experiência de laboratório; não serve sequer para ser prostituta, não sabiam sequer lhe dar nome, não haviam

⁴ Narrativas de estórias de Brigitte no século XIX, onde relata na sua infância que possuía um físico natural, filha de trabalhadores da incipiente indústria e do campo, que exigia trabalho dos submissos, com longas jornadas de trabalho e uma remuneração baixa e declara em suas memórias que seus pais chegavam em casa à noite doentes em razão do trabalho árduo, se sentia em um corpo definido, um monstro que vaga em busca de alguém para estar perto e de um lugar para ficar.

descoberto o que era em termos de sexo. Afinal como surge um monstro destes, triste, sem ilusão, ao terminar as memórias de Brigitte, pessoas do pensionato sentem cheiro de gás carbônico e após abrir a porta do quarto a encontram deitada ao lado de um aquecedor onde se consumia carvão de madeira. Após ser levada para a emergência, se aproximam de seu corpo um médico e um magistrado com a carteirinha de confissão de hermafrodita. Ninguém reclama seu corpo, pois era um objeto solitário. Depois de morto o corpo é levado à autopsia.

Além da obra *Hermafrodita*, Armand Dubarry, escreveu outros romances que versam sobre o tema da sexualidade, dentre os quais podemos citar *Os Invertidos*, no qual relata que não apenas as pessoas que possuem genital biológico fora da normalidade são consideradas pessoas abjetas ou mesmo hermafroditas/intersexo, como também todas as pessoas que mesmo ao possuir genitais conforme a natureza não os usam para procriar e exercer seus papéis nas relações maritais e sociais, que na aparência exterior demonstram atributos que estão aquém do que se nomeia homem e mulher.

O romance tem como pano de fundo o casamento para preservação dos bens de família. Por uma cláusula testamentária, Adolpho e Clara são instados a se casarem para evitarem ter de viver na penúria. O casamento proveria o luxo para si sua descendência para a manutenção do *status* pela fortuna, mantendo uma vida sem preocupações financeiras com empregadas e com uma vida voltada apenas a obrigações de caridade, ou seja, sem ter que trabalhar, apenas ocupar sua posição e a desfrutar das benesses sociais, caso contrário logo seria esquecida pela elite e se tornaria uma simples assalariada.

Com filhos para criar, sem empregados, a não ser um bom casamento com um homem rico, com Adolpho que também estava com problemas de finanças havia uma única solução, o casamento de aparências entre Clara e Adolpho, tendo que cumprir a cláusula testamentária em se casarem até o dia 15 de maio do ano corrente após a morte da marquesa de Thiais em dezembro anterior (1998-1906):

O conde Adolpho de Champlan e a baronesa Florina de Morangis, com os quaes acabamos de travar conhecimento, pertenciam ambos á cathegoria dos híbridos, que os médicos alienistas chamam invertidos do verbo inverter, quer dizer postos simetricamente às avessas, de baixo para cima, ou no sentido de deante para traz. Em vez de obedecer a á lei natural, o conde apenas buscava homens e a condessa apenas apetecia mulheres.

A inversão é uma monstruosidade psychologica, *mercê* da qual, consoante a justa expressão d'um especialista eminente, a mulher é physicamente mulher

e psychicamente homem, e o homem physicamente homem e psychicamente mulher. (Dubarry, 1900, p. 17)

Dubarry escreveu, no período de 1898 a 1906, onze volumes de romances denominados *Os Desequilibrados do Amor*, os quais cada um possui sua particularidade. Em *Os Invertidos* mostram-se membros da nobreza que não querem perder o *status quo* em que após a morte de uma representante da aristocracia, coloca em seu testamento que apenas se houvesse o matrimônio entre Clara e Adolpho, ambos poderiam usufruir da fortuna e que, em caso de não realização do casamento para a formação de uma família marital convencional, se Clara desistisse a fortuna ficaria para Adolpho.

Clara, mesmo antes de receber a notícia de que deveria se casar com Adolpho gostava de Jorge de Stenay, órfão que transitava entre as famílias, estudante esforçado de engenharias para trabalhos de eletricidade, era conhecido como um mero eletricista, onde seus amores heterossexuais com Clara eram recíprocos. Porém, a família de Clara e dos irmãos Adolpho e Florina, ambos da nobreza influenciam para que houvesse o matrimônio conforme o testamento exigia, dentro do prazo de tempo.

Percebe-se que a família de Adolpho não influi de forma indireta para que Clara desistisse do casamento, fato este que a fortuna ficaria apenas para a família de Adolpho, porque as paixões também estão em jogo. Pensando que o rapaz fosse um homem que daria boas condições a Clara, ambas concordaram com o casamento e o marcaram em data próxima conforme consta no testamento deixado pela nobre viúva.

Ocorre que, no espaço de tempo em que se desenrola o enlace matrimonial, Adolpho vê Jorge na casa de Clara e se apaixona, estando na indecisão da fortuna ou do amor não correspondido, adota a tática do casamento, porém, quer que Jorge fique perto de si para mesmo casado lisonjear o seu amado que sempre se esquivava dos seus galanteios e, estava no seu entorno pelo amor a Clara.

A descrição de Florina era de uma mulher máscula, braços fortes, impositiva, casada que injetava morfina para que o marido não chegasse perto do seu corpo, onde pela ação do medicamento, estaria imóvel para qualquer tipo de libido. Voz grossa, com ao longo dos braços e atitudes masculinas, como o gosto pelos esportes típicos à época aos homens como o hipismo, o futebol, domar cavalos, isto é, tudo que era másculo lhe interessa, pois possuía grande força corporal.

Já o conde Adolpho de Champlan era um rapaz loiro, de olhos azuis, com voz aguda, barba fina, nádegas e ancas grandes e bem contornadas, parecendo com o corpo de mulher, possuía mamilos salientes que eram vistos por todos, além de gostar de coisas de garotas como revistas de modas, vestidos e roupas que atraíam a libido sexual masculina.

Uma vez se depara com uma loja onde olha pela vitrine, um espartilho, além de roupas femininas de renda, meias sedutoras, lindas botas grandes. A dona da loja com o intuito de vender os produtos sem contar para ninguém, pergunta o valor que o conde tem na carteira e desforra tudo o que possui com a promessa de entregar as roupas em sua residência em uma embalagem discreta.

Percebe-se que os sonhos naturalistas, longe do Romantismo, desmascaram a comerciante que se aproveita do querer de Adolpho para lhe vender a um preço maior que venderia a uma mulher, rindo da situação, debochando do conde pelos seus desejos não habituais, pois nem sempre lhe apareceria outro conde para lhe desferrar a oportunidade de debochar e de arrancar todo o valor que estava em sua carteira, típico do Realismo/Naturalismo.

Adolpho sempre que podia, dentro de uma aparência de amizade, estava sempre a beijar o rosto de Jorge Stenay e Florina, beijar, agraciar, gesticular no toque junto ao outro e estar junto a Clara, dando-lhes as mãos, abraçando-a. O romance para a sociedade da época era tido como anormal por estar em desencontro das formas de ser e agir de um casamento, do ser e do comportamento anatômico de um homem e mulher.

Dubarry (1898), relata aquilo que estava na sociedade, mas que ninguém queria dizer, das possibilidades de que não havia apenas o sexo do macho e fêmea biológicos, que as pessoas tinham não apenas genitais em desconformidade como em Brigitte Lambert, mas, casos em que Adolpho e Florina, da nobreza, possuíam comportamentos e aparência externa não condizente com a relação natural heterossexual e cisnormativa e que eram da mesma forma rejeitados e ridicularizados pelas sociedade e considerados pela Medicina como pacientes a serem tratados para verificar a possibilidade de regeneração ou se não, para suas exclusões em algum espaço outro, utópico, longe da civilização.

Não há palavras para nomear todos estes sujeitos infames que ousaram desafiar a heteronormalidade, por isso o anormal em suas múltiplas e diferentes faces de agir dentro de si, seja má formação intersexual ou desejos de pessoas do mesmo sexo eram consideradas hermafroditas, invertidas, sem distinção entre os fins do século XIX e início do século XX.

Hoje, após os estudos médicos, na década de 1950, existem formas para nomear cada sujeito que estava fora das normas da sexualidade e do gênero na Medicina e no Direito. Propagam nomes para cada tipo de pessoa que esteja fora da normalidade, dentre eles vemos palavras pejorativas até nomenclaturas em Manuais de Medicina na segunda metade do século XX, que separam as “anomalias” bem como classificam também as pessoas consideradas “normais”, termos como “heterossexual”, “travestismo”, “*queer*”, “lésbica”, “pansexual”, o pejorativismo de palavras que adentram as salas das famílias como “pederastas”, “eunuco”, “bicha”, “veado”, injuriando o ser humano ao compará-lo com animais que segundo a mente, seriam mais parecidos com o estilo de vida de pessoas não binárias e cis heteronormativas.

Os romances de Dubarry (1898) não deixam de ser lidos por seus contemporâneos, mesmo que não estivesse dentro dos maiores escritores de sua época, pois os onze romances sobre as diversas sexualidades do corpo humano quebrava a norma do que era típico de ser lido pela sociedade europeia aos olhos dos outros, mas, seus romances eram de certo modo lidos e requeridos de forma escondida, individual, pois retratava o que mais as pessoas queriam saber, da sexualidade não convencional do outro, do que havia próximo a si e que ninguém poderia falar sem ser recriminado ou ter sua sexualidade desconfiada de pertencer também a classe dos desequilibrados do amor. Fato este que seus romances ganham mais atenção de forma direta após décadas de seus escritos, quando movimentos sociais despertam em dizer não ao patológico, algo que Dubarry vinha dizendo desde o final do século XIX.

Michel Foucault irá por meio da obra *Os Anormais* (2010b) mostrar que a biologização é a prática do poder que é dado pelos médicos e juristas que fazem sujeitos abnegarem de suas vidas, seus sentimentos, a qual queriam viver suas próprias sexualidades, porém quem decide são os outros, os “normais” o que devem ser, qual sexualidade deve prevalecer, homem ou mulher. Além disso, conforme já expusemos, Foucault (2014b) nos aponta a problemática de que não existe um verdadeiro sexo, que a possibilidade de escolhas pertence ao próprio sujeito, e que ao ser interpelado por força alheia a sua vontade, pode o sujeito pelo discurso não aceitar ser objeto do outro.

Porém Dubarry (2022) ao ler as teorias de Kreft-Ebing em 1895, começa a entender que a Medicina iria em conjunto com a *instituição* jurídica e política dominar corpos, através de seu uso como experimentos em prol de se descobrir o ‘verdadeiro sexo’ de Brigitte, o que é demonstrado que, seu corpo foi levado a autópsia por ninguém o tê-lo reclamado.

Nesta autópsia seu corpo foi minimamente estudado para servir de modelo a novas pessoas que nascem desta forma, uma forma de evolução das ciências para poder classificar

uma pessoa conforme os estudos e percepção de pessoas que fugiam ao padrão e que, com o passar dos anos, vai ganhando notoriedade pelo aumento do desenvolvimento científico-social.

Há o surgimento de hospitais, clínicas, aprimoramento do poder estatal de punir pessoas que fogem ao padrão sexual por não conseguir emprego pela sua inadequação ao corpo com o ofício que a sociedade lhe designa, sendo tratados como pessoas depravadas, vagabundas e desordeiras, levadas a prisão ou ao desaparecimento como forme higienista de tirar das ruas pessoas com anomalias sexuais, além de outros tipos que poderiam de certa forma “contaminar” a burguesia com sua presença, visibilidade em termos de não mais serem vistas e a crença de que poderiam trazer doenças com sua integração social, devendo ficar afastadas de pessoas consideradas saudáveis.

A imagem que se vê sobre o mar, mostra lugares considerados exóticos, a beleza, a riqueza e a facilidade de se explorar territórios e povos “incultos”, de que a França poderia conseguir um vasto desenvolvimento econômico pela conquista de terras e pela riqueza na fauna, da flora, transportando a fortuna dos territórios da América do Sul, da Ásia, da África, tomando-os como forma de ostentação com peles de animais para servir a mulheres da alta sociedade, riqueza em ouro, prata e tantos outros diamantes além de que todo território é considerado estratégico a nível de manter-se dentro deles⁵.

Esta representação do corpo feminino reserva ao sujeito mulher um lugar de matrimônio e família, que tende a cuidar da casa, dos filhos, do marido quando de classe média ou alta ou se sujeitar a horas extrapolastes de trabalho em fábricas junto com crianças de famílias sem recursos.

O Entrevistado 1 (Anexo B, p.172) estuda a intersexualidade de gênero e é autor de dois artigos científicos, intitulados: *Superando o Binarismo de Gênero: Em Direção ao Reconhecimento Civil de Pessoas Intersexo* e *Violações de Direitos Humanos nos Procedimentos Normalizadores em Criança Intersexo*, nos quais esclarece que hoje se sabe que existe em determinadas pessoas algum tipo de questões ao nascer, que se refere à parte física dos genitais e que devem ser tratados(as) com atenção e cuidado pois são vidas que querem

⁵ Embarcações para espionar contra ataques de outros países, como forma de segurança nacional nas relações de poder e disputa entre as potências que também cobiçavam aqueles territórios e suas riquezas, o que por fim gerou duas guerras mundiais, uma guerra Fria e vários movimentos separatistas além de colocar dentro de um mesmo território povos de naturalidade e de culturas diferentes, o que gerou na África e na Ásia, um “corte” ao dividir as nações de forma que não respeitaram suas culturas e individualidades étnicas, o que se percebe as consequências até hoje com guerras civis dentro de territórios.

viver seu sexo e que não podem ficar à *mercê* de terceiros, que deve prevalecer a convicção da pessoa intersexo na decisão de seu próprio gênero.

Ainda segundo nosso Entrevistado 1 (Anexo B, p. 172-73), hoje se conhece a diferença entre intersexos e transexualidade, mas que nos primórdios do final dos séculos XIX, as divergências se davam pela forma como se considerava a pessoa apenas sob o olhar do macho e fêmea, que deveria ter pênis ou vagina, logo tanto pessoas intersexos e transexuais mulheres estavam neste grupo, pois não haviam nomenclaturas de definição de cada gênero, todos eram considerados como fora do padrão ‘normal’.

Baseando-se em uma abordagem de julgados recentes e de Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos como o Pacto de San Jose da Costa Rica, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e de legislações europeias, bem como de outros países, o Entrevistado 1 (Anexo B, p. 173) cita os Princípios de Yogyakarta +10 (YP+10) de 2007 e de 2017 de que as pessoas devem ser reconhecidas não por suas características fisiológicas mas pela sua auto declaração de identidade de gênero, que seja atribuído ao próprio sujeito a possibilidade de escolher seu gênero nos documentos pessoais e que este procedimento possa ser administrativo, sem a burocracia estatal, sem intervenção médica e jurídica.

O papel da mulher naquela época, mostra Dubarry (2022), era de procriar, seguir as normas de vivência da família tradicional cristã e o sexo era apenas para procriação, por isso se percebe que em alguns momentos, Brigitte a ser nomeada por “sapatão”, ressalta uma classe de mulheres não bem integradas na sociedade parisiense da época, pois emergia a noção de promiscuidade de não querer ter um casamento, de ir contra os costumes da família da época.

A esposa era a mulher de família, apresentada para a sociedade e que lhes acompanhavam em tarefas burocráticas, porém havia as mulheres que eram amantes destes homens e não era incomum que muitos aristocratas e burgueses tivessem suas amantes a qual lhe presenteavam e poderiam fazer com elas sexualmente o que não faziam com suas esposas, reservadas apenas a procriação.

Estas mulheres que eram amantes ficavam reclusas, na maioria das vezes à espera de seus “donos” que lhes pagavam um dote para serem apenas dele, reservada a um único homem, bem como outras mulheres que não conseguiam matrimônio por serem consideradas sem ter uma boa reputação, de já terem por exemplo sido vistas com outros homens e dificilmente conseguiam um casamento e se dirigiam a prostituição ou a ser amante de homens casados, tendo má fama e sendo difamadas pela sociedade.

Dubarry (2022), menciona nos seus romances diversas obras médicas, como a intitulada *Approaching Hysteria: Disease and its Interpretation*, de Mark, S. Micaele, estudada no início do século XX, onde descreve a histeria e sexualidade como teorias de comportamento da mulher dentro de um espectro médico, a que vemos nas obras de Freud e Charcot. Também pela mídia impressa temos vários romances eróticos de natureza homossexual que circulam na Europa ocidental e se espalham por todo o mundo, como no Brasil em seus folhetins, que passam a ser traduzidos para o português.

O trans sabe, o corpo conhece os desafios que estas estórias heterotópicas vivenciaram, são exemplos de superação em busca de seus sonhos, aliado a isto as consequências do desafio que é a morte. A partir destas experiências, se constroem Estados que pretendem lutar contra a medicalização do ser, ao proceder acolhimento e oferta de capital para a participação de que nestes outros espaços caibam corpos de mulheres trans, que possam ser heterotópicas em estar em posição de igualdade com outros sujeitos, tendo para si as melhores técnicas de mudança corpórea que decidam por si realizar com ajuda de movimentos sociais e de atores políticos e profissionais de múltiplas áreas, por uma nova governamentalidade dos vivos, pelos dispositivos de verdade e de resistências.

A questão de todas as genealogias é: o que é o poder, poder cuja irrupção, força, dimensão e absurdo aparecem concretamente nos últimos quarenta anos, com o desmoronamento do nazismo e com o recuo do stalinismo? O que é poder, ou melhor- pois a questão o que é o poder seria uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não quero-, quais são, em seus mecanismos, seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos em níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensão tão variados? (Foucault, 2021, p. 170)

O que desperta a atenção da mídia sobre os corpos trans, que até as décadas de 1960-70 pouco se havia formas outras de serem ditos conforme sua sexualidade a definia, eram então espetacularizações como a mídia a percebia, como um corpo exótico, sendo corpos que não são nem homem, nem mulher, afinal para que serviam estes corpos, o que eram? Monstros?

Desta forma o filme sobre Myra Breckinrige, que se observa em Audiovisual (1970) surpreende o público do mundo todo ao mostrar de forma sarcástica que representa uma sociedade americana entre fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, como anti-machista, de acordo com a luta feminista de que a mulher reivindica direitos em ter empregos e salários equiparados ao masculino, além de uma vida livre e independente. Na mesma época, eclodem

os movimentos *Queer* que também se espalham para o mundo todo, logo o filme agrega luta contra o preconceito de pessoas homo transexuais, representado pela teoria do diferente, visto que, na época havia poucos estudos de gênero, logo o que se observa é a dominância do genital, do sexo, frente a construção social.

Uma questão a ser problematizada é o fato de ter sido escolhida para representar a trans, uma atriz cis, um símbolo sexual da época: Raquel Welch. O que chama a atenção do filme é a resistência da perda do protagonismo masculino frente a pessoas consideradas “inferiores” nas questões de identidade, pela submissão imposta ao patriarcalismo masculinizador da “testosterona”.

Qual a razão da escolha de uma personagem trans ao invés de uma pessoa cis? Porque conforme a crítica ao sujeito trans era a expressão máxima da perda do estereótipo machista americano pela novidade de algo que pouco se conhecia, “o homem que vira mulher”, e passa por questões de reconhecimento na condição da mulher não mais submissa, mas da mulher que exige pela luta, pelo poder das mesmas condições que o homem machista que perde seu *status quo* a partir deste período nos Estados Unidos e que se espalha para outros países.

A obra, conforme audiovisual (1970), que é tanto criticada quanto aplaudida por muitos, é uma história homônima de Gore Vidal, sendo uma questão proibida de se falar, quem era de fato Myra Brenckinrige na realidade, se ela poderia estar representando a estória de alguém de vida pública e que no auge do filme poderia vir à tona o seu real motivo de fala.

Myra então, não se sente bem com seu corpo de homem, com seu genital e se desloca a Europa para colocar na prática seu desejo secreto de se tornar uma mulher ao realizar a cirurgia de redesignação sexual. Todavia, diferente da mulher “transformada” que tende a gostar de homens, ela após a cirurgia possui atração por outras mulheres, além de que os homens lhe causam repulsa, sentimento este em virtude da opressão machista que as mulheres no plural, sejam trans ou cis, sofreram em questões de subordinação social e cuidadora do lar sobre as normas do marido homem, masculino e dominador.

Por que então, Myra iria se transformar para se tornar mais uma subordinada ao império machista? Ela opta pelo seu sonho de ser mulher com a repulsa aos homens e o filme mostra que, conforme dito, como não havia conhecimento de que mulheres poderiam se transformar em homens como se tem hoje, que se estilizou positiva com a separação de orientação sexual e identidade de gênero com informação mais enraizada na sociedade nos anos de 1990, as mulheres que Myra admira em sentimentos de representação femininas, semelhante a ela.

O masculino tóxico da época, junto as práticas sexuais desviantes pela comunidade *Queer* rechaça que mudanças estavam por vir, de que a comunidade agredida não iria suportar violações contra a igualdade na vida privada, pela resistência e pelo poder de movimentos sociais que invadem as ruas das grandes cidades americanas após o filme, pelas ruas do mundo todo, pois, além desta obra começa a proliferar a questão do papel da mulher transexual como singular nos direitos, contra o machismo, o preconceito e pela liberdade e igualdade em relação as mulheres cis, juntamente com a questão de luta também da classe *Queer* de que ser homem, não significa ser machista e dogmático, que um *gay* pode ser homem e este homem pode ser bissexual e tratar a mulher com mais carinho e afeto que os heterossexuais, e que no início o machismo se via imbricado na perda de sua hegemonia, que vai se dilapidando pelas novas formas de identidades sexuais que surgem e conseguem com lutas, seu papel dentro das sociedades.

Não se buscava o fim da identidade heterossexual, e sim, o reconhecimento de direitos da identidade da mulher e das pessoas *Queer* e que estes movimentos identitários frente a “arrogância americana” não poderia mais ser tolerada, assim como foi e está ocorrendo com questões de raça, onde se mata pelo uso da força e por legítima defesa em detrimento da pessoa ser negra ou não heterossexual, usando a elite dominante estes dispositivos a seu favor como forma de prova de que são prejudiciais a “cultura” americana.

Myra é considerada anormal, sem direitos, interdita mesmo que socialmente, pessoas a olhavam com curiosidade, sarcasmo e aquele desejo de saber como pode existir isto, como é feito, por que existe pessoas como Myra? A sociedade americana como apreciava descaracterizar tudo que a fosse fora dos padrões normativos inventados por ela mesma, mas que pela luta, força, aparece em uma *Hollywood* em crise.

Myra transforma o local em que vive em um local diferenciado, rompendo a barreira do ostracismo da pequena cidade, da observação, frente a fala franca americana de questionar o abjeto que lhe apresenta a sua frente, de discutir a intolerância de que realmente não gostam de pessoas não binárias ou de pessoas não heterossexuais, porém, com a resposta da crítica, da contestação, de jogos de repercussão e de aparecimento de que estas outras identidades fogem ao medo e falam, divergem do elitismo, dentro de um jogo de disputas e de forças para a conquista de espaços para outras formas de vida que não é a heteropatriarcal.

A história de Myra se aproxima da de Herculine Barbin e de Brigitte Lambert visto que são pessoas que os outros não sabiam lhe dirigir as palavras da sua própria identidade, apagada ainda mais, em Myra que pode escolher o sexo e o gênero e as demais não, por Myra ter feito

a cirurgia de redesignação sexual e Herculine e Brigitte não, porém foram designadas pelo poder médico-jurídico a serem conforme o padrão, ou seja, deveriam ser homens. Ambas, inclusive Myra continua a gostar do sexo que optou na mudança, ambas gostavam de mulheres, embora tenham nascido no corpo de homem, logo a norma médica-jurídica não define o gênero.

Também podemos agregar a esta nossa discussão sobre o corpo trans ao longo do final do século XIX e XX, a história da *Garota Dinamarquesa*, que se passa nos anos 1920 e narra a história de Einar e Gerda Wegner aparentemente um casal convencional: homem e mulher, mas que sempre Gerda solicitava que Einar se deixasse ser pintado com roupas femininas. Nestes convites, Einar se deixa aparecer nas roupas macias, nos sapatos, toda sua sutileza que passa então a gostar de estar com roupas femininas e ter sua pintura retratada por sua esposa. Passa desta forma a usar as roupas femininas, a se maquiar e andar pelas ruas como mulher, sendo uma pessoa retraída e triste, até que decide por convicção e pedido da esposa que poderia haver solução para o que lhe incomodava.

Na época, conforme Gonçalves (2018) não havia estudos, relatos, recomendações médicas a serem buscados, não havia uma pessoa a que Einar pudesse se espelhar no caso de transformação do genital, sem qualquer paradigma que possa ser alcançado, uma heterotopia que caberia a ele ser a primeira a nascer novamente em um novo corpo, uma experiência além do limite, eis a coragem para um caso que se pensa, mas que nunca se soube da sua existência, seria possível Einar se transformar em Lili?

Sem a informação atual, sabe que existe um local na Alemanha em que Magnus Hirschfeld desenvolve um espaço filantrópico para estudos da sexualidade humana, sem fins lucrativos, denominado *Institut für Sexualwissenschaft* desde o final do século XIX. Com o passar dos anos é intitulado como o maior acervo de pesquisas de várias ciências sobre a sexualidade humana, em que ao mesmo tempo era uma biblioteca com uma vasta publicação sobre o tema, local de assistência e intervenção a pessoas que queriam saber e se autoconhecer, que não se identificavam na condição binária e lhes eram dadas atendimento de escuta e médico, onde se pagava quem possuía condições econômicas favoráveis, na quantidade que se poderia, além de haver atendimentos gratuitos para pessoas que não tinham condições financeiras.

Atrai para o local médicos e demais especialistas para estudar sobre questões da sexualidade, dentre elas a possibilidade de “mudança de sexo”. Realizava 1800 consultas anuais além de receber cerca de 20 mil pessoas de todos os países da Europa, que iam buscar informações no local sobre o sua própria vida, em busca do autoconhecer a si mesma ou pessoas

que se interessavam pelo tema, por exemplo, estudantes que queriam saber se haveria a possibilidade de mudança de corpo de homem para mulher.

Foi neste espaço, que Einar se transforma em Lili Elbe por intervenções do Dr Magnus Hirshfeld, e posteriormente do Dr Warnikros em Dreslen, onde ela diz que foi este médico que a fez sorrir e se descobrir mulher, e que, após as cirurgias finais de redesignação, Einar muda de nome e passa a se chamar Lili Ilse Elvenes, designada por Lili Elbe em homenagem ao rio Elba, local próximo onde passou parte de sua vida.

A Alemanha, de acordo com Gonçalves (2018) e Audiovisual (2016), antes do ingresso de Hitler no poder, era considerado o país do coração LGBT da Europa, porém com sua entrada no poder, os funcionários do instituto, que na maioria eram pessoas não binárias, além de pacientes e profissionais, sendo muitos não heteronormativos ou que aparentavam ser conforme a lógica nazista, foram levadas a campos de concentração e mortos junto aos judeus e outras minorias, com o intuito de obter uma raça pura, de acordo com a igreja e os bons costumes de uma extrema direita onde não havia espaço para estes corpos como o de Lili Elbe.

Antes, no entanto, o alemão Krafft-Ebing escreve uma obra psiquiátrica no final do século XIX intitulada *Psychopathia Sexualis* onde se aborda o comportamento da sexualidade sob o conceito de parafilias, além de questões como o sadomasoquismo e travestismo, em uma ótica médica, com lógica ponderada de conclusões que estas pessoas precisam de tratamento, sendo seus trabalhos de natureza patológica a modos de comportamento da sexualidade não convencional.

Quando as práticas não fossem as heterossexuais, posição diferente de Magunus Hirschfeld que acreditava na possibilidade da mudança de corpos como sendo uma natureza do indivíduo e não um desvio de distúrbio comportamental, que em 1921 organizou um Seminário sobre o tema da reforma sexual, formando-se um grupo de países interessados no tema em outro evento de maior magnitude em 1928 em diversas cidades do mundo como Londres, Copenhague e Viena até 1932.

Há por ordem do nazismo, a entrada de soldados que queimam e levam todo o acervo do instituto a campos de concentração onde são destruídos ou nunca mais encontrados, logo a biografia e as formas de cirurgias de Lili Elbe foram destruídas.

Sobre a precursora, a “verdadeira garota dinamarquesa”, seu intento era além da mudança de genital e de nome, onde o governo da Dinamarca autorizou a mudança de nome

em seu passaporte, em que se muda para a capital Copenhague para estudar na Academia de Belas Artes, onde conhece Gerda em 1904, vivem bons e maus momentos.

Em 1912 se mudam para Paris e o caso vem a ser descoberto pela imprensa em 1913, o que gera uma situação de espetáculo aos olhos do mundo, afinal era verdade? Após a cirurgia decidem se separar por convenção, o sonho de Lili estava na busca em ser mãe, por isso se casa com um homem após a separação com Gerda e tenta realizar um transplante de útero em 1931. Realiza o procedimento cirúrgico, pois queria ser uma mulher que pudesse ser mãe na condição biológica, mas 3 meses após, morre em decorrência de complicações da cirurgia, antes da invasão nazista de 1933 no Instituto de Sexologia em Berlim.

Conforme Gonçalves (2018) e Audiovisual (2016), a história chega em mãos do escritor Ebershoff, onde descreve sua história na obra *The Danish Girl* (A Moça de Copenhague) em livro. Após, em *Hollywood* com a presença de Nicole Kidman, o filme é realizado com a presença de Tom Hopper com interpretação de Eddie Readmayne e Alicia Vinkandernos, papéis de Lili e Gerda, respectivamente. Dois atores cis, que demonstraram entusiasmo em descobrir as heterotopias mais íntimas de Lili, mas que em entrevista diz, Eddie que se arrependeu de ter feito o papel de Lili, por motivos não declarados.

História que se diferencia do soldado americano, que nasce também na Dinamarca e que também se desloca a Alemanha para realizar a cirurgia de transgenitalização, que serviu o exército americano na Segunda Guerra. Trata-se de Jorgensen, que se transforma em Christine nos anos de 1950 com apoio do médico dinamarquês, o endocrinologista Christian Hamburger em que chama a atenção da mídia, porém de forma mais apreciada pelos tabloides de sensacionalismo, de forma documentada.

Após, conhece o também o endocrinologista Harry Benjamin, conforme Cyrino (2013) em que ajuda a divulgar sua clínica em Baltimore a partir dos anos de 1960, por seu sucesso em *Hollywood*, o que atrai milhares de pessoas interessadas na transição de sexo na clínica Harry Benjamin, que por brigas internas encerra as atividades no final dos anos de 1990. Seus estudos se proliferam para diversos países do mundo, dentre eles, o Brasil.

Na época em que viveram essas vidas precursoras, pouco se podia fazer frente a imposições de poder destas instituições como o médico e o judiciário, porém a partir do que foi a experiência dessas mulheres trans, há perspectiva de um discurso novo, por meio deste saber e esse conhecimento frente às instituições de poder faz com que a sociedade possa se rebelar e não mais aceitar a rejeição como a de Alexina, que aceitou por não ter outras possibilidades.

3. QUEM SOMOS NÓS HOJE? CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO CORPO TRANS NO DISCURSO MÉDICO E PSICANALÍTICO

FIGURA 4: Aparência e resistência



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

3.1 PRECURSORES DA DIFERENCIAÇÃO DE SEXO E GÊNERO (ATÉ A DÉCADA DE 1980).

A constatação do poder médico assinalado pelas pesquisas empíricas de Stoller e Money, citado por Ghorovic (2014, p. 107) apontam se uma pessoa é ou não transexual, sendo

portando “normais” do ponto de vista orgânico, fez com que surgissem clínicas do sonho transexual. (Gherovic, 2014, p. 107).

Conforme Lattanzio e Ribeiro (2018), John Money utiliza o termo gênero relacionado ao sexo nos anos de 1950 de forma precursora para relacionar o sexo biológico com o sexo psicológico em cirurgias e recomendação e aplicação de hormônios para pessoas não heteronormativas. Psicólogo e sexólogo, dedicou-se ao estudo e operações em crianças intersexo, denominadas hermafroditas no período. O ato de nomear gênero sexual, foi algo inédito, pois antes havia o termo gênero para endereçar o gênero textual, linguístico e biológico. O trabalho de Money publicado em 1955 realça o termo *gender* ao publicar um artigo sobre hermafroditismo em que a definição de fatores psicológicos podem ser o definidor da masculinidade e da feminilidade dos sujeitos, na escolha de seu sexo.

Posteriormente, em 1968, Robert Stoller na obra *Sex and Gender*, relata que a transexualidade pode ser “tratada” através de cirurgias quando, após etapa terapêutica de análise de fatores da vida social e psíquica do sujeito, perde-se ou há a ausência da figura masculina do pai e uma intensidade especialmente em meninos da figura da mãe que acha seu filho “lindo”, tratando-o como se menina fosse, querendo que seja sua menina desejada.

Ao passo que não há mais formas de conter a transexualidade no homem biológico, a “correção” é a perfeita cirurgia de mudança do corpo, para se tornar uma “mulher verdadeira”, de acordo com as técnicas médicas, sem mais interposição psicanalítica. Esta teoria de Stoller e Money autorizava as pessoas a não mais frequentar consultórios de psicanalistas, após a “correção do gênero” advinda pela cirurgia, visto que após 18 meses era possível a criança mudar o gênero, mas depois de 2 anos e meio a 3 anos não mais, sendo a única solução a intervenção corpórea e a hormonização.

O discurso destes psicanalistas vai ao encontro do avanço da tecnologia médica dos anos de 1950 até os anos 1990 no Centro de Identidade de Gênero Harry Benjamin em Baltimore nos Estados Unidos e outras clínicas que passam a oferecer o serviço de transexualização para mulheres em todo o mundo. Além dos Estados Unidos, em especial a Tailândia é hoje o país que mais oferece cirurgias dessa natureza em todo o mundo, com técnicas modernas e preços acessíveis ao padrão da classe média de países desenvolvidos, transformando-se hoje, em um “paraíso” para quem busca as cirurgias.

Verificam-se dois tipos de poderes distintos de normatizar a sociedade transexual, a abordagem de Freud-Lacan e a de Stoller-Money. A primeira possui a limitação de designar a

Biologia, as explicações que não conseguem explicar por seus métodos de consultório, sempre preservando o Falo e o pênis nas relações de dominância masculina sobre o feminino e que a homossexualidade e outras nomenclaturas ainda não descobertas, porém tudo o que não seja em Nome-do-Pai está fadado a ser um sexo doente, psicótico e que necessita de tratamento. Neste tratamento estão as consultas “intermináveis” de psicanalistas como os psicólogos e psiquiatras.

Na segunda teoria, Stoller (1982) mantém as consultas em consultório como forma de linha de raciocínio. Em um tempo no qual avança a tecnologia de fármacos (1950-60), e os aparelhos médicos, Stoller defende que por meio dos critérios de comportamento da vida da pessoa em relação a sua mãe, seu pai, se conseguiu ter relações com o sexo oposto como formas de definir o travesti fetichista, do homossexual e do transexual, sem que houvesse exaustão em consultas, direcionando as pessoas transexuais à cirurgia. Assim, a doença persiste, porém a cura se dá pela oferta da tecnologia, a cura está no hospital, que transformará um corpo patológico em corpo normal.

Nessas duas teorias, há a consulta com o psicanalista, seja um psiquiatra ou psicólogo, sendo que não há a distinção, pois ambos estão aptos a proferir parecer sobre a transexualidade de forma similar. Money, por sua vez, irá cuidar - pela sua formação acadêmica de psiquiatra infantil e de adultos -, de crianças transexuais, além de intersexos/hermafroditas, também terá importância nas colocações de próteses penianas em homens que foram acometidos por lesões no genital em especial no período de guerras. Determinará o tratamento psicológico na mesma linha de Stoller (1993), porém sua teoria supõe que o ambiente em que vivem as crianças pode determinar o gênero que irão desenvolver.

A obra *A Experiência Transexual*, de Robert Stoller (1982), busca tratar a transexualidade através de terapias psiconeurais, em que relatos, transcrições de gravações de pacientes e de pessoas de sua família juntamente com encontros empíricos de similaridade com teóricos de sua época, determinam questões de forma a direcionar os acontecimentos da transexualidade.

O próprio autor menciona na obra que não há como emitir um parecer absoluto e conclusivo de teorias analíticas, mesmo tendo se dedicado na observação estatística de uma quantidade de pessoas que possuíam fatores de personalidade semelhantes, porém percebe-se que na sua tese, os testes realizados para levantar suas hipóteses não atingiram a totalidade das pessoas e ele não informa a maneira pela qual obteve os resultados e o perfil de seus Entrevistados.

Os estudos são das décadas de 1950-60, pelo método do dispositivo que é a transexualidade, não se fará qualquer juízo de valor sobre a teoria que teve para a metodologia médica, comportamento adequado e satisfatório para aquele tempo, para aquelas pessoas que buscaram tratamento naquele espaço, nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo em termos financeiros. Salienta-se que o objetivo de Stoller (1993) era de ajudar os meninos⁶ transexuais a mudar sua postura antes do início da puberdade, desde que seguissem seus conselhos pautados no empirismo construído, e que conforme o autor surte efeito em alguns pacientes deixando de serem transexuais e passando a ser homossexuais. Ainda que não houvesse percebido virilidade como de um menino ou jovem heterossexual, ao menos poderia se esconder, disfarçar e não ter que realizar a cirurgia de redesignação sexual, o que na tese de Stoller traria menor sofrimento para a pessoa e para a família, além de maior respeito pela sociedade pois ter uma neovagina não o transformaria em mulher.

Muitas de suas conquistas tornaram-se modos de operação em tratamentos no mundo todo que foram se adaptando a novos modelos de tratamento conforme a evolução da Medicina e da sociedade, porém suas raízes deixaram traços que se percebe como aceitos como forma mais adequada de análise até nos dias de hoje.

Outros modos caíram em desuso, porém seu pioneirismo juntamente com outros psicanalistas como John Money foram fundamentais para sua participação na equipe do endocrinologista e cirurgião Harry Benjamin no Hospital John Hopkins e no Centro de Identidade Sexual e Disforia de Gênero. Essa instituição torna-se o maior centro de atendimento e tratamento para readequação corporal e genital do mundo durante muitas décadas, em especial o caso de Christine Jorgensen que passa a fazer propaganda da clínica de Benjamin.

Freud estudou sexualidade antes das pesquisas sobre o fenômeno transexual. Para ele, de uma forma geral, eram casos com diagnóstico inconclusivo e com tendências que a ciência médica ou psicológica ainda não dispunha de instrumentos para compreender em toda sua complexidade. Só posteriormente aos estudos freudianos foi possível compreender que cada instinto pode sofrer algum nível de repressão e se tornar inconsciente, de forma ainda que não cabe à psicanálise solucionar o problema da homossexualidade ou de outra denominação de orientação sexual como o intersexo (hermafrodita) e sim descobrir os mecanismos que possui

⁶ Destaca-se que nas pesquisas anteriores aos anos 2000, meninos ou homens que possuíam tendência transexual eram designados de transexuais homens e meninas/mulheres de transexuais mulheres conforme o sexo de nascimento. O conceito se inverte nos anos 2000 em razão do gênero buscado pelo indivíduo.

cada caso e a traçar linhas que levem ao caminho desses impulsos, ficando uma parte para o ramo da Biologia complementar os estudos⁷.

Freud, segundo Stoller (1993), também usa o aumento da bissexualidade como equivalência entre homem-ativo e masculino e de que o feminino-mulher é passiva, informando que a passividade gera maior domínio do ativo sobre si, sendo mais frágil que o poder do homem ativo, papel de submissão que a mulheres de forma inata carregavam consigo.

De acordo com Cossi (2018), estudioso da teoria de Freud-Lacan e de Stoller-Money, um guia médico que deve ser seguido para todos, Freud foi em direção oposta, informando sempre que questionado que experimentos taxionômicos devem ser realizados sob experimentos em laboratório com maior nível de confiabilidade e de normas a serem seguidas, dando ênfase e eventuais erros que poderiam ser corrigidos com novos experimentos e maior volatilidade e dimorfismo sexual em experiências iniciais com animais e posteriormente com seres humanos, tendo uma linha de raciocínio objetiva que caberia à Biologia determinar e seguir com estes pressupostos e não a Psicologia, que a partir de evidências da biologia, poderia ser aplicada a esta, mas não cabe a Freud e a psicoterapia a realização destas descobertas⁸.

Estuda-se também a hormonização com a aplicação de estrógenos e testosterona, e evidencia que os meninos que ingeriam hormônios femininos possuíam pele suave, silhueta curvilínea, sobrancelhas arqueadas, olhos vibrantes e altivos, passando a ter estruturas secundárias femininas em muitas situações como o não surgimento de pelos, sem barbas, com seios envolventes, efeito do uso destes hormônios, outra explicação para este fenômeno que por meio destas substâncias transforma o corpo de uma pessoa no sexo oposto, porém em idade antes da puberdade.

Observa-se de maneira eloquente as formas dos órgãos internos e externos como o cérebro, que no caso de pessoas bissexuais por meio do advento da Fisiologia não era uma tábua rasa em forma como as pessoas alegavam ser, por atingir nos experimentos maior número de

⁷ As impressões do autor na obra “Análise Terminável e Interminável” conforme Freud (2018) reforça que a masculinidade e a feminilidade abre espaço para novas descobertas que a psicanálise não possui, pois não é uma Ciência Exata e não possuía fundamentos para descrição do que é masculino e feminino e sim impulsos e impressões de que um pênis em mulheres atravessa todas as doutrinas de análise psicológicas com a revanche masculina e que se chegava ao fim das análises o que de fato não era a realidade pois deveria ser melhor estudada pela área médica, é na Medicina que veria uma definição de melhor exatidão e com fundamentação estatística de maior magnitude que a psicanálise, não sendo este o caminho a ser seguido pela Ciência psicológica.

⁸ A abordagem da psicanálise sobre as questões de gênero entre as teorias freudianas e stollerianas podem ser visualizadas na audiovisualidade. Trans é patologia para a psicanálise? com Rafael Cossi | Christian Dunker. Disponível em: > <https://www.youtube.com/watch?v=BE-2oc2P0Gg><. Acesso em: 05. Jan.2024.

pessoas consideradas bissexuais em aparência, em evidência, ao aumentar a quantidade de pessoas, percebe-se que a identificação da bissexualidade não estava associada ao formato do cérebro e que haveria a necessidade de uma explicação de maior cientificidade que desse maior credibilidade a Fisiologia, bem como nos argumentos que Freud não conseguiu responder em sua vida.

Durante as entrevistas realizadas para esta Dissertação, mencionei, ao Entrevistado 12, que ao ler seu trabalho, passei a compreender melhor a teoria de Lacan, que escreveu sobre o “*sinthoma*” e que, por meio deste sistema, cada indivíduo seja ela transexual ou não possui um gozo específico, sendo um avanço na teoria de Lacan, descrito por Cossi em seus estudos.

No trabalho de Stoller (1982) a forma de criação entre mãe e filho, especialmente se ela possui traços de uma vida masculinizada, projeta-se no menino no primeiro ano, estendendo-se até os quatro anos, todo o ódio e raiva que teve de sua mãe, ausente na sua infância, de forma que quer para si o menino para que de forma contrária ao anti-édipo represente sua feminilidade que não houve em sua infância⁹.

Conforme Stoller (1993), nas entrevistas com pessoas que embasaram seus estudos sobre a transexualidade, existe um “padrão” da criança transexual, ela possui traços femininos, desperta a curiosidade nos vizinhos e na família e no próprio pai ausente ou na sua aceitabilidade vazia com elogios de que é uma bela criança, com a seguinte expressão marcante: “tão lindo e belo que parece uma menina”. O menino aprende desde pequeno que seu papel social é de ter características próprias da feminilidade, no seu jeito de andar, no carisma e na educação no tratamento com a sociedade, um jeito calmo, pacífico e simpático, elegante que foge quando comparado aos demais meninos de sua idade, por isso são isolados, pois querem brincar e ficar o tempo todo com as meninas, se identificando desde cedo com brinquedos e com as falas femininas.

Conforme se observa, a figura feminina é bastante estereotipada nessas conclusões de Stoller (1993). Acrescenta ele, ainda, que os assuntos e interesses das crianças trans são os mesmos das meninas. São limpos, pueris, e são aceitos no círculo de amigos junto a meninas, pois tanto em termo de aparência como na essência de ser são equivalentes às meninas, não se

⁹ Segundo Stoller (1982), a mãe do menino transexual possui tendência a ter cabelos curtos, gestos poucos sutis, empregos com tendência masculina, são casadas com homens pueris, ou seja, ausentes na criação dos filhos, por ter alguma comorbidade, pelo seu próprio *self* de não se importar com o filho e também acha-lo lindo, ou quando possui tendências de não masculinidade na criação dada sua ausência por motivos múltiplos como trabalho noturno, pouca atenção dada ao filho, um pai ausente da família (mãe e filho), ou doente, ou passivo em termos de aceitar ser dominado pela mulher, sendo a mulher a chefe da casa.

adaptando ao grupo de meninos que sujam suas roupas ao jogar bola, nos assuntos mais “embrutecidos”, nas risadas mais “peraltas” de uma personalidade masculina, com cabelos curtos, roupas com desenhos de guerra, heróis em quadrinhos masculinos. Também a figura masculina reproduz estereótipos sobre o masculino.

Pode-se fazer a crítica das posições de Stoller, Money, Harry Benjamin nos anos de 1950 sobre a diferença dos sexos e da identidade de gênero que se desenvolve ao longo dos anos, porém os escritos dos autores citados remontam a década de 1950, em que os movimentos sociais sobre pautas identitárias não possuíam a mesma eloquência no momento atual e que ambos possuíam tendências de fazer com que pessoas que não se sentiam bem com o corpo e o sexo atribuído pudessem modificar com as cirurgias, ou seja, o que hoje está claro para a maioria da comunidade médica e de direitos humanos, para aquele período foi uma notoriedade de grande repercussão.

Na obra *Masculinidade e Feminilidade* Stoller (1993) deixa claro que a questão do psicanalista como agente que realiza entrevistas pessoais longitudinalmente e sem o uso de instrumentos da medicina, é a da continuidade: é preciso verificar se as hipóteses traçadas em um diagnóstico permanecem ou não, sendo que muitas pessoas iniciam a terapia e não voltam, especialmente as mulheres pelo estigma que, se havia em questões de gênero para todos, entre as mulheres sempre foi muito mais profundo

Realça que o objetivo de sua pesquisa é observar a pessoa para esclarecer uma determinada hipótese, isto é, o objeto é a própria pessoa. Ele demonstra que tem consciência de que seus estudos foram criticados por feministas por não concordarem com suas obras e resultados, mas que usaram de suas pesquisas como “material bruto” para tecerem seus comentários, como a questão de gênero, observado por um outro viés¹⁰.

Ele esclarece que a identidade de gênero observada em seus estudos na Universidade da Califórnia (UCLA) em que estão em seu redor outros psicanalistas como Money e os Thompson, criou a estrutura de gêneros e que a Medicina trouxe à tona a realidade de uma sociedade que não estava acostumada com o sexo “diferente”. Assim, a partir destas observações, com auxílio de outros pesquisadores, ressalta que a análise cromossômica,

¹⁰ Expressa Stoller (1993) que vários artigos científicos que demandam recursos públicos são “camuflados” por dados tendenciosos em que uma observação que não retrata as hipóteses com clareza induz ao erro e a resultados equivocados e que atos de observação, a qual realiza em que opta em estar diante do paciente, fazendo suas anotações sem uso de exames laboratoriais e aparelhos que a tecnologia produz e que está a sua disposição, mas que a opção na observação do sujeito e de pessoas envoltas a sua realidade gera atos de preconceito contra sua pesquisa, pois a consideram “menos científica” que as que usam a tecnologia médica.

gonodal e a observância de estruturas sexuais primárias e secundárias faz a distinção do sexo que é o homem e a mulher e do gênero masculino e feminino, e que, pela observação de pessoas intersexuais e hermafroditas que buscavam atendimento no Hospital John Hopkins e na própria UCLA pode-se observar estas diferenças em que se aborda a diferença dos gêneros.

Importante salientar que as pessoas intersexo, e outras que nasceram ou adquiriram uma condição no genital diferente daquele de seu nascimento, não significa que existe correlação médica de igualdade entre transexualidade e hermafroditas e sim que, na época por não haver casos de transexualidade em quantidade, pela observação destas pessoas que possuíam os dois sexos ou sexo com má formação, foi possível a definição do masculino e do feminino, e em época posterior é que foram desenvolvidos estudos bem como foram surgindo classificações que passam a diferenciar intersexo, transexual, assexual. Mas, nos anos de 1950-60 poucas classificações haviam e, portanto, a definição que pode aparecer é que a lógica a transexualidade é diferente dos hermafroditas, apesar de ambos serem pessoas que estavam fora da binaridade vista e estudada pelos psicanalistas e médicos de seu tempo.

Exceto o caso de Lili Elbe na década de 1930, a primeira transexual operada no mundo que se tem notícia, surge novas cirurgias de redesignação sexual nos anos de 1960, com auge em 1970-80, ou seja, após a definição de gênero de Stoller que data de 1966, porém inicia anos antes com hipóteses e resultados pelo agente psicanalista.

Na década de 1950, Stoller (1993) começa seus estudos pelos experimentos que é o próprio sujeito. Conforme já expusemos, ele constata que meninos quando criados sob forte influência da mãe e que não tem um pai ativo, que não desenvolvem até os 2 anos e meio a 3 anos de idade, elementos em sua subjetividade de conceitos *masculinos*, tendem a desenvolver a transexualidade primária em que a mãe incentiva a criança a se vestir e estar em comunidade com outras meninas. Por meio dessas lembranças do próprio sujeito nestes anos da infância ou pela sua família e outros a seu redor, cria-se a identidade de gênero na pessoa que não consegue ser mais alterada.

Diferentemente da abordagem de Freud-Lacan em que há o complexo de castração e a figura mais atingida é a menina pela ausência do pênis e pela incapacidade de se desvencilhar do desejo de tê-lo, na tese de Stoller (2018) é o menino que não consegue, estando em um ambiente que é acolhido pelo feminino, que o torna pertencente ao gênero feminino não sendo necessário esperar pela puberdade em que existe a hora da verdade em Freud e Lacan, pois o gênero já está criado nos primeiros anos da infância, mesmo que a criança não se lembre.

Nos estudos, a figura de familiares em especial dos pais foi importante para a tese de Stoller sobre a transexualidade, devido a criação do gênero na *psiquê* da criança nos primeiros anos de vida, onde os pais, irmãos, avós, vizinhos e toda uma gama de pessoas que conviveu com a criança nestes anos, atestam estas hipóteses, além de que a própria criança pode lembrar de pontos da sua infância.

Há a manutenção da feminilidade com o passar dos anos, antes da idade do complexo de Édipo em que as pessoas passam a ter lembranças com maior nitidez de suas histórias de vidas e passam a reafirmar o que os pais e outros disseram sobre sua infância de que nada se alterou com o passar dos anos, quando a pessoa começa a adquirir maior consciência de memória e lembrança de suas experiências de comportamento em relação ao gênero.

Um dos pontos mais marcantes que trazem equívoco à teoria de Stoller, conforme Cortez, Gaudenzi e Maskud (2019) foi na afirmação de Money de que o meio pode determinar o gênero, o que foi com o tempo gerando descontinuidades em que o ter uma genitália e sua convivência não a faz ser homem e mulher, realçando ainda mais a questão de gênero sobre a masculinidade e transexualidade.

Outro ponto marcante em Stoller (1994), foi que as primeiras pessoas que se consideram transexuais, na maioria homens, possuíam agitações que para Stoller, sem saber o que eram, tinham uma perspectiva de indefinição do sexo, as pessoas sabiam que estavam no corpo errado, que sentiam atração por meninos, mas não sabiam o que eram, como deveriam ser chamados, o que fazer. É que Stoller (1993) relata esta questão, por isso a aproximação de não estar instituída nos anos 1950 a um sexo e gênero pré-determinado assim como ocorriam com as análises psicoterapeutas de pessoas intersexuais e hermafroditas na época. Após, na clínica, verificam-se as diferenças anatômicas e cromossômicas, mas Stoller analisava, pela óptica psicanalítica e não cirúrgica, embora tenha escrito e estado ao lado em suas pesquisas de cirurgias.

Stoller (1993) considera o transexualismo secundário como aqueles homens que possuem sinais persistentes de mudança de sexo, mas que fogem ao padrão adotado em relação à fase da infância. O gênero trans se revela no corpo, pois o padrão é a vontade de mudar de gênero pela opção da cirurgia quando o paciente sente que é homossexual com sua autodeterminação de que seria melhor se fosse mulher¹¹.

¹¹ O transexual secundário para Stoller (1993) são homens efeminizados e com jeito de mulher, que por motivos múltiplos não tiveram o acesso à informação do que seriam e descobriram a transexualidade tardiamente vivendo sob um *status* “guarda-chuva”. Dentre outros pode-se destacar homens que se passaram por heterossexuais

Há também questões de manter as normas em ser pai ou com o matrimônio, mas que sempre nutriram a vontade de ser e estar mulher dentro de si, além de homens que não manifestaram nenhum tipo de estilo erótico por nenhum gênero em que determinado momento de sua vida, após a infância e a adolescência pleiteiam a mudança de gênero pela cirurgia de redesignação sexual.

A diferença do transexual primário, em que se observa nos primeiros anos de vida pela família e pelas pessoas que convivem com o paciente e possuem a convicção de serem transexuais, está em uma ligação em que podem realizar a cirurgia após as normas de cada país, após completar a maioridade, estando muitas vezes ligadas ao conhecimento do país, seu *status* econômico e de conhecimento do que se passam com a vida de seus filhos ou por familiares e vizinhos que percebem na fase escolar que estas crianças não são aceitas pela maioria da coletividade daquele ambiente.

No transexual secundário, as pessoas descobrem sua vontade de ser transexual após um estágio de vida, mesmo após estarem casados ou exercer a paternidade ou que lhes foram atribuídos outros rótulos como homossexual ou travesti. Salienta-se que na época as expressões não eram claras, assim como hoje gera confusão e que nos anos de 1950-60 em um país continental como os Estados Unidos, há a prevalência de pessoas bem-informadas sobre a estrutura de identificação de gênero em regiões desenvolvidas em contraponto com a falta dessas alternativas para outras pessoas em que não havia a informação.

Na obra *Problemas de Gênero*, Butler (2020) afirma que não existe um sexo natural e que sexo e gênero seriam uma mesma coisa, sendo que manter o termo *gênero* é uma forma de recusa da biologia de corpos normativos, porém também recusa a construção de gênero pela tendência cultural quando não se pode definir qual mecanismo o constrói. Por isso, é preciso estudar se há formas de construção social e cultural bem como a existência de gêneros não inteligíveis. Butler recebe críticas de algumas feministas, como Dona Haraway, que menciona conforme Porchat (2014) que a noção de sujeito é muito dispersa em determinados contextos e autores que possuem visões diferentes.

No caso de Butler (2020) no conceito de performatividade se perde a ideia de sujeito como a interioridade e a essência da construção deste sujeito invisibilizado. Butler quer recusar

masculinos para agradar a sociedade e seus conviventes próximos. Outro grupo é aquele em que relaciona o travesti fetichista em que gosta de usar utensílios femininos, porém geram menor erotização que a maioria e que também passam em determinado momento a se vestir e a se comportar de forma feminina com mais intensidade, após a experiência de outro gênero.

a construção da biologia bem como a construção de gênero unicamente pela cultura, bem como de um agente que constrói um destino linear, pois o sujeito que é nomeado por *gênero não inteligível*, não escolhe o gênero que possui.

Remonta a ideia de corpo, de forma a mostrar quais corpos são dignos de falas, e quais são considerados reprimidos por instituições jurídicas, médicas e recorre à ideia de que o corpo emerge na construção de uma linguagem, e defende que o corpo não é uma estrutura estática já que os sujeitos possuem formas de ter corpos diferentes em movimentos, corpos que se maquam, se vestem com roupas distintas de seu sexo, em que não existe uma relação de conformidade entre todos, entre o corpo vivido, o corpo sonhado, o corpo que quer se ter.

Abordando a noção de pulsão, Butler (2020) percebe que as normas são significantes e que quando remetem ao corpo estão ligadas a uma função da linguagem, e o que a difere da psicanálise é a possibilidade de que os corpos podem ser modificados. Sendo o corpo transformável, o corpo *abjeto* é aquele que não possui aceitação imediata pela sociedade, que sofre por ausência de políticas públicas em que o imperativo da heterossexualidade cria noções de exclusão e de repúdio ao que é aceitável por uma lógica do ideal binário cis heteronormativo e sexista.

Porchat (2014) em “Psicanálise e Transexualismo” traz a percepção clínica e analítica entre questões de sexo e gênero, em outras palavras, a pesquisadora propõe um diálogo entre a psicanálise freudiana com as teorias de gênero, dentre elas a da transexualidade, pois se faz necessário um novo olhar conforme as mudanças da vida social na sua cotidianidade.

A autora assevera que emergiu a insatisfação dos movimentos de classes de minorias como as feministas, a teoria *Queer* e dos transexuais, apenas para citar alguns, contra as ideias freudianas da castração, do Falo, do Édipo pois elas segregacionam e trazem a desigualdade de sexo e gênero, opondo o masculino como superior ao feminino, submisso e destinado ao matrimônio e as atividades de casa e do trabalho.

Ressalta, entretanto, a autora (PORCHAT, 2014), que, em determinadas formas de tradução, quando se faz a crítica à psicanálise, muitos conceitos como o de gênero, instituídos por Stoller em 1966 não estavam no centro das atenções de Freud na primeira metade do século XX e sim a *identidade sexual*, o *masculino-homem* e o *feminino-mulher*.

Lacan, conforme Cossi (2018), contemporâneo de Stoller, afasta-se em maior nível do biológico e integra a linguagem como forma de entender os princípios do semblante, do luto, da perda, da castração e que foi designado o termo *gênero* em nível diferente da epistemologia

de Stoller. Lacan, segundo esse autor, segue o discurso de Freud e o aprimora, assim como outros psicanalistas que vem em décadas posteriores e cientistas como antropólogas e filósofos (como Butler e Foucault), que abordam a psicanálise para criticar, ou para lançar ancorar a sexualidade na construção social e histórica do sujeito.

Trazendo as palavras de nossos entrevistados, para o Entrevistado 2 (Anexo B, p. 179), os aconselhamentos multidisciplinares ajudam a pessoa trans a realizar ou não as cirurgias de redesignação sexual ou outras cirurgias. Menciona que não saberia dar uma palavra exata e final sobre a influência das equipes multidisciplinares sobre as noções de masculinidade e feminilidade pois elas são baseadas em estereótipos de gênero, que estão sendo pré formatizados por atitudes e pensamentos ao longo dos anos do que é ser mulher ou homem. No caso de expressarem esses estereótipos, os tradicionalismos da equipe podem gerar conflitos entre a equipe e a pessoa.

No geral, diz o Entrevistado 2 (Anexo B, p. 179) que as equipes estão bem mais atentas na atualidade devido às mudanças no campo da cultura e do social, lembrando que identidade e orientação são coisas opostas, independentemente de seu aparelho genital, sendo, por exemplo, uma mulher trans que pode sentir atração por homens, mulheres, pelos dois gêneros ou por nenhum deles, o que era difícil de entender por profissionais médicos antes da contemporaneidade, devendo ser tratada, reforçando que não existe gênero verdadeiro e que eles transitam no tempo e no espaço no contexto social e cultural.

Nenhuma cirurgia é tranquila, há risco em qualquer uma delas, podem ocorrer erros em qualquer procedimento. Falando especificamente sobre a cirurgia de redesignação, como ela é irreversível, não cabe à equipe dar o sim ou não, porém explicar às pessoas, pondera o Entrevistado 2 (Anexo B, p. 179).

Os testes de Stoller, conforme Leite Junior (2008) foram apropriados pela clínica de Harry Benjamim e outros médicos desta mesma corrente de pensamento e de técnicas cirúrgicas, por ter uma visão semelhante de que a teoria psicanalista não é adequada para a escolha do gênero. Ao ser diagnosticada pelo sexólogo, que pode ser um médico, tem a possibilidade de tratamento pela hormonização e/ou pelas cirurgias. Posteriormente, há a possibilidade de retificação de identidade no âmbito jurídico, assim, a Medicina e o Direito.

As cirurgias médicas e seu discurso triunfam de forma indireta sobre o corpo transexual que não se pode fazer mais nada para conter a transexualidade de existir conforme a psicanálise stolleriana onde a pessoa teria que se dispor a receber um diagnóstico após anos de terapia.

Não havia consenso para os adeptos de Stoller, Monet e Benjamim sobre a justiça de tratamento psicoterápico que não iria aliviar o sofrimento apenas postergar e trazer mais dúvidas para a vida das pessoas ao interferir em suas escolhas. Inseridos em uma mesma ideologia de identidade de gênero nuclear, após a infância, se não superada a fase em que é possível recuar e retornar à heterossexualidade desejada, a opção é apenas a cirurgia para reduzir o sofrimento da criança ou da pessoa transexual em idade mais tardia.

Sobre bem-estar e felicidade das transexuais femininas, a sociedade atual pergunta-se sobre o legado de Foucault (2017a) sobre a transexualidade no transcorrer dos tempos. Badaro Verde e Graziottin (1997) afirma que cada vez mais a discussão sobre sexualidade e gênero em geral, deve ser multi ou transdisciplinar, pois não há como desenvolver uma discussão no campo médico sem levar em conta a discussão no campo das Ciências Humanas e na Política. Essa discussão transdisciplinar gera crescimento na área técnica e científica, reafirma a importância da área dos direitos humanos e gera um enriquecimento maior para todos.

Nesse trabalho de Baldaro Verde e Graziottin (1997), intitulado “Transexualismo, o Enigma da Identidade”, há um diálogo com a teoria de Stoller (1982) e outros ao situar a transexualidade sob a ótica de um país que pode ser considerado assemelhado ao Brasil em partes, em termos de cultura e legado, em um espaço de tempo que versa em especial os anos de 1980 e início dos anos de 1990. Ao mesmo tempo, reafirmam que a mídia tem papel central na insurgência pela autoafirmação da vontade das pessoas, o que faz aumentar a procura pelas cirurgias de redesignação sexual.

Diferentemente do sistema de saúde italiano, no Brasil, depois de constatada a necessidade de a pessoa realizar o procedimento, a cirurgia pode ser custeada pelo sistema de previdência e seguros. Entretanto, a forte influência das ideologias religiosas e dogmáticas leva a opiniões que ressaltam o perigo do bem-estar futuro ou se a pessoa está em uma tendência de automutilação.

Percebe-se que neste período, a Itália, um país essencialmente católico, conseguiu reduzir as disparidades regionais e transformou-se em um dos países mais desenvolvidos e ricos do mundo. A plasticidade do termo *gênero* nos anos 1980 ganha atenção dos psicanalistas que realizam as terapias para verificar se a pessoa é considerada um paciente recomendado ou não para cirurgia. Pela sua cultura e traços religiosos mantém na Psicanálise e na Psicologia a confiança que havia sido perdida anos atrás como nos Estados Unidos. Abrange famílias e pessoas decididas a realizarem as cirurgias, a buscar centros de acolhimento, ampliando os conceitos de novos psicanalistas da teoria de Stoller.

Estes dogmas não são descartados e sim aprimorados com as novas descobertas tecnológicas em termos de práticas de transgenitalização. A cultura latina italiana e seus *habitus* intrínsecos são levados no diagnóstico psicoterápico além de ser um país que foi um dos pioneiros na aceitação e no acolhimento para que as pessoas pudessem realizar as práticas cirúrgicas com leis e decisões judiciais favoráveis desde a década de 1980 e pesquisas avançadas nesta temática além da já mencionada visibilidade transexual na televisão, nos jornais e revistas que instigavam as pessoas a procurar o que acreditam ser, podendo ser um engano após as informações obtidas ou a chance de mudar de gênero.

A cultura italiana, conforme Baldaro Verde e Graziottion (1997) como preconizado pela doutrina católica, percebe-se a penitência de pessoas que vivem em áreas rurais ou cidades pequenas, que pela sua vontade buscam as cirurgias para uma “cura”, de um passado que lhe trouxe insatisfação com suas vidas, ausência de relacionamentos afetivos, busca desenfreada pelo sexo oposto como uma “solução” para a insatisfação geral de suas vidas onde se mescla o gênero com outros problemas.

Mostra pessoas solitárias, sem perspectivas de emprego ou não bem-sucedidas na profissão, no casamento, na vida em sociedade em busca de uma solução que seria a troca de gênero. Também infere que, para conseguir o laudo favorável muitas pessoas distorcem a realidade em que vivem apenas para obter um parecer favorável, o que faz a pessoa enganar a si mesma, porém não mensura quantas adotaram esta atitude e realizaram a cirurgia e se arrependeram de forma posterior, piorando seu estado de saúde, que não tinha em hipótese alguma observada a indicação de mudança de gênero, e sim, de mudança em outros ramos do corpo e da saúde mental de cada um, de forma singular.

Conforme as normas do Instituto Harry Benjamin de Disforia de Gênero, para a pessoa transexual nascida com o sexo masculino e pretende se submeter a cirurgia de transgenitalização passa-se a adotar a expressão H-M (homem para mulher), entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990.

3.2 AS NOVAS MANEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO DO GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIAL

Preciado (2022a) aborda as questões das tecnologias de gênero, de forma a tecer uma conjuntura cultural e tecnológica de formação e de transformação de corpos. Sua pesquisa interroga: “a que ponto a tecnologia trouxe satisfação em relação aos gêneros não dominantes

que foram transformados em espectros de submissão frente a dominação do gênero masculino, na cultura e na tecnologia?” Para o Entrevistado 10 (Anexo B, p. 216), as técnicas estão sempre em evolução em qualquer ramo de atividade humana. Os congressos são uma fonte muito importante de novos conhecimentos. Mas hoje em dia temos muitas facilidades oferecidas pelas redes de comunicação eletrônica.

Entrevistado 10 (Anexo B, p. 215), que é cirurgião, diz que realiza cirurgias faciais e corporais, dentre elas: o lifting, com a frontoplastia, lixamento de ossos da frente (testa) redução do pomo de adão etc. Ele não realiza cirurgia de redesignação sexual. Segundo ele, cada cirurgia é indicada após avaliação daquilo que é o melhor a ser feito para cada caso. Ele acrescenta ainda que, em geral, as pessoas que procuram cirurgias estão decididas a conseguirem o melhor resultado para atingir seus objetivos. Hoje, o comportamento da sociedade está muito mais aberto para as diversidades e o auxílio das cirurgias é um grande passo para contribuir com o bem-estar. O Entrevistado 10 mantém redes sociais onde explica, detalha e mostra o antes e depois dos procedimentos, conforme *QRCode* abaixo.

FIGURA 5: Luiz Paulo Barbosa



Fonte: Audiovisualidades Mestrado, 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EaZmGY5AbkM>

Comenta o profissional na audiovisualidade que as cirurgias de feminização principalmente da face são mais procuradas pelas transexuais, mas existem travestis que também procuram cirurgias em busca de uma maior satisfação íntima. Ao se referir ao serviço público, o Entrevistado 11 (Anexo B, p. 219) diz que, o atendimento no serviço público da saúde ainda está muito no início, acolhendo uma porção muito pequena da demanda.

Em relação à visão psicanalítica, o Entrevistado 4 (Anexo B, p. 191), menciona que a medicina da época não sabia a forma, a nomenclatura a ser usada. A concepção de transexualidade surgiu posteriormente, por meio dos Manuais de Estatísticas e Diagnósticos de

Saúde Mental (DSMs), que se modificaram ao longo do tempo, e por meio dos Códigos Internacionais de Doença (CIDs). Cita que a homossexualidade, por exemplo, deixou de ser doença apenas em 1980, no DSM-3; hoje estamos na quinta versão. Percebe-se que essas pessoas existiam, é claro, mas a Medicina “não sabia” como denominar aqueles novos corpos que iam surgindo nos hospitais e clínicas, e sendo percebidos e estudados pela Ciência, e que na ausência de nomes, se usava termos que já eram falados, como “hermafrodita” e “intersexo”, para designar um transexual, por exemplo.

Em seguida, o Entrevistado 4 (Anexo B, p. 191-92), menciona o conceito de iatrogenia, que no campo médico se refere à criação de uma categoria de diagnóstico pela própria Medicina. Se aplica também ao conceito histórico, quando por exemplo, em décadas passadas, as mulheres apanhavam caladas dos maridos, pois não havia nada que as amparasse até o surgimento de leis de proteção, como a lei Maria da Penha. Isso pode ser comparado à questão transexual, pois da mesma forma, conforme o tempo passou, foram surgindo leis, conceitos e movimentos sociais de reivindicações, de modo que as pessoas se sentiram mais acolhidas e fortes, em aliança para irem as ruas e protestar por direitos legais e por justiça e igualdade social.

Observou-se uma mudança discursiva no que diz respeito às transexualidades. Espera-se que, com o passar dos anos, haja ainda mais leis e acolhimento público e de segurança para as pessoas mais vulneráveis, como as pessoas transexuais. Esse advento se iniciou no feminismo, com os estudos de Judith Butler, por exemplo, e se engaja em outros movimentos, em especial na segunda onda feminista na década de 1960, bem como com a teoria *queer*, movimentos de raça e transgêneros. Os grupos minoritários em direitos têm feito conquistas para expressar suas opiniões e na busca de direitos sociais e culturais inclusivos, pela resistência e contra o poder dominante.

Ceccarelli (2017) percebe que, após 13 anos de haver reelaborado sua obra, na entrevista, em que o Entrevistado 4 (Anexo B, p. 192) menciona que teve como experiência pacientes que se transformaram em “lindas mulheres”, mas informa que o valor pago foi alto e que pessoas com maior renda possuem maiores facilidades de realizar suas cirurgias, sem ter que esperar longos anos em uma lista de espera. Cita na obra que as cirurgias projetam mulheres fabricadas que devem realizar múltiplas cirurgias na voz, no nariz, no queixo, nos seios além do genital, podendo ser um homem equipado de vagina.

Também há a menção da distinção de transexual do travesti fetichista, em que o travesti busca mudança corpórea para realizar suas fantasias, mas que seria um erro a sua mutilação

genital, quando usam-no, quando sentem prazer em ter pênis, de que a cirurgia não pode ser um momento, que depois volta-se atrás, visto que é improvável o retorno ao aspecto biológico inicial antes das cirurgias.

A palavra transexualismo foi noticiada por Caudwell no ano de 1949 na obra *Psychopathia Transsexualis*, termo inspirado nas obras do também médico Richard von Krafft-Ebing sobre relatos de pessoas que queriam ser do sexo oposto desde o século XIX. Cita os termos e tece diferenciações em 1953 pelo endocrinologista Harry Benjamin, em uma Conferência sobre sexualidade em Nova Iorque. Nos estudos que se seguem há a separação dos estudos da psicose, do travestismo psicótico e da homossexualidade.

Aparece pela primeira vez no DSM III em 1980, mesmo ano que a homossexualidade é excluída como doença psiquiátrica. No ano de 1994, no DSM IV é caracterizado como distúrbio de identidade de gênero, que pretende demonstrar o sofrimento de estar em um corpo com o qual não se identifica ao se olhar no espelho.

Conforme Ceccarelli (2010), sobre a inteligibilidade em Lacan, o transexual projeta em si o Falo e busca a cirurgia ao se afastar do significante, mas não do órgão em busca do real, do imaginário e simbólico em Nome-do-Pai, sendo uma psicose, sendo que seu erro é não perceber que o Falo é apenas um significado em que não quer mais ser Falo-significante pelo discurso sexual, onde o desejo da cirurgia é a passagem pelo real.

O Entrevistado 4 (Anexo B, p. 192) menciona atenção a movimentos sociais sem adotar termos como pessoas trans cirurgiadas e não cirurgiadas. Afirma que nos movimentos sociais modifica-se a forma de todes entender o corpo trans, uma fala mais condizente com a mudança de tempo entre a publicação da obra e seu pensamento nos dias de hoje. Entende o entrevistado que ainda existem lacunas entre a área médica e os movimentos sociais, com tensões entre ambas. Esta rede de tensões modificou-se com os anos em que a área médica e social possa se complementar para o bem-estar da mulher trans, na sua autodeterminação de buscar ou não as cirurgias de transgenitalização. Percebe ainda críticas tensas por parte de cientistas sociais, militantes das sexualidades a área médica e vice-versa e que tensões que não sejam pelo bem-estar do sujeito que mais necessitam dos procedimentos gera insegurança institucional principalmente na paciente.

Sobre o tema das equipes multidisciplinares que existem nos centros de atendimento de Hospitais Universitários, o Entrevistado 4, (Anexo B, p. 192), informa que é importante o trabalho da equipe, para que se possa inclusive preservar a vida de determinadas pessoas que

se afirmam transexuais, porém não o são, mas sofrem de doenças, o que é uma realidade. Além disso, comenta que o trabalho da psicanálise é ouvir o indivíduo e pode, em razão de seu conhecimento, aconselhar a pessoa em análise e os membros de sua família ou pessoas próximas.

Ainda nas palavras do nosso entrevistado 4, (Anexo B, p. 192) a proposta de uma equipe multidisciplinar é a de que haja a convivência dialógica e harmônica entre profissionais, para que se possa proferir um diagnóstico real para uma pessoa que é considerada transexual, por meio dos requisitos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e das normas que ele exige. Salienta que não é uma tarefa fácil para o profissional de saúde proferir um diagnóstico desta magnitude, pois isso irá modificar a vida de uma pessoa, e ninguém está alheio a erros.

A essa opinião, acrescenta o Entrevistado 2 (Anexo B, p. 179) que a equipe deve problematizar, saber ouvir as pessoas e dialogar sobre a questão; menciona que espera que os novos governantes eleitos deem maior atenção no que tange às demandas do SUS, com maior desenvolvimento de equipes profissionais especialistas nesta área, maior atenção às regiões onde não há atendimento do início ao fim das cirurgias, como na Região Norte, e que as pessoas menos assistidas financeiramente possam ter seus anseios atendidos.

Infere que ainda não há consenso a respeito do tema, e que há, por parte de certa camada da população heteronormativa, críticas aos repasses a cirurgias primárias e secundárias desta natureza, como colocação de próteses de silicone e cirurgias de feminização facial, que são complementos à redesignação sexual. Este é um problema social e cultural do Brasil, que tende a ser superado pela Educação formal.

Quando perguntei ao Entrevistado 2 (Anexo B, p. 180) sobre as Ciências Sociais e médicas, se estão ou não dialogando com o tema da transexualidade, menciona que ainda é forte o “poder médico” frente a outras formas de dispositivos, como a cultura, a psicanálise e as lutas sociais. As novas formas de entender gênero, desconstruindo-o em sua teoria singular e patriarcal, ocorrem de forma mais evidente em determinados lugares do que em outros. Entender o ser humano e seu psiquismo é uma noção complexa, e pode-se dizer que ninguém é totalmente normal. Ainda há lugares em que pessoas que buscam acolhimento médico em equipes multidisciplinares de hospitais não são bem acolhidas, por ausência de vagas e por escassez de profissionais qualificados nesta especialidade, e prevalece nesta questão quem possui maior poder aquisitivo frente às pessoas transexuais – as quais, na sua maioria, não o possuem.

A desconstrução de poderes pode ser conseguida por meio das lutas e reivindicações legais, embora não se veja, no hoje, a possibilidade de elas terminarem. O Entrevistado 2 (Anexo B, p. 181) observa que os tratamentos estéticos e cirúrgicos são caros, e que apenas pessoas “ricas” podem pagar, por isso a necessidade de agilidade social em políticas públicas para que elas se tornem mais acessíveis.

O Entrevistado 4 (Anexo B, p. 194) aponta a questão da mídia que versa sobre o tema, como por exemplo, as novelas. Além disso, o Brasil possui grande interesse entre os usuários da internet de consumir conteúdo transexual, sendo um dos países, senão o maior país, que consome pornografia transexual no mundo, e também o que mais mata transsexuais no mundo. Esta questão pode explicar que as mortes podem ter correlação com este consumo pornográfico, pela atração pelo tema, fato que deve ser abordado na construção de políticas assertivas de segurança. Fatores como educação e tempo são basilares para um novo olhar contra a discriminação de gênero no Brasil.

Indagando se os cientistas transsexuais são bem recebidos na Academia, na pesquisa, e na docência, a resposta do Entrevistado 7, (Anexo B, p. 209-210) foi que nos dias de hoje sim, mas que em tempos mais remotos, havia estigmatização dos professores e pesquisadores homossexuais, por parte das famílias tradicionais que não aceitavam que seus filhos pudessem ser educados por pessoas não heteronormativas. Nos dias de hoje há uma maior aceitação. Para o Entrevistado 9, (Anexo B, p. 214), sobre a abertura de espaço a pesquisadores transsexuais:

Creio que há espaços acadêmicos amigáveis a pesquisadores não heteronormativos; todavia, não me vejo em condições de fazer uma avaliação mais ampla.

Além disso o Entrevistado 9, (Anexo B, p. 214) percebe que um governo mais inclusivo, com pautas de gênero, pode incrementar a igualdade entre os cientistas e pesquisadores que possuem a função de propagar a diversidade, e a reflexão das pessoas em relação a temas que já deveriam estar superados, como a aceitação social de pessoas não heteronormativas na universidade como pesquisadores. Ele aponta que este, infelizmente, ainda é um tema que é pauta mundial, inclusive para países mais desenvolvidos como Estados Unidos e França, e estas questões ainda merecem atenção. Para o Entrevistado 9, (Anexo B, p. 213):

No campo das ciências sociais creio que tem sido desenvolvidos estudos que permitem pensar e avançar sobre que a discursividade dos corpos; quanto às reivindicações, o movimento social LGBTQIA+ é manifestação deste processo de reivindicações.

Muitas desistem e morrem inclusive pela questão da idade e que, quem possui recursos o caminho pode ser mais fácil em conseguir fazer em tempo mais rápido pelo sistema capitalista em que vivemos, que faz do sexo um mercado e que se o Estado fosse efetivo no tema e se fosse capaz de gerar bem-estar social a pessoas transexuais, Ele, o Estado, viria a pessoa e não a pessoa teria que procurar ele.

Cita Leite Junior (2008) que os estudos da escola psiquiátrica de Stoller, Benjamin, Money, nos Estados Unidos, onde as pessoas eram entrevistadas e, quando diagnosticadas, preenchiam uma ficha de Auto Consentimento sobre sua responsabilidade, o eventual arrependimento é da responsabilidade do paciente, além da questão da designação do gênero pelo ambiente ou pelo olhar apenas das características sexuais secundárias em mudar o genital atribuído ao sexo oposto, que fez com que várias pessoas se suicidassem, por não ouvir o que elas queriam ser, como sentiam seu gênero e sua sexualidade.

Para o Entrevistado 8 (Anexo B, p. 211) os cientistas e pesquisadores não heteronormativos tem sido melhor acolhidos na comunidade científica, quando se compara com tempos de décadas passadas, porém pensa que a nível macro, a questão deve ser discutida de forma coletiva com a sociedade e não de maneira individual.

As escolhas segundo o Entrevistado 7, (Anexo B, p. 208) no momento da realização de uma cirurgia de grande complexidade e que não há como reverter de forma total, e que o arrependimento de querer voltar atrás não é eficaz, deve a pessoa refletir, estudar os prós e contras antes de realizar as cirurgias, em especial, a de redesignação sexual.

Para o Entrevistado 15 (Anexo B, p. 235):

O Brasil não é um país acolhedor com pessoas não heteronormativas. Seja no meio científico, acadêmico, jurídico, onde for. Poderia se imaginar que no meio científico, por lidar com pessoas intelectuais, isso seria diferente. Mas não é. E somente aceitando isso podemos melhorar. Particularmente eu daria mais credibilidade a um estudo feito por um cientista sobre sua própria não heteronormatividade. Mas digo isso por uma percepção própria, não consigo dizer sobre o meio científico.

Cita também que antes da equipe de Money, Stoller, Benjamin, desde o final do século XIX, já se estudava o tema, porém com outras nomenclaturas e abordagens. O caso da primeira pessoa transexual operada, Lili Elbe e Christine Jorgensen, como se observou anteriormente. O caso virou capa de revista nos Estados Unidos sobre questões de descobertas de nomenclaturas, o pesquisador diz que é muito relativo e que por ter poucos dados na época, há livros que citam que outras pessoas já haviam pensado sobre o gênero antes de Stoller. Alude o que é delimitado pela teoria como sendo o primeiro relativo em razão das convenções.

Ressalta que antes destes profissionais americanos, houve Magnus Hirshfeld, médico e sexólogo alemão, que defendia os direitos dos homossexuais, assim entendido na época, também os transexuais no final do século XIX. Trabalhou também como jornalista, onde teve participação importante não apenas na Alemanha, mas em Copenhague, com o objetivo de fazer uma reforma sexual em 1921, conforme alicerçado na obra de Leite Junior (2008).

Para o Entrevistado 7 (Anexo B, p. 205), que concedeu a entrevista para este trabalho na semana seguinte à entrevista concedida ao Café Filosófico, programa da Tv Cultura, muitos aspectos se complementam pela multiplicidade de perguntas e de um emaranhado de possibilidades de um ramo que se denomina sexualidade. A entrevista está disponível no *QrCode* abaixo, o que corrobora para o debate, por suas singularidades e correlação.

FIGURA 6: GianCarlo Spizzirri



Fonte: Audiovisualidades Mestrado, 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTjs4UGckB8>

O Entrevistado 7, em sua entrevista, conforme a audiovisualidade do *QrCode* acima, cita os estudos de Money, que pensava que ao colocar duas pessoas de um determinado sexo em um determinado ambiente, seu gênero poderia ser transformado pelas formas de vivência que possui, independente do genital, e, percebe, que sua teoria não é bem sucedida em sua totalidade, pois, quem possui um gênero definitivo mesmo que viva em um determinado ambiente, não mudará por isso, e sim, pela sua autodeterminação de ser o que já está consigo, o gênero formado é não mutável por questões do meio em que se vive.

Menciona a existência do terceiro sexo na Ilha de Samoa, designado de *Fa'afafine*, pela aceitação desde a infância do não binarismo, onde diferente da teoria de Money, o próprio indivíduo escolhe sua sexualidade desde a infância em viver como homem ou mulher e pela cultura, religiosidade são aceitos naquela categoria, o terceiro sexo.

Cita que no Programa de Estudos em Sexualidade (PROSEX) da Universidade de São Paulo (USP), cada pessoa é designada conforme suas necessidades, por exemplo, se a pessoa não quer passar por uma redesignação sexual por sentir que pode ocorrer arrependimento posterior, ela terá um diagnóstico, ou mais especificamente, uma recomendação de colocar próteses de silicone ou hormonização corporal, e que as normas não definem o que a pessoa é. Logo, uma travesti pode reivindicar um local de fala mesmo não querendo passar por qualquer tipo de intervenção e deve ser respeitada e que por isso há o termo transgênero, que abarca os dois gêneros, sendo um termo 'guarda-chuva', logo tanto travestis ou transexuais podem se autodesignar como queiram, conforme seu pertencimento.

Sua principal teoria é de que os homens e mulheres não podem ser divididos em apenas homens e mulheres, e que existe um terceiro sexo, ou, em outras palavras, critica a heterossexualidade do masculino e do feminino e que existem em determinadas pessoas elementos variáveis de personificação masculina e feminina, sendo este limiar uma categoria intermediária a estrutura binária que era a do dominante até então.

Afirma que os atos de fala como a linguagem neutra e as reiniciações de fala podem e devem ser exploradas na área da Linguística e que a contribuição desta Ciência é importante para que o próprio indivíduo compreenda seu lugar de discurso na sociedade e que os médicos podem aprender com a Linguística sobre termos da Fala e do Discurso, mais apropriados nas relações interpessoais. A pessoa quando chega no departamento do *PROSEX* e se reconhece e reivindica ser designada pela sua fala ajuda na interação para seu próprio bem-estar e nem sempre é estudada em outras áreas do conhecimento, por isso as ciências Humanas como a Linguística tem este papel importante na construção do discurso das dedicações que são levadas a terapêutica do *PROSEX*.

Sobre a legislação do CFM e suas exigências de ter uma equipe multidisciplinar, o Entrevistado 7, (Anexo B, p. 208) aponta mudanças positivas como a recente mudança destas exigências de dois para um ano de acolhimento no serviço. E que as recomendações não possuem caráter de veredicto e que considera importante a pessoa trans que está em transição ter pessoas que possam acolhê-la, pois não poderia ter este suporte em outro local, como na família em muitas situações. Assevera ainda que, como profissional está adstrito as

recomendações e que, quem as faz nem sempre atua no serviço que atende estas pessoas e que em outros países há o Termo de Livre Consentimento Esclarecido em que as pessoas fazem a cirurgia desabonando o médico de arrependimento posterior, mas ressalta que, no Brasil a equipe multiprofissional tem responsabilidade na recomendação ou não da cirurgia, e que a recomendação é positiva da forma que está na lei, onde a equipe possui responsabilidade sobre o parecer .

Sobre os trabalhos de reindexação de direitos no âmbito social e cultural, menciona que infelizmente ainda há falta de diálogo entre as ciências e que os movimentos de direitos reivindicam a queda das desigualdades binárias que existem e que, muitos especialistas percebem que em termos de cultura estamos há mais de cem anos atrás de países da Europa, onde cita a Holanda em que realizou pesquisas, e quando há desigualdades o papel social de luta é fundamental e que o Brasil está de certa forma “flutuando” por um passado não feliz no reconhecimento destes direitos em relação a outros países mais desenvolvidos culturalmente neste tema.

Menciona que de acordo com as Convenções de Saúde, o Código Internacional de Saúde (CID), que está em sua 11ª edição, possui respaldo da OMS e de países desenvolvidos em especial da comunidade médica psiquiátrica dos Estados Unidos e que em 2018, na divulgação do CID 11, a transexualidade deixou de ser patologia psiquiátrica e passou a fazer parte da área de saúde.

Alude que é uma conquista, mas que parte da comunidade não quer que haja qualquer CID para este gênero. Então, o Entrevistado 7, (Anexo B, p. 210) afirma que pode ocorrer uma eventual redução de recursos por não estar no *roll* de procedimentos médicos, podendo também excluir os recursos. Neste momento, dialoguei com o Entrevistado sobre as mulheres grávidas, que não estão no CID para realizar os partos e que o SUS e a rede pública em geral acolhe. O especialista diz que as coisas no Brasil não devem ser pensadas em uma analogia desta maneira, pois o parto existe há milênios e que o conceito de transexualidade no Brasil é recente e que ainda há necessidade de maior amparo técnico em suas definições.

O Entrevistado 7 (Anexo B, p. 210) apenas citou sobre repasse de verbas, que a não vinculação do trans ao CID é importante, mas quem detém as relações de poder, no caso o Estado, deve continuar a atender as pessoas com dignidade para quem deseja fazer as cirurgias mesmo se for abolido do CID, sendo uma questão administrativa, porém o bem-estar da pessoa é universal.

O realismo sexual que depende de formas de automação, que podem ser consideradas arcaicas pela doutrina médica-jurídica e as técnicas fármacos-psicológicas que foram sendo absorvidas por este discurso normalizador que na década de 1970 houve críticas que ainda requerem elucidação, sendo que Preciado (2022b) em sua obra aborda como um discurso da segunda onda feminista pode dizer não a uma heteronormatividade machista e patriarcal¹².

O que se percebe é que até os dias de hoje a definição de transexualidade é complexa e uma das explicações desta complexidade é a pluralidade das pessoas transexuais que não possuem um gene em comum, uma cultura comum ou uma vida social e sexual igual. Isso ocorre porque as pessoas são plurais e tendem a aceitar mais uma hipótese em detrimento da outra, pois seu *habitus* de vida comportamental está mais atrelado a esta ou aquela tendência, de acordo com Coelho (2008).

Este fato não torna uma teoria inferior a outra pela complexidade da questão, deve-se entender, estudar cada teoria e tentar com novos estudos adaptar e ter visões que possam ajudar grupos sociais e culturais heterogêneos que vivem a transexualidade de forma singular e única em cada lugar do mundo.

Com relação a este ponto, podemos inferir que Freud (2018) remontou a tese do “mal-estar na civilização” de que a maior liberdade de escolha não coincide com o progresso da civilização de forma que a inquietação, a busca pela felicidade a qualquer custo depende apenas de si mesmo.

Essa afirmação nos remete a Foucault quando, em seus estudos da História da Sexualidade IV (2021a), por meio dos textos de Cassiano e Basílio, discute os conceitos sobre pureza e virgindade pelas técnicas de si sobre a pureza. Para Basílio, a busca da inocência deve ser da alma e do corpo, sendo a alma a representação máxima da pureza de forma constante como ato de fala para se purificar de forma constante por meio de movimentos sutis do pensamento. O sujeito deve se vigiar continuamente até os movimentos mais secretos do pensamento através da atenção constante e a purificação deve ser vista como causa de uma ilusão astuta do inimigo, deve ser vigiado, estar em constante vigília na relação de atenção de si consigo mesmo, das relações do corpo e da alma e das práticas da virgindade.

¹² A interpretação de Freud e Lacan para a transexualidade era de pouca ou nenhuma separação entre gênero e sexo, além da questão fálica e do complexo de Édipo. O que se pode dizer é que Stoller continuaram os estudos de Freud assim como Lacan, porém com visões diferentes da sexualidade, e todos inferem que a designação da transexualidade é complexa no que tange ao comportamento humano, havendo convergências e divergências entre psicanalistas e teorias aceitas e outras que são criticadas.

De acordo com o Entrevistado 12 (Anexo B, p. 225) Stoller basicamente desenvolveu seus estudos no ramo das sexualidades na vertente de haver um “núcleo de identidade de gênero”. Stoller acreditava poder encontrar o “transexual verdadeiro” – atendeu pessoas trans e suas famílias por mais de 10 anos - , e embora hoje se possa ver que as técnicas propostas não se mostraram eficazes com o passar dos anos, com a mudança da sociedade, enfatiza que estávamos nos anos de 1960 e que descobertas como a distinção de sexo e gênero em 1964 e sobre questões de comportamento sexual que poderiam interferir na vida das pessoas foram na época valorizadas como descobertas da psicanálise, como algo novo, até então jamais visto.

Nosso Entrevistado 12 (Anexo B, p. 225) menciona que nas obras de Freud e especialmente na de Lacan, pouco se abordou sobre transexualidade em comparação a Stoller e cita que apenas no Seminário XVIII proferido por Lacan no início dos anos de 1970, é mencionado que Stoller desenvolve a sua teoria sobre o núcleo de identidade de gênero. Lacan também critica Stoller sobre o que considerava como “as causas” da transexualidade, como: a ausência do pai, o incentivo da mãe para que criança se vista com roupas femininas, sendo na maioria das vezes bissexuais, projetando a feminilidade desejada na criança que não teve para si. Há pontos de interpretação valorizados para aquela época e que hoje se sabe que não há como provar sua totalidade como sendo apropriada para dizer se uma pessoa é transexual, heterossexual, homossexual ou travesti fetichista.

Conforme o Entrevistado 12 (Anexo B, p. 225-26), nesse Seminário Lacan toma as questões de forclusão¹³ e Nome -do- Pai¹⁴, as quais Stoller não menciona em seus trabalhos, para designar os transexuais stollerianos como psicóticos ao não atravessarem o Édipo, em que a criança não se separa da figura da mãe sem construir para si a masculinidade desejada.

Para o Entrevistado 8 (Anexo B, p. 212), sobre a mídia e sua relação entre capital e sociedade, declara que:

Acredito que a mídia tem grande importância nesse debate, e conscientiza a sociedade, e consegue performatizar o discurso em prol de mais aceitação, na minha visão o grande problema é o capitalismo, que impossibilita a mídia de fazer um debate real com a sociedade e podermos evoluir mais rápido.

¹³ Conceito definido por Lacan que tem o significado verbal de: excluir, banir, omitir, expulsar para fora de um “limite”, relacionados à psicose.

¹⁴ Significante é o pai, que na sua singularidade, pode ser definido um sujeito, porém de forma única e singular de cada sujeito. Infere sobre o gozo e os desejos psíquicos de cada indivíduo.

No entanto, como aponta o Entrevistado 12, (Anexo B, p. 226) essas ideias foram desenvolvidas nos anos 1950-60, momento em que pouco se tinha conhecimento sobre essas questões. Quando perguntado sobre a mídia no contexto da representatividade trans em novelas, diz que é fundamental para reduzir vulnerabilidades e que ainda no Brasil, a “grande mídia” exerce o papel de domínio do capital, mas que os movimentos sociais estão cada vez mais propensos à luta por seus direitos.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS FORMAS DE ACOLHIMENTO DA PESSOA TRANSGÊNERA

A exclusão do CID 64.0 em 2019 do Código Internacional de Doenças e patologias como Transtorno de Identidade, foi um avanço para humanizar as pessoas transgêneras que não são doentes, bem como a redução no Brasil de 1 ano de acolhimento para a realização de cirurgias de transexualização, inclusive em hospitais particulares (OMS, 2018).

Trata-se de humanizar e acolher e muitos médicos estão usando o termo acolher ao invés de tratar, porém deve se seguir cuidados para com estas vidas, que possa evitar arrependimento futuro, quanto maior o cuidado e a vigilância para consigo mesmo, pelo bem do corpo, menor será o risco do arrependimento e desistir de fazer algo que no percurso se percebe como algo que não trará benefícios.

Foucault (2014a) em *A Ordem do Discurso* aponta o fato de que toda sociedade possui mecanismos de controle sobre o que se pode e se deve dizer e, conseqüentemente, sobre o que se pode e se deve ser em cada época. No caso dos corpos considerados anormais, funciona fortemente o mecanismo da interdição, por meio da qual o sujeito não pode, não tem o direito de dizer, de se expressar como gostaria. A interdição determina que sua fala se submeta a hierarquias de poder dizer ou de se calar. Assim, sujeitos considerados anormais e, portanto, abjetos pela sociedade ao longo da História, possuem poucas vozes que podem dizer o que pensam através do discurso. A interdição atinge, principalmente, certos temas específicos, como a sexualidade e a política que devem se submeter à normatividade discursiva biológica dominante no discurso médico e sociopolítico.

Além da interdição, temos como objeto de exclusão a rejeição, por meio da qual os sujeitos podem proferir discursos dentro do espaço, porém cabe aos donos das regras do saber/poder impor quais discursos são verdadeiros e devem ser levados em conta, por exemplo,

quais discursos podem ser inseridos dentro de uma universidade, em uma palestra e quais discursos devem ser rejeitados, como não verdadeiros ou desprovidos de saber.

Prevalecia nestas relações, com base na História que se revela desde a Antiguidade até aos anos de 1970, o saber médico que por experimentos e pela confissão diagnosticava a loucura, o desviado, o anormal, tendo apenas a palavra estes sujeitos infames, de acordo com Foucault (2003) através de discursos até o século XVIII em um teatro romantizado, onde neste espaço poderia romantizar sua história como não socialmente verdadeira, mascarada, uma história formada por um discurso inventivo, alusivo, fora dos padrões sociais aceitáveis, neste teatro dos infames, nada no discurso do louco, do anormal, do não heterossexual era concebido como sendo verdade. Todas as falas do louco são vistas como fantasias que não aconteciam no real, apenas são memórias triviais que exasperam no discurso imaginário de quem não possui saber, não possui poder e moral para se dirigir à sociedade.

Eu ficaria embaraçado em dizer o que exatamente senti quando li esses fragmentos e muitos outros que lhes eram semelhantes. Sem dúvida, uma dessas impressões das quais se diz que são “físicas”, como se pudesse haver outras. E confesso que essas “notícias”. surgindo de repente através de dois séculos de silêncio, abalaram mais fibras em mim do que o que comumente chamamos literatura, sem que possa dizer, ainda hoje, se me emocionei mais com a beleza desse estilo clássico, drapeado em algumas frases em torno de personagens sem dúvida miseráveis, ou com os excessos, a mistura de obstinação sombria e de perfídia dessas vidas das quais se sentem, sob as palavras lisas como a pedra, a derrota e o afinco. Há muito tempo, utilizei documentos semelhantes para um livro. Se eu o fiz então é sem dúvida por causa dessa vibração que sinto ainda hoje, quando me ocorre encontrar essas vidas ínfimas que se tomaram cinzas nas poucas frases que as abateram. O sonho teria sido o de restituir sua intensidade em uma análise. Na falta do talento necessário, por muito tempo remói só a análise; tomei os textos em sua aridez; procurei qual tinha sido sua razão de ser, a quais instituições ou a qual prática política eles se referiam; propus-me a saber por que, de repente, tinha sido tão importante em uma sociedade como a nossa que um monge escandaloso ou um agiota extravagante e inconsequente fossem “sufocados” (como se sufoca um grito, um fogo ou um animal); procurei saber a razão pela qual se quis impedir com tanto zelo os pobres espíritos de passearem pelas estradas desconhecidas. Mas as intensidades primeiras que me motivaram permaneciam do lado de fora. E uma vez que havia o risco de elas não passarem para a ordem das razões, uma vez que meu discurso era incapaz de levá-las como caberia, o melhor não seria deixá-las na forma mesma que me fizeram senti-las? Daí a ideia desta compilação, feita um pouco segundo a ocasião. Compilação que se compôs sem pressa e sem objetivo claramente definido. Por muito tempo pensei em apresentá-la segundo uma ordem sistemática, com alguns rudimentos de explicação, e de maneira que se pudesse manifestar um mínimo de significação histórica. Renunciei a isso, por razões sobre as quais retomarei daqui a pouco; eu me resolvi quanto a juntar simplesmente um certo número de textos, pela intensidade que eles me

pareciam ter; eu os acompanhei com alguns preliminares; e os distribuí de maneira a preservar – em minha opinião, o menos mal possível – o efeito de cada um. Minha insuficiência votou-me ao lirismo frugal da citação” (Foucault, 2003, p. 203-04).

O teatro era um símbolo das possibilidades dos sujeitos infames, onde poderia dizer o que queriam, suas experiências, sofrimentos, possibilidades, que eram ignorados, mesmo sabendo que poderia ser verdadeiro, porém a ordem do discurso para estes infames deveria ser invisibilizada, para não atormentar a verdade que deve ser dita, ao contrário caberia apenas aos infames a pena, o tratamento, a separação e palavra risível e abjeta desprovida de saber e poder¹⁵.

O Programa de identidade de Gênero (PROTIG), dentro do HC de Porto Alegre, desenvolveu conforme as recomendações dos organismos nacionais e internacionais, todo um aparato de atendimento que vai desde a triagem psicológica, com uma novidade que outros hospitais adotaram, que foi a inclusão de assistentes sociais em sua equipe para ver como são as vidas das pessoas, conversar com seus familiares, ver a aceitação ou não, ver as condições de vida socioeconômicas e afetiva de cada paciente e propor soluções e planos de ajuda com acolhimento entre pessoa e família e sua inserção no convívio social de forma harmônica e pacífica.

Começa a receber pacientes de várias regiões do estado gaúcho em 1997, a partir da Resolução CFM 1482, de 1997 que autoriza as cirurgias de transexualização no Brasil ainda em caráter experimental. Pessoas de diversas regiões do país, da mesma forma que outros centros multidisciplinares começam a ser implementados em São Paulo, no Rio de Janeiro em Recife e Goiânia ao longo do tempo, especializando e dando maior oferta as pessoas de diversas regiões do país, porém, percebe-se sua concentração nas grandes capitais e, por exemplo, ausência de hospitais na região Norte e no interior do Brasil e a incompatibilidade de iniciar um tratamento que exige consultas semanais a nível psicológico para moradores distantes dos hospitais universitários mencionados. Os anos de 1997 até 2008 foram árduos para os profissionais que atuam em cuidados à saúde transexual, pois embora pudessem os procedimentos serem realizados, havia ausência de recursos financeiros diante da demanda. O

¹⁵ O percurso do autor mostra na época atual, o sentido de ser abjeto, o louco, eram todos que não seguiam a lógica do normal, dentre eles a pessoa não binária, que não poderia confrontar as teses biológicas com doutrinas sociais, pois embora será revelada sua verdadeira face décadas posteriores, naquele período o discurso que predominava no caso da sexualidade era o discurso biológico de Herry Benjamin, de Stoller, onde o transexual representado na figura do hermafrodita ou em tudo que não era heterossexual, na ordem: homem-pênis, mulher-vagina deveria ser interdito e não dar crédito para sua fala.

tema se judicializa, com ingresso de transexuais nos tribunais reivindicando seu direito a poder mudar seu corpo com procedimentos médicos e hormonais. Tem-se por parte na região sul, especialmente no PROTIG gaúcho, a participação ativa do Ministério Público Federal e do Judiciário que passam em conjunto com os colaboradores do hospital a buscar uma solução para que os direitos das pessoas trans sejam reconhecidos pelo sistema público brasileiro com repasses de valores condizentes com a realidade demandada. Desta forma, não eram suficientes apenas normas do CFM e sim uma junção para se fazer os procedimentos em hospitais públicos de referência, sendo, portanto, necessária a intervenção no Ministério da Saúde (MS) para repasses de valores do SUS aos hospitais credenciados. Durante o governo bolsonarista de extrema-direita, houve decréscimo nos repasses o que prejudicou muito o Programa pois a maioria dos pacientes que buscam os procedimentos não possuem condições financeiras de custeio em rede privada, sendo que a maioria tem no SUS ou por pedido de cobertura judicial gratuita em hospitais públicos, sua única possibilidade.

Relata o Entrevistado 8 (Anexo B, p. 211), que ao se deslocar para fazer um procedimento de vasectomia, ouvia piadas de pessoas de dentro do hospital perguntando se “iria fazer mudança de sexo”. Questões que envolvem o corpo, como no caso do homem tomar a iniciativa de uma vasectomia, pode não ser bem vista a sociedade, visto que o homem nasceu para procriar e nos direitos reprodutivos hegemônicos, se espera que a mulher faça a “laqueadura”.

Logo pela fala do Entrevistado 8 (Anexo B, p. 211) vê-se que no Brasil, há muito a que se abordar sobre direitos e sexualidade, de que a mulher não é submissa ao homem e o oposto é verdadeiro. Justiça e igualdade em questões de sexualidade como uma vasectomia é uma opção de escolha da pessoa que busca por conta própria a intervenção, porém o compara a uma cirurgia de “mudança de sexo” pois está tanto no órgão e na redesignação sexual é neste órgão que se usa também, estigmas de palavras que devem não mais existir.

Com o tempo, a mídia passa a mostrar a realidade destes centros de pesquisa, bem como os procedimentos realizados pela equipe, da necessidade de acolher os transexuais e de que sua demanda é tão importante como qualquer outra cirurgia, que não há preferência por uma ou outra, que as pessoas não escolhem ser assim e muitas se sentem desconfortáveis com o corpo que possuem e que este desconforto, foi o caso do PROTIG de Porto Alegre, conforme Lobato (2021).

Vai muito além de simples problema estético, sendo uma questão multidisciplinar que envolve a correção de órgãos de pessoas que possuem direitos e deveres como qualquer outra,

e que embora tenham deveres, apenas em 1997 começam os procedimentos de transgenitalização nos HCs no Brasil de forma experimental enquanto outros países como Estados Unidos e Europa estavam bem a frente em termos de realização destas cirurgias e tratamentos realizados com técnicas cada vez mais modernas¹⁶.

A perda das condições de amar, não apenas da condição de objeto, mas da própria possibilidade de sentir amada, de se sentir valorizada(o) pelo amor. Existe uma forclusão, que Butler (2015) chama da impossibilidade de amar, a qual pode ocorrer em contextos sociais sem que a pessoa consiga ter êxito para uma relação de amor, seja pela rejeição, pela incompatibilidade pois, o ato de amar é bivalente em termos de relacionamento e quando não existe a reciprocidade tem-se a perda da perda como diz Hegel, ou o luto, ou a melancolia de não ter conseguido amar, de não ter colocado em prática seus anseios de amor ao outro, de acordo com a autora.

Conforme Butler (2019), a sujeição do corpo na *Coincidência Infeliz* de Hegel mostra que o corpo ao ser subordinado cria para si uma sujeição de recompensa futura, pelo sacerdote ou pelos donos de seus corpos que terão uma recompensa futura em um outro mundo após a morte, por exemplo, as sujeições neste ponto são possíveis, onde o escravo doa seu corpo para o representante do divino a fim de obter uma recompensa que se promete.

Butler (2019) traça um panorama das relações de homossexualidade em Freud (2018) com as que se observa nas Forças Armadas dos EUA, em que por meio da confissão se busca uma organização do sujeito dentro de si pela busca da cidadania e de conquistar seu espaço na sociedade.

Nas Forças Armadas americanas, a linguagem de confissão de ser *gay*, conforme Butler (2019), é um discurso que não é aceito pelas normas, pois o ser *gay* está alicerçado em outras tendências em um grupo de corpos que podem se contaminar com o HIV, por exemplo, logo este discurso não deve ser proferido por oficiais das Forças Armadas, pois pode fazer com que outros homossexuais possam assumir sua homossexualidade em público em um ambiente em que as pessoas não heteronormativas podem ser *gays*, porém não devem usar o ato de fala em prol do que são; devem guardar sua sexualidade apenas para si mesmos. Se quiserem continuar

¹⁶ As teorias de sujeição em Butler (2019) ao se lançar de teorias de linguagem em contexto social de Hegel, Nietzsche e Foucault além de outros, procura entender a ambivalência dos sujeitos no contexto social, embora muitos leitores evitem Freud, a autora dialoga com o social e a *psique* como estruturas e dispositivos reflexo do poder. Também se menciona as práticas de subjetividade e da coincidência em si, de si com seu corpo, abordado por Foucault (2014c), no Volume IX de *Ditos e Escritos* ao construir uma Genealogia da Ética, ao dialogar com a Genealogia da Moral de Nietzsche por meio das subjetividades e da sexualidade.

nesta instituição, devem se calar, guardar seu segredo para si e também que ninguém descubra.

A conduta do sujeito não binário não é compatível com o exercício de convivência, postura e ordenamento institucional do Estado, os não binários podem e devem ser reconhecidos, porém, em outros espaços que não sejam as Forças Armadas, um discurso de dizer a renunciabilidade de ser uma pessoa trans, pode levar outros oficiais a ter a coragem de fazer o mesmo. A pessoa identificada como sujeito não heteronormativo nas Forças Armadas dos Estados Unidos, pode ser *gay* ou transexual, porém o rompimento com as normas institucionais é o não dizer o que é, o poder da palavra para que outros não percorram o mesmo discurso.

Não haverá por parte de quem gostaria de permanecer nas Forças Armadas americana qualquer apoio do Estado pela Suprema Corte Americana, que conservadora, teme uma rebelião de homossexuais contra o Estado a qual defende se proferir decisão que favoreça a transexualidade dentro das Forças Armadas como ato de fala, o sujeito pode ser, o que lhe gera desconforto em ter que performatizar algo que não é para atender o discurso do não poder dizer, são estas as condições.

Essa discussão sobre as relações entre corpo/instituição, ou melhor, sobre os constrangimentos que as instituições impingem aos corpos, nos remete à discussão sobre o corpo em Michel Foucault. Para o filósofo francês (Foucault, 2014b) o corpo performativa as normas jurídicas do presídio que lhe é imposto; sem ter opção de fala, ele é um corpo abjeto dentro das normas e sofrerá sanções se não estiver dentro dos códigos de aceitabilidade daquela *instituição* que é o presídio. Torna-se, portanto, sujeito de sua própria sujeição, que lhe transfigura uma situação niilista a qual muitas vezes está na prisão por erro e não pode ter ato de fala de manifestação de reivindicação, é um corpo ritualizado como no capitalismo, biologicamente e socialmente estruturado com horários e tarefas a serem cumpridas de forma regular, nestes moldes: hora para acordar, almoçar, tomar sol, trabalhar, rezar, etc. É um corpo sujeitado a privação não apenas da liberdade, mas de toda sua subjetividade como humano, ele se torna uma máquina da prisão, se acostuma muitas vezes, pois não há saída a não ser se sujeitar aos atos de imposição.

Para Butler (2019) a resistência é uma forma da *psique* e da relação social em que as pessoas não ficam estáticas, é ação e reação dentro de uma estrutura pré determinada, mesmo que inconsciente, onde o corpo produz uma relação de poder subjetivo dentro das estruturas da prisão, , onde o corpo é naturalizado por estruturas de domesticação, ele é moldado e possui ordens a obedecer, a resistência transcende pela subjetividade desta relação de corpo e alma de

que pode ser alterada suas estruturas, logo a alma existe e leva o prisioneiro a existir como sujeito.

Esta desconstrução do corpo por meio da subjetivação traz um resíduo corporal através do que se pode denominar de perda construtiva que após é formado sua destruição. A pena imposta é um elemento que agride o corpo, durante seu cumprimento. Este corpo é destruído por normas e após esta destruição ele é recomposto pela alma de ter se libertado dos males do local abjeto que o aflige, que o prende, mas não perde sua subjetividade e sua resistência e esta sublimação pode se separar em dois sujeitos: o corpo destruído e a alma que representa um novo corpo reformulado.

As formas de cronologia, de viver em espaço-tempo, de viver o corpo nas heterotopias ou na heterotopia, faz com que o discurso que os sujeitos buscam, esteja em outros espaços, em outras cidades, que não são iguais, que possuem suas marcas históricas de diferenciação e de união, de valores, de culturas.

Há as cidades, cada uma com suas ruas, suas passagens, seus campos, jardins, seus hospitais; sua arquitetura mostra sua analogia, sua construção de sua relação do sujeito na sociedade em que vive, dentro da governamentalidade do saber-poder, pelas resistências, levantaram-se as construções, que fazem da cidade a marca de seu passado, sua construção, seu presente e o que se pretende para o futuro.

Mesclam desejos de meio ambiente mais sustentável, equilibrado, com paisagens mais naturais, com mais cidades inteligentes, mais tecnologias para o bem-estar das populações ou para que sejam usadas como tecnologias de saberes para que os corpos sejam disciplinados e que a biopolítica possa dominar uma dada sociedade naquilo que emana do poder como racional.

As heterotopias tem seu valor histórico de como foram construídas, seu valor para o passado, para o presente, para o soberano. Com as mudanças sociais no tempo-espaço, as heterotopias desaparecem e surgem outras. Com cada poder que viveu uma sociedade normativa e institucional criam-se cemitérios no centro das cidades e jogam seus corpos dentro, sem que ninguém reclame, sem oposição.

Na medida que novas tecnologias de disciplinas são criadas percebe-se que não é esteticamente bom e nem pela higidez com a proliferação de doenças que surgem com o tempo, em manter esta heterotopia como está, muda-se para o entorno da cidade, assim como modifica

o valor dado ao corpo, quem possui maiores riquezas de poder ter um túmulo mais perfeito e maior.

Criam -se clínicas, hospitais, santa-casas de curas, asilos, colônias para que pessoas que fogem a uma normalidade sejam levadas para lá para se curar e voltar em sociedade, criam-se o panóptico de Bentham, as prisões vigiadas que antes eram por diversas pessoas, apenas são, pela nova arquitetura que se constrói pela inteligibilidade humana, ao serem vigiadas apenas do alto da torre onde os presos e as crianças da escola são vistas por uma pessoa, pelo vão dos reflexos das luzes que reluzem nestes espaços projetados para “guardar” pessoas por determinado tempo de forma que elas são vistas e quem as vê pela estrutura arquitetônica com poucos muros, luz e estratégia de quem as projetam.

As cidades modernas são repletas de lugares iguais que possam ser observados sob um mesmo olhar da observação: presos, doentes, alunos, pessoas andando nas ruas, sob o olhar de uma arquitetura homogênea, a fim de que se possa olhar todos por um local único, de preferência no mesmo momento, por apenas um funcionário, para economizar dinheiro do Estado, para que as construções deixem espaços para se ver as pessoas desajustadas, desiguais:

Certamente, estes novos edifícios incorporam táticas de vigilância encontradas fora, sob outras formas arquiteturais-colégios, casernas-, táticas e formas que puderam proceder e sustentar a emergência da organização capitalista do trabalho e que poderão proliferar para além dela, por exemplo, nos vastos arquipélagos do socialismo siberiano. (Foucault, 2013, p. 45).

Sobre a relação entre Foucault e Butler sobre a pergunta 5 do Anexo A, que menciona sobre se a Ciência, de modo geral, tem conseguido esboçar estudos científicos sociais e médicos, para acolher pessoas trans? As pessoas em si estão conseguindo reivindicar seus direitos? respondeu e Entrevistada 14 (Anexo B, p. 231) que:

Em uma sociedade capitalista burguesa, falar em conquistas de direitos é bem complexo, visto que, os direitos são destinados a classe dominante, para a classe trabalhadora só são concedidos direitos através de muita luta e por conveniência da classe dominante para que haja um pacto entre as classes, mas que não influencie na ordem societária vigente, ou seja, são pequenas concessões necessárias a sobrevivência da classe trabalhadora e uma certa harmonia social. Quando os direitos são reivindicados por setores societários totalmente excluídos a luta se torna maior, e neste caso em uma sociedade

totalmente conservadora e moralista os desafios são maiores. Acredito que é um campo de disputa que houve um avanço, mas que muito ainda tem que se fazer considerando que temos momentos históricos e governos em que se consegue avançar e outros retroceder em larga escala. Ainda é possível reivindicar os direitos, pois, ainda estamos em um sistema democrático, muitas vezes esmagados pela classe dominante e conservadora, porém é um campo que está aberto para as lutas e reivindicação de direitos.

As trajetórias de socialização das pessoas trans que buscam os procedimentos em meados dos anos 2000, momento em que Borba (2016) entrevista seus pacientes, mostra que é necessário o diálogo com cada membro da equipe multidisciplinar para que, cada um em sua especialidade, possa verificar diante dos requisitos incipientes do CFM, o que se coloca na prática na relação discursiva entre o especialista e o paciente. Aborda o estudo que inclusive os médicos discordam que a transexualidade se trate de um distúrbio, mas que devido a profissão devem pautar pelo que há nos regimentos e regulamentos para não prejudicar o paciente e a si ao final do acolhimento em que irão pleitear a retificação de nome, em que, caso não tenham realizado os procedimentos conforme as normas médicas que possuem força da lei, o judiciário poderá negar a retificação de nome.

Nas entrevistas de sua obra, Borba (2016) dialoga com a pessoa que busca os procedimentos no hospital e se depara com vários discursos, de que as pessoas possuem uma estilística de (de)subjetivação e de relações com a equipe multidisciplinar heterogênea pelo metadiscorso, em especial na interação do paciente com o psiquiatra, pois será ele que irá proferir o laudo após 2 anos.

As entrevistas abrangem três pessoas que possuem uma estilística corporal diferente. No primeiro caso, a pessoa que se identifica como trans, Kátia, percebe que está com 2 anos de tratamento e que está no momento de encerrar e que aguarda o laudo médico para depois entrar na fila para a realização dos procedimentos desejados. Trocam-se judeus por outras minorias abjetas, como pessoas LGBTQIA+, o que se mantém na época de Hitler e de sustenta em Bolsonaro é o mesmo ódio por estes grupos minoritários em detrimento da sexualidade que lhes pertence.

der aguardar a cirurgia, e que ir mais ao local e ter que repetir mensalmente a mesma coisa, lhe causa transtornos e perda de tempo, o que é compartilhado por outros funcionários do ambulatório transexualizador.

Kátia possui um corpo feminino, já está hormonizada, usa roupas femininas, como vestidos e saias, adereços como brincos e tem um falar que induz o psiquiatra a lhe dar o tão

sonhado atestado de aptidão a cirurgia. Na transcrição do diálogo, ele pergunta “e se na hora *agá*, ela desistir, sentir medo” e ela responde que isto não vai acontecer pois é o que mais deseja e sem a paciente ouvir tece um comentário para Borba (2016) que: “Esta sim é uma transexual verdadeira, e que se não fosse casada tentaria algum tipo de relacionamento”. Esse é um tipo de comportamento médico que gera críticas por parte de ativistas sociais pois o médico está no local para analisar a transexualidade e acompanhar a paciente em seu trajeto e que aspectos de “beleza” são subjetivos e desnecessários, neste caso o médico se distancia da prática profissional ao comparar na sua opinião o corpo das mulheres trans como bonito ou menos bonito. Fatos como estes levam ao descrédito de ativistas na área médica e são razões pelas divergências do modo de pensar e agir no processo transexualizador de mulheres trans.

A segunda paciente, que Borba (2016) nomeia como Estrela, se apresenta pela primeira vez na consulta psiquiátrica. Está há 1 ano no acolhimento desse mesmo hospital. Veste-se com roupas neutras, porém possui estruturas masculinas que são observadas pelo médico pois optou em não tomar hormônio por conta própria, ela esperou iniciar o acolhimento no hospital para também iniciar sua hormonioterapia, além de que não possuía cabelos longos como a maioria das candidatas a receber a chancela de *apto* do psiquiatra.

Ao vê-la o psiquiatra diz em sua frente que ela se parece com um “aveadado”, termo pejorativo, adjetivo desnecessário a ser usado inclusive por quem não consegue a aprovação médica. Pela sua indumentária não feminina, em que os discursos meta-pragmáticos são percebidos pela autora que recebe a expressão como forma de apagamento do ser. Logo, para um membro da equipe multidisciplinar ela não tem a aparência, ela não é naquele momento considerada o verdadeiro transexual, mas parecendo com um homossexual¹⁷.

Já para Moraes (2015), ao discursar sobre a vida de Joyce, que estava em busca da transição no HC de Recife e que estava distante do estereótipo de “bela mulher”, pelo contrário, era calva, trabalhadora rural de uma pacata cidade do interior de Pernambuco e pouco sabia se expressar na vivência de cidade grande, denota como as conversas são transcritas e que, não se pode perceber o contexto que estas palavras são ditas, em tom de “brincadeira” ou quando estão fora do trabalho para ‘relaxar’ de tarefas que possuem responsabilidade.

¹⁷ Mesmo informando que não se sente bem com seu genital, seu discurso é colocado em contradição, se é realmente um transexual ou uma pessoa *gay*, que pode estar tentando “enganar” a equipe, logo deve ter maiores cuidados de vigilância e disciplinamento de seu corpo, para que a verdade do discurso médico ao final do tratamento seja verificada.

Em *Ditos e Escritos IX* (2014c), no texto “O Ocidente e a verdade do sexo”, Michel Foucault faz comparações sobre a vida sexual ocidental com a do Oriente, em que existe a erótica sexual. Ele exemplifica com a obra “My secret life”, cuja narrativa relata uma vida consagrada ao prazer sexual que não foi publicada, mas que despertou curiosidade de saber sobre esta vida e seus prazeres, mostrando uma prática próxima à do *dizer tudo* no regime da confissão.

É preciso dizer tudo ao pároco, à polícia, ao juiz, ao médico, no século XVIII e no período vitoriano, em que as pessoas se deitam no divã e devem contar ao psicanalista sobre seus problemas na vida sexual, na relação que autor denomina de “jogo-trabalho”. Após a confissão do paciente, o psicanalista faz seu relato e aguarda as ciências naturais resolverem o problema, como se houvesse cumprido sua missão, com parecer “conclusivo” de que a pessoa é histérica, anormal, remetendo a Krefit-Ebing sobre as perversões. Sendo assim, no Ocidente cristão há o poder capital da psicanálise equivalente ao poder da igreja e da polícia para organizar as famílias na ditadura do trabalho formal.

São instituições que tentam higienizar o que foge à expressão heteronormativa, que não procria, que não gera descendentes, para fora dos espaços centrais da indústria e do progresso técnico, a essa cultura que culpabiliza por meio de expressões médico-legais, religiosas e na área da Medicina junta-se o poder da psicanálise na construção das subjetividades ditas anormais.

Para Foucault (2011), as subjetividades se constroem pelas relações entre verdade e governamentalidade entre sujeitos, sendo a linguagem a forma que se traduz em cultura e que planeja formas de arquitetar o ambiente conforme o governo, a vontade do sujeito ou pela sua submissão ao poder. Temos linguagens e espaços múltiplos, dada a cultura e a historicidade de cada povo dentro ou fora de seu território, que com o passar do tempo fez da sua população o reflexo de uma vida bem vivida, uma vida em desgosto, uma vida com dispositivos de poder, que mescla tanto a microfísica dos poderes como o controle social de condutas da pessoa como a microfísica que os governos fizeram dos territórios, sua forma de governo e poder no que tange a disciplinas do coletivo nacional e internacional, como a Economia e as relações diplomáticas.

Nos dias de hoje, afirma Silva (2018) a informação pode ser estruturada de várias formas no campo científico quando se compromete a história que, mesmo que tenha sido transmitido em um jornal, em uma série, o acontecimento conjunto e completo é partilhado pela pesquisa que mescla a ética na pesquisa e como lidar com percursos que fogem ao padrão,

quando estudamos a vida humana de classes minoritárias em direitos como as mulheres transexuais, em especial, fora de um padrão da “transexual normalizada”.

A trajetória de corpos de mulheres trans que reivindicam direitos de cidadania e justiça social serão abordados no próximo capítulo, como temas jurídicos de repercussão geral do STF além de avanços na questão civil de mudança de nome e não apenas do corpo da mulher trans.

São lutas contra a sujeição, contra as formas de dominação, contra as configurações de exploração. Estas heterotopias mostram que em todas as sociedades elas estão presentes, estando em um mesmo espaço tendências e discursos que não se entendem, com convergências de mudanças ao longo do tempo ao ter grupos que são marginalizados por dizer o que pensam nas suas reivindicações, sendo considerados impróprios para estar no mesmo espaço que a classe considerada dominante pelas elites do poder, porém quando possuem a ética do poder, conseguem superar barreiras de serem impedidas de dizer.

4. LEGALIDADE DO DIREITO COMO BUSCA PELA DIGNIDADE HUMANA NO CORPO TRANSEXUAL

FIGURA 7: A coragem da verdade da livre decisão de um sujeito trans

A CORAGEM DA VERDADE DA LIVRE DECISÃO DE UM SUJEITO TRANS.



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

O direito ao nome da pessoa transexual hoje é regulamentado por normas do STF, embora ainda não haja lei específica sobre o tema no ordenamento jurídico, porém mostra-se como conquista dos movimentos de lutas. Em 2018, o CNJ pelo Provimento n. 73/2018 diz que os cartórios não podem recusar a aceitação na alteração de prenome a pessoa transexual, independentemente de ter sido realizada a cirurgia de redesignação ou não, após o parecer de julgados do STF, porém com cobrança de taxas (Brasil, 2018).

Verifica-se que pela lei dos registros públicos de 1973, poderia o juiz modificar um nome aleatório que causa vexame a pessoa, como por exemplo, um pai que registra a filha com o nome de uma fruta ou de qualquer objeto, sendo motivo de chacota nos ambientes sociais, porém, muitos negaram a retificação de nome por motivos semelhantes a pessoas transgêneras. Também ressalta que em alguns casos quando foi aceita pelo magistrado a mudança de nome, ele não permitiu a mudança de gênero, colocando a expressão “transexual” no registro civil ao invés de feminino, tampouco a expulsão da expressão “sexo” construindo outro problema (Justiça, 2023b).

Infelizmente antes da recomendação do CNJ para a possibilidade de retificação de prenome, muitos julgadores não garantiam a proteção da identidade que consta na Carta Magna Constituinte, ao interpretar que: para se fazer a mudança de registro civil deve haver a mudança de sexo como condição *sine qua non* alegando em muitas decisões a segurança jurídica do Estado em termos das leis de registros públicos (Brasil, 2023).

Porém o documento de identidade é apenas um dos documentos que há no Brasil, o que não interfere em nada em outros registros como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), por exemplo. Pode-se dizer que o Registro Geral (RG), define a identidade e o CPF define o ganho monetário e o *status quo* de uma pessoa. Negar o direito a mudança de prenome como ocorreu no país antes desta mudança por negativa judicial contraria o próprio artigo nº 55 da Constituição Federal de 1988, que diz que os oficiais de registro público deverão fazer os registros sem expor a pessoa registrada a nomes ridículos incoerentes na sua iconografia ao contrariar a sua personalidade.

Da mesma forma, em 2017 o STF entende que o direito a herança de pessoas homoafetivas deve ser reconhecida, por seis votos a dois, sendo um avanço. Nesta mesma linha está o direito a pensão por morte e outros benefícios que equiparam a união de pessoas não binárias a terem os mesmos direitos legais que pessoas binárias, sejam cis ou trans, sendo em julgado com repercussão geral até que sobrevenha lei específica no Congresso Nacional (Brasil, 2017; Justiça, 2023a).

Atualmente, as mulheres cis podem se recusar a adotar o nome do marido ou suprimir o nome dele mesmo após o divórcio; do mesmo modo, também o homem pode caso queira levar o nome da mulher. Estes fatos ocorreram através de lutas e conquistas antropológicas e sociais, impensáveis no país, por exemplo, durante a ditadura militar.

A Entrevistada 3 (Anexo B, p. 185) questiona quem são as pessoas que usam o nome social. Ela afirma que foram os comissários de bordo, que tinham apenas um canal de comunicação ao se organizar para chamar os nomes escolhidos, diferente das forças armadas em que se usa o que no Brasil se denomina “sobrenome”.

Uma das repercussões sobre o tema da visibilidade trans, o que leva o Brasil a ter a liderança das retificações de nomes e de gênero? Os números aumentaram de 1.863 para 3.165, aumento de 70% na quantidade de pessoas transgêneras, o que conforme a Entrevistada 3 (Anexo B, p. 187-88) é um dado preocupante, pois surgem as pessoas travestis e transexuais e que antes apenas se abordava retificação e nomes de pessoas cis em razão de divórcio ou casamento (ANTRA, 2022; Brasil, 2022).

Conforme mencionado, a inércia do poder legislativo de não haver qualquer lei que puna agressores que matam, agredem fisicamente e psicologicamente pessoas trans no ordenamento jurídico, foi necessário a iniciativa do STF intervir, por meio do Relator Ministro Celso de Mello, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO n.26). Por meio desse dispositivo legal, por unanimidade, os ministros do STF afirmaram a urgência da necessidade de lei específica para o caso de solução da segurança de pessoas trans (Justiça, 2019b). Conforme Meirelles (2020) decide-se que se aplica a equivalência à prática de racismo, semelhante as punições de agressões a população negra.

Assim, em 21 de agosto de 2023, atos contra a honra de pessoas transgêneras foi equiparada a injúria racial pelo STF, pelo julgamento histórico HC:8244 onde se conceitua a prática de que transgride os direitos humanos intentar sobre a raça de pessoas negras, sendo não apenas um direito constitucional que está na Constituição de 1988, como também viola pactos internacionais onde o Brasil é signatário como o Pacto de San Jose da Costa Rica. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) no ato do MI 4.733 julgado em 2019 ingressa com *habeas corpus* para sanar omissão do julgado para que haja também a equiparação não apenas do racismo, mas da injúria racial a população LGTQIA+ diante da inércia do poder legislativo, pois não há lei específica até o momento, sobre os temas para pessoas homotransafetivas (Justiça, 2023).

A maioria dos ministros julgaram pela procedência do *habeas corpus*, haja vista que em 2019, a ADO26 e o MI 4.733, equipararam a homotransfobia ao racismo, ou seja, criminalizou-se a ofensa à coletividade de pessoas não heterossexuais. Já a injúria racial, acolhida em 2023, faz com que a pessoa homotranssexual que se sinta injuriada, possa por natureza unipessoal e não mais apenas pela coletividade ingressar com ação equiparada a injúria racial que já estava

no ordenamento jurídico brasileiro, sendo um avanço em termos de julgados na prevalência de direitos humanos do STF.

Após a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2023, logo nos primeiros dias de governo, o Congresso Nacional aprovou e Lula sancionou a Lei 14.532/2023 que torna a injúria uma espécie de racismo, aumentando a pena de 2 a 5 anos para quem comete estes atos, mesmo patamar da pena de racismo, ante a 1 a 3 anos quando se comete o crime de injúria racial; com a equiparação, tanto a injúria preconceituosa quanto o racismo passam a ter penas iguais para pessoas de cor preta e equiparadas a pessoas homo transexuais.

Entendimento semelhante foi no HC 82.424 de relatoria do ministro Edson Fachin que afirma:

[...] que uma interpretação hermenêutica que restringe a aplicação de uma decisão — e, no caso, mantém desamparadas as vítimas de racismo transfóbico — "contraria não apenas o acórdão embargado, mas toda a sistemática constitucional". Ministro Edson Fachin. HC: 82.424. Supremo Tribunal Federal (Justiça, 2023).

O que se percebe é que se estava a julgar o pedido inicial prevalecente de racismo, onde se traz uma forma de menosprezar um grupo humano de pessoas a comunidade homotranssexual e que, após, o entendimento se estende de que a sua negativa manteria sem amparo legal as pessoas homo transexuais na sua singularidade, indo além do grupo social a que pertence ao tipificar e equiparar o crime para que a pessoa em si mesma possa se defender de palavras depreciativas de forma individual¹⁸.

O ato está em consonância também com as ODS-5, ODS-10 e ODS-17 no que tange a igualdade de gênero, redução das desigualdades e paz, justiça e instituições eficazes, respectivamente, onde o Brasil e a maioria dos países da ONU se comprometeram em prover os objetivos e metas a serem desenvolvidos para que haja um mundo menos desigual no âmbito socioambiental.

Sobre a sexualidade de adolescentes, questiona-se sobre porque não apareciam crianças transexuais no ambulatório vinculado a USP, que se tornou o maior do país. As respostas podem ser encontradas em Saadeh (2019), que participou de vários programas televisivos

¹⁸ O ato processual que tipifica a homotransfobia ao crime de injúria racial, sendo uma espécie de racismo, pode ser consultado na íntegra em: Justiça, Supremo Tribunal Federal. MI 4.733. Disponível em: > <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576> <. Acesso em: 02 Set. 2023.

informando sobre a questão, além do avanço de direitos e da visibilidade dos transexuais em termos de legislação mais acolhedora e o debate midiático que trouxe para as pessoas terem maior conhecimento das diferenças de gêneros, por exemplo pela experiência de novelas, filmes, séries, livros e direitos reconhecidos.

O assunto mesmo sendo um tabu e vivido por uma sociedade preconceituosa que não aceita o diferente passa a fazer com que os pais passem a descobrir em seus filhos tendências sobre as quais a equipe multidisciplinar especializada pode ajudar a não ficar mais no anonimato. Muitos pais buscam o centro de acolhimento e neste espaço existem palestras com outras famílias que possuem filhos transexuais, há nestes locais descobertas da realidade por meio da história de cada um.

Uma rede passa a se tornar um norte de experiências e conhecimentos aliado a informação do saber de múltiplos especialistas que abordam a temática. O assunto passa a conviver como mecanismos de força e luta, auxiliando na aceitação de seus filhos para agora sim, sabendo da sociedade transfóbica em que vivem, poderem saber governar se a si mesmos sem barreiras. Uma das principais mensagens dessa rede é o fato de que o corpo não é fixo, sabendo dos riscos e das possibilidades pois a medicina e os sonhos e convergências de bem estar e felicidade não possuem natureza exata (Butler, 2022)¹⁹.

A manifestação da transexualidade pode demorar anos ou décadas por isso nos centros de acolhimento de pessoas trans, há sujeitos de todas as idades. O meio social muitas vezes esconde o medo de viver o que sempre foi e a pessoa perde este medo com o tempo em uma sociedade mais inclusiva, quando vê a experiência do outro ou quando não suporta mais se esconder em termos que são denominados “guarda-chuvas”.

Para o Entrevistado 15 (Anexo B, p. 234) que menciona a importância dos julgados em cortes superiores de proteção aos direitos de pessoas trans. Por vivência própria, diz que as mudanças são importantes, mas que:

Com relação a reivindicar direitos, já é algo que vivencio um pouco mais. Fazendo um comparativo até pouco tempo atrás, tivemos evolução sim. Mas, entendo ainda ser muito pouco. Algumas questões criminais tivemos avanço, como por exemplo a aceitação e até mesmo recomendação de transexuais

¹⁹ A expectativa se molda no espaço e se transforma, inclusive com desistências, novas descobertas de que não era aquilo que foi lhe informado e viveu por muitos anos e descobre-se que não significa que a pessoa trans ao mudar de gênero, não possa ter um relacionamento com pessoas de gênero diferente, que a sexualidade é múltipla, que existem transexuais bi, e transexuais que querem mudar seu corpo para poder viver com pessoas do gênero oposto ou do mesmo.

mulheres estejam em presídios femininos. Existem decisões nesse sentido, só que na prática a pessoa encontra muitas barreiras para reivindicar esse direito (negativas de Diretores de presídio com base em riscos de segurança, negativa de apreciação dos pedidos sem que a situação passe pelo Sistema de Administração Penitenciária (SAP), custos de contratação de advogado que prejudica em especial as pessoas pobres, preconceito de membros do judiciário e Ministério Público, etc.).

E continua:

Ou seja, muitas decisões têm aparecido e os temas têm sido levados a apreciação do judiciário, mas com muito custo, muita demora e a eficiência da aplicação desses precedentes ainda tem sido baixíssima. Ainda é comum encontrar transexuais mulheres e travestis em penitenciárias masculinas, algumas se adaptam (já vi até casamentos acontecerem), outras ficam totalmente isoladas.

Afora esse exemplo, poderíamos citar muitos outros, mas a questão seria a mesma: existem decisões, Resoluções, Recomendações, mas a adesão a esses direitos é baixíssima por parte dos membros do Judiciário e do Ministério Público, o que torna a eficiência da aplicação desses direitos também baixíssima.

Ressalta Saadeh (2019) que não é o médico psiquiatra que no final vai dizer que o sujeito é homem e/ou mulher, e sim, sua própria experiência de vida e de pertencimento ao ter o acesso à informação do que é, dos problemas e riscos das cirurgias, das possibilidades de não realizar qualquer cirurgia, de desistir; quem decide é a própria pessoa assistida, ninguém é obrigada a nada, bem como não há certeza de corpos e genitálias perfeitas, de que tudo vai ocorrer bem na primeira e única cirurgia, pois cada pessoa e cada organismo social e científico é uno, não existe pessoa igual a outra, o que existem são normas e regras sociais que devem ser seguidas em um estado democrático de direito²⁰.

Ressalta o profissional (SAADEH, 2019) que ainda há pessoas com nível de conhecimento discrepante em relação a seus filhos, pessoas com mais conhecimentos e outros com pouco ou nenhum conhecimento, mas que por amor ao filho(a) busca encontrar auxílio e

²⁰ Quando se trata de uma criança ou adolescente é o conjunto de médicos, a pessoa e a família que vai decidir o melhor caminho a seguir, a orientação não é obrigatória, busca no centro de atendimento a crianças e adolescentes com identidades diferentes oferecer ajuda, técnica, apoio médico avançado, porém quem define é a família e a pessoa.

Isso facilita a inserção destes jovens no ambiente social em que vivem, em se auto conhecer e saber o que é nas escolas com o uso do nome social, ao ir no banheiro de acordo com seu gênero ao se comportar de forma livre e sem barreiras no mundo em que vive ao sair nas ruas, ir ao shopping, ao se relacionar, nas amizades, etc.

neste espaço, obtém apoio e informação sobre o que ocorre com os sonhos e desejos de seu filho(a). Embora saibamos que existem muitas famílias que não aceitam ou não possuem a informação adequada, e impõe barreiras para um adolescente. Nesta geração cada vez mais conectada com as novas formas digitais, muitas vezes um jovem de 12 anos sabe mais que os próprios pais de 50, pedem ajuda, e não recebem o tratamento e acolhimento dos pais que deveriam ter.

O que se percebe no Brasil ao longo da História é que as cartilhas de educação para a alfabetização das crianças, de acordo com Bento (2006), trazem palavras e imagens heteronormativas, por exemplo, nas capas e nas lições. Quando a pessoa não heterossexual não se encontra neste mundo educacional, sente-se restringida em um mundo que não lhe pertence buscando um novo lugar de pertencimento, um lugar que não existe ainda, dentro de um cerco imposto pelo poder de instituições. Percebe-se, conforme a Entrevistada 5 (Anexo B, p. 200) que na universidade ainda há tentativas de frear e trazer empecilhos acadêmicos e jurídicos para que certos temas não sejam abordados e que há ideários e ideias que necessitam ser desprendidos, sendo netos e filhos da ditadura e que a liberdade não pode se submeter a estas normas.

O Movimento do Escola sem Partido foi iniciado em 2013 e até 2022 foram apresentados vários projetos de Lei para que suas normas fossem incorporadas no ordenamento jurídico brasileiro.

Conforme Coelho (2021) a movimento da Escola Sem Partido surge em 2004, com o *slogan* de interferir nos programas e currículos educacionais, bem como em material didático elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) para que fossem excluídas qualquer elemento político-ideológico que pudesse fazer menção a pautas, por exemplo, identitárias e de raça, que estavam conforme os seus proponentes em desacordo com os princípios constitucionais de igualdade, porém está “igualdade” disfarçada de inconstitucionalidade queria que, o ente público não mais abordasse temas que não tem tendência política, como palestras de uso de anticoncepcionais para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST), além da criança, jovem ou adulto saber sobre seu corpo como tentativas de impedir que se falasse nas escolas questões como: aborto, orientação e identidade de gênero, orientação sexual, dentre outros temas.

Em 2017, 15 estados da federação e 66 municípios distribuídos em 22 unidades da federação, proíbem o uso de material didático e propõe lei para docentes e gestores educacionais impedindo-os de educar e ministrar aulas que contemplasse temas que segundo a

extrema direita contivesse teor “desvirtuante” da moral ética, cristã, branca e que violasse os valores da “boa família brasileira”. Não se poderia mencionar a atual e verdadeira História do Brasil sobre questões que a elite misógina quer camuflar como a escravidão e suas consequências, como a tortura e estupro de mulheres negras vindas da África. Porém o ponto chave está na sexualidade, na interdição de não poder dizer nada sobre gênero o que fez com que muitos alunos (as) desistissem de estudar, pois onde não há educação de gênero e sexualidade, abrem-se as portas para a homotransfobia sem punição, como algo legitimado pela liberdade de expressão de quem injúria a pessoa trans. Sua legitimidade está na própria lei que tentou-se impor e foi desmantelada pelo STF, ou seja, teve vida curta, porém estragos sem precedentes.

O STF, julga improcedente a lei alagoana 7.800/2016 sobre a legalidade da Escola Sem Partido .

De acordo com o artigo de Coelho (2021), a decisão do STF:

O Supremo Tribunal frisou, no julgamento, que a Constituição assegura, uma educação emancipadora, que habilite a pessoa para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão, como profissional. Com tal propósito, define as diretrizes que devem ser observadas pelo ensino, a fim de que tal objetivo seja alcançado, dentre elas a 1) liberdade de aprender e de ensinar; 2) o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; 3) a valorização dos profissionais da educação escolar.

A Corte também firmou que a ideia de neutralidade política e ideológica pretendida pela lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância, tal como previstas na Lei de Diretrizes e Bases. Asseverou o relator que:

A imposição da neutralidade — se fosse verdadeiramente possível — impediria a afirmação de diferentes ideias e concepções políticas ou ideológicas sobre um mesmo fenômeno em sala de aula. A exigência de neutralidade política e ideológica implica, ademais, a "não tolerância de diferentes visões de mundo, ideologias e perspectivas políticas em sala. (Grifos no original) (Coelho, 2021).²¹

²¹ A íntegra do artigo de Coelho (2021) está disponível em : < <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido/><. Acesso: 10. mar. 2024.

4.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS

Para iniciar o tema da ideologia de gênero nas escolas, podemos ver o que o “diálogo monossilábico da extrema direita entende por ideologia de gênero.

A ideologia de gênero nas escolas é uma maneira de expor ou impor aos alunos a moral sexual LGBTQIA+. Nestes casos, o currículo escolar é moldado para transmitir a ideologia de gênero, muitas vezes sem a permissão dos pais dos alunos. (Brasil Paralelo, 2024)

Movimento que se expande com a eleição de Jair Bolsonaro e vê-se que, em 2024 em diante com os novos membros da Comissão de Educação (C.E) do Congresso Nacional em que temas de elaboração e planejamento da educação brasileira passará pelo crivo do Partido Liberal do ex presidente representado pelos deputados: Nikolas Ferreira de Minas Gerais e Carol de Toni de Santa Catarina.

A infantilidade desta tendência possui os mesmos moldes de Money, citado por Stoller (1982, 1993) em suas obras completas de que o meio pode interferir na sexualidade da criança, objeto principal de preocupação em defesa da família. Money defendia que o meio em que a pessoa está envolta faz com que a sexualidade da pessoa possa mudar de homem para mulher, assim, por exemplo, se houver uma criança junto com um travesti o menino ou a menina pode se transformar em um travesti pela reciprocidade do meio natural de convivência.

Conforme Gherovic (2024) o gênero em se identificar como travesti, homem ou mulher está na mente da pessoa, assim como o gênero em ser homossexual ou transexual não deveria despertar a estranha paranoia de Money, além de outros autores como Olavo de Carvalho em que, se quer por projeto de lei que se transforme no novo patrono da educação, lugar de Paulo Freire.

Esta perversidade da extrema direita, faz com que aumente o ódio contra pessoas trans, que pouca instrução escolar possui pois são ridicularizadas nas escolas, apedrejadas e no mínimo insultadas sem que a unidade escolar faça nada, quando não ajuda o agressor.

Como experiência de estágio em escola de ensino fundamental e médio, a autora presenciou uma coordenadora pedagógica na escola em que lecionou em uma reunião de Conselho de Classe em uma pequena cidade do interior de São Paulo, em que se discutia o

desempenho de um aluno homossexual. Classe cheia de professores, em torno de 10 com a presença da diretora, ouve-se:

Mesmo sentando na frente, possui voz baixa, traços finos, parece uma menina, tem um jeito esquisito, não se “entrosa” com outros meninos. É um menino estranho, a gente sabe porquê e fazer o quê, eu não sou a mãe dele para resolver este problema, podemos tentar a sala de recuperação, é estranho...”. (Relato da Autora, 2018).

No caso em tela vê-se que professores, coordenadora pedagógica, menciona que o baixo rendimento escolar do aluno que possui voz baixa, considerado estranho é porquê ele possui tendência não heterossexual. E se fosse o contrário? Salta aos olhos que os risos desta fala que ecoaram para todos ouvir vieram de quem deveria dar o exemplo com a própria diretora apreciando os risos.

Na última eleição para presidente da república e para o governo de Estado, além de deputados a cidade mencionada contemplou aproximadamente 90% de votos válidos a extrema direita ou partidos de centro, com destaque para: Baleia Rossi, Carlos Sampaio, Tarcísio de Freitas e Jair Bolsonaro²².

FIGURA 8: Discurso de extrema direita



DISCURSO DE EXTREMA DIREITA

Fonte: Carta Capital

²² Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapt/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes>. Acesso: 12. Jan. 2024.

O ensino plural, é uma forma de incluir a todos, nos mesmos espaços e que todos(as) possam ter as mesmas oportunidades dentro das escolas, estar perto ou conviver com uma pessoa trans não fará ninguém seja adulto ou criança mudar sua ideologia ou orientação sexual, para aqueles que sabem que a teoria de Money relatado por Stoller (1982, 1993) foi uma descoberta nos anos de 1950 e que foi reconstruída de forma multidisciplinar e continua a ser, ela não parou no tempo como a ideologia de gênero da extrema direita que usa o gênero para macular o ódio que tem das pessoas trans. O problema está dentro delas, a doença e eventual contágio stolleriano estão nelas próprias pois pararam no tempo e não avançou nos dogmas monossilábicos perversos que possuem.

A relação do dispositivo da interdição e do controle da vontade de saber da “Escola sem Partido”, da “Ideologia de Gênero”, está atrelado a discurso político-ideológico em comum, são estruturas de poder a qual se resiste. O controle de jovens e adolescentes que, como menciona Judith Butler (2024), faz com que governos de extrema direita, quando especialmente possuem representatividade no Congresso Nacional como nos dias de hoje, ou no Executivo Federal nos anos de 2018-2022, ou o Estadual no atual governo paulista, e trazemos o caso ao Brasil, impedem que jovens possam ter acesso à educação escolar sobre gênero e sexualidade, retiram dos docentes seu material de trabalho sobre o tema, por imposição estatal, a qual a família heteropatriarcal quer assumir o papel designado pela própria Constituição de ensinar, com a intenção de abolir sistemas e métodos de ensino, como se dona da Educação fosse.

Outro caso semelhante foi o AMTIGOS, do Hospital das Clínicas da USP, em que foi instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pelos deputados estaduais de São Paulo para investigar se jovens estavam “mudando de sexo” sem antes concluir a maioridade, interferindo em programas de acolhimento social e de gênero, a qual tenta se apossar e estimular as famílias à desistir de questões de saúde e de conhecimento da sexualidade de seus filhos pela ideologia fascista que mostra que quer ajudar, mas que em todos seus discursos são transfóbicos, mas às pessoas e à mídia mostra sua “preocupação”. A extrema direita nunca esteve preocupada com os jovens dos AMTIGOS (2023a), bem como não tem qualquer preocupação com questões de ensino de gênero e sexualidade que se aplica as escolas. Este sistema fascista, sexista, doutrinador de casta ideológica religiosa, a qual atende seus interesses, no Brasil, as igrejas evangélicas, pretende interditar todos que se voltam contra o sistema de heteronormatividade imposto pelas castas políticas, social, religiosa, a qual nunca se preocuparam com pessoas transgêneras, nada fazendo para ajudá-las.

Butler (2024), cita que quando esteve no Brasil a agressividade que sofreu ao ser comparada a uma esfinge quando chegou ao Brasil ao lado de sua companheira para ministrar palestras em 2017, na iminência pós golpe no governo Temer, quando o país já alicerçado estava na ideologia da extrema direita, foi xingada de querer destruir a família brasileira por, segundo a casta extremista, ser a postulante do gênero *Queer*. Ofendida com palavras e gestos de xenofobia, palavras de baixo calão, manifestações nas ruas em voz alta e alto-falantes para impedir que ela se expressasse nas palestras as quais viera ministrar no Brasil como: “bruxa, destruidora de famílias e da educação das crianças”, relata que quase recebeu um soco no rosto e que agradece a um jovem que entrou na frente do agressor, o qual recebeu o soco endereçado a ela, que estava junto a sua companheira no aeroporto para deixar o país.

Ninguém foi preso por xenofobia, crime equiparado ao racismo e a transfobia, mantendo a inércia brasileira em tempos de governo fascista-sexista e heteropatriarcal. A resistência de Judith Butler vem 7 anos após com a obra “ Quem tem medo do gênero?”, no qual relata o que sofreu no Brasil e porquê governos e instituições querem aniquilar a subjetividade dos indivíduos que fogem a moldura da singela sexualidade “natural” aos moldes do nazifascismo, citando a sua emergência em outros países como na Hungria, Estados Unidos, Itália, Polônia, países da ex União Soviética, dentre outros.

FIGURA 9: Escolas sem partido

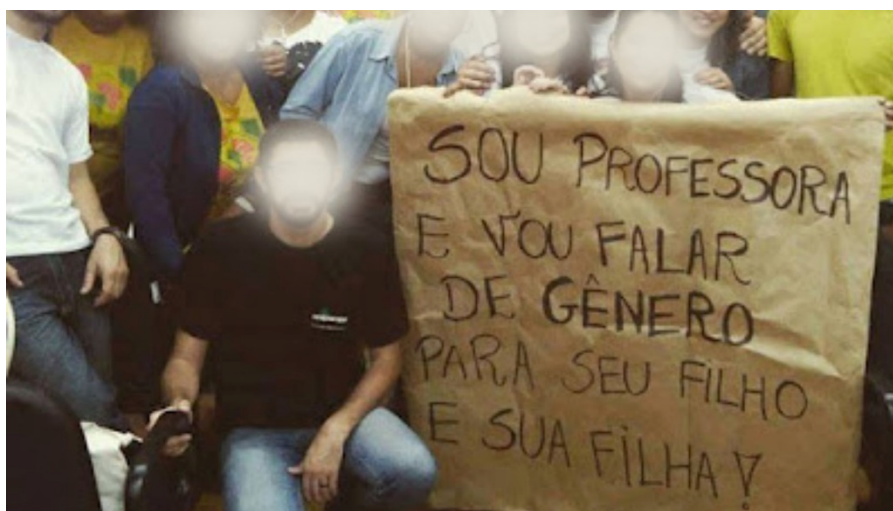


Fonte: Brasil Paralelo, 2024²³

²³ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ideologia-de-genero-nas-escolas-instituicoes-brasileiras-e-de-outros-paises-ja-ensinam-teoria-de-genero-para-criancas-e-adolescentes>. Acesso: 05. dez. 2023.

A resistência de muitos educadores fez com que houvesse a mudança de paradigma contra a ideologia de gênero, em que se incinerou milhares de livros didáticos por supostamente conter material “nocivo” sobre identidade de gênero, como se, ser travesti, transexual fosse doença contagiosa como a lepra.

FIGURA 10: Resistência de educadores



Fonte: Brasil Paralelo, 2024²⁴

Perguntado sobre se a Academia é um local em que há menor desigualdade de gênero, o Entrevistado 12 (Anexo B, p. 227), afirma que universidade está dentro do contexto social como qualquer outra instituição, logo nela, seja na condição de aluna ou professora trans haverá acolhimento por parte de uns e tolerância ou não aceitação por parte de outros, visto que estas pessoas que fazem a universidade e a Academia vivem na mesma sociedade, no mesmo contexto social que outros profissionais de áreas diversas do trabalho e conhecimento.

A Entrevistada 13 (Anexo B, p. 229-30), menciona sobre o tema:

Acredito que haja tolerância e que não haja dificuldades em relação a isso, mas observamos que tudo que se faz, existe um interesse por trás. Alguém pouco conhecido ou sem influência com certeza terá mais dificuldade em ser aceito no meio científico, assim como ocorre em todos os ramos da sociedade, nas suas múltiplas profissões.

²⁴ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ideologia-de-genero-nas-escolas-instituicoes-brasileiras-e-de-outros-paises-ja-ensinam-teoria-de-genero-para-criancas-e-adolescentes>. Acesso: 05.jan. 2024.

Assim como em 2019, a Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO) n. 26 rege direitos de visibilidade contra o ódio por meio de agressão física e verbal com o objetivo de também reduzir as mortes de pessoas trans no Brasil e sua baixa expectativa de vida (35 anos).

Em agosto de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal, pelo MI 4.733 em sede de embargos de declaração, também equipara a injúria racial como crime a comunidade homotransafetiva, prevalecendo a maioria dos votos dos ministros, sendo este de natureza unipessoal além do coletivo que versa o crime de racismo, sendo mais uma equiparação a lei, para que possa haver maior dignidade as pessoas transexuais e demais comunidades não heteronormativas (Justiça, 2023).

Com essas medidas, a fobia de mudar de nome atrelada a fazer a cirurgia de redesignação sexual e incidir em erro e arrependimento irreversível foi amenizada pelo STF como julgados a qual os cartórios devem respeitar (Justiça, 2019a).

Pelo fato de ser um tema de Repercussão Geral, em especial pela ADO26 de 2021, os processos que afrontam a decisão do STF tendem a ser resolvidos de forma definitiva por ela própria, porém este fato ocorre de forma tardia em relação a outros países, todavia mostra um avanço de muitas instituições brasileiras. O STF tende a ser a quarta e última instância a manter a guarda dos direitos fundamentais e humanos (Justiça, 2022).

Da mesma forma que a espera por uma decisão judicial tende a ser longa, também é a fila de espera das pessoas mesmo que aptas a fazer as cirurgias, necessitam aguardar após as etapas de tratamento. Cita Diniz (2014) que a transexual Andréia Ferraresi é a pessoa que mais tempo aguarda para realizar a cirurgia pelo SUS. Menciona que sua história foi de esperança e de expectativa e que até a publicação do livro ainda não havia sido mencionada a realização da cirurgia.

Andréia foi a 35º paciente na fila de espera no Ambulatório do HC de São Paulo, tendo iniciado as sessões de psicoterapia e outras especialidades desde o início das atividades do hospital no ano de 2009. Aos 67 anos de idade se sente “injustiçada” pelo próprio sistema, porém nunca desiste de seu sonho, sempre acompanhada por uma pasta onde leva seus Relatórios médicos de aptidão para a cirurgia datados desde 1977.

Sobre a questão do DSM em sua versão de número 5, no ano de 2010, persiste a transexualidade como inserida no manual, denominada “disforia de gênero”. Diniz (2014) discorda da opinião de que se faz necessário estar em protocolos médicos como doença para

poder obter recursos públicos sem a qual não seria possível a sua realização ao citar a gravidez que é custeada pelo SUS e não consta em CID ou DSM para ser realizada, sendo uma questão social de interpretação e de necessidade de maior diplomacia internacional para fomentar a ideia de exclusão de doença, porém mantendo a prevalência de manutenção de cobertura pelo SUS.

Menciona, da mesma forma, que a OMS é um conjunto de referência a saúde e bem estar em adjacente para que as pessoas possam ter qualidade de vida, prevenção e qualidade no atendimento universal de direitos indisponíveis a pessoa, estabelecido pelo Pacto de San Jose na Costa Rica, que para realizar os procedimentos não se faz necessário ser patológico, bastando ser humano e conhecer as necessidades básicas de cada indivíduo em sua unicidade, singularidade e personalidade.

A erradicação do preconceito é uma das patologias que deve ser abolida em todo o mundo, especialmente em países onde a tolerância a sociabilidade de transexuais não é saudável do ponto de vista ao risco a vida (ONU, 2023a).

Diniz (2014) menciona que a França em 2010 foi o primeiro país do mundo por meio de um decreto ministerial francês a abolir a transexualidade como doença, sendo que os serviços para este público devem ser ofertados não pelo fator de doença e, sim, por necessidade da pessoa, devendo o Estado preservar pelos direitos da integridade física e psíquica de cada cidadão que busca para ser acolhido e integrado à sociedade como qualquer outra pessoa independente do gênero que possui.

Abarca o artigo 3º da CF/1988²⁵ sobre o direito de bem estar a todos de forma igualitária ao mencionar o conceito de felicidade que não pode ser una, ela contempla a coletividade na busca de cada um pelos seus anseios e possibilidades, de forma que não é construída e pré-determinada e, sim são os sujeitos por suas necessidades individuais e heterogêneas que constroem a coletividade de direitos indisponíveis.

Este conceito também alicerça a questão de identidade civil, de mudança de prenome, onde muitas transexuais buscam apenas a alteração de nome, outros ambas, enfim, que as buscas em forma de felicidade sejam construídas por meio de direitos que não afrontam a pessoa e, sim, quando são negados é a própria decisão que contraria os direitos fundamentais da personalidade.

²⁵ Constituição Federal do Brasil de 1988. A Constituição Cidadã. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 12. Jul. 2023.

As práticas judiciárias, de acordo com Foucault (2020), são formas de governar o Estado, pela prova, pela punição de quem “merece” pois está fora das normas. Ao elaborar um inquérito de forma a provar que a pessoa cometeu ato de contravenção contra a sociedade este deve ser afastado, preso e que isto não gere gastos em excesso, pelo domínio dos corpos nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, nos asilos, nas escolas, conforme o panóptico de Bentham, em que são construídos espaços em que as pessoas possam ser vigiadas por poucas pessoas pelo olho mágico da arquitetura, pelos seus reflexos, gerando assim uma economia de Estado.

De acordo com Sampaio (2007), o conhecimento de acordo com Nietzsche, em que o discurso da ética deve ser construído pela desconfiança, sabendo que há discursos da mentira e que os animais que estão no universo estão propensos a todo e qualquer discurso, diferentemente da proposta de Espinosa que deve se aceitar as linguagens para que se tenha paz nas sociedades. Estas relações de saber e poder são descontínuas e cheias de embates entre seus dispositivos, e que a Ciência gera saber, assim como a política; são linhas de força que estão lado a lado e se entrelaçam em diversos lugares, modificando-se no espaço e no tempo, produzindo novos discursos e desconstruindo outros para o conhecimento de si.

Para Nietzsche, o conhecimento é construído, reinventado e não existe um pacto de aceitar as normas, pela sua imobilidade em suas formas e como cada sujeito age em benefício próprio em cada força de poder adotado pelas instituições. Nietzsche menciona esta fábrica, que é construída em Genealogia da Moral, as ideias que são construídas pelos conhecimentos da moral, a solenidade, as mesquinhas, os egoísmos da humanidade, sendo todos germes do conhecimento, difere dos instintos, da natureza, daquilo que está posto em evidência, são os instintos de confronto que permeiam os conhecimentos de uma sociedade, de forma diversa dos intentos, embora seja seu efeito, sua construção é diversa (Sampaio, 2007).

Para o Entrevistado 1 (Anexo B, p. 173) deve haver uma idade mínima para o início da transição do corpo transexual, com o intuito de que a pessoa saiba o que está fazendo em seu corpo e com seu corpo e que, se menor de idade, a partir dos 16 anos, conforme normas do CFM, que haja um atendimento individualizado, acompanhado pela família ou por responsáveis, respeitando a singularidade psíquica de cada pessoa.

Além disso, o Entrevistado 1 (Anexo B, p. 173-74) se posiciona contrário a mudança corpórea com cirurgias ou ingestão de hormônios em tenra idade, que não seja no mínimo a de 16 anos, acompanhados pelos pais e responsáveis, conforme Resolução CFM nº 2.265/2019 que em seu texto estabelece também que a assistência médica ao transgênero deve promover atenção integral e especializada nas fases de acolhimento, acompanhamento

ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos. Deve-se pelo bem da pessoa transgênera que ela saiba de sua livre consciência que muitos destes procedimentos são irreversíveis além dos prós e contra que gera em seu corpo com impactos em todas as esferas de sua vida, por isto a complexidade e importância da informação, observação e acompanhamento.

Sobre a variante entre os termos travesti e transexual, o Entrevistado 1 (Anexo B, p. 174) aponta que o corpo do travesti pode não querer realizar determinados procedimentos, como a cirurgia de redesignação sexual, mas que buscam outras formas de viver seus corpos, como, por exemplo, a colocação de prótese de silicone e hormonização e houve uma literalidade que pode gerar conflito entre termos quando se pretende definir o gênero de pessoas transgêneras, por isso adotou o termo inglês *Transgender* que no Brasil designa “transgêneros” na qual se inclui o travesti e o transexual.

Menciona que há particularidades individuais e que não se pode dizer que há um consenso de vontades e verdades, mas que para o Direito, para a implementação de políticas públicas foi necessário a adoção deste termo que envolve as duas comunidades como pertencentes aos direitos humanos.

A busca por estes serviços, pela complexidade de serem procedimentos irreversíveis, deve ser realizada com o máximo de clareza e lucidez por todos os profissionais, o local onde são realizadas cada etapa dos procedimentos deve ser um lugar que traga conhecimento e informação para que a pessoa possa decidir de forma individual com práticas idôneas de acolhimento que mostre com clareza caso a caso os prós e contra as cirurgias, pois a mentira para obter o apto, pode se transformar em arrependimento posterior para o próprio sujeito.

No final do acolhimento no hospital para seguir as normas os sujeitos são impelidos a dizer sempre as mesmas coisas para as mesmas pessoas para receber o apto e conseguir a cirurgia de transgenitalização. São corpos, como a de Kátia, de acordo com Bento (2006) que são dominados pela vigilância panóptica do poder que impera sobre as classes subalternas, o poder médico, que prestará futuros esclarecimentos ao poder jurídico se a pessoa quiser retificar o nome, visto que na época não havia a regulamentação de que as pessoas poderiam livremente mudar de nome sem a cirurgia e sem processo judicial, como aconteceu em 2018, com o provimento 73/2018 após inúmeros julgados do STJ e do STF de que pessoas trans podem retificar o nome em cartório sem precisar comprovar cirurgia e sem processo judicial.

Leis que visam o bem-estar das classes dominantes são facilmente aprovadas em curto espaço de tempo, em dias ou até mesmo em horas, de madrugada, enquanto leis de reconhecimento de direitos que não geram lucro ao *status* político ficam décadas à espera de uma pauta para ingressar na Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) e perdem com o tempo a validade, tendo que começar toda a tramitação novamente.

Na vertente transgênera, na questão do emprego, um dos fatores que mais despertou positivamente o reconhecimento de direitos, foi o livro do transexual Caê Vasconcelos intitulado “Trans-resistência. Pessoas trans no mercado de trabalho” (2021):

FIGURA 11: Trans-resistência



Fonte: Editora Dita, 2021.²⁶

É um discurso narrativo de treze histórias de vidas de pessoas trans, onde o enfoque metodológico foi além de denunciar as precárias condições de vida em termos de segurança pública como homicídios, preconceito velado, é a inserção destas pessoas no mercado de trabalho através de um banco de dados para vagas específicas direcionadas para pessoas trans.

Uma das causas que gera agressão e morte nas pessoas transexuais é o fato de não conseguirem emprego formal e terem que se dedicar a prostituição nas ruas das cidades, ficando expostas à violência urbana do que não é considerado “normal”. Aborda também o autor a

²⁶ Obra do autor trans Caê Vasconcelos. Editora Dita, São Paulo, 2021, menciona no trabalho na vertente de disponibilizar empregos à pessoas transgêneras.

condição de raça, pois as pessoas transexuais negras sofrem maior repulsa social em detrimento de transexuais brancas ou pessoas cisgêneros²⁷.

Vê-se que a realidade do autor é ímpar com sua peculiaridade de ser oriundo da periferia de São Paulo, de ter com muita luta conseguido graduar-se em jornalismo, sem deixar seu sonho de mudança corporal, que foi se concretizando ao longo de sua vida. Não há na obra relatos de sofrimento, sendo que a perseverança da pessoa, em saber o que busca, sabendo dos caminhos a percorrer, fez o autor militar na causa transgênera.

Incluir-se nela e realizar as cirurgias não como o fim de sua vida, mas como uma etapa de transformação, sem se perceber mais homem por não ter mais seios, bem como a hormonização que foi realizada após a etapa de acolhimento por médico psíquico. Entende que o autor passou pelas fazes exigidas, o que de certa maneira fez suas críticas mais ciente das dificuldades e que, não apenas as superou com naturalidade como buscou ajudar outras pessoas a se entender pela representatividade midiática em estar em evidência não apenas com sua obra literária, mas militar e se sentir reconhecido quando entrevistou a parlamentar transexual Erika Hilton no Programa Roda Viva da Tv Cultura, em que participou como Entrevistador, conforme mostra o *QRCode*.

FIGURA 12: Erika Hilton



Fonte: Audiovisualidades Mestrado, 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s0B5SwXIa-s>. Acesso em: 12. mar. 2023

O ineditismo de ter uma vereadora, a mais votada na cidade de São Paulo em 2020 e pela primeira vez um dos programas de maior visibilidade midiática por onde passaram as

²⁷ Por estarmos em um tema de transexualidade, se percebe pelos dados da ANTRA (2022), que a maioria das taxas de homicídios e índices socioeconômicos entre pessoas transgêneras brancas e negras são piores para a população negra. Para os transgêneros, a ausência de escolaridade atinge todas as raças e o racismo estrutural está evidente em todos os gêneros, não apenas na análise transexual, que reforça que pessoas negras recebem salário menor, possuem menor escolaridade, são a maioria no sistema carcerário, lideram as estatísticas também no que tange a transgeneridade.

figuras mais notáveis do mundo em todas as áreas do saber, pode abrir espaço para um entrevistador estar em sua “bancada”, não apenas por ser, mas pelo seu reconhecimento profissional.

Conforme Foucault (2014c) em *Ditos e Escritos Volume IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*, o termo “anti-Édipo” é uma introdução a uma vida não fascista dominada pela ascensão do populismo entre as classes pobres pelo engajamento da nacionalidade para que, ao alcançar o poder, realizar uma desnaturalização do ser humano contra grupos minoritários, como transexuais, judeus, negros e tudo que não fosse alinhada aos dogmas nazifascistas deveriam ser exterminados.

Esta arte de viver contrária a todas as formas de fascismo, estejam já instaladas ou próximas de sê-lo, é acompanhada por um número de princípios essenciais, que resumiria como segue se eu tivesse de fazer desse grande livro um manual ou guia de uma vida cotidiana:

-faça crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, mas do que por subdivisão e hierarquização piramidal;

-livre-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental sacralizou por muito tempo como forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, as organizações móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade;

-não imagine que é preciso ser triste para ser meliante, mesmo que a coisa a que se combate é abominável. É o elo do desejo com a realidade (e não suas fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária;

-não utilize o pensamento para dar uma prática política um valor de verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação Utilize a prática política como um intensificador do pensamento e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios da intervenção da ação política;

-não exija da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo da forma como a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e pelo deslocamento os diversos arranjos. O grupo não deve ser o elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de desindividualização;

-não se apaixone pelo poder.” (Ditos e Escritos IX, p. 09-10).

A sexualidade neste contexto deveria ser observada dentro do que é a verdade fascista, fora destes padrões, deveria ser confessada e exterminar o corpo do sujeito possuidor desta “anomalia”, visto que a sexualidade era para a procriação da classe trabalhadora, formada por um casal binário, de descendência branca, não judeu e que fosse domesticado a obediência ao

nacionalismo e seus líderes a qualquer preço sob pena de ser tornar pária como os já destituídos de valor social e de cidadania como um todo.

Para estes corpos, não era necessário apenas a humilhação, o destrato, o impedimento, a interdição, isto seria muito pouco, para alcançar o desejo nazista e fascista era preciso separar, confessar, humilhar, amarrar em campos de concentração até a morte, que seria não de forma abrupta. O corpo antes de se apagar de uma vez por todas teria sua simbologia aplicada aos castigos brutais, mesmo sabendo que ao final de um certo tempo, haveria a morte, era necessário fazer com que estes corpos antes do fim fossem naturalizados pela tortura como pré-condição para o objetivo final que foi o extermínio.

Ao inserir a questão da sexualidade como problemática em suas obras, o autor queria entender que este dispositivo tão pouco usual de ser comentado entre os filósofos e demais cientistas de sua época, possui uma História, que não poderia ser negada. Os acontecimentos como as lutas de homossexuais e movimentos feministas que se vê hoje, não aconteceram por acaso, eles possuem raízes que continuam neles pois tiveram interfaces que vem desde a Antiguidade, antes da criação dos dogmas da igreja católica.

São teias de saber e poder que uma sociedade utiliza para poder reivindicar o acesso a liberdade de expressão que se vive hoje, porque estes saberes de como foram os dispositivos de poder que as pessoas sentiram em diversas épocas dentro de si, para formar o que são hoje.

Historicamente Foucault (2016) mostra a separação de uma sociedade punitiva para uma sociedade disciplinar, através de uma vigilância e disciplina de importância, para as separações e preparações de subjetividades, por uma microfísica do poder, como as câmeras para vigiar as pessoas, por meio de dispositivos móveis, por meio das transformações dos dispositivos do século XVIII ao XXI, sendo os dispositivos cada vez mais sofisticados, como os que conhecemos hoje.

A partir da discussão sobre a genealogia do poder, Foucault (2010a), chega à Genealogia da Ética, mostrando que a moral tem uma História, os valores tem um dispositivo, a sexualidade tem uma História. Assim, para entender a genealogia da ética, para se entender o que é mais íntimo de nós, é preciso olhar para a História, pois rompendo os fios de nossa subjetividade, o diagnóstico demonstra que somos diferentes em razão de nossas histórias e cada qual tem a sua, é ímpar.

As subjetividades estão permanentemente em luta no interior da História. É por esse movimento que podemos perceber que não existe legislação prática que coíba termos

pejorativos aplicados aos sujeitos transgêneros A Entrevistada 3, (Anexo B, p. 187) enfatiza que pessoas como ela podem ser ofensivas à escola ao se apresentarem como travestis, não sendo bem vistas pela lógica heteronormativa. Ela própria foi “vigiada” em determinados episódios não positivos em escolas e que luta contra o binarismo e a crueldade e há muito a ser feito pelos movimentos ativistas. Ainda paira no Brasil o discurso de quem põe para fora uma pessoa travesti como forma de domesticação escolar e está protegendo a sociedade de um eventual “perigo” de corpos que não são normativos.

O Entrevistado 1, (Anexo B, p. 174) percebe o travesti como uma pessoa que pode estar mais ligado ao genital masculino, por ter uma maior performatividade e o transexual que está em busca da redesignação sexual, principalmente, como pesquisador e colaborador de políticas públicas em hospitais que realizam as cirurgias de redesignação sexual, porém aponta que não há unanimidade nos termos, que o ativismo de direitos humanos pode reivindicar que uma pessoa cirurgiada possa se identificar como travesti, sendo uma opção unipessoal.

Sobre as normas do CFM, de haver uma equipe multidisciplinar, aponta que há atuação de várias pessoas e instituições como o Ministério Público Federal (MPF) da 4ª Região, juntamente com ativistas, pacientes que buscam(vão) as cirurgias de transgenitalização, advogados e magistrados de primeiro e segunda grau e do STJ e STF, também pelo desejo de pessoas trans.

Cita médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras que decidiram através do PROTIG gaúcho, buscar ajuda junto ao MPF, onde foi proposta uma Ação Civil no ano de 2000, pois havia a queixa de que o procedimento não estava no *roll* taxativo de procedimento do SUS e da Agência Nacional de Saúde (ANS), e que desta forma o atendimento ficaria precário apenas com os recursos do Hospital das Clínicas de Porto Alegre ou de recursos estadual e municipal, sendo importante o aporte de recurso do SUS para a continuidade dos atendimentos.

Na época, menciona que perdeu em primeiro grau, mas que através de recurso judicial, em 2008, houve o acolhimento destes procedimentos junto ao SUS pelo Ministério da Saúde, em que por ordem do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, (TRF4) o CFM e o Ministério da Saúde (MS), tiveram que adequar suas normas para que atendessem as pessoas que buscam acolhimento nestes espaços, e que além de hospitais, há ambulatórios que se dedicam a uma parte dos procedimentos como hormonização, atendimento psicológico, dentre outros para posterior encaminhamento aos centros que fazem todos os procedimentos como o PROTIG.

O corpo não é único e, sim, multidisciplinar; a transgeneridade consegue se defender com agressões pela luta e não há em todas as pessoas o sentimento de resistência. Para o Entrevistado 1, (Anexo B, p. 170-72) há uma sociedade que necessita ser mudada e que como há condições diferenciadas, o poder médico não deve ter, sozinho, o direito de definir o sexo de uma criança pela sua vontade e dogmatismo médico.

A produção da verdade para a Entrevistada 3 (Anexo B, p. 187) deve ser modificada e isso está ocorrendo no presente. Isso é evidente quando se leva em conta que sua fala foi mencionada em um texto de vestibular de uma universidade pública de Goiás. São fatos como este que a motivam a continuar na luta²⁸.

A entrevista 3 (Anexo B, p.185) diferencia esta relação de nome, com qualificações que geram constrangimento, por exemplo, nada se fala de sobrenomes que conotam insatisfação como, eventualmente, a pessoa com sobrenome Pinto, que pode ser considerado constrangedor. Cita que o último nome é sempre do homem seja pai ou marido e hoje tem movimentos para que o nome da mulher esteja por último ainda com ressalvas, como colocar o nome feminino por extenso para mostrar que o último nome é o da mulher.

O TRF 4º gaúcho, que teve acesso a evolução de cirurgias de transexualização do PROTIG diz que “As notícias e referências que tenho acesso hoje dão conta de que, apesar do esforço das equipes interdisciplinares presentes em alguns serviços de saúde pelo país, há necessidade de ampliação, isso desde o início da implantação dos serviços, independente do período de governo.

Conceito que também está alocado a cultura de cada país, por exemplo cita que no Canadá, no momento atual, apenas pode colocar um nome, sem haver nome composto. A Entrevistada fala das dificuldades e situações inusitadas que suas mães passaram ao longo de suas vidas, após separação, por um apagamento que vai a justiça que muitas vezes nega o direito de ter o nome que a pessoa quer ter, para legalizar e ter o nome que tem vontade de ser.

A Entrevistada 3 (Anexo B, p. 187) menciona um deputado estadual de São Paulo que pede uma CPI, para explicar um processo da USP, do Ambulatório Transdisciplinar de

²⁸ Alude, a Entrevistada 3, (Anexo B, p. 185) que a deputada mais votada leva um nome social que não é transgênero e que hoje as pessoas não estão usando mais a lógica de usar e se apresentar com o nome do marido. Importante ressaltar que a escolha do nome da pessoa trans é livre, mas não o seu sobrenome que é o que define o lugar de pertencimento familiar da pessoa, assim, menciona, que escolheu Sara, mas não escolheu sobrenomes, exceto o que usa como nome social também, podendo ser um nome composto, e a pessoa caso queira pode não se apresentar com o nome do marido ou da família.

Identidade de Gênero do Hospital das Clínicas da cidade de São Paulo (AMTIGOS) em relação a crianças trans, que estão realizando tratamento para fazer hormonização e cirurgias de transexualização. São em torno de 185 crianças. Até que ponto um político pode intervir na vida das crianças e adolescentes que possuem pais e responsáveis? Ao invés de estar desenvolvendo políticas públicas para este público, opta em interromper um tema que possui responsáveis, os seus pais.

O bolsonarismo tornou-se o mecanismo da destruição de instituições, pela necropolítica que prejudica o diferente, as minorias, sendo que além de não fazer política produtiva a população do AMTIGOS, o fascismo quer que se apague, que não exista mais nenhum ambulatório que recepciona crianças e adolescentes transexuais, pois ele não trouxe e não fez nenhuma política direcionada a este grupo²⁹.

Outro tema, no diálogo, é o fato de que pessoas transgêneras são impedidas ou ridicularizadas quando entram em um banheiro feminino, conduzidas para fora, em locais públicos, mesmo neste caso citado pela Entrevistada 3, (Anexo B, p. 187) em ser uma trans redesignada, colocada para fora de uma escola de samba do Rio de Janeiro e que o baixo nível desta questão confundiu uma mulher cis com uma pessoa transgênera. A escola de samba após a divulgação pela mídia, pede desculpas e apenas isso. (BRASIL, 2020).

A Entrevistada 3 (Anexo B, p. 187) cita também mulheres trans que foram expulsas em banheiro de *shoppings*, e que devem acabar estes acontecimentos e não consegue compreender em um país com tantas pessoas com sérios problemas de viver, em que estamos vivendo tempos difíceis para “calar” a pessoa que não se “enquadra” a sociedade “normal”, sendo ao que tudo indica um tema mais importante que resolver a questão da fome do país, com quase 70 milhões de pessoas vulneráveis e que falta preparo para as pessoas em razão de respeito a dignidade humana, tendo que ser apalpada para provar seu gênero ou seu sexo, seja bem vinda ou você não pode entrar neste lugar, comentam, conforme *QRCode* a seguir:

²⁹ Sara Wagner York, âncora do canal 247, leva ao atual presidente Lula uma pauta para pessoas transgêneras em que engloba inclusive pessoas de ruas, entregue na posse em mãos para o presidente de que a população sofre com ações de apagamento. Menciona que o que circula em redes bolsonaristas, de forma camuflada, é uma pretensa revogação de Lula que teria revogado Uma portaria contra deficientes, o que de fato não corresponde à verdade pois o ex ministro da Educação disse que “pessoas com deficiência atrapalham a educação”, o que São Paulo, verá com Tarcísio.

Deixar pessoas “esquisitas” como trans, deficientes, expulsam as pessoas da escola pela violência simbólica e exclusão social dentro do espaço, por alguns professores e diretores juntamente com sua equipe política.

FIGURA 13: Canal das Manas, Canal 247

Fonte: Youtube

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wrXPjSog6Rk_. Acesso em: 05. out. 2023

É por meio de uma linguagem e materialidade injuriadas de um sujeito, que se pode reivindicar por direitos, por lutas e movimentos sociais para que o que aconteceu com a pessoa trans ao ter seus valores não reconhecidos como naturais; para que não aconteça com outras pessoas. Há neste caso a possibilidade de levante contra o Estado neoliberal contra suas leis que desestabilize a moral.

Formam-se grupos, por meio de movimentos políticos, conforme cita a Entrevistada 5, (Anexo B, p. 197) organizam-se protestos nos grandes centros urbanos, com cartazes, em frente ao Congresso Nacional para que se modifiquem as leis, para que se possa ter aplicação mais justa e humana do poder do Estado, que este não seja absoluto. Trata-se de movimentos de ir às ruas em conjunto, formando alianças com outros movimentos, cada qual reivindicando por direitos sociais e humanos correlatos.

A repressão das pessoas LGBTQIA+ em um processo de normatividade impede que elas vivam com liberdade e dignidade. Porém, quando as pessoas entendem seus direitos, elas se unem em aliança ou mesmo que de forma individual, ela fornece o exemplo da resistência da mudança de comportamento da vida social de que não se deve mais suportar o descaso e o preconceito e outras vidas LGBTQIA+ seguem seu exemplo e reivindicam seus direitos, sendo que na medida em que o Estado é interpelado a adotar medidas de segurança e é punido pelo seu não fazer, as conquistas se ampliam de tempos em tempos, por isso o receio do Estado e de suas instituições em proferir uma decisão contra si mesmos pois ao representar o poder do Estado estarão criando condições e mais lutas e conquistas.

5. BIOPOLÍTICA E BIOPODER: MÍDIA E AS FORÇAS DE RESSIGNIFICAÇÃO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO TRANS

FIGURA 14: Mídia e políticas sociais de gênero

MÍDIA E POLÍTICAS SOCIAIS DE GÊNERO



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

O corpo como lugar de fala, conforme Butler (2022), desempenha sua estilística ao apontar traços de atributos da feminilidade trans, nos cabelos, nas unhas, nas formas de andar, nos sapatos, na fala. São representações utópicas de uma realidade em que emergem mudanças com o ingresso de mulheres trans eleitas e, portanto, aptas para propor, criar leis e fiscalizar a conduta do presidente ou primeiro-ministro a depender da forma de governo de cada nação.

A maneira como estas mulheres trans nutrem em seus adereços, bem como outros traços de feminilidade como as roupas postas para liberar aspectos femininos como a elegância da postura e das formas de dizer discursos políticos em prol de movimentos sociais contra a

verdade imposta, a favor das lutas contra as desigualdades sociais e de gênero são o destaque destas mulheres na política.

Sentir se bem na forma de ser e de se vestir pode ser uma questão mais pontual para o bem-estar do sujeito trans que a própria cirurgia como assinala o Entrevistado 8, (Anexo B, p. 211-12) que em seu trabalho de edição de vídeos, menciona o uso de *lingeries* para pessoas trans.

Usar e sentir-se bem com calcinhas de mulher pode não estar ao gosto de muitas pessoas. Desta forma, empresas criaram *lingeries* específicas para pessoas trans para que se modele o corpo com seus traços específicos. Esconder o genital masculino e usar *lingeries* pode ser uma questão confortável para a pessoa trans quando empresas ofertam estes produtos para que se possa estar bem com uma lingerie que auxilia em ocultar o máximo possível o órgão, como se ele não existisse. É mais uma opção das sexualidades para pessoas que querem dela fazer uso, inclusive mulheres cis, assinala o vídeo mostrado pelo Entrevistado 8 (p. 212).

Reescrevem em seus traços, a feminilidade de seus seios, uma forma de mostrar a sua postura e sua inserção em um gênero trans feminino ou trans- mulher. Esta volta ao arquivo, traz a imagem que emerge forças pela quantidade de alianças e repactua o momento do espaço-tempo do hoje com elementos do passado, com estruturas e dispositivos semelhantes ou iguais, mudando-se formas e tendências, porém mantendo-se sua essência principal, que é o nacionalismo exacerbado contra qualquer espécie que não esteja nas pessoas e instituições que se mantêm em aliança até hoje. Assim, mesmo que as pessoas e as intuições sejam outras, de outras natureza, a raiz, que é o ódio de disseminar contra novos grupos contrários o seu discurso higienista, é o mesmo. Apenas para citar uma dessas fontes de memória do papel do seio feminino na história, trazemos a iconografia da “escrava ama de leite”:

FIGURA 15: Pintura Mãe-Preta de autoria de Lucílio de Albuquerque, 1912.



Fonte: Wikimedia Commons (2014). Acervo: Museu de Belas Artes da Bahia

No caso em tela, da imagem da “ama de leite” de uma escrava negra performativa no discurso aquilo que existia para a classe da escrava negra daquela época, como a prostituição, emprego de cabeleireira ou manicure ou a morte pelo ódio é que se tem de opção as transexuais no Brasil nos dias de hoje, pela ausência de outras possibilidades mesmo com as lutas existentes. Trocam-se judeus por outras minorias abjetas, como pessoas LGBTQIA+, o que se mantém na época de Hitler e de sustenta em Bolsonaro é o mesmo ódio por estes grupos minoritários em detrimento da sexualidade que lhes pertence.

De acordo com a Entrevistada 14 (Anexo B, p. 232):

O governo Bolsonaro foi um grande retrocesso para a história do Brasil, um governo genocida, com direcionamento de uma necropolítica contra pobres, comunidade LGBTQAPN+, indígenas, quilombolas, pessoas pretas, enfim todos aqueles que não fazem parte da ordem burguesa, e não aprimorou nenhum atendimento ou política pública voltado a esses públicos, pelo contrário destruiu o pouco que se tinha.

Estamos em um momento de reconstrução do pouso que se tinha construído, então como disse em outra questão, dependendo do momento histórico e governo é possível avançar ou retroceder nas conquistas sociais e o atendimento público a esta demanda ainda é preciso avançar em muito.

De acordo com Amorin, Sales et. al, Silva e Neves (2022) as novas mídias digitais trazem traços a quem a linguagem traduz em apagamento que é a eliminação da existência de classes minoritárias em detrimento de sua condição, como no caso racial e de sexualidade, não pertencentes a hegemonia binária branca ou cisgênera normativas que embora seu interlocutor

possa saber da sua existência, nutre um discurso para a tentativa de criação de uma nova realidade percebida pela classe dominante.

A forma como ocorrem estes enunciados pela mídia traz consigo formas de subjetivação a apontar o negro, a pessoa LGBTQIA+ já condenada em razão de um dado acontecimento negativo que ainda não se concretizou como os achados pela polícia de drogas em companhia de pessoas negras em comparação a pessoas brancas de classe média e residentes em bairros nobres das grandes cidades.

Conforme mostra a notícia veiculada em plataforma governamental Agência Brasil sobre questões de violência policial na abordagem com maior afinco contra a população negra no Brasil discorre que:

Segundo o estudo, 8 em cada 10 pessoas negras já foram abordadas pela polícia, de acordo com os dados dos dois estados, enquanto entre as brancas, apenas 2 em 10 se lembram de ter passado pelo procedimento. 19 % dos entrevistados negros disseram ter sido abordados mais de 10 vezes, enquanto para os brancos o percentual ficou em 8,5%.

Também foram identificadas diferenças de tratamento nas abordagens. O que, de acordo com a pesquisa, aponta para uma inconsistência em seguir um padrão ou a existência de um “duplo protocolo” no trabalho dos agentes de segurança.

46 % dos negros tiveram sua raça/cor expressamente mencionada por agentes de segurança pública durante a abordagem, enquanto 7% dos brancos relataram essa situação. 88% dos negros ainda informaram ter vivido alguma situação de violência em suas experiências de abordagem contra 66% dos brancos.

Vivian Peres coordenadora de projetos do Instituto de Defesa do Direito de Defesa afirma que o sistema de justiça criminal é todo pautado pela seletividade e que a abordagem policial segue essa mesma lógica.

A coordenadora Vivian Peres ainda avalia que faltam protocolos públicos para as abordagens e aponta falhas na lei.

A pesquisa ouviu 1.018 pessoas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro entre maio e junho de 2021.

A Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro informou que nos protocolos que norteiam as ações de abordagem da Corporação não há qualquer distinção de contexto social - raça, credo religioso, orientação sexual, entre outros. A Polícia Militar do Estado de São Paulo informou que será realizado um profundo estudo do relatório e que vai se pronunciar em breve por meio de nota.

Edição de Vitória Elizabeth e Beatriz Arcoverde.³⁰

³⁰ Reportagem na integralidade . Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos>. Acesso em: 12. ago. 2023.

Conforme Bovo (2020)³¹ na obra: *Travestilidades versus agentes de segurança pública: A produção acadêmica brasileira com base em um levantamento bibliométrico*, quando se encontram entorpecentes no carro de A e B, sendo A branco, universitário, de classe média, de pais casados com filhos afirma-se que o acontecimento está sendo apurado”. Em comparação, com B, com a notícia de que foi encontrado a mesma quantidade de cocaína, por exemplo, em posse de um homem negro, homossexual em sua bicicleta afirma-se que o mesmo está sendo acusado, levado à delegacia e poderá ficar preso, aguardando audiência de custódia.

A forma com que é veiculada a notícia, traz em seu discurso o próprio “ato de condenar” da imprensa, que pela sua representatividade pode ser considerada um ícone de poder para punir e amenizar em razão de estruturas sexistas e abjetas de quem não pertence a elite.

Sobre o tema da violência contra a mulher e sua relevância para a proteção dos direitos das mulheres de forma igualitária, relata a Entrevista 13 (Anexo B, p. 228):

Acredito que hoje, o ser mulher está além do biológico, visto que a lei Maria da Penha, também pode ser atribuída a mulheres trans. Participei do 1º Prêmio sobre Violência contra mulheres e meninas em 2018, o 1º Prêmio “Juntas Transformamos” com parceria da empresa Avon, em São Paulo, onde tive a oportunidade de conhecer a precursora da lei, a própria Maria da Penha, juntamente com outras mulheres, a qual não questionei se eram cis ou trans, pois o ser mulher está além de rótulos. Para conquistar o prêmio, implementei um plano contra a violência doméstica, a qual foi contemplado, a qual constituía de: cursos de emancipação de mulheres para que possam romper com as barreiras de situação de dependência financeira e emocional e todas as formas de violência e submissão, não aceitando e denunciando o agressor. Tenho esperanças de um dia poder pôr em prática, a teoria do prêmio recebido em minha cidade, na elaboração de cursos profissionalizantes para todas as mulheres e palestras contra todas as formas de violência e discriminação.

A imprensa nem sempre desempenha o papel de denunciar e lutar pelas minorias, ela possui tendências editoriais de cunho político, ela possui métodos, e quem está trabalhando em sua reportagem necessita, caso queira manter seu emprego, adotar a postura do órgão de comunicação³².

³¹ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/DBjGjG4JJPXjT7ZTvcpkJWL/?format=pdf&lang=pt> f. Acesso em: 14. ago. 2023.

³² Percebe-se que no Brasil, nos últimos 10 anos, a informação midiática nem sempre possui elementos da realidade justa e imparcial. Cabe ao leitor da notícia e pelas experiências passadas com dado veículo jornalístico, de radiodifusão ou pela *web*, perceber que há tendências pré e contra determinados grupos políticos e instituições,

Com isso além de existir um país dividido entre extremos, também temos imprensa de extremos que propaga em tempo real a sua visão de mundo dogmática generalista, isto prejudica o leitor que passa a não confiar e não ter credibilidade em tudo que é veiculado em cada rede comunicativa, pois há tendências de descontinuidades de opinião forçada em desprestigiar um grupo e favorecer outro. Como se proteger e evitar cair nas armadilhas das informações tendenciosas e/ou falsas?

A principal maneira é adotar postura de verificação não apenas do que é verdadeiro ou falso na informação, porém que o leitor tenha senso crítico de não se levar pela opinião da redação, do meio de informação, que ele, o próprio destinatário do conteúdo possa ter criticidade em não confiar em tudo que é dito e em especial quando está nítida a informação da rede sobre uma tendência que ela rejeita ou aceita, verificando na notícia de agora, de ontem e que será a de amanhã de assuntos correlatos que há uma tendência a generalidade que não tangencia a imparcialidade nem da singularidade que cada caso exige.

Conforme Gregolin (2003), cabe ao leitor inclusive de forma subjetiva e não verbal não acreditar totalmente na opinião da imprensa e ter para si e sim ter um leque maior de outras informações do acontecimento para que ele mesmo possa formular sua própria criticidade e se valer e apontar não por neologismos ideológicos da informação distorcida e privilegiada.

Na emergência de novos sujeitos teve a informação e as redes sociais papel fundamental para organização e formação de reivindicações e de políticas assertivas de sociabilização pela mídia. Os relatos de denúncias pela *web* auxiliaram grupos minoritários a criar pautas para emergências específicas, sendo que a informação mais rápida e mais dialógica teve o *feedback* de proporcionar a atores de lutas e reivindicações.

que perpetua uma cultura geral independente do caso específico e singular, de moldar a notícia conforme o padrão adotado pela redação e seus donos.

FIGURA 16: Trans nas redes



As pessoas trans não
foram vítimas do
Holocausto Nazi



Eu sou a Lucy Salani,
sou uma mulher trans e
uma das famosas trans
sobrevivente do
nazismo

Fonte: Nação Transgênero³³

A possibilidade de saber de onde vem os ataques, o motivo e pautar as lutas e protestos de forma mais rápida e organizada com demandas específicas, com lugares e espaços demarcados que seriam o ponto de encontro para as manifestações que são visualizadas em redes e difundidas em curto espaço de tempo por imagens e trocas de mensagens, pode citar encontros marcados em um bar para protestar, encontro na praça Y para reivindicar ataques contra uma determinada agressão a uma pessoa *Queer* ou transgênera.

Os estudos de Milkolci *et al* (2015), embora tenha a predominância da comunidade *Queer* possui o condão de um olhar amplo como forma de disseminação de informação de redes sociais como conquista de lugares e espaços no âmbito social que não havia sido conquistado também pela comunidade transgênera.

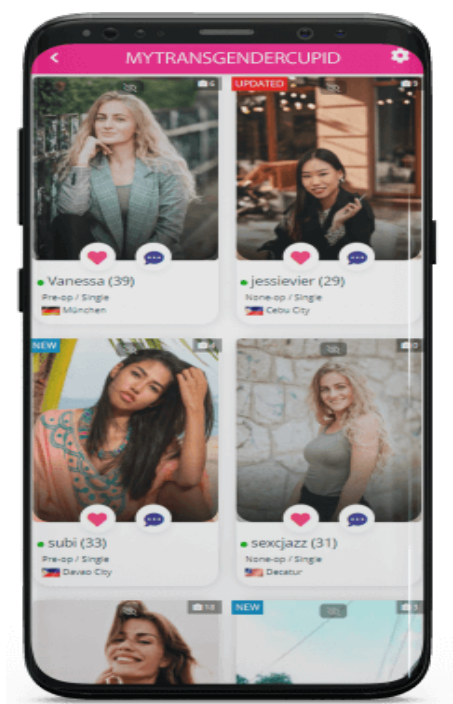
Ressalta também que as redes sociais não são apenas um local de luta, e sim, de aparecimento de interfaces, de busca de encontros afetivos em um mundo cada vez mais fechado dentro da tecnologia. Não é uma forma de aceitação incondicional do gênero, e sim, que estas comunidades possam encontrar redes de amigos para conversar, trocar experiências, se encontrar, sem ter a necessidade de sexualização e do erótico. É por meio de redes sociais que se fazem amigos, que se dialoga, que se respira e dilui o *stress* do dia a dia pelo que se vê e pelas possibilidades de sociabilidade nas redes de comunicação.

Zago *et al* (2015) trata de *sites* de relacionamentos masculinos onde faz parte da própria rede como usuário para poder coletar as informações para a pesquisa, como relatos e discursos

³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=817968830375347&set=a.467345358771031>.
Acesso: 12. Jan. 2024.

sobre relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Na pesquisa em voga, aborda o universo masculino, mas, também pode ser abordada qualquer relação em redes sociais sobre a questão de gênero. As redes de busca com filtros, onde se pode identificar por preferências o biotipo da pessoa, sua identificação de gênero e, bem como o tipo de relacionamento que é buscado, se amizade, sexo ou relacionamento sério. Exemplos é que hoje existem plataformas que disponibilizam sites de relacionamentos também para pessoas trans, para que se possam encontrar, e ter uma relação afetiva, quando o encontrar alguém faz bem a pessoa que procura o outro. Destas plataformas podemos encontrar histórias de namoros que se transformaram em amizades ou que se transformaram em casamento, são histórias múltiplas e singulares a cada sujeito e não mais restrita apenas as relações cigêneras e heterossexuais.

FIGURA 17: Site de Relacionamento My Transgender Cupid



Fonte: My Transgender Cupid

O olhar dos corpos pode ser analisado em um espectro normativo no qual os corpos são separados pela heteronormatividade do masculino e feminino, na qual se observam as redes de relacionamento onde são permitidos apenas homens e mulheres, este espaço se alargou para outros gêneros, que reivindicaram poderem ter a mesma busca e afetos por redes sociais para procurar as mesmas coisas que os heterossexuais buscam. Hoje tem-se múltiplas plataformas

de pessoas que se identificam de múltiplos gêneros e buscam parceiros/as ativas, passivas, ambas ou indiferente.

O trans e os presos de Guantánamo são semelhantes em ter vidas precárias onde cada Estado-nação a sua maneira agride. Interessante, que estamos falando do país mais poderoso do mundo e o mais poderoso da América Latina em um percurso histórico não ter construído sequer bases a estas pessoas, que são, ambas perseguidas, no caso de Guantánamo de uma guerra localizada em que as pessoas foram presas e algumas por tempo indefinido sem ter direito a advogados e sem ter o devido processo legal e de outro em que as vidas das pessoas vivem a guerra civil do ódio no Brasil em tempo intermitente em que a qualquer momento podem ser mortas pela guerra civil interna que atacam as minorias.

No dia seguinte são notícias em jornais e na mídia, algumas justamente o que chama a atenção de veiculação de imprensa sensacionalista é o fato de ser trans, mas não procura por seu meio de comunicação midiático, pela sua influência de repercussão nacional incluir estas pessoas, exceto quando noticiam sua morte, seu apagamento.

A curiosidade pelo trans é tão evidente em uma mídia de canais de Tv de concessão pública quando noticiam no “rodapé” a informação de que “Mulher Trans rouba celular nas ruas do Rio de Janeiro”. O fato desta enunciação por si traz o estigma de que se deve combater as mulheres trans pelo ocorrido, de que as pessoas devem ter cuidado com mulheres trans pois roubam, mas não se vê na mídia a notícia: “Mulher cis ou Homem cis”, em outras palavras qual a relação que se percebe no ato do roubo de celulares e no gênero da pessoa? Se qualquer pessoa pode roubar, a ação não pode estar condicionada a seu gênero e que notícias que mesclam gênero minoritário em direitos com atos criminais também unifica no telespectador a associação de que a trans é bandida, de que quem rouba celular são pessoas trans e que elas devem estar longe de quem possui aparelhos celulares.

Autores e autoras como Gregolin et.al (2003), na obra “Discurso e Mídia”: a Cultura do Espetáculo, mencionam que a História sob a abordagem de Michel Foucault não escapa da mídia e seus acontecimentos, por meio de diálogos, lutas, poder e resistência, a mídia atrai um acontecimento que faz com que um dispositivo se torne o centro de eclosão no cenário governamental, social e individual. Na história das formas políticas, suas práticas de discurso visam atingir um resultado almejado em redes de informação e comunicação que se interligam, se juntam, se distanciam, tornam-se pertencentes aquilo que é possível e desejável. É a função

dos dispositivos discursivos, modificar, alterar, recompor, romper e começar de novo se for preciso de forma tênue, oblíqua, coletiva ou singular³⁴.

As formas de comunicação são múltiplas de articulações horizontais e verticais, o tempo muda o espaço e o território do passado histórico, porém volta no presente e se buscam no futuro elementos que podem ser usados no hoje, no agora, sendo assim, o passado histórico transforma o hoje, reiterando-o, modificando-o se necessário.

O novo não nasce do velho, o novo modifica o velho e o supera em circunstâncias subjetivas, quem não tem passado para reconstruir seu presente, para o melhorar e até para o superar o que já se passou, não tem História para contar seu discurso. O dispositivo da verdade, é emoção para viver, razão para decidir, força para vencer (Gregolin *et. al.*, 2003).

O Grupo de Estudos de Análise do Discurso (GEADA, 2016), produziu uma *Web Série* que retoma as redes discursivas foucaultianas com episódios sobre o corpo e as tensões políticas nos dias atuais, Um desses acontecimentos narrados e analisados na *Web série* é a “Marcha das Vadias”, que retrata mulheres que buscam para si o direito de serem livres por si mesmas, conforme desenvolvido no *QRCode* abaixo:

FIGURA 18 – Audiovisual GEADA



Fonte: Audiovisualidades Mestrado, 2023.

Nos vídeos da *WebSérie*, Maria do Rosário Gregolin faz uma reflexão de: “Quem somos nós hoje? ao explicar as três fases dos estudos discursivos em Michel Foucault: a Arqueologia, a Genealogia e a Ética, sem separações unilaterais e sim redes de dispositivos

³⁴ A motricidade do corpo, suas interpelações, seu suplício ao longo da História em Michel Foucault aborda a loucura, as prisões, a sexualidade através de dispositivos de um poder-saber arqueogenealógico de que embora o autor tenha nos deixado em 1984 onde pairava o enunciado da “peste *gay*” como símbolo de raça inferior. Aborda o autor a sexualidade sem adentrar na transexualidade em suas obras pois na época era pouco mencionado ou sequer citado, deixa seu legado para que novos pesquisadores em novos dispositivos no transcórrer dos tempos pudessem dialogar com a prática do saber-poder em novos dispositivos, rasgando velhas tendências e inovando a partir da História dos discursos existentes em outras práticas que interlaçam em redes como intersexo, o medo da polícia, a medicalização do corpo não heteronormativo.

complexos como é visto no episódio 2 , a partir do dispositivo em Gilles Deleuze na relação da mídia com a sexualidade.

No episódio 3 tece considerações do dispositivo escolar com explicações metodológicas e um rico trabalho de pesquisa instrumental das primeiras escolas no período republicado brasileiro em fins do século XIX como a tradicional escola “Caetano de Campos”. Na cidade de São Paulo, os hábitos dos estudantes, a separação entre os sexos, as atividades, a vigilância, o comportamento desejado, a produção escolar como dispositivo imposto por um método unilateral de pouca ou nenhuma escolha que não fosse a escolha da família e do Estado.

O movimento social, “Marcha das Vadias” surge de forma institucionalizada no Canadá em abril de 2011 e se espalha rapidamente para diversos países, dentre eles o Brasil. Protestam contra o machismo, de atos de falas ainda no século XXI de que seriam vítimas de estupro pelo tipo de roupa que se usa ou por “provocação natural a libido masculina” como se o simples fato de pertencer a um corpo, fornece ao ‘macho” a legitimidade de serem violentadas de forma psíquica ou sexual, conforme (Gomes e Sorj, 2014).

Marcha das Vadias em destaque no Brasil, ocorre em junho de 2011, organizada pela escritora, publicitária e ativista Madô Lopez, em que convocam de forma espontânea mulheres que se não queira mais se calar a irem protestar nas ruas com a vestimenta que se sintam mais à vontade. Em junho de 2013, reuniu em Brasília mais de 3 mil participantes, que pela forma descontraída de se vestir como: freiras, prostitutas, de terno ou com roupas curtas, chamam a atenção de que a dona do corpo é do sujeito que a ele possui.

FIGURA 19: Movimento social da Marcha das Vadias



Fonte: Agência Brasil (2016)³⁵

³⁵ Marcha das Vadias protesta no Rio contra machismo e cultura do estupro Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/marcha-das-vadias-protesta-no-rio-contra-machismo-e-cultura-do-estupro>. Acesso: 13. Abr.2023.

A Análise do Discurso para Gregolin (2003) faz a análise de uma metodologia não enraizada em critérios estritamente objetivos, ela deve ter relevância em métodos para que produza junto com a linguagem, gestos e uma cartografia que abrange o plural, que abrange as minorias, Ter uma AD metodologicamente inclusiva e não normativa, não significa que deva ser menor em termos de qualidade textual pela linguagem confusa e não compreensível, pelo contrário ela rompe as barreiras da antiga erudição onde apenas as elites tinham voz e, por meio da educação, traz novos saberes que estavam apagados ou invisibilizados por não poderem ser ditos por pertencerem a uma classe não elitista e patriarcalista; ela fornece voz da mesma qualidade técnica porém transversalmente da possibilidade de outros grupos poderem dizer de forma clara o que querem porque lutam e descrever suas histórias.

Esta nova AD (Gregolin, 2020), sob Michel Foucault, acolhe os discursos historicamente desqualificados pelo poder, como o dos transexuais, dando voz e fala na mídia, em vários discursos onde se entrelaçam redes de saberes que se tramam, como os saberes do Direito, da História, da Sociologia, da Medicina, ela é inclusiva e acolhe os discursos que denunciam as violências contra as minorias em direitos, sendo assim ela amplia horizontes, ela não separa, ela inclui e abarca novas possibilidades de falas.

A produção do acontecimento pelo discurso da mídia, seu esquecimento e suas possibilidades onde estas novas identidades formam *kits de identidade* na medida em que se pode reconhecer um tipo de discurso pela forma, pelo enunciado, em dizer do enunciador e a quem é dirigido, a qual público por meio de um acontecimento, por exemplo, um discurso que é proferido contra Dilma Roussef a favor de seu *impeachment* possui identidade e formas de afecção de dizer e atinge grupos que dele se apropriam, mesmo não sendo verdadeiros.

A Associação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA, 2021), um dos maiores grupos de luta e militância contra a intolerância no Brasil e no mundo criticou alguns pontos das novelas, em especial da personagem cis em interpretar pessoas trans por não terem as trans identidades específicas, pelo fato da cúpula da TV Globo não privilegiar profissionalmente atores trans, que poderiam estar interpretando as personagens ao invés de atores que não se identificam com o trans, como se os atores não os representassem. Menciona a ANTRA (2021) que atrizes cis ao interpretar personagens trans, por mais experiência que uma atriz que já participou de inúmeros trabalhos midiáticos no cinema e no teatro como Cláudia Raia, não representa uma parcela das pessoas transexuais, descaracterizando o gênero. Outro ponto é que no Brasil, há atrizes trans que podem fazer este trabalho com maior dinamismo, em que o

expectador possa se identificar mais com atrizes trans no personagem, inclusive por histórias de vidas e desafios parecidos e além de que traz outro debate, a inserção de atrizes trans no mercado de trabalho da mídia televisiva, sendo um direito que elas possam ser protagonistas em novelas que versam seu próprio gênero.

Pode-se pensar, assim como ocorreram nas entrevistas, que possui razão a ANTRA na crítica embora ao mostrar as situações do cotidiano já é um grande avanço e pela ausência de atores transgêneros no início dos anos 2000, fato que a crítica construtiva da ANTRA trouxe a personagem Britney na novela das nove *A Dona do Pedaço* interpretada por Glamour Garcia, mulher trans que representou o personagem do mesmo gênero.

Butler (2021) afirma que a violência é a soma de relações de dependência e interdependência por conceitos de laços sociais em que assumem a ambivalência em que o conflito está permanente nos atos da vida social no decorrer dos anos e que pode-se considerar que a igualdade entre as pessoas no âmbito moral e social deve estar em constante permanência com a igualdade radical em que as formas dialéticas não podem ser as únicas formas de atos de não violência e que o biopoder e a biopolítica devem estar em constância com a interdependência social para que se possa compreender onde há ou não violência. Suas formas de contenção e disseminação, bem como fatores de resistências e como as políticas falham na estrutura do biopoder em não questionar e ser passiva em relação a atos de violência contra as minorias.

Como preservar a vida de outrem, quais meios legais, e de que forma são teorias da psicologia moral e da filosofia ética

Butler (2021) os tipos de discursos que vemos na mídia em um contexto Histórico, por meio das cartas, telefone até as adaptações da comunicação *on-line*, onde enunciatador e enunciatário não precisam estar no mesmo local para que haja os laços e redes de comunicação e suas consequências no discurso.

Aponta que para Michel Foucault, um pirotécnico que jamais se enalteceu por rótulos em ser um grande historiador, sociólogo ou filósofo, para que se tenha um discurso não é preciso uma ordem exata e qualitativa, pois, as linhas de saber se entrelaçam nas falas e produzem o saber-poder.

No contexto de biopoder, Foucault (2008b) afirma que o poder não tem uma essência, ele se reinventa, de um ponto de vista concreto, dialoga com técnicas e tecnologias estratégicas em que ele nomeia várias formas de poder. Dentre eles o poder da soberania entre a Idade Média

até o século XVI, em que o poder absoluto do soberano tem a técnica do poder da origem do senhor, sendo digno de ser obedecido de forma voluntária, por punição pública e exemplar quando não atendidas as vontades do rei.

Configurado em espetáculo público, a pessoa desobediente ao rei morre de forma dolorosa para mostrar, com o medo, o que acontecerá a quem fizer a mesma coisa, ou seja, se a desobediência persistir terá o outro o mesmo destino, forma de poder de persuadir pelo medo a população para que esteja sempre obediente. O crime de lesa-majestade é um crime contra o majestoso e contra o Estado. Deve morrer de forma lenta, degradante ao ver as pessoas na cena do espetáculo pedagógico repressor para se impor o medo ao rei, ao afrontar a majestade.

Na Idade Clássica, nos séculos XVII e XVIII, entramos em uma estratégia moderna de capital para as técnicas de punição: serão desenvolvidas estratégias para disciplinar o poder sobre o corpo do sujeito por instituições que visam adestrá-lo para torna-lo apto a cada função. Exemplo, são as escolas, conventos, a família, a prisão, dentre outras.

A escola ensina de forma a sua estrutura de cada época, pessoas alinhadas em contorno de disciplina escolar, ao ouvir o hino nacional, impõe o medo, como se o aluno/a estivesse em um quartel. Da mesma forma a prisão, a pessoa fica isolada do mundo ao seu redor, com castigos objetivos de privação da liberdade e subjetivos de não ter para consigo as pessoas com quem gosta, pela separação, pela dor para que ele pague por um crime após ser condenado(a).

As famílias, com sua função de vigiar o corpo de seu filho, para que a criança não se masturbe, os pais devem vigiar, cheirar e ver se os lençóis estão cheirando o odor do pecado, em casos extremos coloca-se armaduras nos corpos das pessoas para que não possa ter acesso ao genital.

A dessubjetivação do corpo, e como a mídia interfere nas relações do sujeito através do audiovisual onde a mídia influi no que somos em que a experiência em que fazemos um trabalho de pesquisa, colocamos outras pessoas, e que temos que ter também a experiência de si, de nossa própria história que é importante de uma mesma engrenagem. Não se deve deixar o eu, as experiências e suas práticas de identificação, são importantes os aprendizados do outro com nossa relação com o mundo, a relação do mundo com o autor/pesquisador com o si e com o mundo.

Pensa-se as marcas de construção da mídia, conforme o Entrevistado 11 (Anexo B, p. 221-22), que está em todos os lugares de forma infinita como meios para engajar quem somos, porém são formas de dizer como nós devemos ser, ao espelhar e produzem normas de como

devemos agir, em face das subjetividades, temos o enfrentamento de tudo que é midiático para a construção de nossa subjetividade que é compreender como a pessoa se torna singular a cada momento que o espaço nos nomeia para nossas escolhas.

O lugar da subjetividade, conforme Foucault (2021a) é se tonar individual em meio do coletivo, por exemplo, nas comunidades, nos grupos as pessoas se encontram um lugar de pertencimento, porém buscam sua individualidade, trazem lugares próprios de solidão e de alegrias. A realização do autoexame é quando a pessoa consegue para si mesmo, se governar, por modos de se governar a si sobre os modos de governança que existem no nível macro para o micro.

Para a construção de imagens e sonhos pelas audiovisualidades as pessoas percebem como lidar com o mundo, em que o que se fala, o instante em que se vê, a imagem é única e não se apaga quando se tem importância para o sujeito.

Deixa marcas, e a partir daí existe uma reconstrução de si diante do mundo, em que nos pertencemos? Por exemplo, a vivência do mundo em uma época de Ditadura Militar impôs ao sujeito normas que deviam ser seguidas pelo poder para não sofrer a punição, o sujeito se torna apagado em um determinado momento na história em que o submisso vive, em regimes democráticos estabilizados que se faz valer a vida e as formas de viver do sujeito LGBTQIA+ é mais abrangente em direitos, conforme Entrevistado 11, (Anexo B, p. 217).

Na contemporaneidade, o poder do predomínio avança nas estratégias pela tecnologia da indústria disciplinar que não visa mais o indivíduo, em que as ações visam a vida da coletividade e não mais sujeitos em particular. O poder se reinventa o tempo todo e em cada instante, não se persegue uma dada classe de sexo ou gênero, persegue-se a coletividade nesta nova fase do biopoder. A coletividade de todos os sujeitos desta comunidade, as pessoas individuais deste espaço outro também são perseguidas com menor ou maior profundidade conforme sua posição de ação contra o poder.

No contexto do biopoder, Foucault (2008b) considera a História da Sexualidade I (2017a) como referência do biopoder de natureza biológica. No século XVII atravessa uma rede de relações por uma anatomia política do corpo humano de forma disciplinar, sendo uma tecnologia ao corpo individual e a outra ao corpo e a vida de uma população.

No século XVIII, a política sobre a vida é exercida pelo corpo, ao regrar, normatizar inserido em uma coletividade máxima, corpo espécie, corpo vivente, mortalidade, saúde, população, ações empreendidas sobre o Estado, as políticas públicas que controlarão a taxa de

natalidade e de mortalidade, a dietética da pessoa, ao ajustar o capitalismo e os processos econômicos por estratégias de produção maciça ao trabalho, sendo necessário controlar as variáveis macrosociais.

Deve -se ter uma taxa de população que supra a mão de obra do capital e que exerça a mais valia necessária ao capitalista e ao Estado, que irá controlar as taxas de população pois há a partir do século XVIII países que enfrentam epidemias e que é necessário ter pessoas suficientes, preparadas e adestradas ao trabalho em cada espaço.

A sexualidade é o exemplo maior de disciplina e biopolítica a partir do século XIX para controlar os comportamentos disciplinares do sujeito, como políticas de esterilização, de projetar e incentivar pessoas a procriar. Será a partir da família que irá se gestar a prole para o trabalho, em vias de industrialização, para manusear as ferramentas que tenha também o compromisso com as tarefas, ao se recolher em casa após os afazeres, não se desviar da família, não frequentar bares e prostíbulo, usar a “fornicação” apenas para a procriação, se alimentar bem para que o corpo do sujeito não esteja cansado ao trabalho. O que o Estado deseja e o capital não é ver o corpo e sim, para o bem da pessoa, sendo o homem uma máquina de trabalhar e procriar. (FOUCAULT, 2017a).

Após, termos as estatísticas demográficas de população, raça, sexo preferido, com o homem para o trabalho braçal, o higienismo para não adoecer a sociedade central, separando as pessoas sadias e aquelas que passam por doenças e comportamentos e podem comprometer e adoecer os demais membros sadios da sociedade, deve se desaparecer e apagar a pessoas não aptas, não normais ao trabalho e a vida social ao capital.

Surgem sistemas de urbanismo, de ecologia, de espaço, de manter o meio ambiente saudável em relação a produção ao clima ou deve se devastar e poluir para gerar riqueza industrial e suscitar empregos em indústrias. Torna-se também a questão global do meio ambiente *versus* o trabalho e a Globalização mundial das massas e os movimentos que lutam por reduzir a poluição, forças e teias em tensão.

A biopolítica estuda os movimentos de massa, em termos de métricas de expectativa de vida, de trabalho para produzir métodos e planejar formas de afazeres a este público, vigilância hierárquica na indústria, exame dos corpos, exercícios repetitivos de forma que o corpo de adequa a esta previsão de medidas globais.

A homeostase de obediência, a valorização do âmbito da biopolítica é controle, exemplo, se a pessoa for viver mais deve se trabalhar mais, contribuir mais a previdência para

ter um equilíbrio, por isso as constantes mudanças em regras de previdência social, majorando o tempo de contribuição e trabalho para que a pessoa possa se aposentar pelas técnicas de governos e suas políticas do biopoder.

Os fenômenos e os instrumentos de um biopoder, conforme Foucault (2018a) caminham em uma direção, o poder é aquilo que não está preso em uma *instituição*, o poder pode acontecer em diversos modelos de cada espaço para controlar seus dispositivos.

O poder não pertence a ninguém, porém circula e é um exercício de forma não cientificamente planejada, não está na cabeça de alguém que manipula o poder, e sim, ele contém estratégias sem estrategistas, resultante de vetores de força, sendo uma força de resoluções de poderes específicos neste resultado, uma emergência histórica.

A estratégia para Foucault (2022a) é uma combinação de diferentes métodos, de um caminho que adentra a discursos, de uma sociedade estratégica de punir quem não se adapta ao sistema, por exemplo, no Brasil, a participação da mídia ao tecer papéis positivos e negativos de liberdade.

Historicamente, sempre tivemos uma mídia que pode gerar mais problemas do que soluções ao sujeito, uma mídia de poluição, que condena o sujeito antes de ser julgado, sendo ela própria, a mídia tóxica, o órgão julgador definitivo, tem em certos casos de repercussão, maior poder indireto que o próprio júri³⁶.

O biopoder, como poder político, poder de guerra tece concepções de superioridade, de império, do Estado de exceção, que pode ser discutido em vários aspectos de dispositivos de poder, como o nazismo, a discriminação na sexualidade não heteronormativa pelo uso de extermínio, em outras palavras, quando um genocida sai para matar uma pessoa trans, ele usa o poder de exceção de um Estado que não protege este grupo e que possui uma grande parcela da população que quer que haja mortes.

³⁶ É comum no Brasil a mídia condenar o sujeito, que torna um espetáculo público, que deve agora explicações a sociedade pois a mídia o incluiu como parte de suas vidas, uma mídia da punição. Também há a mídia que é imparcial e positiva, em geral não pertence a grandes conglomerados idealistas e de grande massa, que impera a mídia e a informação ao lado do valor que será dado a esta comunicabilidade. A mais valia da mídia das grandes emissoras de televisão, que circula na rede pelo ibope e pela condenação alheia sem julgamento, ela, a mídia culpa e faz a justiça e o julgamento. Ocorre de forma posterior ao torna-se mera interpelação pois o sujeito já foi condenado pela mídia no intervalo do acontecimento até o julgamento pelo judiciário, a mídia é o entremeio deste julgamento, ela pune por meritocracia de seus valores.

Se há uma nação dividida em quem pode matar e quem deve viver, os genocidas que matam transexuais, sendo o país que mais extermina este grupo de pessoas, encontra no estado de exceção, o poder da legitimidade não institucional que lhes dá autonomia para matar.

Ao mencionar Arendt, Mbembe (2022) infere que não há como pensar na dimensão em campos de extermínio, seja eles da guerra ou dos extermínios dos processos de colonização dos países “incultos” ou na exterminação de grupos populacionais que não merecem viver conforme a ética de quem domina o poder de Estado e quando este país, mesmo tendo um poder, se divide como se fosse dois grupos, onde um grupo paralelo, fornece a legitimidade discursiva na autorização de políticas de aniquilamento e que, indiretamente propõe vínculos de poder de quem tem a força de atos, mesmo que inconstitucionais.

Razão e liberdade andam juntas com a ética e a moral, em que se busca a essência não de uma legitimação ideológica mas sim de preservação de vidas humanas, de pensar que atos de moral fascista em voga no Brasil, matam corpos que trazem a marca do discurso de ódio da sexualidade impregnados na sua história e que querem paz e liberdade e não há mais tolerância a estas formas de condutas institucionalizadas que sejam morais e que matam, pois o ato de matar não é concebido como moral ética nos dias de hoje no que se denomina dignidade humana nos países de representatividade social e cultural na diplomacia internacional.

Da mesma maneira a política pelos domínios do biopoder é uma forma de risco de morte quando se lança em sua existência de viver em comunidade em uma dada população com suas normas e regras. Mbembe (2022) também menciona Georges Bataile que estuda como a morte estrutura uma ideia de soberania entre a relação política e sujeito.

Cabe ao sujeito lutar contra as linhas de força do poder que o submerge, tentando sempre romper com a verdade imposta pelo domínio da verdade construídos pela política dos dominadores contra os dominados, política de guerra, de exclusão social e diferença sexual e racial.

Por estar naqueles lugares e por ser quem são, por representar corpos que devem e por isto, são expostos a morte e pelo repúdio do poder que prefere não preservar, mesmo que o discurso lógico e moral institucional seja outro, o da proteção disfarçada de morte.

Nas redes sociais, transexuais e travestis por meio de lutas discursivas, Sara York na plataforma YouTube, comemora a existência de que os prenomes abjetos, tais como “traveção” tem repercutido para ecoar de forma a não mais se “encolher” diante de atitudes cisgêneras e abjetas.

A mídia, conforme a Entrevistada 3 (Anexo B, p. 186-87) ajuda a romper as desigualdades sociais quando o faz de forma inclusiva, ajuda a mostrar e divulgar informações pelas estórias nas telenovelas, na mídia que auxilia na anti-discriminação do patológico e cita que o Brasil deveria estar no patamar de que qualquer atriz/ator poderia fazer qualquer personagem de qualquer gênero. Porém devido as desigualdades apenas nos últimos anos, pessoas transgêneras vem conseguindo seus espaços na mídia, e que ainda se faz necessário selecionar atrizes trans para interpretar um personagem transgênero. Pelo fato de nunca ter havido esta representatividade tardia, ao contrário de outros países, no Brasil ainda é uma “novidade”, logo devem ser prestigiados os atores/atrizes e personalidades trans na comunicação atual e que a mídia auxilia na medida em que incorpora a diversidade de gênero destas minorias e questiona-se quando estas deixarão de apequenar-se para estarem integradas na igualdade não separação.

Em seu canal do Youtube, Sara York dialoga com convidados e participantes *on-line*, promovendo a discussão sobre os direitos humanos, em termos de políticas públicas diante do caos do bolsonarismo, a qual gostaria que as pessoas deveriam ter bem-estar, sem propostas de patologização e terem maiores possibilidades de inclusão como a redução de mortes de pessoas transgêneras

A entrevistada 3, (Anexo B, p. 186) menciona que ocorreu uma pauta em que teve desconforto com uma aluna que dizia “saber seu segredo”, pelo fato de ser travesti e quando a pessoa Sara York na posição de professora direciona uma nota não esperada pela aluna, como se uma professora travesti estivesse na “obrigação” subalterna de conceder e ser submissa na sua profissão em relação aos demais membros da escola³⁷.

Convoca o público que pela imensidão das pautas que pertence, em cada ação que fez o Brasil se tornar um país mais inclusivo e contrário a falas distorcidas de que “pessoas que fogem a normatividade estragam a educação”. Há interação com internautas na *web* com vídeo que a ativista gravou com os “golpistas” ao censurar governos de pautas de inclusão, conforme dialoga tanto em suas falas na TV 247, como na obra: Gênero e sexualidade na Educação: Uma

³⁷ Menciona a primeira travesti a receber o título de Honoris Causa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e que espera que as novas políticas públicas do governo Lula, iniciado em 2023, possa voltar e majorar pautas de inclusão de pessoas transgêneras contra um governo que destruiu estas políticas pelo ódio, sendo um horror localizado contra mulheres, ao sair da condição de dominação de poder masculino, mulheres e gêneros femininos tendem a ter condições de dominação, assédio, comodismo e ausência de esperança.

Perspectiva Interseccional (2022) onde destaca com outros autores a luta anti-LGBTQIfóbica na educação com outros autores ³⁸.

De acordo com o Entrevistado 2, (Anexo B, p. 180-81) ao citar a obra de Homrich (2020), ao descrever a importância da representatividade transgênera na teledramaturgia brasileira por meio de personagens que representam mulheres trans como nas novelas da Rede Globo, a personagem Ramona interpretada por Claudia Raia em *As Filhas da Mãe* no ano de 2001³⁹, Dorothy, mulher trans interpretada pelo ator Luís Miranda em 2014 na novela *Geração Brasil*, e do personagem Ivan interpretado por Carol Duarte, homem trans na novela *A Força do Querer* de 2017.

Por se tratar de uma das maiores emissoras de Tv do mundo, a Rede Globo por meio de suas telenovelas cativa o público em audiência, onde milhares de telespectadores estão vendo e interagem com os personagens. Nesse intercâmbio, também se dá a identificação dos personagens com o público, que torce para um em detrimento de outros, enfim a novela representa uma história de vida contada e determinados grupos minoritários em direitos e reconhecimento se vê, se percebe em um determinado personagem. Uma pessoa transgênera, por exemplo, ao ver a vida dela com a de um personagem, identifica suas emoções na mídia, virtudes e associações correlatas de sua vida real, entrando no imaginário. A telenovela propicia a coragem de realizar alguma vontade de falar, de agir, de se conter, de fazer pelo exemplo do personagem assemelhado. Desta forma, é uma forma de romper preconceitos ao trazer do fantasmagórico para o real para que as demais pessoas possam se socializar com o outro de forma igual, com menos preconceito, conhecendo inclusive estruturas básicas do que é uma pessoa trans, o que ela busca, seus anseios, suas lutas, suas vontades, para que, na convivência real com as pessoas da sociedade em que vive possa respeitar, não estigmatizar determinados atributos, falas por não ser heteronormativo e cisgênero.

Sobre o papel da mídia no acolhimento de pessoas trans, o Entrevistado 4, (Anexo B, p.193) quando perguntado sobre novelas e sobre a linguagem mais humana e social trazida pela obra *Transgêneros: Orientações Médicas para uma transição segura*, do médico José Carlos Martins (2020), disse que não conhece a obra citada. Porém, afirma que obras do tipo são importantes para que as pessoas fiquem informadas e vejam os prós e contras das cirurgias, para que reflitam se é isto mesmo que querem para suas vidas, dada a irreversibilidade dos

³⁸ York, Sara Wagner; Silva, Sérgio Baptista da Silva e Nolasco-Silva Leonardo (orgs). Editora DeviresSalvador. Bahia. 2022. Obra intitulada “Gênero e Sexualidade na Educação. Uma perspectiva interacional”.

³⁹ Novela da Tv Globo. “*As Filhas da Mãe*”, onde Cláudia Raia, interpreta uma atriz trans. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gBgZInglwcl>. Acesso em: 05. Jan. 2024.

procedimentos. Além disso, servem também para que procurem, quando preciso, a ajuda de um psicólogo que saiba orientar a pessoa nesta questão, seja na rede pública ou particular. Já as novelas são importantes para que as pessoas possam adquirir maior conhecimento e tomar ciência de que as pessoas que veem não são “perigosas”, como diz o pré-conceito que muitos têm em relação aos grupos minoritários. O preconceito se instala, muitas vezes, pela ausência de conhecimento. As novelas e a mídia em geral, quando mostram casos de vidas reais ou fictícias, podem ajudar a reduzir o estigma de forma positiva, e estes acontecimentos ajudam na redução da violência. Todavia, é evidente que apenas isso não irá resolver o problema da questão de homicídios de pessoas transexuais no Brasil.

As novelas deveriam, em um primeiro momento, trazer atrizes trans para representar os personagens, o que pouco se faz. No entanto, a mídia não dará conta de tudo; a questão do ódio às minorias, a qual se compara à questão de raça, deve ser ajustada por políticas públicas que coíbam a violência. A punição não é o caminho inicial para educar uma população que pouco conhece sobre o tema. O que deve haver é educação e informação como forma de despatologizar o preconceito como início das políticas sociais para a temática.

As formas de educação e sociabilização que muitos escritores como Michel Foucault e Judith Butler citam, além das normas de civismo para com o outro, devem se complementar na educação base de todas as pessoas em todas as classes sociais. Muitos destes escritores e suas teorias não são ouvidos e divulgados seja por posição política e/ou ideológica contrária, seja por desinteresse, porém, seriam essenciais para reduzir os estigmas da população transexual no Brasil.

Para o Entrevistado 12, (Anexo B, p. 226) quando perguntado sobre a mídia no contexto da representatividade trans em novelas e na mídia em geral, diz que é fundamental para reduzir vulnerabilidades e que ainda no Brasil, a “grande mídia” exerce o papel de domínio do capital, mas que os movimentos sociais estão cada vez mais propensos a lutar por seus direitos.

Foi comentado com o Entrevistado 12, (Anexo B, p. 226) o final da novela das nove da TV Globo “Terra e Paixão” em 2024, em que o personagem “Kevinho”, interpretado por Diego Martins, casou vestindo-se de noiva com Ramiro, (Amaury Lourenço) aos beijos, algo até então não visto naquele espaço que reúne a família conservadora nacional, sendo fruto e conquista de projetos da visibilidade trans e demais grupos de pessoas vulneráveis que passam a exigir espaços outros que não mais aqueles estereotipados. Sabedora da força desse movimento, a grande mídia está ávida por ver. Assim, da mesma forma que não fazia porque o conservadorismo pedia para não fazer em décadas atrás, o não fazer de hoje faz com que ela

perca sua credibilidade, interconectada aos recursos financeiros e comerciais, não sendo apenas “boa vontade” da mídia, e sim, porque as pessoas LGBTQIA+ exigem estar nestes espaços e tem técnicas de poder caso suas reivindicações de igualdade não sejam efetivadas, como mudar de canal ou dizer nas redes sociais a interdição apresentada, a qual perderá da mesma forma audiência e capital. Entretanto, o tema não é abordado da mesma forma entre as diferentes redes sociais. A grande mídia e as redes que não possuem uma quantidade de telespectadores, diferentemente das grandes emissoras que recebem mensagens de pessoas que não querem ver de forma alguma um beijo de pessoas do mesmo sexo em um final de telenovela em comparação com um canal de *YouTube* que tem mais liberdade, porém menor visibilidade que as emissoras de grande porte.

Menciona o Entrevistado 12 (Anexo B, p. 226-27) que essa representatividade brasileira é maior do que em países como a França de hoje, conforme contato com outros especialistas daquele país, mas diz que o Brasil carece de políticas públicas inclusivas, visto ser o que mais mata transexuais no mundo por vários anos consecutivos e que julgados de proteção a vida e conquista de direitos das cortes superiores são fundamentais, mesmo que ainda não haja leis específicas.

O Brasil tem avançado em termos de Ciência nas questões de gênero. O país foi, na maioria dos governos, receptivo às questões de aceitação das identidades de gênero, visto que muitos teóricos e ativistas de raça e gênero estiveram aqui e gostam do Brasil para propagar seus estudos e testes basilares, devido à sua cordialidade. O Entrevistado 4, (Anexo B, p. 194) cita a tradução da pesquisadora Patrícia Porchat ao entrevistar Judith Butler, que traduziu o livro *Psicanálise e Transexualismo: Descontruindo o Gênero* (2014) e ressalta que as universidades possuem relevância neste papel integralizado entre as pessoas e suas vidas.

Por fim, o Entrevistado 4, (Anexo B, p. 195) menciona que possui um *site*, com material que pode ser acessado de forma gratuita para que as pessoas possam ampliar suas noções de civilidade nas relações de gênero e sexualidade, e entenderem que ser transexual não torna a pessoa inferior. Nas escolas, esses artigos podem ser lidos como uma forma de disseminação do conhecimento para combater o preconceito contra a população transexual⁴⁰.

Para a Entrevistada 5 (Anexo B, p. 199) a importância dos movimentos sociais e da mídia no que se refere à transexualidade, está no fato de que hoje já não se acredita mais que se

⁴⁰ Site sobre modos de vida Trans informado pelo psicanalista. Disponível em: ><https://www.ceccarelli.psc.br/><. Acesso em: 05. Mar. 2023.

possa determinar uma “transexualidade verdadeira” e que hoje as transexuais mais jovens estão sendo mais eloquentes na desconstrução política para legitimar seu corpo, como o movimento “Mulheres de Paus”.

A Entrevistada 5, (Anexo B, p. 198-99) cita a autora Berenice Bento, que via uma higienização da própria transexualidade ao associar ao termo travesti a criminalidade, prostituição, loucura, pelo olhar da sociedade conservadora e que a distinção foi sendo “borrada” e que há mulheres trans hoje de classe média e operadas que se identificam como mulher travesti pela força política, para se apropriar do termo para dizer, “olha tem uma travesti da universidade” e que as cirurgias não se colocam mais como condição de ser transexual, pois a vida não deve ser reduzida a uma genitália já que ela não diz sobre a identidade de uma pessoa. Ela relata um caso da pesquisa da Dra. Berenice Bento (2006), e menciona que, para se conseguir um laudo médico favorável a uma equipe multidisciplinar normativa em um dado hospital, é algo taxionômico e protocolar de dizer as palavras certas e que conheceu várias transexuais operadas, que se intitulam hoje como travestis mesmo após serem operadas, sendo a cirurgia uma opção de cada pessoa, que pode inclusive desistir de fazê-la.

Ao ser perguntada sobre a relação da mídia, de que se ela no contexto de se ter mais informação minimiza as violências e aceitação das pessoas transexuais, a Entrevistada 5, (Anexo B, p. 199) diz que, quando se fala em violência é peculiar em falar apenas da grande mídia, porém surgiram nos últimos anos as mídias alternativas que tem contribuído, em especial a *web 2.0*, para a produção de conteúdo midiáticos que foram arquitetando discursos que se transformaram em pautas de leis. Assim, as grandes mídias são importantes, mas hoje as redes alternativas são colocadas de forma a dar voz a pessoas em ambiente de micro espaços, porém múltiplos em acessos e que atingem uma grande parcela de pessoas.

A Entrevistada 5 (Anexo B, p. 200) acrescenta que a grande mídia é fundamental, apesar de termos tido um governo de extrema direita que atacou os projetos de discussão de forma mais prolongada, interrompendo projetos na sala de aula, como programas de formação de professores para esta abordagem como o programa Brasil sem Homofobia, Gênero e Sexualidade na Escola, para formação de professores da rede pública no ensino fundamental e médio. A Escola deve ser um espaço para sociabilização, rodas de conversa um ambiente de transformação, para que as pessoas não sejam desqualificadas. Na Unesp, por exemplo, o espaço protege as alunas trans e com resoluções de apoio a elas, e não importa ser menino ou menina e sim a relação em sala de aula. O governo autoritário (2018-2022) atacou de forma

permanente a cultura, pois são lugares de saberes de reconstrução com intenção de calar, bem como são espaços de poder e de lutas.

O cinema, o teatro e as mídias ficaram anos impedidas de falar por meio de uma imposição que era contra a “teoria de gênero”, retrocedendo a formas patriarcais que determinaram que nos espaços públicos pouco se podia fazer e falar sobre assuntos ligados à vida transexual. Um dos objetivos dessa interdição foi de promover a exclusão de pautas identificatórias que não atendiam a uma elite política cisgênero.

A Entrevistada 5, (Anexo B, p. 200) afirma que a Educação é o cerne das conquistas, da pessoa se descobrir e que sem Educação e liberdade não pode haver cultura, história positiva a ser contada, é pelo ensino que se formam pessoas capazes de lutar e reivindicar seus direitos, história e força e liberdade não podem ser mais silenciadas por questões políticas e de ideias contra as liberdades do corpo.

O Entrevistado 11, (Anexo B, p. 220) afirma que a mídia questiona o movimento de lutas LGBTQIA+, que poderia ser mais unido, pois embora cada sujeito possua suas diferenciações pois são singulares, todas as comunidades de uma forma ou de outra foram ou são estigmatizadas em maior ou menor intensidade. Discussões entre poder e espaço dentro da própria comunidade LGBTQIA+ enfraquecem a todos e é isto que o poder normativo quer e deseja, para se manter na dominação do sexo. Pessoas podem expor suas visões de mundo, sem rupturas e sem depreciar a fala do outro, e há espaço para todos, para que todos/todas/todes sejam ouvidos/as/des.

O Entrevistado 6, (Anexo B, p. 201) menciona que possui uma luta diária, que procurou serviços em posto de saúde e que viu o descaso na própria pele, sendo que de início teve dificuldades inclusive para ser acolhido e ficar em uma lista de espera, dada a pouca atenção deste serviço no Brasil, mesmo residindo em uma cidade que possui uma das maiores universidades do Brasil, a Universidade de Campinas (UNICAMP).

Diz que após muitas portas fechadas, no momento atual foi direcionada a um ambulatório regional de acolhimento para realização de terapia hormonal e de retirada das mamas, cirurgia denominada de mastectomia. Menciona que agora não anseia pela redesignação sexual e que está feliz da forma que está.

O Entrevistado 6 (Anexo B, p. 203) reafirma a desigualdade do SUS em relação a quem pode pagar pelas cirurgias, embora os requisitos sejam os mesmos, que são terapia hormonal por 1 ano, acompanhamento por psiquiatra, psicólogo , assistente social, urologista e/ou

ginecologista e endocrinologista, quem possui condições de arcar pelo serviço no Brasil ou se deslocar a outro país, consegue a realização com maior rapidez e atenção e que faltam políticas públicas urgentes voltadas à comunidade trans, além da ausência de planejamento e vontade política.

A mídia nos últimos anos no Brasil, tem conseguido captar as nuances do tema da transexualidade por meio de jornalistas comprometidos(as) com o discurso de como vivem as pessoas transgêneras ofertando visibilidade ao sujeito inviável.

Foucault (2011) , nos seus estudos sobre as relações de poder, entende que a sociedade contemporânea não tem mais a estrutura de linguagem como instrumento de poder, o homem moderno encontra seu discurso de forma controlada e reprimida, ao existir espaços, relações e instituições que controlam o uso da linguagem, para que pessoas não usem esta função social e cada vez mais as pessoas que controlam as micro relações de poder controlam a linguagem.

Por todos os lados, há sistemas de controle que não escolhemos, mas que decidiram nos controlar, sendo uma das formas de controle a interdição, onde não se pode falar tudo e nem falar qualquer coisa, que controla e reprime este discurso, sendo estas instituições que limitam as regras e falas que ao se fugir delas, se foge ao controle da biopolítica, pois há atos de repressão ao falar.

A palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade (Foucault, 2006) são mecanismos que criam padrões do que se pode ou não falar. Alguns pesquisadores colocam a religião como outro termo de *instituição* a proibir o ato de fala, pois gera polêmicas, ou para que as pessoas não se comprometam, gera uma sociedade que reprime a linguagem e estes dispositivos nestas relações de poder. Por meio de rituais como o matrimônio heteronormativo, determinou-se, por exemplo, que o homem terá uma esposa que esteja a seu dispor, que não se deixará envenenar pelos maus conselhos dos amigos sobre os vícios, que deverá descansar após o trabalho e não dispende seu tempo com sexo e bebidas após o trabalho e que deverá ir à missa aos domingos, criando laços de amizade com pessoas deste grupo, mas sempre observando se não há desvio de quem está perto de si, para afastar os ‘impostores’ que possam desviá-lo dessa ética restritiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias faces dos discursos que foram apresentadas, sejam na mídia, no discurso médico ou jurídico, tiveram como base a História para que se possa compreender de que forma vivemos hoje e o que podemos fazer do hoje para que o respeito à diversidade das populações transgêneras possa ter um olhar de preservar a vida do sujeito.

Verificamos que após 200 anos de inércia, houve julgamentos favoráveis a comunidade trans, equiparando o crime de homotransfobia ao de racismo e injúria racial. O fato em si, foi um avanço, porém desde 2019, após o julgado de Repercussão Geral o país continua sendo o que mais mata transgêneros no mundo, realçando maior efetivação deste julgado em prol da defesa da vida destas pessoas, que as mesmas que estiveram presentes nos dias de julgamentos não fiquem apenas na teoria, pois os julgados passam e a vida da pessoa trans são interrompidas de forma diária e intermitente mesmo com julgados, a qual não é lei, embora possa ser equiparado.

A pesquisa ouviu especialistas em diversas áreas do conhecimento pré determinadas (Antropólogos, Linguistas na área do Discurso, Médicos, Juristas, profissionais da Mídia) a partir de questões pré elaboradas sobre o tema da transexualidade nestes segmentos.

Buscou-se entrevistar sujeitos que tiveram o protagonismo de inserção das pessoas transgêneras como procuradores e desembargadores do Tribunal Regional da 4ª Região, que desde a implantação das leis que permitiram a liberação destas cirurgias no Brasil lutam contra a discriminação do próprio judiciário em primeira instância. Assim, tendo em mente as ações desses juristas em uma época em que não havia leis ou qualquer forma de equiparação da lei, demos voz aos protagonistas das jurisprudências da região Sul do país com entrevistas e referencial bibliográfico sobre o que fizeram para que suas decisões se tornassem paradigmas para todos os tribunais do Brasil, quando as leis que surgem como a ADO 26, e do MI 4733 equiparam a homotransfobia ao crime de injúria racial.

O reconhecimento de direitos a ter acesso a leis mais eficazes, a um plano de acolhimento em hospitais do SUS, que inicia sua participação nos hospitais de transição em 2008, retrata um atraso mundial do Brasil em relação a outras nações como as da Europa do Norte onde pode-se citar: Holanda, Inglaterra, Suécia, França, Bélgica além dos Estados Unidos e, inclusive de países árabes, africanos como o Marrocos, em que muitas brasileiras se

direcionam visto que era proibido realizar estes procedimentos no Brasil e muitas voltavam com resultados insatisfatórios.

Esta censura ante o mundo, agrava o problema, pois toda forma de ditadura do gênero traz a estagnação de técnicas e procedimentos que poderiam, em um país livre, estar examinando sobre a melhores práticas de intervenção no sujeito como fizeram nos países citados e que muito do que existe ou existiu no Brasil veio de outras nações, sendo que cada povo possui sua singularidade, fruto do atraso na aprovação destas cirurgias para quem delas quisesse se submeter, sendo um direito de cada cidadão.

Após o ano de 2008 começa a florescer junto ao Ministério da Saúde, ao SUS e aos hospitais que realizam estes procedimentos do começo ao pós operatório, uma série de normas que devem ser seguidas para que a pessoa trans possa receber o *apto*. E a luta não termina com a aprovação da equipe multidisciplinar, com destaque para a opinião do psiquiatra, após necessita esperar sua vez de realizar a cirurgia devido aos recursos que são disponibilizados ao SUS em cada Hospital, em cada espaço e território onde se realiza a transição.

Nesta situação há uma relação econômica de quem possui recursos e pode realizar os procedimentos na rede privada ou em outro país como a Tailândia e quem precisa esperar pelo SUS, quando a pessoa não consegue arcar financeiramente com os procedimentos.

Há que se mencionar que existem hospitais que realizam todas as etapas dos procedimentos, desde o primeiro acolhimento até o pós operatório e outros que realizam partes do tratamento como: hormonização, atendimento psicológico e psiquiátrico, atendimento com outras especialidades e que, após são transferidas para os hospitais de grande porte em que se realizam as cirurgias de forma assídua, pois em determinados momentos são realizadas cirurgias em centros menores para aprimoração e aprendizado de técnicas, o que poderia ser um sinal de que mais hospitais poderiam realizar procedimentos do início ao fim em regiões pouco atendidas como a região norte do país.

No campo da mídia, notou-se a importância de grandes mídias como as Tvs abertas de promover a inserção da população trans em telenovelas, mas se pode notar que a mídia que não é a mais preterida em audiência e valores monetários, como os canais de *YouTube* tem ganhado espaço nos últimos anos, ao abordar temas que a grande mídia não aborda, com maior senso de realidade e sendo mais acolhedor, ante o que pode ser dito ou não dito nas grandes emissoras, sendo a coragem de uma verdade que se torna militante para discutir temas que são urgentes e merecem atenção em toda a sociedade e que pouco se tem dado atenção merecida.

Todas as mídias se mostram importantes. As consideradas de grande ou de pouca audiência em visualizações. Limitações como ausência de acesso a redes de conexão e informação e principalmente o desconhecimento em onde procurar a informação faz com que pequenos grupos midiáticos ainda sejam fonte de luta pela resistência contra a homotransfobia, e que muitos espectadores sequer tenham ciência de sua existência e que as Tvs abertas nos últimos anos venham ganhando destaque, mais por questões políticas do que pela representatividade das pessoas que convivem em sociedade, separando-as por faces da religião, do patrimônio, do gênero ou de qualquer outro *status*.

Sobre as cirurgias de redesignação e sua história, as opiniões divergem com o que se tem hoje, que é passar por uma equipe multidisciplinar para poder estar apta ou não, além dos poucos hospitais que oferecem o acolhimento integral as cirurgias do começo ao fim, sendo poucos lugares do Brasil com regiões desassistidas e com poucas vagas em relação a demanda pelo SUS e que no setor privado para quem dispõe de recursos a facilidade é mais propício a realização, conseguindo alcançar cirurgias com menor burocracia e com técnicas mais modernas em outros países da Europa, Estados Unidos e Tailândia, havendo portando a desigualdade da escolha do gênero entre pobres e ricos do Brasil.

Percebe-se que as questões de gênero sempre foram um dispositivo de poder onde na figura de pessoas hermafroditas-intersexos havia à similaridade de que eram pessoas interdidas em direitos, sem haver qualquer igualdade genética com as pessoas transgêneras, porém suas similaridades eram do esquecimento e da interdição em ter que aceitar aquilo que os outros, como o médico e o juiz escolhiam para suas vidas. E hoje muita coisa mudou em direitos da população trans?

A sociedade e as instituições brasileiras pouco foram acolhedoras a este público, “suportando” sua existência, sempre com lutas e batalhas que chegam à morte da pessoa ou sua destruição psíquica, seja em uma piada de mau gosto no trabalho e na rua, e que ao procurar uma delegacia de polícia a pessoa continua a ser recriminada como se fosse o agente causador do delito.

Carece às instituições brasileiras maior atenção, respeito e conhecimento da população trans e os grupos de militância são importantes quando fazem com que as pessoas se unam em prol de um objetivo de defesa, quando grupos de militância se perdem por “egos” dentro do próprio grupo, eles não auxiliam ninguém, pelo contrário o Brasil precisa de movimentos sociais integrativos que lutem de forma conjunta.

As questões de sexo e gênero ganham um emaranhado de ataques mesmo com julgados do STF, a chamada homotransfobia que tem sido combatida em mídias que podem ser vistas no *YouTube*, porém, ações como a cobrança das autoridades públicas de que dispensem mais segurança à população trans se fazem necessárias, visto ser o Brasil um país intolerante e que mata as pessoas pela sua própria existência e que movimentos sociais não apenas trans, como feministas, movimento negro, devem-se unir para que se possa haver uma junção de luta por reconhecimentos de direitos. Quando um movimento possui várias vertentes de pessoas vulneráveis e ele é fiel a seus propósitos, dentro do movimento ele engrandece e se torna um exemplo a ser seguido dentro e fora do país, além de políticas públicas de segurança manifesta para que haja leis, não apenas julgados com equiparação da lei, que o Legislativo seja mais efetivo com esta comunidade, sendo portanto um problema que é de todos nós, da sociedade e não apenas LGBTQIA+, pois se podemos nos indignar com a morte de qualquer pessoa, a vida está aquém do gênero e deve ser respeitada sem perguntar o gênero ou sexo.

O que se percebe nos dias atuais é que a tipificação do crime de injúria racial pelo MI 4.733 é um avanço, da mesma forma que a ADO26 e que devido a obrigação negativa de não fazer leis específicas para a população trans, o STF como ‘guardião da sociedade’ percebe estes fatos e os faz como equiparação da lei e que a representatividade política e social brasileira pode ser mais inclusiva para que não cheguemos a este ponto de um poder fazer o papel do outro, que cada um faça o seu conforme preceitua a CF/88 pela harmonia dos três poderes. Que os próximos estudos sejam mencionados avanços no legislativo em termos de aprovação e sanção de leis a comunidade trans, que haja redução das mortes de pessoas trans, que o Brasil deixe de ser o país que mais mata pessoas trans no mundo, que exista cotas para pessoas transgêneras em concursos públicos e em todas as empresas eu.

Em relação às entrevistas, pudemos perceber que, em determinados casos, foram citadas obras que os entrevistados produziram sobre o tema, e foi interessante observar que desde a publicação da obra muito mudou em termos de se pensar o corpo trans com a realidade social, jurídica e midiática que não é estática. Ela muda diariamente com um corpo morto encontrado nas ruas, sem ter um inquérito policial adequado e é enterrado como um homem ao invés de prevalecer como o era em vida, uma mulher trans. A opinião destes comentadores mudou após escrever suas obras?

Em algumas circunstâncias sim, pois as lutas discursivas mudam com o tempo, por exemplo, as siglas que denominam os sujeitos não heteronormativos mudam com frequência, tínhamos a sigla GLT, que denominavam os *gays*, lésbicas e travestis, depois LGBT, onde se

incluem os bissexuais, após se inclui o S de simpatizante, depois o A de assexual e o + que são as comunidades que não se incluem no que estão mostrando os símbolos, mas que estão representados, independente de qual gênero pertençam. Para este trabalho, adotamos a sigla LGBTQIA+ que define: lésbicas, *gays*, transgêneros que se desdobram em travestis e transexuais, *queer*, intersexo, assexual e outros gêneros.

Outro exemplo são as obras que foram escritas antes de 2019, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM), junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), ligado ao Ministério da Saúde (MS), exigiam 2 anos de acolhimento em hospitais e ambulatórios para poder fazer a transição de gênero nos corpos. Após a exigência declinou para 1 ano, bem como as idades mínimas que hoje são de 18 anos para cirurgia e de 16 anos para início da terapia e bloqueio hormonal com anuência de pais e responsáveis.

Percebem-se mudanças que estão a ocorrer, como, por exemplo, a escolha das cirurgias que as pessoas mais procuram, sejam elas travestis ou transexuais, que é a de redesignação sexual, popularmente conhecida como “mudança de sexo. Embora a literatura tenha tendência de afirmar que a travesti não quer a mudança de gênero, pois usa este órgão e se sente bem com ele e que preferem as cirurgias de colocação de próteses de silicone e mudança facial, não há um consenso ou uma ideia pronta sobre o tema, pois uma pessoa que fez a redesignação sexual de homem para mulher, o que pode-se denominar (H-M), ou *male to female* ela pode com a neovagina querer se relacionar com outras mulheres ou com os dois gêneros, logo não existe uma convenção que diz o que é certo e errado, são corpos em transição e que este tema é maior que as teorias que tentam definir o gênero, do que é ser travesti ou transexual, não existe uma ‘matemática exata’ conforme se nota nas pesquisas, e sim histórias singulares de cada pessoa que possui vontade própria e relações singulares, o corpo é uníssono e deseja um acolhimento único para si.

Utilizamos palavras acolhimento em relação aos movimentos sociais atuais em contrapartida à palavra “tratamento” que traz consigo a ideia de doença, exceto quando abordamos a História destes corpos e toda esta trajetória não foi a que temos hoje. Lutas foram travadas para que a transexual deixasse de ser considerada uma pessoa anormal, doente e que deveria ser curada.

As constantes lutas diárias das pessoas transgêneras querem acabar com qualquer determinação mesmo em manuais médicos com termos como “incongruência de gênero” que para alguns comentadores é mais “ameno”, mas que consta no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua atual versão, a de número 5, bem como a abolição no Código

Internacional de Doenças (CID) com as nomenclaturas CID 64.0 e outros similares que designam a incongruência de gênero, onde deixa de estar na categoria psiquiátrica de doenças mentais porém deslocado para a categoria Saúde.

Pode-se pensar que é uma conquista, mas os movimentos sociais buscam a eliminação inclusive da forma que se encontra no próximo DSM junto a Academia Psiquiátrica Americana (APA) que possui participação na elaboração do CID.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU) direcionou para todos os países membros da ONU, para que revisem estas nomenclaturas em 2019 para que não fossem usadas nomenclaturas que desagradem e tragam estigmas à pessoa transgênera como ‘incongruência de gênero’ e não mais as utilize e em janeiro de 2022 publicou estas novas mudanças em cada país, até a publicação nas novas normas.

Sendo considerado um jogo de poderes onde muitos países que não respeitam o trans, como o Brasil, sendo por catorze vezes consecutivos o país que mais mata transgêneros no mundo (ANTRA, 2022) que a exclusão do CID poderia fazer com que houvesse menores recursos ou a retirada de custeio para a realização dos procedimentos em nível público, sendo diferente em países que mais respeitam esta população e que muito se diz: “Para que gastar dinheiro com pessoas trans se há pessoas na fila do SUS que necessitam de uma cirurgia de coração”, por exemplo.

Michel Foucault em seus livros sobre a *História da Sexualidade*, em especial em seu volume I (2017a), embora cite a sexualidade, e podemos ver sinais de estudos e citações da transexualidade, não menciona transgeneridade e transidentidades e temas específicos para pessoas trans. No entanto, seus estudos sobre a sexualidade oferecem bases para que busquemos outros estudiosos para compreender as representações do corpo trans na sociedade brasileira hoje.

Com isso, busca-se a complementação daquilo que escritores que estudaram a sexualidade não abordaram em outros ramos da Ciência, tornando o tema interdisciplinar e multidisciplinar. Vemos textos, protocolos e documentos da área médica em minuciosos detalhes textualizados com linguagem humana e social em especial dos sexólogos, que não saem do seu escopo técnico de conforto.

Os documentos mais emblemáticos do assunto em discussão vêm de pessoas de áreas diferentes como pedagogos, sexólogos, cientistas sociais, escritores, médicos e psicólogos, que

estudam transição corporal na sociedade humana e cirúrgica, o que deixa a *mercê* sujeitos que precisam de acompanhamento social internacionalizado e atual, como as novas normas de transição divulgadas pelo Ministério da Saúde em 2019 sobre transgenitalização cirúrgica.

Quanto à cartografia das mídias digitais, optamos por delinear-las como espaços em que os sujeitos possam não se impor para perpetuar uma verdade e que os demais devam aceitar suas posições, porém, pela ética e pela moral do respeito que a construção social e política possuem mecanismos de respeito, de valores, em que cada pessoa é singular em direitos fundamentais. Muitas vezes as heterotopias do espaço virtual, embora sejam multifacetadas e uma aceita e outra não, devem conviver pelo respeito da existência dos sujeitos e pelo amor à dignidade da pessoa humana, com críticas sim, porém, com respeito, onde o apagamento pelo que se percebe não é uma questão de opinião e sim de preservação da própria vida, o que é de preocupação geral a toda a sociedade. Não se percebe em sociedades civilizadas o “deletar” ou “apagar” como formas de matar pessoas vulneráveis ou desejos de ódio. A natureza heterotópica dos meios digitais deveria ser incompatível com qualquer discurso de quem apregoa o radicalismo.

Proporcionar acesso à Justiça para quem dela necessita, que as instituições como a escola, a qual pode-se destacar a universidade, o judiciário, o legislativo, o executivo possam ter políticas públicas inclusivas e que ninguém possa ser discriminada(o) ao ir em um local para registrar queixas de agressão e não ser atendidas ou ridicularizadas. É notório conforme dados da ANTRA (2022) que em nações onde se possui alicerce e instituições de inclusão e proteção como acesso à segurança pública que sejam eficazes na proteção à pessoa, independentemente de ser pessoa trans, a nação cumprirá com seus objetivos, sendo este um dos mais importantes e fundamentais; assim, nações que dispõem-se a colaborar com os objetivos terão reconhecimento internacional frente as mazelas de quem não oferece centros institucionais capazes de atender uma denúncia de agressão a dignidade da pessoa trans (ONU, 2023a).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) afirma que a população trans é uma das mais vulneráveis em relação a violências e discriminações. Segundo a organização, a falta de políticas públicas voltadas para esse grupo, além do preconceito e da falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação, contribui para que pessoas trans vivam em condições precárias e com risco de vida.

De acordo com a ANTRA (2022), a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, sendo que muitas são vítimas de homicídios motivados pela transfobia. A falta de oportunidades no mercado de trabalho e a desestruturação familiar são outras questões

que afetam a população trans, que muitas vezes se vê obrigada a se prostituir para sobreviver. Diante desse cenário, a ANTRA luta por políticas públicas que garantam direitos e proteção para as pessoas trans, além de trabalhar para combater a discriminação e a violência sofrida por esse grupo, inclusive no entrave de usar um banheiro público (Brasil, 2020).

Hoje temos canais de jornalistas digitais de renome, que possuem milhões de visualizações em suas formas de apresentação da informação, que expõem sua opinião, aliada a notícias e elementos de denúncias de transfobia. Essas ações midiáticas tornam a população mais informada se o país está coibindo atos contra a vida em razão de Ser e que possa, com isso cobrar medidas de seus políticos que tem a função pública de atender a todos sem discriminação. Canais como os do *YouTube* podem ser mais expressivos do que um canal aberto da Tv paga, pois não tem compromisso com questões do “grande capital” a atração de *merchandising*, podendo opinar e informar de forma mais clara o telespectador.

Ao adquirir mais domínio de si pelas lutas identitárias, o nunca desistir, aparece em Deleuze em uma dimensão agonista na vida social e política em que aponta que o inimigo da Filosofia é a violência cega, a intolerância, nas formas diferentes de vidas, são armas apontadas para as pessoas sem qualquer legitimidade libertária, pela truculência e pela violência.

O querer estar na maioria para Kant, como aponta Castelo Branco (2019) não é apenas a maioria civil, e, sim a possibilidade de que as pessoas se tornem fonte de razão, que não se deixem enganar por comportamentos pré concebidos, que os corpos não fiquem assujeitados pelas normas da Medicina e da psicanálise, mas que o sujeito possa na sua razão em coletividade não aceitar estruturas arcaicas que são impostas por domínios contra o direito do próximo, pela luta e pela resistência.

A relevância social da pesquisa está alicerçada nas pautas de sustentabilidade para que as pessoas transexuais possam ter qualidade de vida, com base nos Objetivos do Desenvolvimento do Sustentável (ODS-5), onde a igualdade de gênero torna-se um dispositivo entrelaçado com outros objetivos gerais e se desmbram em metas de: melhoria de saúde, educação, trabalho decente e crescimento econômico, cidades e comunidades sustentáveis, paz, justiça e instituições eficazes.

Cada país possui até o ano de 2030 para apresentar seu avanço, recuo ou estagnação nas metas e objetivos, sendo sua imagem que está em jogo nas relações de força e poder mundial, quando pouco se empenha para reduzir temas como a desigualdade de gênero.

Identificamos e mostramos situações reais as quais devem ser modificadas pela atenção

e maior respeito as pessoas trans no Brasil, pelo seu atraso na conquista de direitos, o que não é motivo para deixar que estes corpos continuem sendo marginalizados. Mostramos e vemos resistências na mídia, nas Ciências, na equiparação da lei para que possamos ter para pessoas transgêneras uma vida mais justa e sustentável, e que este trabalho motive outros pesquisadores que possam se unir à luta contra todas as formas de opressão. Trabalhamos com mulheres transgêneras, que é o objetivo de nossa pesquisa, porém sabemos que o bem-estar geral inclui toda a sociedade e que as formas de romper com o dispositivo da opressão é pela luta, pela resistência.

Como forma de homenagem a todos os que vem lutando pela visibilidade social, enumero a seguir diversas pessoas trans que contribuíram para a redução das desigualdades de gênero em diversos segmentos sociais, seja no ser militante, no ser cientista, no ser humano, a qual não se esgota por aqui⁴¹.

Wendy Carlos (1939-), pioneira na música eletrônica, seu álbum *Switched-On Bach* fez sucesso no mundo todo no ano de 1968, mesmo ano da revolução de maio na França.

Charlotte von Mahlsdorf (1928-2002), presa no regime nazista, liderou movimentos sociais na Alemanha, em que criou o museu *Gründerzeit*, um refúgio para pessoas LGBTQIA+ durante os anos de 1970.

Miss Major (1940 -) ativista do movimento trans negro por mais de 40 anos, o que lhe rendeu um documentário por sua relevância e representatividade no ano de 2015, intitulado *Major*.

Marsha P. Johnson (1945-1992) mulher trans negra, esquecida por muitos anos, foi ativista do mundo LGBT, seu legado foi retratado no documentário *A morte e vida de Marsha Johnson*, sua morte foi considerada suicídio pela polícia, o que leva a desconfiança de grupos de segurança, pela brutalidade em que foi encontrado seu corpo.

Reneé Richards (1934 -) tenista que participou de grandes torneios e que realizou cirurgia de redesignações sexual em 1975. Apenas conseguiu competir após uma disputa judicial intensa, sendo lhe permitido competir em 1977, ano em que chegou as finais do *US Open* na categoria de duplas femininas.

⁴¹ Extraída as informações da Notícia: “23 mulheres Trans que fizeram História e você deveria conhecer”. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/23-mulheres-trans-que-fizeram-historia-e-voce-deveria-conhecer>. Acesso em: 15. Dez. 2023.

Ruddy Pinho (1944 - 2021) carioca, ficou famosa na profissão de cabeleireira de personalidades da mídia, sendo atriz de três filmes, dentre eles *Navalha na Carne*, sendo a primeira mulher transexual a lançar um livro no Brasil.

Cláudia Celeste (1952 - 2018) primeira mulher trans a participar de uma novela brasileira em 1977 *Espelho Mágico* onde o público não sabia de sua sexualidade, pensando que era uma mulher biológica, porém na ditadura militar foi impedida de atuar na teledramaturgia, voltando a Tv apenas em 1988.

Rogéria (1943 - 2017) uma das maiores expressões trans do Brasil, atriz, maquiadora, ícone da TV brasileira, o documentário *Divas Divinas*, conta sua vida além de outras pessoas trans no Brasil que participaram nos palcos do teatro Rival.

Lynn Conway (1938-) cientista trans na área de tecnologia da computação, seu brilhantismo na empresa IBM na década de 1960 foi promissor para as modernas tecnologias digitais das modernas técnicas da informática, porém foi afastada da empresa após sua transição de gênero.

Marci Bowers (1958 -) transexual que realiza cirurgias de redesignação sexual. Adepta das causas da mutilação , realiza procedimentos de forma voluntária para mulheres nesta condição, bem como levou sua técnica, uma das melhores e mais avançadas no mundo, treinando médicos do Quênia para a realização da redesignação sexual e reconstrução do clitóris em mulheres mutiladas.

Cecília Chung (1965 -) pioneira nos movimentos sociais na cidade de São Francisco, que faz com que as cirurgias de redesignação sexual sejam oferecidas de forma gratuita para quem está apta a sua realização, pioneira para um país que pouco oferece serviços gratuitos na saúde, como no Brasil, o que levou seu reconhecimento na série *When We Rise* no ano de 2017.

Jaqueline Gomes de Jesus (1978 -) primeira mulher trans negra a receber a comenda , medalha *Chiquinha Gonzaga*. Nordestina, escritora conceituada no campo das transexualidades, psicóloga e doutora na área das transexualidades.

Daniela Vega (1989 -) pioneira em ser a primeira mulher trans a apresentar o Oscar, sendo vencedora na categoria de melhor filme estrangeiro na obra chilena *Uma mulher fantástica*.

Lana Wachowski (1965 -) junto com sua irmã também mulher trans Lilly Wachowski teve repercussão na profissão de produtora de filmes e séries em Hollywood, dentre eles *Sense8*.

Laverne Cox (1972 -) primeira mulher trans a estar na capa de revistas renomadas como a Revista Time pelo seu sucesso na carreira de atriz, indicada a diversos prêmios como no Emmy Awards pela interpretação como atriz na série *Orange is The New Black*.

Roberta Close (1964 -) Foi citada na Dissertação na página 138.

Christine Jorgensen (1926-1989) citada na Dissertação na página 49.

Lili Elbe (1882-1931) citada na Dissertação na página 66.

Anohni (1971 -) primeira cantora trans a ser indicada ao Oscar, pela sua canção Manta Ray no ano de 2015, que faz parte do documentário *Racing Extinction*.

Laerte (1951 -) Uma das maiores Cartunista e quadrinista do Brasil . Identificou-se ao público como mulher trans após os 50 anos, de forma consentida e inteligível , relata apoio da família na sua decisão.

Georgina Beyer (1957 -) primeira pessoa trans a ser eleita prefeita no mundo. Ocorreu na Nova Zelândia em 1995 no *Distrito de Carterton*. Em 1999 foi eleita para o parlamento a qual também possui seu ineditismo mundial.

Jacqueline Charlotte Dufresnoy (1931 - 2006) primeira atriz e cantora francesa a ser reconhecida após sua redesignação sexual. Também foi a primeira francesa trans a ter reconhecido seu casamento pela justiça. Popularmente conhecida como Coccinelle , pioneira no acolhimento de pessoas trans que realizaram a cirurgia de redesignação ao criar a ONG *Devenir Femme* (Tornar-se Mulher).

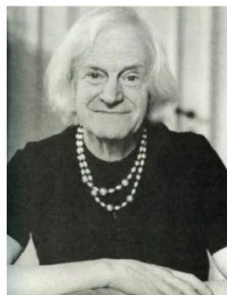
Tiffany Abreu (1984 -) primeira jogadora de vôlei trans da seleção brasileira e a ter permissão pela Confederação nacional e internacional de vôlei a participar de torneios femininos.

FIGURA 20: Mulheres Trans que fizeram História e seu legado

1. Wendy Carlos (1939 -).



2. Charlotte von Mahlsdorf (1928-2002).



3. Miss Major (1940 -).



4. Marsha P. Johnson (1945-1992).



5. René Richards (1934 -).



6. Ruddy Pinho (1944 - 2021).



7. Cláudia Celeste (1952 - 2018).



8. Rogéria (1943 - 2017).



9. Lynn Conway (1938 -).



10. Marci Bowers (1958 -).



11. Cecília Chung (1965 -).



12. Jaqueline Gomes de Jesus (1978 -).



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

13. Daniela Vega (1989 -).



14. Lana Wachowski (1965 -).



15. Laverne Cox (1972 -).



16. Roberta Close (1964 -).



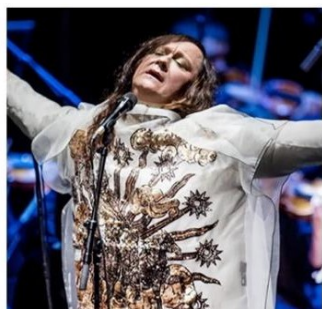
17. Christine Jorgensen (1926-1989).



18. Lili Elbe (1882-1931).



19. Anohni (1971 -).



20. Laerte (1951 -).



21. Georgina Beyer (1957 -).



22. Jacqueline Charlotte Dufresnoy (1931 - 2006).



23. Tiffany Abreu (1984 -).



Fonte: Ilustração de Fernando Faria Freitas; Claudio N. Toni Junior (Paola de Toni), 2023.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Márcia; SALES, Christian A. de Souza (Orgs). **Discursos em Redes: Teias de saberes**. Editora Pontes: Campinas, São Paulo, 2022.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Dossiê**. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Bruna Benevides. 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 29. Jan. 2024.

_____. **Dossiê**. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Bruna Benevides. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 15. mai.2023.

_____. **Dossiê**. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Bruna Benevides. 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2022.

_____. **Dossiê**. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Bruna Benevides. 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 05. jan. 2023.

AURORA, Instituto. Objetivo de desenvolvimento sustentável n. 5. **(ODS-5) Desigualdade de gênero**. 2020. Disponível em: https://institutoaurora.org/ods-5-igualdade-de-genero/?gclid=Cj0KCQjw98ujBhCgARIsAD7QeAhLz0HvOc-0Q7L4-i2MXBZvFt3hL1f3yrGEX4oli6JlmljTwmuFIsaAi85EALw_wcB. Acesso em: 12. abr. 2022.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Garamond Universitária, Rio de Janeiro. 2006.

BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo.2013.

BOVO, Cassiano Ricardo Martins. **Travestilidades versus agentes de segurança pública: a produção acadêmica brasileira com base em um levantamento bibliométrico**. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Rio de Janeiro .Vol. 13. no 2 – MAI-AGO 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/DBjGjG4JJPXjT7ZTvcpkJWL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03. Abr. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 1707/GM, de 18.08.2018. **Institui no âmbito do sistema único de saúde (SUS), o processo transexualizador**. Diário Oficial da União, DF, 18 ago. 2008.

_____. Conselho Federal de Medicina. Saúde. **CFM atualiza critérios para cirurgias de mudança de sexo. radioagência nacional**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2020-01/cfm-atualiza-criterios-para-cirurgia-de-mudanca-de-sexo>. Acesso em: 05. dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Travestilidade e transexualidade na saúde**. Organização: Ana Gabriela Nascimento Sena Kátia Maria Barreto Souto. Brasília. 2015. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em: 01. abr. 2023.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Ed. Autêntica. São Paulo. 2015.

_____. **A Vida psíquica do poder**. teorias de sujeição. Trad. Rogério Bettoni. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2019.

_____. **Problemas de gênero**. feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2020.

_____. **A Força da não violência**. Trad. Heci R. Candiani. Ed. Boitempo: São Paulo, 2021.

_____. **Vida precária**. os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2022.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Editora Autêntica, São Paulo, 2019.

CORTEZ, Marina; GAUDENZI Paula; MASKUD, Ivya. Gender: pathways and dialogues between feminist and biomedical studies from the 1950s to 1970s. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 03, p. 1-20, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290103> Acesso em: 02. Abr. 2023.

CERIBELLI, Renata; DELLA LATA, Bruno. **Trans-** histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância. Globo Livros: Rio de Janeiro, 2021.

COELHO, Maria Thereza A. D. Considerações sobre o final de análise. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 03, p. 363-373, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/HYKs6Jsz4cBNYS89tKdBH9F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05. dez. 2022.

COSSI, Rafael. Kalaf. **Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante laciano**. Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte-MG. N. 49, p. 31-44 julho/2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n49/n49a03.pdf>. Acesso em: 01. Nov.2022.

_____. **Transexualismo, psicanálise e gênero. do patológico ao singular**. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. USP. Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em : < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-16072010-110202/publico/cossi_me.pdf>. Acesso em: 14. Jan. 2014.

COUTINHO JORGE, Marco Antonio; TRAVASSOS Natália Pereira. **Transexualidade: O corpo entre o sujeito e a ciência**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2018.

CYRINO, Rafaela. A Produção discursiva e normativa em torno do “transexualismo”: do verdadeiro sexo ao verdadeiro gênero. **Revista Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 03, n. 01, s./p., 2013.

DEAN, Mitchell ; ZAMORA DANIEL. **O último homem a tomar LSD**: Foucault e o fim da revolução. Trad. Cristina Yamagani. Editora Telha. Rio de Janeiro. 2023.

DINIZ, Maíra Coraci. **Direito à não discriminação**: travestilidade e transexualidade. Ed. Estúdio Editores.com: São Paulo, 2014.

DUBARRY. Armand. **A Hermafrodita**. Trad. Nilton Milanez. Ed. Unicentro: Guarapuava, 2022.

_____. **Os Desequilibrados do Amor**: Os Invertidos [1989-1906]. 1900. Digitized by the Internet Archive in 2011 with funding from University of Toronto. Disponível em: <http://www.archive.org/details/osinvertidosOOduba>. Acesso em: 12. out. 2023.

FAGUNDES, Jéssica Tavares. **Transgêneros no cárcere**. a luta contra o preconceito no sistema prisional brasileiro. Ed. Appris: Curitiba, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: O diário de um hermafrodita. Trad. Irley Franco. Ed. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2008b.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Márcio A. da Fonseca e Alessandro Fontana Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2010a.

_____. **Os Anormais**. Trad. Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2010b.

_____. **Em Defesa da sociedade**. Editora Martins Fontes. Trad. Maria Emmatina Galvão. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2010c.

_____. **O Governo de si e dos outros**. Trad. Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2011.

_____. **Ditos e escritos V**. Ética, sexualidade e política. Trad. Elisa Monteiro e Inês A.D. Barbosa. Ed. Forense Universitária. São Paulo. 2012.

_____. **A Verdade e as formas jurídicas**. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Ed. NAU: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **A Ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Ed. Edições Loyola: São Paulo, 2014a.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2014b.

_____. **Ditos e escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.** Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2014c.

_____. **A Sociedade punitiva.** Trad. Ivone C. Benedetti. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2016.

_____. **História da sexualidade I. A vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2017a.

_____. **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política.** Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2017b.

_____. **Microfísica do poder.** Revisão Técnica de Roberto Machado. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2019.

_____. **História da sexualidade III. O cuidado de si.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. 2020.

_____. **História da sexualidade IV. As confissões da carne.** Edição Estabelecida por Frédéric Gros. Trad. Heliana de Barros Conde Rodrigues e Vera Portocarrere. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2021a.

_____. **O Corpo utópico, as heterotopias.** Trad. Salma Tannus Muchail. Ed. N-1 Edições: São Paulo, 2021b.

_____. **Dizer a verdade sobre si.** Conferências na Universidade de Victória, Toronto 1982. Trad. Salma T. Muchail Editora Ubu: São Paulo, 2022^a.

_____. **Uma Entrevista: Sexo, poder e a política da identidade.** Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Revista NU-SOL. Núcleo de Sociabilidade Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Verve, 5: 260-277. São Paulo. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4995>. Acesso em: 14. mar. 2022b.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos.** v. 19. Trad. Paulo César de Souza. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 2018.

GOMES, Carla; Sorj, Bila. **Corpo, geração e identidade: A marcha das vadias no Brasil.** Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpRYR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 02. Abr. 2023.

GONÇALVES, Maria Eugênia. A Verdadeira garota dinamarquesa: conheça a história de Lili Elbe. **Revista Híbrida**, Rio de Janeiro s./v., s./p., 2022. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/historia-queer/a-verdadeira-garota-dinamarquesa-conheca-a-historia-de-lili-elbe/>. Acesso em: 16. Out. 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosário; NEVES, Ivânia dos Santos. **A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944. Revista MOARA. Belém. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898/6932>>. Acesso: 12. mar. 2024.

GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. Ed. Claraluz. São Carlos: São Paulo, 2003.

_____. Língua(gens), mídia(s) e poder sob a ótica discursiva foucaultiana. **Revista Heterotópica**, Uberlândia, v. 2, n 1, p. 70-83, jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/55565>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GOVERNO. **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**. Tratamento para Transição de gênero em crianças e adolescentes no HC- São Paulo. Presidente: Deputado Gil Diniz. 2023a. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/Arquivo/1000502661_1000639150_2023_09_19_Pauta_1000502661.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Médico especialista do HC, Alexandre Saadeh é ouvido na CPI da Transição de Gênero da Alesp**. 2023b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=457834> Acesso em: 04 mar. 2024.

GROS, Frédéric. **Foucault: a coragem da verdade**. Trad. Marcos Marcionilo. Parábola Editorial: São Paulo, 2014.

HOMRICH, Lalo Lopes. **Transexuais em telenovelas**. a construção de personagens na rede globo. Ed. Insular: Florianópolis, 2020.

JUSTIÇA, Supremo Tribunal Federal. (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. (ADO26)**. Relator. Ministro Celso de Mello. Brasília. 2019a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053><. Acesso em: 03. out. 2022.

_____. **Mandado de Injunção (MI) 4.733**. Distrito Federal. Ementa: Direito Constitucional. Mandado de Injunção. Dever do Estado de Criminalizar as Condutas Atentatórias dos Direitos Fundamentais. Homotransfobia. Discriminação Inconstitucional. Omissão do Congresso Nacional. Mandado de Injunção Julgado Procedente. Relator. Min. Edson Fachin. 2019b. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>>. Acesso em: 07. abr. 2022.

_____. **Mandado de Injunção (MI) 4.733**. Impetrante: **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)**. Distrito Federal. Ementa: Direito Constitucional. Embargos de Declaração. 2023 Relator Min. Edson Fachin. Disponível em: > <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576><. Acesso em: 03. set. 2023.

_____. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Anotada como a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Brasília. 2022. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/STF_ConvencaoAmericanaSobreDireitosHumanos_SegundaEdicao.pdf<. Acesso em: 11. mar. 2023.

_____. **Mês da mulher:** Há 12 anos, stf reconheceu uniões estáveis homoafetivas.

Brasília. 2023a. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1#:~:text=E m%20maio%20de%202011%2C%20o,homoafetiva%20como%20um%20n%C3%BAcleo%20familiar.<>. Acesso em: 07. abr. 2023.

_____. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Decisões do STJ foram marco inicial de novas regras sobre alteração no registro civil de transgêneros.** 2023b. Disponível em:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Decisiones-do-STJ-foram-marco-inicial-de-novas-regras-sobre-alteracao-no-registro-civil-de-transgeneros.aspx><. Acesso em: 01. set. 2023.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero.** *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/02.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

LEGASNEIRE, Geoffroy de. **A última lição de Michel Foucault.** Trad. André Telles. Três Estrelas: São Paulo, 2013.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam:** sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. 2008. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3992/1/Jorge%20Leite%20Junior.pdf>< Acesso em: 05 Out. 2023.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: Diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, s./n., p. 20-33, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/03.pdf>. Acesso em: 12. Mar. 2023.

LOBATO, Maria Inês (Org.). **Transexualidade:** Da assistência médica à conquista de direitos. Ed. Meridional. Porto Alegre. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** biopoder, soberania, estado e exceção. política de morte. N-1 Edições: São Paulo, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Trad. Sírio Possenti. Ed. Parábola. São Paulo. 2015.

MARTINS JUNIOR, José C. **Transgêneros:** Orientações médicas para uma transição segura. Editora Autores do Brasil: Florianópolis, 2020.

MEIRELLES, Wesley Silva. **Criminalização da homofobia:** Análise do julgamento da ADO n.26 pelo STF. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Brasília. 2020.

Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14953/1/Weslley%20Meireles%2021508950.pdf><. Acesso em: 05. fev.2023.

MILANEZ, Nilton; KOGAWA, João; BORGES, Guilherme Figueira. **Foucault na Califórnia**. Uma experiência-limite do corpo no manuscrito de Simeon Wade / organização Nilton Milanez, João Kogawa, Guilherme Figueira-Borges. Salvador, BA:Labedisco, 2022.

Disponível em:

<https://anpoll.org.br/2022/wpcontent/uploads/2022/09/FoucaultnaCalifornia.pdf>. Acesso em: 14. dez. 2023.

MOIRA, Amara; BRANT, Tarso; ROCHA, Márcia; NERY, João W. **Vidas trans**. a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Editora Natália Ortega. Ed. Astral Cultural: Bauru: São Paulo, 2022.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**. Editora Arquipélago: Porto Alegre, 2015.

NAGARA, Silvia. **Sobre seu percurso científico, sobre as noções de "discurso" e "corpo"**. Trad. Caroline Fernandes. Entrevista Inédita com Jean-Jacques Courtine Como Objeto de Estudo. Seção Livre. Disponível em: >

<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28682/17365><. Acesso em: 17. Abr.2023.

NAVARRO. Pedro. **Estudos discursivos foucaultianos**: questões de método para análise de discursos. Revista Moara/ Estudos Linguísticos Edição 57, Vol. 1/ ago -dez 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso: 14. Jan.2024.

NATURA. **16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher**.2022. Disponível em: <https://www.natura.com.br/BLOG/MAIS-NATURA/16-DIAS-DE-ATIVISMO>. Acesso em: 04. abr. 2023.

NERY, João W. **Viagem solitária**. a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade. Editora Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Metas dos objetivos do desenvolvimento do milênio (ODS-17)**. 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sustainable-development-goals/below-water?gclid=Cj0KCQjw98ujBhCgARIsAD7QeAhBImNJbgYmaWkh7uqh7pZfrdqWR8n_tB6NTToC7hFQR2h3qiW8x-A8aApHKEALw_wcB<. Acesso em: 15. dez. 2022.

_____. **Paridade de gênero**. por um planeta 50-50 em 2030. um passo decisivo em pela igualdade de gênero. 2023a. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/><. Acesso em: 15. mar. 2023.

_____. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 5**. igualdade de gênero. 2023b. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5><. Acesso em: 14. abr. 2022.

_____. OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero da lista de saúde mental. 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>. Acesso em: 15. Jun. 2022.

PESSOAS Trans Relatam Demora na Fila do Sus para Cirurgia de Redesignação Sexual. Agência Mural, 2022. Disponível em : > <https://agenciamural.org.br/pessoas-trans-relatam-demora-na-fila-do-sus-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual/><. Acesso em: 17. jul. 2022.

PINTO, Maria Jaqueline Coelho; BRUNS, Maria Alves Toledo. **Vivência transexual**. o corpo desvela seu drama. Editora Átomo, São Paulo, 2003.

PORCHAT, Patrícia. **Psicanálise e transexualismo**. descontruindo gêneros e patologias com Judith Butler. Editora Juruá: Curitiba, 2014.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Zahar: Rio de Janeiro, 2022a.

_____. **Eu sou o monstro que vos fala**. relatório para uma academia de psicanalistas. Trad. Carla Rodrigues. Zahar: Rio de Janeiro, 2022b.

PROJETO proíbe discriminação ao uso de banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/703034-projeto-proibe-discriminacao-ao-uso-de-banheiros-publicos-de-acordo-com-a-identidade-de-genero/><. Acesso em: 06. abr. 2023.

STF confirma que transexual pode alterar registro civil sem cirurgia. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: [SAADEH, Alexandre. **Como lidar com a disforia de gênero \(transexualidade\)**: guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde. Editora Hogrefe: São Paulo, 2019](https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,judicial%20ou%20diretamente%20no%20cart%C3%B3rio.<. Acesso em: 10. jan. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SAMPAIO, Evaldo. **O argumento do criador do conhecimento em Nietzsche**. KRITERION, Belo Horizonte, nº 115. Jun/2007. p. 89-106. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/kr/a/Rk6yBpHLB8YptSxwDnYhSqs/?format=pdf&lang=pt><. Acesso: 12. jan. 2024.

SANTOS, Isaías Augusto Pereira Dos. Biopolítica, técnica e poder na filosofia de Michel Foucault. **Revista Filogênese**, Marília, São Paulo, v. 16, s./n., s./p., 2021. Disponível em: > <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/biopolitica-tecnica-e-poder-na-filosofia-de-michel-foucault.pdf><. Acesso em: 12. mar. 2023.

SILVA, Inajara Piedade da. **A Transexualidade sob a ótica dos direitos humanos**: a redesignação de sexo na sociedade globalizada. Ed. Sulina: Porto Alegre, 2018.

SOUZA, Hebert Geraldo de. Transexualidade: Do falo ao corpo. **Opção Lacaniana**, Online, v. 7, n. 19, 2016. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_19/Transexualidade_do_falo_ao_corpo.pdf. Acesso em: 15. jun. 2022.

STOLLER, Robert. **A experiência transexual**. Imago. Direção: Jayme Salomão: Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Masculinidade e feminilidade**. apresentações de gênero. Artes Médicas. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese: Porto Ferreira, 1993.

_____. **Perversão**: A forma erótica do ódio. Trad. Maria Lúcia Lopes Silva. Editora Edra: São Paulo, 2018.

_____. **Sex and gender**. the development of masculinity and femininity . Ed. Routledge. Reino Unido. 1994.

UNIÃO estável e casamento são iguais para herança, incluindo homoafetivos. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/stf-uniao-estavel-e-casamento-sao-iguais-para-heranca-incluindo#:~:text=Desta%20forma%2C%20mesmo%20que%20n%C3%A3o,heran%C3%A7a%20%C3%A9%20integralmente%20do%20companheiro.<>. Acesso em: 16. jun. 2022.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTAS. Comitê Ética em Pesquisas (CEP). Título da Pesquisa. **Lutas Discursivas em torno do Corpo**: A construção social da subjetividade transexual. Número do Parecer: 5.853.161. CAAE: 65231922.6.0000.5400. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara. Araraquara. 2023.

ENTREVISTAS. AMANCIO, Izzie Madalena dos Santos. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. 2023. Estudante no grupo de pesquisa Núcleo de Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas sobre Violências (NUVIC/UFSC) e Grupo de Etnografia e Infância (GEPEI/UFSC). Doutoranda em estudos de gênero e sexualidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: > <https://www.escavador.com/sobre/10826822/icaro-santos-amancio><. Acesso em: 05. dez. 2023.

ENTREVISTAS. BARBOSA, Luiz Paulo. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior. Remota. Questionário encaminhado via Whatsapp 2023. Médico especialista em Transfeminilização facial e corporal em pessoas Transgêneras e não Transgêneras. Fonte: > https://www.YouTube.com/channel/UCWHYsy69tryFE_mea_cJlrw<. Acesso em: 16. mai. 2023.

ENTREVISTAS. CECCARELLI, Paulo Roberto. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. 2023. Doutor pela Université de Paris VII - Université Denis Diderot (1995), e pós-doutor (Paris VII - 2009). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, perversão, família, psicanálise e identidade, mídia, violência e cultura, mitologia e sofrimento psíquico, adições e toxicomanias, tratamento e prevenção psicológica. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/6109293223271452><. Acesso em: 15. mai. 2023.

ENTREVISTAS. COSSI, Rafael Kalafi. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. 2024. Mestre e Doutor em Psicologia. Pesquisador da teoria Stolleriana e de Lacan sobre a Psicanálise em transexuais. Fonte: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do:jsessionid+96FDC79573A433D2E0BF14F09A63C4FB.buscatextual>.

ENTREVISTAS. KRAIEWSKI, Ana Maria. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Questionário . 2024. Bacharel em Serviço Social (2010); Desde 2011 atua como Servidora Pública Municipal como assistente social em Nova Esperança/PR. Desde 2013 até o momento é gestora do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família na Prefeitura de Nova Esperança/PR. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, turma de 2015, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/7261161445672554>. Acesso: 05 Jan. 2024.

ENTREVISTAS. FREITAS, Fernando Farias. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Questionário . 2024. Profissional Liberal, Criador, editor e programador de vídeo autônomo. Profissional de audiovisualidades. Cartunista de desenhos HQ, Áudio e Vídeo , especialista em traços estilísticos do expressionismo alemão. Fonte: <https://www.linkedin.com/in/editing/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 15. fev. 2024.

ENTREVISTAS. LEITE JUNIOR, Jorge. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. 2023. Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia urbana, sexualidade, gênero, comunicação e arte. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/7253561448346772>. Acesso em: 15. mai. 2023.

ENTREVISTAS. LACERDA, Renan Concentine . **Entrevista** Concedida *por Email*. . a Claudio Noel de Toni Junior. 2023. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil com atuação na área de Direitos Humanos. Fonte: CV: <https://www.linkedin.com/in/renan-concentine-lacerda-17206080/>. Acesso: 18 Fev .2024

ENTREVISTAS. LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. 2023. É membro do Núcleo de Apoio Operacional (NAOP) da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Grupo de Trabalho de Direitos GLBTQIA+ da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). É coordenador do Grupo de Trabalho "Racismo na Atividade Policial", da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Desenvolve pesquisas sobre direitos fundamentais, direito à saúde e direitos sexuais. É autor do livro "Teoria dos Direitos Fundamentais Sociais", publicado pela Livraria do Advogado, entre outras publicações.

ENTREVISTAS. PELÚCIO, Larissa Maués, S. Entrevista Concedida via Romota a Claudio Noel de Toni Junior. Remota. 2023. Larissa Pelúcio é Livre-Docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas. Atua como professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru Departamento de Ciências Humanas FAAC). Integra a Caleidoscópio Rede Nacional de Estudos e Pesquisas Feministas, Transfeministas, Antirracistas, Transdisciplinares e Decoloniais, É líder do Grupo de Pesquisa Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/5018385548495872>. Acesso em: 16. mai.2023.

ENTREVISTAS. PEREIRA, Heitor. Entrevista Concedida via Remota a Claudio Noel de Toni Junior. Remota. 2023. Jornalista da Tv Record de televisão. Regional de Campinas. Autor do Documentário Corpas019. Fonte: https://youtu.be/_k1Ct0u8KG0. Acesso em: 16. mai. 2023.

ENTREVISTAS. RIOS, Roger Raupp. Entrevista Concedida *por Email* a Claudio Noel de Toni Junior. 2023. Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4 Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos fundamentais, direito da antidiscriminação, direitos sexuais e direito à saúde. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/9032766713121501>. Acesso: 10. Out .2023.

ENTREVISTAS. DOS SANTOS, Joseane. Entrevista Concedida por Email a Claudio Noel de Toni Junior. 2023. Graduada em Serviço Social. Possui Especialização em Trabalho Social com famílias e comunidades. Trabalha no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ibotirama-Ba. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/8977778491726110>. Acesso: 15. Jan. 2024. Acesso: 11. Jan. 2024.

ENTREVISTAS. SPIZZIRRI ,Giancarlo. Entrevista Concedida via Romota a Claudio Noel de Toni Junior. Remota. 2023. Psiquiatra pela Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP).

Doutor e mestre em Ciências da Saúde pelo Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP. Médico do Programa de Estudos em Sexualidade (*PROSEX*) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e do grupo multidisciplinar que presta assistência aos indivíduos transgêneros do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Pesquisador do Laboratório de Neuroimagem em Psiquiatria (LIM 21), Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Brasil. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/5570360702915798>. Acesso: 11. Jan. 2024.

ENTREVISTAS. YORK, Sara Wagner. Entrevista Concedida via Romota a Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni). Remota. Via mídia digital Whatsapp. 2023. Para Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior. Membro da Associação Nacional de pessoas trans e travestis - ANTRA e da Rede Campanha Pelo Direito à Educação. Membro do Comitê Científico de Acessibilidade da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, segunda secretária financeira da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (2021-2023). Atualmente é doutoranda em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (GESDI/FFP/UERJ). Pesquisa: desigualdades e a diferença, a laicidade e o backlash e a bio/necropolítica e as identidades como estruturas determinantes para a EXCLUSÃO/inclusão travesti/trans no contexto homo-conversador-nacionalista brasileiro. Fonte: CV: <http://lattes.cnpq.br/9084306265158131>. Acesso em: 16. mai.2023.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

AUDIOVISUAL ERIKA HILTON. . **Youtube**, 2023. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=s0B5SwXIa-s>. Acesso em: 12. mar. 2023.

AUDIOVISUAL GIANCARLO SPIZZIRRI. **Youtube**, 2023. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=PTjs4UGCk8&ab_channel=AudiovisualidadesMestrado
 Acesso em: 13. set. 2022.

AUDIOVISUAL LUIS PAULO BARBOSA. **Youtube**, 2023. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=EaZmGY5AbkM&ab_channel=AudiovisualidadesMestrado
 Acesso em: 13 set. 2023.

AUDIOVISUAL, 2022 – AVON, ONU. **Youtube**, 2023. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=kKHKbuQIRHk>. Acesso em: 12. Jul. 2022.
 DUVID GEOGRAFIA. Da paisagem ao espaço - Prof. Milton Santos - FAU-USP 1995.
Youtube, 2019. 47min46s. Disponível em:
<https://www.YouTube.com/watch?v=juUkCzFT05U>. Acesso em: 04. abr. 2023.

GEADA Araraquara. Análise do Discurso com Michel Foucault | Ep. 01 Quem somos nós hoje? **Youtube**, 2016. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=uIBfuOpNdT4>.
 Acesso em: 15. abr. 2022.

HOMEM e mulher até certo ponto (Myra Breckinridge). Direção de Michel Sarné. Estados Unidos: Fox Filmes, 1970. **Youtube**. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=apCXAicpzL>. Acesso em: 12. out. 2023.

MYSTÈRE Alexina. Direção de René Féret. França: F Associação de Distribuição, 1985. **Youtube**, 2023. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=CizKypcFF20&ab_channel=TonyWynn Acesso em: 13. set. 2022.

TRANS É PATOLOGIA PARA A PSICANÁLISE? COM RAFAEL COSSI | CHRISTIAN DUNKER | FALANDO NISSO. **Youtube**, 2023. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=BE-2oc2P0Gg>. Acesso em: 05 Jan. 2024.

YOUTUBE FILMES. A garota dinamarquesa. **Youtube**, 2016. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=NIH4n5FRq1c&ab_channel=YouTubeMovies Acesso em: 15. Abr. 2022.

ANEXO A – Questionário aos Entrevistados

1. A terminologia do sexo e suas vertentes: identidade de gênero e orientação sexual é um tema que traz consigo curiosidade, algo que vem desde o início da Humanidade. Cientistas discutem sobre estes temas de formas diferentes, como Lacan e Stoller, por exemplo. Por que o tema sexualidade e gênero é o que mais gera curiosidade e interesse no ser humano?

2. A definição do conceito de transexual e, no caso em tela, da pesquisa a qual desenvolvo, das transexuais mulheres, advém de um contexto não linear, de descobertas ao longo dos tempos, e da história por meio de estudos de autores como Benjamim, Stoller, Frignet, além de médicos e cientistas, que começaram a se debruçar, por meio de hormônios e cirurgias, em corpos diferentes dos de suas teorias. Citamos o hermafrodita ou “hermafroditismo primário”. O hermafrodita é o ponto inicial de uma definição de transexuais mulheres nos dias de hoje, uma evolução de conceitos?

3. Os conceitos de transexual e transgênero podem ter vários entendimentos. Transgênero é uma pessoa trans, que pode ser o travesti ou transexual feminina, afeminada, fetichista etc. Algumas sentem necessidade de mudança corpórea, tanto a genital, por meio das cirurgias, como a de redesignação sexual, pois possuem a vontade e o poder que se gera em sua vontade, e a fazem em busca de reivindicações de mudança de aparência corporal, porém, outras pessoas transgêneras não sentem esta necessidade e estão felizes como estão. Como o(a) Sr(a) percebe os conceitos que diferenciam transexual e travesti nos dias de hoje?

4. No Brasil, após várias mudanças na legislação do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do SUS, há uma equipe médica multidisciplinar em hospitais públicos que fornecerá um parecer conclusivo se a cirurgia de redesignação sexual e outras secundárias são apropriadas ou não a uma determinada paciente. Trata-se de uma verdade, de um veredicto? Até que ponto a existência de uma equipe multidisciplinar é positiva para apontar e esclarecer os prós e contras em relação às cirurgias de transgenitalização?

5. Michel Foucault e Judith Butler citam em seus estudos a discursividade dos corpos. Foucault, embora tenha nos deixado em 1984, quando pouco ou nada se falava sobre o tema da transexual feminina, faz emergir um legado para recriar aquilo que já existia em seus estudos, para a construção de uma estrutura discursiva transgênera feminina por meio de suas obras, como Butler o faz nos dias de hoje. A Ciência, de modo geral, tem conseguido esboçar estudos científicos sociais e médicos, para acolher pessoas trans? As pessoas em si estão conseguindo reivindicar seus direitos?

6. Obras contemporâneas como “Transgêneros. Orientações para uma transição Segura”, de Carlos Martins Junior, médico que realiza cirurgias em transexuais, tem o objetivo de que as pessoas transexuais mulheres possam ler e refletir sobre como é a cirurgia e suas etapas de pré operatório e pós operatório, por meio da interatividade e da informação em uma linguagem acessível, “não médica”, atingindo leitores de amplos ramos de conhecimento e escolaridade. O diálogo entre as ciências é necessário para o acolhimento da pessoa transexual? Estudo de gabinete apenas interessa ao poder em si e não ao sujeito que busca a satisfação com sua vida?

7. O cientista Lalo Nopes Homrich, por meio de sua tese doutoral em Comunicação Sexual pela PUC do Rio De Janeiro, escreve a obra “Transexuais em Telenovelas: A construção de personagens na Rede Globo”, onde relata três casos de pessoas transgêneras em telenovelas nas últimas décadas. Qual a importância da mídia para conscientizar a sociedade sobre o tema, e até que ponto a mídia desconstrói e ajuda no discurso de ódio em relação a pessoas transgêneras? Ela consegue performatizar o discurso em prol de mais aceitação destas pessoas no que tange ao acesso à informação para que tenhamos uma sociedade mais plural em informação, conhecimento e acolhimento?

8. Ao mostrar e identificar as identidades de sexo e gênero, muito embora possa ser que muitos dos autores citados sejam ou não pessoas heteronormativas no meio científico e da Academia, o Brasil tem sido um país acolhedor para cientistas não heteronormativos? E quando o próprio cientista desenvolve um estudo sobre a própria não heteronormatividade, o acolhimento é prejudicado ou há uma tendência de tolerância?

9. Temos poucos hospitais que realizam a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, no acesso ao atendimento público, e que ao cumprir o *roll* de exigências do CFM, ingressam na expectativa de realizar as cirurgias. Como o(a) Sr(a) vê o atendimento dos últimos governos no tratamento público da demanda, do tempo de espera e da qualidade de cirurgias de transexualização primária e secundária no Brasil no setor público

ANEXO B - Respostas dos entrevistados

ENTREVISTADO 1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: PROF. DR. PAULO GILBERTO COGO LEIVAS (PROCURADOR FEDERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO, ONDE ATUA COM QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS E PESQUISADOR E PROFESSOR NA ÁREA DE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE).

A entrevista ocorreu no dia 06.06.2023 às 17 horas via remota, em razão da pesquisa de mestrado de Paola de Toni, intitulada: “Lutas Discursivas em Torno do Corpo: a Construção Social da Subjetividade Transexual”, aprovada pelo Comitê da Ética, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sob o número: CAAE: 65231922.6.0000.5400, junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), da Faculdade de Ciências e Letras, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa do *campus* de Araraquara, São Paulo, onde o interesse na entrevista se baseou na obra “Transexualidade”, na qual conheci pela fala do Entrevistado. Obra organizada pela pesquisadora Maria Inês Lobato, a qual a referência ao ingresso do Ministério Público Federal da região sul do país e do Judiciário (TRF 4º), que proferiu decisões que se tornaram paradigmas de sustentação, direcionadas ao Supremo Tribunal Federal, com abrangência *erga omnes* a nível nacional.

A obra “Transexualidade, trouxe precedentes das resoluções do CFM e do MS onde retrata o trabalho de uma equipe multidisciplinar que se dedicou na busca de soluções legais para fazer com que o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (PROTIG) conseguisse realizar e atender a demanda de pessoas transexuais, que não se sentem confortáveis com seu gênero de nascimento, com o objetivo de mudar seus corpos pelas cirurgias que passaram a ser recomendadas a nível experimental desde Resolução 1482 de 1997 do Conselho Federal de Medicina (CFM) com mudanças em 2008, pela Portaria 1707, além de modificações ao longo dos anos posteriores.

Resolução CFM: 1.955/2010 em que: “Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. (Publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n. 232, 2 dez.2002. Seção 1, p.80/81)”, Processo Consulta Nº 32/12 e Parecer nº 8/2013 do CFM em que: Parecer CFM nº 8/13 “dispõe que adolescente com TIG deve ser

assistido em centro especializado, de excelência e multiprofissional. Trata sobre a Terapia hormonal para adolescentes travestis e transexuais. Bloqueio da puberdade, hormonização a partir dos 16 anos”. Portaria 2803/2013 a qual redefine o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que deixa em 2008 de ser experimental e autoriza hospitais particulares a realizar o procedimento em transexuais mulheres.

Resolução 12/2015, que “ Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização” e pela quando, pela judicialização o Sistema único de Saúde passa a subsidiar as cirurgias, junto as normas do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina.

Além da Resolução nº 13/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) LGBT em que: “Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais – C N C D / L G B T” Nota-se o protagonismo do PROTIG gaúcho juntamente com outros quatro centros de base na realização destes procedimentos: São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Goiânia.

Perguntado sobre o motivo da terminologia sexualidade e gênero despertar curiosidade no outro do que é diferente em si, como a transexualidade, o Professor Leivas responde que é relativo à observação da relação entre liberdade e normas, que a sociedade ficou imposta sobre dogmas a uma moral de ser e ver o outro com a visão normativa de condutas e comportamentos do que diz a igreja, a cultura, os costumes do gênero binário, que é predominante em nossa sociedade.

Ressalta o Dr. Paulo Leivas, a relação de poder que ao longo da História se desenvolveu entre as sociedades nos dispositivos médicos e jurídicos que eram patologizadores, pouco se podia dizer sobre determinados assuntos em países como o Brasil em que as práticas de sexualidade deveriam ser convertidas a um padrão lógico, normal, binário, aceito pela maioria que detinha os direitos reconhecidos.

Ressalta o receio de pessoas na expressão de sua sexualidade em regimes de opressão como a ditadura e de regimes de extrema direita em que está disperso em todo o mundo, sendo uma interdição a liberdade de expressão da identidade sexual e de gênero, e conseqüentemente da liberdade dos Direitos Humanos, em apontar ao outro o certo e o errado no corpo do outro

conforme seus dogmas de tradição em especial religiosa no Brasil. Logo a crítica está embasada em nome das escrituras religiosas além do assentimento e da livre convicção de posturas extremistas de grupos que possuem interesses em comum e que querem impor uma forma de sexualidade binária a qual todos devem seguir.

Sobre a questão se a pessoa hermafrodita/intersexo pode ser considerada um ponto inicial da transexualidade em uma época, (final do século XIX e primeiras décadas do século XX), como ponto inicial de estudos e de reconhecimento de direitos de pessoas transgêneras, o pesquisador Leivas menciona que pelo viés histórico, quando os médicos por sua própria autonomia definiam o gênero da pessoa, sem sequer perguntar ao sujeito, qual gênero ela(e) pertence, apenas por características biológicas aparentes e não pelo que sente a pessoa, pelo que está em seu psíquico, na sua mente, corpos foram mutilados em épocas do poder médico.

Menciona que leu o “Diário de Herculine Barbin” de Michel Foucault, e que pensa que naquela época havia uma sociedade de normas que deveriam ser comprimidas e estas pessoas eram consideradas como abjetos em mãos de quem detinha o poder de definir qual seria o “verdadeiro sexo’ do outro, que era prerrogativa do poder médico.

Mencionou que possui um grupo de pesquisas sobre intersexualidade e que participou como estudioso e profissional do Direito na atuação da jurisprudência de 2018, na Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADI 4275), conforme Fonte junto ao STF, onde foi julgado procedente pela Suprema Corte Brasileira, onde as pessoas não cisgêneras não necessitam realizar cirurgias de transexualização ou ingressar com processo na Justiça para ter seu direito a mudança de prenome, podendo se direcionar a um Cartório de Registro Civil e fazer a solicitação em razão desta conquista.

Cita o Dr Paulo Leivas que possui interesse na intersexualidade de gênero e após a entrevista me encaminhou dois artigos científicos onde é autor, intitulados: “Superando o Binarismo de Gênero: Em Direção ao Reconhecimento Civil de Pessoas Intersexo) e “ Violações de Direitos Humanos nos Procedimentos Normalizadores em Criança Intersexo”, nos quais esclarece que hoje se sabe que existe em determinadas pessoas algum tipo de questões ao nascer, que se refere a parte física dos genitais e que devem ser tratados(as) com atenção e cuidado pois são vidas que querem viver seu sexo e que não podem ficar à *mercê* de terceiros, que deve prevalecer a convicção da pessoa intersexo na decisão de seu próprio gênero.

Cita que hoje, se conhecesse a diferença entre intersexos e transexualidade, mas que nos primórdios do final dos séculos XIX, as divergências se davam pela forma de considerar a

pessoa apenas sob o olhar do macho e fêmea, que deveria ter pênis ou vagina, logo tanto pessoas intersexos e transexuais mulheres estavam neste grupo, pois não havia nomenclaturas de definição de cada gênero, eram considerados como fora do padrão ‘normal’.

Em uma abordagem de julgados recentes e de Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos como o Pacto de San Jose da Costa Rica, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e de legislações europeias, bem como de outros países, onde cita os Princípios de Yogyakarta +10 (YP+10) de 2007 e de 2017 de que as pessoas devem ser reconhecidas não por suas características fisiológicas mas pela sua auto declaração de identidade de gênero, que seja atribuído ao próprio sujeito a possibilidade de escolher seu gênero nos documentos pessoais e que este procedimento possa ser administrativo, sem a burocracia estatal, sem intervenção médica e jurídica.

Cita países como a Argentina e Portugal, além da África do Sul em que os parlamentos realizam normas, mas também menciona outros, que durante tempos conviveram com a imposição de que a pessoa não poderia decidir sobre seu gênero e que houve evolução em alguns países como os mencionados, além de nações do Ocidente europeu, com retrocessos em outros, quando adentra em governos de extrema direita, por exemplo.

No Brasil, conforme decisão ministerial embasada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4275), quando do nascimento a criança, se, após 60 dias não faça o registro civil em um cartório, deve-se o Tabelião levar o caso ao Ministério Público que adotará os procedimentos elencados nos tratados internacionais de Direitos Humanos, em especial no Brasil, o Pacto de San Jose.

Outro detalhe, é que a pessoa apenas pode modificar seu prenome aos 18 anos, após o primeiro registro. Sendo fundamental, a preservação de direitos difusos e unipessoais por parte do poder público de crianças e adolescentes que possam ser mutilados(as) por intervenção médica irreversível ou cosmética, além do uso da hormonioterapia.

Conforme o Procurador Leivas, deve haver uma idade mínima para isto com o intuito de que a pessoa saiba o que está fazendo em seu corpo e com seu corpo e que, se menor de idade, a partir dos 16 anos, conforme normas do CFM, que haja um atendimento individualizado, acompanhado pela família ou por responsáveis, respeitando a singularidade psíquica de cada pessoa.

Se posiciona contrário a mudança corpórea com cirurgias ou ingestão de hormônios em tenra idade, que não seja no mínimo a de 16 anos, acompanhados pelos pais e responsáveis, conforme

Resolução CFM nº 2.265/2019 onde em seu texto, estabelece também que a assistência médica ao transgênero deve promover atenção integral e especializada nas fases de acolhimento, acompanhamento ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos”. Deve-se pelo bem da pessoa transgênera que ela saiba de sua livre consciência que muitos destes procedimentos são irreversíveis além dos prós e contra que gera em seu corpo com impactos em todas as esferas de sua vida, por isto a complexidade e importância da informação, observação e acompanhamento, aponta.

Sobre a variante entre os termos travesti e transexual, aponta que o corpo do travesti pode não querer realizar determinados procedimentos, como a cirurgia de redesignação sexual, mas que buscavam outras formas de viver seus corpos, como por exemplo a colocação de prótese de silicone e hormonização e houve uma literalidade que pode gerar conflito entre termos quando se pretende definir o gênero de pessoas transgêneras, por isso adotou o termo inglês *Transgender* que no Brasil designa “transgêneros” a qual se inclui o travesti e o transexual.

Menciona que há particularidades individuais e que não se pode dizer que há um consenso de vontades e verdades, mas que para o Direito, para a implementação de políticas públicas foi necessário a adoção deste termo que envolve as duas comunidades como pertencentes a Direitos Humanos.

O Dr Leivas percebe o travesti como uma pessoa que pode estar mais ligado ao genital masculino, por ter uma maior performatividade e o transexual que está em busca da redesignação sexual, principalmente como pesquisador e colaborador de políticas públicas em hospitais que realizam as cirurgias de redesignação sexual, porém aponta que não há unanimidade nos termos, que o ativismo de Direitos Humanos pode reivindicar que uma pessoa cirurgiada possa se identificar como travesti, sendo uma opção unipessoal.

Sobre as normas do CFM, de haver uma equipe multidisciplinar, aponta que a atuação de várias pessoas e instituições como o Ministério Público Federal (MPF) da 4ª Região, juntamente com ativistas, pacientes que buscam(vão) as cirurgias de transgenitalização, advogados e magistrados de primeiro e segunda grau e da Suprema Corte, também pelo desejo de pessoas trans.

Cita médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras que decidiram através do PROTIG gaúcho, buscar ajuda junto ao MPF, onde foi proposta de uma Ação Civil no ano de 2000, pois havia a queixa de que o procedimento não estava no *roll* taxativo de procedimento do SUS e da Agência Nacional de Saúde (ANS), e que desta forma o atendimento ficaria precário apenas

com os recursos do Hospital das Clínicas de Porto Alegre ou de recursos estadual e municipal, sendo importante o aporte de recurso do SUS para a continuidade dos atendimentos.

Na época menciona que perdeu, em primeiro grau, mas que através de recurso judicial, em 2008, houve o acolhimento destes procedimentos junto ao SUS pelo Ministério da Saúde, em que por ordem do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, (TRF4) o CFM e o Ministério da Saúde (MS), tiveram que adequar suas normas para que atendessem as pessoas que buscam acolhimento nestes espaços, e que além dos cinco hospitais, há ambulatórios que se dedicam a uma parte dos procedimentos como hormonização, atendimento psicológico, dentre outros para posterior encaminhamento aos centros que faz todos os procedimentos como o PROTIG.

Também pode se ressaltar na obra “ Transexualidade”, que em 1999 obteve êxito contra o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) para reconhecimento de direitos previdenciários para casais homoafetivos, e que após a decisão, houveram outros pareceres positivos, mas que sem uma lei específica, muitos juízes de primeiro grau, indeferiram os pedidos em sua convicção, muitas vezes exasperada onde cita menção a expressões “aberração” ao designar pessoas não heteronormativas em sentenças e que isto veio a ter uma pacificação com os julgados de Repercussão Geral do STF, que possuem equiparação a lei por Súmula Vinculante.

Também menciona o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que possui a função de fiscalizar administrativamente magistrados em caso de descumprimento de decisões da Suprema Corte brasileira e podem ser punidos.

Sobre a judicialização da decisão da Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO 26) e do Mandato de Injunção (MI 4733) em que equipara a homotransfobia ao racismo, menciona que foi decorrente a inércia do Legislativo e pelo atual quadro de mortes em que o Brasil segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresenta, sendo o país que mais mata transgêneros no mundo, foi essencial este precedente vinculante ter sido provido.

Menciona o Dr Leivas que, embora haja o princípio da harmonia dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, cabe ao STF, ser o guardião de todos, pois é o tutor da Constituição, inclusive contra decisões de outras instâncias da própria magistratura que atenta contra a Constituição Cidadã de 1988, podendo também julgar atos lesivos praticados contra o presidente da República, de seus ministros de Estado e de qualquer autoridade, inclusive contra seus próprios ministros.

A ADO26 foi um evento atípico, pois vivemos em um regime não acolhedor a comunidade LGBTQIA+, isto em comparação a outros julgados em todo o mundo. O que houve no Brasil não é algo comum que se perceba aqui ou em outra nação. Diz Leivas que com o advento da extrema direita, o avanço de grupos de ódio e de supremacia em todo o mundo fez com que o STF, cumprisse seu papel de proteger vidas, em razão de fatores emergenciais da dignidade humana.

Pode ser mencionado que a média de vida de uma pessoa trans é de 35 anos e que a escolaridade média é do ensino fundamental incompleto, aliado a vários fatores como: falta de oportunidade de empregos, expulsão destas pessoas pela própria família, o que faz com que muitas se voltem a prostituição, e que, devido a esta situação deixam os estudos, a vida em comunidade, vivendo em um labirinto em que a própria existência, sua performática seja um atrativo a pessoas que as querem ver mortas.

Em países onde há diálogo entre os poderes, há a legislação por direitos de representatividade e que são convividos entre si, mas em nações como o Brasil por enquanto não há esta expectativa. Cita que desde os primeiros movimentos, quando houve a busca pela comunidade LGBTQIA+ na luta de movimentos sociais junto ao MPF e outras instituições que atendem os Direitos Humanos, todo processo que envolve o *transgender* tende a ser judicializado, isto não é harmônico, porém dada as circunstâncias de avanço de discurso de ódio no Brasil e no mundo, são necessários.

O Dr. Leivas cita o jurista Hans Kelsen, de que o papel das Supremas Cortes em todo o mundo é de proteção da Constituição e da Dignidade Humana, independente de omissão de outros poderes, sendo que, quando há a ineficiência dos demais atores político-sociais cabe a instância suprema que guarde os direitos humanos, com julgados mediante diretrizes implementadas em tratados internacionais, ou a realização destes em acontecimentos emergenciais como ocorreu com a ADO 26, para que não haja leis que venham a contrariar a Constituição, proferida por magistrados.

Sobre a participação da mídia em telenovelas em que se percebe histórias em que se mostra o trans de uma forma que é uma pessoa comum, como qualquer outra, se isto ajuda na redução da discriminação e do discurso de ódio no Brasil, além da grande e da pequena mídia, o Dr Leivas esclarece que, após a Constituição de 1988, houve os princípios norteadores que devem ser integrados a sociedade que são os direitos fundamentais e humanos, e que com o passar dos anos, a mídia quando informa com o intuito de mostrar relações sociais acolhedoras de pessoas trans, que realçam que estas pessoas: possuem família, sonhos de estudar, trabalhar como

qualquer outra pessoa, porém com os dilemas sociais de exclusão por parte da sociedade, a informação da representatividade trans é importante para reduzir preconceitos pré-estabelecidos.

Salienta que, a grande mídia e a mídia pouco vista como canais de *YouTube* ou com pouca visibilidade voltados a mostrar como vivem as pessoas trans, o que pensam, como são, é voltado a um pequeno grupo de pessoas que são esclarecidas e o Dr Leivas não diz que o esclarecimento contrário a qualquer ato de violência transfóbica está aliado a instrução escolar, e sim, pelo ser de cada pessoa, que segundo o especialista é pequeno no Brasil. Este pequeno grupo está atento aos movimentos sociais e a representatividade de populações que vivem em estado de vulnerabilidade em Direitos.

ENTREVISTADO 2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: DR JORGE LEITE JUNIOR – (SOCIOLOGO E PESQUISADOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR.).

Realça a sociedade ocidental moderna na definição do “verdadeiro sexo”, diferente de ver o sexo de outras culturas como no Oriente, conforme Foucault no século XIX, em outras culturas não havia a obrigatoriedade de se fixar como homem ou mulher. A questão do biopoder em Foucault fará o *link* entre indivíduo e população em que se denomina de sociedades disciplinares, em querer saber o sexo de alguém atributo típico da modernidade por volta do século XIX.

O ser homem e mulher é algo que é visto na modernidade de que há algo de “errado” e de que necessita de uma intervenção médica e psíquica, em outras culturas diz que não há estas estruturas fixas como há no Ocidente.

Pode-se usar o termo “A Transexual Feminina”, em que no século XIX sobre os primeiros estudos científicos sobre sexo, a denomina “Ciência Sexual” na figura da mescla do religioso e do monstro hermafrodita ou andrógeno comum de ser denominado, sendo a referência pela qual as identidades sexuais ou de gênero irão se pautar para normalizar corpos, por ter traços anatômicos/biológicos das duas gônadas e os andrógenos que tem os dois sexos na mente, que será feita no século XX, o termo mais usual é o termo a qual hoje se denomina pelo nome intersexual.

Seja na orientação sexual, o que foge na identificação do aparelho genital com o gênero da pessoa, tudo que era visto fora deste padrão era visto como hermafroditismo psíquico. Através de movimentos sociais que a noção de hermafroditismo psíquico é abandonada para se pensar questões como identidade de gênero, orientação sexual e no século XX. Autores como Butler realçam que está envolta na questão maior de gênero, como lei que separa os corpos humanos em dois gêneros distintos.

Laqueur, também na obra “Inventando o Sexo”, até o século XVIII, as pessoas tinham apenas um aparelho genital que saiam de dentro ou de fora, as questões de dois aparelhos genitais advêm do século XX com discussão sobre a transexualidade feminina.

Conforme o Entrevistado 2, denominações de travesti e transexual, tecem claramente a performatividade de Butler, a qual estamos constantemente performando um ideal de

masculinidade e feminilidade que nunca existe um homem verdadeiro e nem uma mulher verdadeira, pois não há sexos e gêneros falsos. Na discussão da área médica, é dissociada da área política e social. Diz que no ramo médico apenas as pessoas transexuais tem o direito de fazer as cirurgias, e que esta questão de separar travestis e transexuais é uma questão brasileira, que pouco se observa em outros países, de forma local da transexualidade no Brasil que se divide politicamente entre travestis e transexuais no exterior estão em um mesmo nível e que o termo transgênero é um termo “guarda-chuva”, seria um termo maior para agrupar todas as questões destes gêneros, o que não depende por meio da cirurgia que vai definir se a pessoa é trans ou não, depende da mente de cada um.

Pessoas preferem mudar o nome civil que prejudica mais o psíquico em sociedade a questão de nome social e apresentação de gênero é mais importante para algumas pessoas que outras, para outras as cirurgias são preferíveis.

A equipe multidisciplinar pode melhorar a assistência e acolhimento de pessoas transgêneros sendo melhor ter pessoas quando ajudam para na questão dos contra as noções de masculinidade e feminilidade são baseadas em estereótipos de gênero e que os movimentos sociais estão a combater na atualidade e quais as atitudes e ideias que podem ser definidos como mulher e homem que mudam com o tempo, a depender de uma equipe da visão conservadora pode levar a certos conflitos para pessoas que querem fazer intervenção do processo transexualizador.

No geral, estas equipes estão mais atentas as mudanças no campo dos costumes nas questões de gênero, corpo. E lembrar de que identidade de gênero é uma coisa e orientação sexual é outra, por exemplo, sentir atração por ambos ou nenhum dos dois, sendo uma mulher trans e sentir atração sexual por outra mulher, por exemplo, cita o analista, sendo difícil de entender para alguns médicos e de uma equipe multidisciplinar sendo algo errado não podendo ser denominado de “transexual verdadeiro” na terminologia que não mais se faz vigente pela luta dos movimentos sociais.

Diz que nenhuma cirurgia é tranquila e isenta de riscos, seja ou não a de transexualização sexual, sendo irreversível a importância da clareza em sua decisão, a equipe não deve determinar e sim auxiliar a pessoa na sua escolha, estando coincidente das suas decisões, isso é irreversível.

O Entrevistado menciona que o legado de Foucault em que cada vez mais na atualidade sobre sexualidade e gênero em geral está sendo multi ou transdisciplinar e que não cabe mais desenvolver campos de sexualidade em campos médicos sem levar em conta nas questões da política e da sociedade, e que gera um crescimento na área técnica científica da importância da

área dos direitos humanos e as pesquisas na maioria estão em volta na questão multidisciplinar que gera um enriquecimento e maior possibilidade de atendimento e cuidado de pessoas trans. Há exceções de pesquisas específicas com grupos que queiram fazer uma discussão de cunho mais conservador, onde a transexualidade possui algum tipo de psicoses, deve se levar em conta questão de natureza social e aumento do acesso aos cuidados e que a vertente da “anormalidade” trans, embora exista, é pontual como as crises psicóticas sendo importante para desvincular a questão da praticidade do acesso dos ambulatórios e que muitas pessoas em ambulatórios não atendem mais por falta de vagas sendo uma questão política e não pessoal da equipe multidisciplinar, disse que conheceu pessoas que trabalharam em equipes médicas e psicológicas em hospital, mas que hoje não possuem mais contato.

Quanto ao reconhecimento de diálogo entre as ciências, o Entrevistado 2 afirma que a interconicidade entre as áreas médica e social faz bem aos próprios trans que buscam estes procedimentos. O diálogo é fundamental e lembra que é importante não apenas de “uma ajuda a outra”, mas que o importante é que as ciências não podem trabalhar de forma isolada, pois elas são questões além do médico social também, sendo importantes, os discursos que se nutrem entre as diversas ciências, a qual uma reconhece a importância do outra e que hoje não há mais ciência soberana sobre as demais.

O poder do jogo das instituições, em que podem a performance jogar um grupo sobre o outro por linhas de força do poder, o pesquisador diz que os direitos da pessoa para o Estado na questão das minorias, diz que Butler menciona que não se deve deixar tudo nas mãos do Estado, que a depender do momento de um governo, pode ser progressista ou extremamente conservador e reacionário, onde podem romper leis e garantias já conquistadas pelas minorias. No plano prático, o que se vê são políticas de governo alternando políticas de Estado, ao não confiar plenamente no Estado conforme Butler.

Não significa que deve se acabar com o Estado, que possui pontos positivos como o SUS, a educação pública por exemplo. Uma estratégia de jogo de poder em minar as minorias colocando-as umas contra as outras, exemplo claro foi a Fundação Palmares, foi colocar um representante que luta contra o objetivo, que destrói seu Estatuto pelo cancelamento e pelo agir contra e a *instituição* já está morta, sem precisar matá-la.

Sobre a representação da mídia e sua importância sobre novelas na Rede Globo e em outras mídias de menor impacto em termos de audiência, mas que fundamenta questões pontuais de direitos humanos e o aparecimento de pessoas trans, para o Entrevistado 2 o aparecimento na mídia é fundamental, porém deve se ver como é mostrada esta questão e que durante anos, estas pessoas são comuns na mídia, porém apresentadas ao mundo da criminalidade, da violência, do

humor ou do universo do ridículo, devendo serem vistas pela ótica do respeito e da dignidade humana.

Não há campos separados e a sociedade muda sua mente quando todos mudam e tentam mudar uma condição social pois não são campos separados e que agora sejam exemplos de sucesso, exemplos de pessoas bem sucedidas, progressistas, no campo do reconhecimento e da reciprocidade mútua, em que não apenas a grande mídia é importante, mas todas que dialogam e mostram a dignidade da pessoa são importantes, sendo grandes mídias muitas vezes uma questão financeira e que outras mídias fazem seu papel melhor que as grandes. Muitas pessoas não sabem onde procurar discursos e novas representações que estejam fora de um entorno de normas de preconceitos.

Sobre o acesso do SUS as cirurgias no Brasil, além da questão política sobre questões do antigo governo conta questões do ex-governo de impor uma norma heterocentrista, com valores conservadores tradicionais em que se escolhe a dedo, o que é ou não é tradicional em relação a valores contemporâneo em que se junta crises anteriores e que aglutinam tensões e medos sociais sobre informações que designa o gênero de natureza conservador e antidemocrático que aglutina uma série de grupos, que se sentem frágeis por questões de conquistas progressistas, aglutinam criações de um inimigo imaginário de um problema que se junta questões gerais como questões da transexualidade, do aberto que possui eficácia política.

Para culturas a questão da sexualidade é um ‘bode expiatório preferido’ no jogo das dominações contra as minorias, em momentos de forte tensão especial, pois já se há um histórico de preconceitos sem a resolução social sendo um ponto de aglutinação ao invés de discutir pontos reais de desigualdade como a fome, a miséria, as pessoas acreditam na “mamadeira de piroca” que dialoga com as fragilidades psíquicas sociais em que o fantasma acaba sendo aceito por parte da população.

Sobre a questão do valor e que poucas pessoas podem custear as cirurgias, pelos altos custos na rede privada para um padrão de vida da classe média brasileira.

O analista diz que pelo processo histórico, depende do campo do conhecimento e das especificidades regionais e locais do Brasil e que pela sua experiência a qual trabalha há longos anos, tem-se um campo mais acolhedor para os temas e para a pessoa e que na História não foi sempre assim, embora haja tensões pessoais e institucionais que existem e estão diminuindo e tende a se reduzir de forma substancial ao longo dos tempos.

Sobre a legislação a favor da homotransfobia pelo STF, crimes de opinião sobre as minorias deve ter uma reparação e se declara contra muitos casos de prisão. Sendo uma questão delicada e que prisão não resolve nada a ninguém e que cursos não resolvem a questão, devendo-se

pensar em uma alternativa conjunta sobre o caso, construída socialmente pelo que não sabia que é ingênuo acreditar e que pode haver uma multa para que não façam discursos que não prejudicam os outros em especial pelas minorias. Já conviveu com grupos conservadores em grupos por ele ministrados de forma acadêmica em que buscam a aprovação apenas para serem aprovados e não para mudar sua própria vida e não mais reduzir as pessoas em sua transexualidade.

ENTREVISTADA 3

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: SARA WAGNER YORK. DOUTORA EM ESTUDOS DO GÊNERO, JORNALISTA, ESCRITORA E PALESTRANTE SOBRE DIREITOS HUMANOS.

Sara Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior, pessoa com deficiência visual, pai, avó e apresentando-se como Travesti da/na Educação - em razão da decisão judicial (de 2017) que concede o direito ao uso de um nome feminino, mas não a readequação de gênero. É Mestre em Educação (GENI/ProPEd / UERJ - com bolsa CNPq), Especialista em Gênero e Sexualidades (CLAM / Instituto de Medicina Social - UERJ - com bolsa da própria *instituição*) e Especialista em Orientação Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar (ISV). Graduada em Letras - Literatura Inglesa (Licenciatura / UNESA), Pedagogia (Licenciatura / UERJ) e Letras Vernáculas e Literaturas Brasileiras, Portuguesas e Africanas em Língua Portuguesa (Licenciatura / UNESA). Jornalismo (UNESA/2021-2023) é considerada a primeira âncora do jornalismo brasileiro através da mídia (pós TV) Brasil 247. Fonte: Currículo Lattes. Plataforma Brasil.

A entrevista com a especialista Sara Wagner York ocorreu de forma assíncrona, por *WhatsApp* em que foram realizadas perguntas e as respostas foram mencionadas através da voz, mas também por discurso no envio de uma notícia ou de um artigo científico sobre as perguntas, logo ocorreram várias conversas.

O fato de o sexo ser um tema que gera interesse nas pessoas é segundo Sara, sobre a construção cultural e social em que as pessoas trans foram abordadas, diante da exclusão e de uma sociedade sexista, branca que transforma o que não é aceito pela sociedade em ser menos privilegiado em direitos.

Menciona que além das transexualidades, aborda a questão das pessoas pretas, em especial das mulheres, além da causa da deficiência, que são políticas que deveriam ser pautas prioritárias dos governos. Também participou da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) da qual me encaminhou vários textos, bem como dossiês da *instituição*, que presta um serviço de importância a nível internacional, pois sendo o Brasil por catorze vezes consecutivas o país que mais mata pessoas trans no mundo, o projeto de socialização destas pessoas deve ser melhor implementado na prática.

Salienta que é contra a exclusão de pessoas de qualquer natureza no âmbito socioespacial e percebe que a aproximação de movimentos contra o racismo de pessoas pretas, deficientes em

defesa das mulheres, de indígenas, é uma pauta única, ao mesmo tempo plural e que a junção destas categorias é o compromisso com sua posição de ativista por todos estes direitos, o das minorias.

Logo, a curiosidade é em decorrência da estrutura que está enraizada no país de que apenas pessoas cis, brancas podem ter a voz da palavra, Sara, ao contrário milita em várias frentes como doutoranda, professora, âncora da TV 247 para ser uma voz que traga igualdade e redução das desigualdades sociais e de gênero na sociedade brasileira.

A Entrevistada 3, quando foi perguntada se o conceito de hermafrodita abordado quando o termo transexualidade não era mencionado, se pode ser considerado uma forma de perceber as diferenças do sexo, Sara discorda, diz que são coisas diferentes e que existem pessoas hermafroditas, mas que não faz qualquer analogia com o trans de hoje e cada corpo possui uma conjuntura singular dentro do contexto histórico e no tempo em que é analisado.

As pesquisas devem valorizar os aspectos mais atuais de lutas e militâncias, pois é disto que a comunidade trans mais precisa, pela emergência de falas atuais e que termos médicos ou analogias desta magnitude não traz benefícios e que pode mais confundir que auxiliar no movimento das trans identidades.

Sobre se existe diferença entre transexual e travesti, a Entrevistada 3 diz, que cabe apenas a pessoa escolher o que ela quer ser e cita um exemplo. Ao ver uma mulher trans, com peitos e corpo totalmente feminino, não diz nada a respeito se ela é mais mulher que outra pessoa trans que não possui este corpo físico, que a questão de Ser, em outras palavras do gênero está na cabeça de cada um.

As pessoas podem ser felizes da forma que são e não precisam realizar cirurgias para alcançar seu bem-estar. Menciona que conhece pessoas que foram “cirugiadas” e que isto não a torna mais mulher que uma que possui genital, são modos de vida de cada pessoa que vai dizer de forma como ela se sente bem.

Não entra em detalhes na questão de cirurgias, mas tece que não é necessário que elas ocorram para que uma pessoa travesti ou transexual se sinta mulher com M maiúsculo ou não, que é uma questão que precisa estar desvinculada do que é ser mulher, ser travesti onde ela se denomina ou transexual, não se resume em cirurgia alguma.

Sobre pareceres do Conselho Federal de Medicina (CFM), se a equipe multidisciplinar em hospitais e espaços públicos no Brasil auxiliam as pessoas trans que buscam seus serviços, cita que a expressão “disforia de gênero” não deve ser comemorada e sim abolida dos manuais médicos para que a pessoa trans, possam estar inseridas em igualdade neste espaço médico que

ao longo dos anos sempre teceu nomenclaturas sem estar ao lado das lutas de movimentos sociais, sem vivenciar a vida das pessoas trans.

Espera que, na resistência dos movimentos brasileiros e internacionais que na próxima edição do Manual de Diagnóstico que traz consigo o Código Internacional de Doenças (CID), na sua décima segunda edição que este termo esteja abolido, pois atrapalha e estigmatiza toda uma comunidade que sempre lutou por direitos e que na patologização não há expressões amenas, sendo toda forma de censura ao gênero como ato patriarcal, cis heteronormativo para diminuir a comunidade trans.

Há pessoas trans que estão emergindo nestes estudos sobre a nossa comunidade e que é de fundamental importância, a disciplina de discursividades destes novos escritores que traz a linguagem e as lutas trans para espaços nossos, que representa a pauta brasileira e que a quantidade destes autores estão aumentando, além de ativistas LGBTQIA+, que, deve-se dar maior importância para a nossa realidade, para questões mais atuais, estar na luta de apoio a estas minorias, para que um dia deixem esta posição e possam estar dentro de uma mesma igualdade com as demais pessoas.

Sobre diálogo entre as Ciências sociais e médicas, a pesquisadora menciona que em determinados momentos há certo diálogo quando uma pauta contra um trabalho que vise a comunidade trans é coibido. Cita o caso do psiquiatra Alexandre Saadeh do *PROSEX* do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) que foi pioneiro no atendimento de jovens que se sentem transgêneros e que está passando por um pedido de CPI pela Câmara dos deputados de São Paulo.

Percebe Sara que é uma questão de gênero com política, e que estes representantes políticos não querem ajudar a comunidade trans e sim abolir espaços conquistados. O nome social é uma conquista, onde a pessoa pode expressar sua vontade sem a necessidade de processo judicial. Menciona uma deputada que passa a usar seu próprio nome ao invés do nome do marido pois se sente melhor desta forma e isto deve prevalecer, a vontade da pessoa trans em usar o nome mais adequado a seu bem-estar.

Salienta por meio de um texto enviado que estes jovens mesmo que menores de 18 anos, fazem o tratamento com anuência de pais e responsáveis que nenhum procedimento cirúrgico é feito até que se atinja a maioridade e sim um espaço psicossocial onde há psicólogos, psiquiatras que visam minimizar a tensão destes jovens que se sentem excluídos da sociedade por não se encontrar consigo mesmos e que acabam também atingindo sua família e o meio em que vivem, bem como no ambiente escolar e social e que o acolhimento deve existir de forma que possa ser compartilhado e dialogado com a comunidade.

Neste momento, mencionei uma obra recente do pesquisador Alexandre Saadeh em que ele tece elogios aos movimentos sociais dentre eles a ANTRA e a Entrevistada 3, diz que a população ativista trans deve ser valorizada e que no Brasil dá-se muita importância ao que o outro fala de algo que não lhe pertence, como na questão de gênero ao invés de valorizar a fala da pessoa que é ativista e também trans.

Sobre a representatividade de pessoas trans por atores não trans em telenovelas, ela menciona e pergunta se estes atores representam a população trans? Diz que não, que diante das dificuldades de inserção de emprego, do estigma, temos hoje atores e atrizes trans que podem e devem desempenhar estes papéis nas telenovelas e em outras mídias e acrescenta que a representatividade trans deve estar em todos os espaços da mídia, e que ela é a primeira âncora trans do jornalismo brasileiro e que espera que seu exemplo sirva como incentivo para que outras trans lute pelo seu espaço em qualquer profissão.

Diz que os meios de comunicação são importantes para ter pessoas que tragam visibilidade positiva com informação e com o rompimento de preconceitos estereotipados, sendo que a pessoa transgênera tem este papel não apenas seu, mas de ser uma representante de toda uma comunidade que inspira e a tem como exemplo, na sua fala. (de Sara e de outras trans na mídia). Foi interessante que no decorrer do envio do questionário, Sara York, me encaminhou vários de seus artigos e trabalhos e é percebido a valorização das pessoas trans como sendo capazes de estar dentro da universidade, representando vários cargos como de docente.

Relata que na sua trajetória de Magistério, na educação no ensino fundamental, teve uma experiência com uma aluna que sabia que era trans e que imaginava na sua forma de ver o mundo, pela pouca idade que isto pudesse gerar algum problema para Sara caso ela não ofertasse uma nota máxima a aluna, que iria contar a todos seu “segredo”. Este caso, que foi muito bem superado e tratado de maneira desenvolta por Sara, ao saber lidar com a situação, pode ser uma forma de repensar como estamos educando dentro das famílias e na escola de base a relação destas crianças. Relatou situações de desconforto com crianças do ensino fundamental quando souberam que eram uma professora travesti. Explica que, ainda há estigmas para se enfrentar dentro das instituições escolares e na família, bem como na sociedade como um todo para que fatos como estes não ocorram mais.

Isto porque são poucas pessoas transgêneras que ocupam cargos de ensino no país e a criança traz para a escola o que constrói consigo em suas experiências de vida, em casa, com os amigos, e que ao ter mais pessoas trans, teremos um país com menor preconceito, pois a comunidade escolar própria terá contato com as pessoas que veem de outra forma e perceberão que o gênero não é condição do caráter de uma pessoa.

Na Universidade concluiu seu curso de Mestrado, realizou várias especializações e está cursando doutorado em Educação, também na área de Transexualidades e que na Universidade pode expressar com colegas, fazer amigos, pode através de sua repercussão nas causas trans, realizar inúmeras palestras a qual cita o Selin2022 em Araraquara-SP, bem como outras de natureza interdisciplinar que, como foi mencionado, como a pauta da existência/resistência de fazer reduzir as mortes de pessoas trans em razão de seu gênero, sendo um ato político, de resistência que deve envolver todas as áreas da sociedade e dos direitos humanos.

Realiza palestra para a Academia que debate temas como o racismo e contra qualquer forma de preconceito social e estrutural, como também pessoas com deficiências, mantendo sua assiduidade na inclusão da língua neutra como forma de não mudar a língua portuguesa porém traz a performatividade da pessoa falar sua própria língua, ter seu próprio espaço, além do que a língua neutra não é obrigatória, porém luta quando impõe a obrigação nos diversos espaços em não permitir que a língua neutra circule.

Todas as formas de banalização que sujeita e segrega as pessoas trans devem ser representadas e resolvidas, como a questão de ir ao banheiro, sendo esta uma escolha da pessoa conforme sua orientação de gênero e que casos de violência contra travestis e mulheres trans que usam banheiro para mulheres é repulsivo, que nos anos em que estamos tem-se que discutir coisas desta natureza em que o uso do sanitário gera polêmica, onde segundo a entrevistada deveria ser uma opção de qualquer pessoa, desde que haja banheiro para se usar, sendo esta questão importante.

A conquista de espaços na Educação de pessoas trans em que Sara York se mostra precursora, como por exemplo a citação de sua fala em um vestibular de uma universidade pública de Goiás é uma conquista dos movimentos plurais dentro da formação de pessoas engajadas contra toda a forma de preconceito, ler e ver que ‘nós’ existimos para jovens que estão ingressando nas universidades é uma forma de redução de desigualdades de gênero, de romper barreiras e estigmas.

Seu posicionamento pode divergir de uma Associação como a ANTRA. No caso dos banheiros, deve-se existir banheiros para todes sem censura, cabendo a pessoa trans escolher em qual espaço adentrar conforme sua vontade, repudia sim, violência quando uma pessoa entra no banheiro e é agredida física e verbalmente, porém diz que, quando tem vontade de fazer suas necessidades, entra no banheiro que está livre, porém respeita a mulher trans que quer de todas as formas entrar no banheiro feminino, sendo uma escolha de cada um.

De maneira gentil contribuiu de maneira a pensar a comunidade trans na sua importância na luta política, em que mostra como âncora de Tv que no episódio de acampamento de

bolsonaristas em frente a quartéis, esteve no local e entrevistou de forma parcial com respeito e educação pessoas com formas de pensar política diferente sem fazer qualquer juízo de valor dentro do espaço jornalístico, mas se posiciona a favor do atual governo como forma de reparar a estagnação de lutas interrompidas por mais de 6 anos, desde a saída da presidenta Dilma Rousseff do poder, o que muitas pautas ficaram inertes, sem poder sequer manter diálogo entre os grupos sociais e governos, possui expectativa que as ações de combate a todas as formas de preconceito sejam retomadas, aprimoradas e efetivadas no governo Lula.

Sempre procurou se posicionar em respeito a como designar a outra pessoa, por meio de linguagem neutra, ou como o outro gosta de ser designado se afirmando hoje em uma das pessoas que mais representam o movimento trans e LGBTQIA+ e, durante todo os dias de comunicação, pontuou a importâncias das pautas políticas e sociais que possa remontar a estigmas, com recomendações de valorizar o que é do Brasil, as pesquisadoras transgêneras(os) brasileiros nas lutas discursivas emergentes como representação e representatividade de pessoas trans em cargos políticos e de liderança nos seus múltiplos espaços intersetoriais, como forma de redução das mortes de pessoas trans no Brasil que é um dado alarmante e que necessita de políticas públicas, ação por parte das autoridades que comandam a segurança pública no país e mais tolerância contra as práticas nocivas contra a população trans e que toda forma de preconceito que gera o “apagamento” da pessoa, principalmente em perder sua vida deve ser abolido.

ENTREVISTADO 4

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: PROFESSOR DR. PAULO ROBERTO CECCARELLI (PSICÓLOGO, ESCRITOR ACADÊMICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NO CAMPO DO GÊNERO E SEXUALIDADE).

No dia 23 de janeiro, às 14 horas, por via remota, foi realizada uma entrevista dialógica com o Dr. Paulo Roberto Ceccarelli a respeito das mulheres transexuais que sentem a necessidade de realização de cirurgia de transgenitalização. Pedimos ao Entrevistado 4 que expusesse suas opiniões a respeito das nossas perguntas previamente estabelecidas.

A duração da entrevista foi de aproximadamente 1 hora e 10 minutos, tempo no qual o prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli pode expor suas opiniões.

Ao ser questionado sobre o motivo de a transexualidade gerar curiosidade e ao mesmo tempo espetacularização e desprezo em certas pessoas, o Entrevistado 4 cita a cis normalidade em detrimento de minorias de direitos, em um âmbito sócio-histórico. Destaca ainda que as relações sociais, em afinidade com as pessoas que não se “enquadram” em um estereótipo cis normativo, atraem olhares de não aceitação daqueles que veem nos transgêneros algo de errado. O mesmo não acontece com a maioria de direitos, que são os dispositivos da heterossexualidade “convencional”, da família tradicional de homem e mulher.

Para o pesquisador, as convenções sociais foram enraizadas não apenas nas práticas sexuais. Ele dá o exemplo de uma mulher solteira, ao se tornar mãe, e outra mulher que realizasse uma intervenção cirúrgica plástica de rejuvenescimento. Ambas eram desprezadas nas décadas anteriores, por meio de olhares turvos e de reprovação social. Com o tempo, alguns fatores passaram a ser mais aceitos que outros. Porém, as transexualidades, embora não sejam aceitas pelas pessoas que criticam o comportamento de quem se sente “mulher”, mesmo não tendo o biotipo clássico de uma mulher, ainda são um tema que deve ser abordado e resolvido por políticas públicas inclusivas de proteção a este grupo de pessoas. Destaca que a prostituição, muitas vezes, é o único caminho que elas encontram para sobreviver. Com a baixa escolaridade, poucos sujeitos lhes dão oportunidades de emprego, e a rejeição se percebe em especial em cidades menores, onde há um ou poucos transexuais, de forma que o(s) mesmo(s) podem, no viés heteronormativo, “estragar” a reputação da cidade. A violência física e simbólica está em todos os lugares, porém, adota estigmas de povo, população e lugar onde estes corpos estão inseridos.

O Dr. Paulo Roberto Ceccarelli observa que a sexualidade nas pessoas transexuais se manifesta desde a fase da infância. Porém, é um tema que atrai para seu consultório pessoas de todas as idades (trazidas pelos pais ou responsáveis, no caso das crianças). Cita ainda o aspecto da “imposição” social do sexo dominante, de que menino deve usar azul e menina, rosa, e alude às diversidades que existem no Brasil em comunidades geograficamente dispersas, como no estado do Pará, onde muitas crianças brincam com o mesmo brinquedo quando pequenas, construído com artefatos lúdicos (por exemplo, de madeira). Nota-se que no próprio espaço brasileiro, a noção de gênero em crianças não é homogênea, e estas sofrem resistências no meio em que estão inseridas.

Sobre a definição de transgênero, se delineiam duas outras questões, que são a da travesti e a do/a transexual. Por meio de seus estudos de psicanálise em linhas diferentes, como as posições conceituais de Stoller e de Freud-Lacan, o Dr. Paulo Roberto Ceccarelli comenta que houve teorias diferentes que atendiam a um “poder médico” dominante em certa época. Tal poder ia na direção oposta à de Lacan e de Freud, e percebia tais sexualidades como distúrbios. Também pela evolução da tecnologia, surgiram grandes centros onde as pessoas poderiam escolher fazer as cirurgias, como no Centro de Identidade de Gênero Harry Benjamin, em Baltimore, nos Estados Unidos, e outros que seguiram esta tendência na Europa ocidental.

Ele ressalta a questão tempo, sendo que os postulados de Freud são anteriores aos de Stoller, contemporâneo de Lacan. Cita ainda a questão que Freud levanta sobre a sexualidade de identidades a nível individual e coletivo, pois embora já se soubesse da existência da homossexualidade e da bissexualidade, não havia termos a serem usados para designar estas pessoas até a metade do século XIX.

O termo “transexualidade” substituiu a antiga denominação “transexualismo”, na qual o sufixo *ismo* determina doença. O termo “transexualismo” não era mais usado na época em que Freud escreveu suas principais obras. Lacan já abordava a questão dos transexuais, porém, considerava-se que eles deveriam ser cuidados e “tratados” pela psicoterapia. Também ressalta o tema do transexual, mesmo que não estivesse presente nas nomenclaturas de forma regular, como por exemplo em Foucault, que nos deixou em 1984. Todavia, isso não indica que os cientistas não soubessem de sua existência; as contribuições das normas que havia na época foram e ainda são importantes para a construção das lutas e movimentos transgêneros dos dias atuais.

Percebe-se, segundo o pesquisador, que a noção da autodeterminação ao fazer uma cirurgia irreversível levava muitas pessoas ao suicídio, e que sem um controle psicoterápico que trouxesse apoio e informação, pouco se sabia a respeito do que era feito nos corpos das pessoas.

As formas abordadas eram diferentes em cada época ao longo do espaço e do tempo. Houve épocas em que havia concepções de raciocínio divergentes e, como psicólogo, ele pensa que a transexualidade deve ser entendida para além do *glamour* que a mídia produziu e produz, por exemplo, em filmes como “A Garota Dinamarquesa”. No entanto, o papel do psicanalista é importante para acolher, e não para decidir sobre uma questão de grande repercussão na vida das pessoas. O analista ajuda e aponta para os eventuais riscos que podem ocorrer no pós-operatório, porém, a decisão deve estar centrada na opinião da pessoa; ela deve estar ciente de que fazer a cirurgia sem as recomendações e cuidados devidos prejudica o corpo e a vida da mesma, independentemente da teoria a ser usada.

A psicanálise, por meio do analista, ouve o sujeito, não cria normas; a psicanálise não faz cirurgias, porém, tem o conhecimento da teoria e da prática sobre a questão transexual levada ao consultório. Percebe que a ajuda psicoterápica é produtiva, por meio da relação analista-analisando, que gera uma transferência para que o primeiro possa escolher os rumos de sua vida, embora não existam certezas no processo. As terapias ajudam a pessoa a escolher, por exemplo, um médico que faça as cirurgias, para que ela se sinta bem com os resultados e com sua nova performance. Ter informação na hora da escolha é fundamental para maior satisfação, sendo importante que o paciente relate ao psicanalista sobre suas relações pessoais e sociais, como a interação familiar, escolar e de relacionamentos, o que busca, o que sente e quais são as suas angústias. O(a) psicanalista irá fazer um plano de acolhimento dos problemas levados a ele(a) no consultório. É fundamental a relação de mútua confiança e fidelidade na tomada de posição, na decisão ou não de fazer as cirurgias de transexualização.

Ao ser questionado sobre a questão do hermafrodita, se ela está ligada simbolicamente ao transexual, o pesquisador discorre que não, pois são corpos diferentes, e que já havia transexuais na época dos intersexos, porém a Medicina da época não sabia a forma, a nomenclatura a ser usada. Isso surgiu tempos depois, por meio dos Manuais de Estatísticas e Diagnósticos de Saúde Mental (DSMs), que se modificaram ao longo do tempo, e por meio dos Códigos Internacionais de Doença (CIDs). Cita que a homossexualidade, por exemplo, deixou de ser doença apenas em 1980, no DSM-3; hoje estamos na quinta versão. Percebe-se que essas pessoas existiam, é claro, mas a Medicina “não sabia” como denominar aqueles novos corpos que iam surgindo nos hospitais e clínicas, e sendo percebidos e estudados pela Ciência, e que na ausência de nomes, se usava termos que já eram falados, como “hermafrodita” e “intersexo”, para designar um transexual, por exemplo.

Em seguida, o professor menciona o conceito de iatrogenia, que no campo médico se refere à criação de uma categoria de diagnóstico pela própria medicina. Se aplica também ao conceito

histórico, quando por exemplo, em décadas passadas, as mulheres apanhavam caladas dos maridos, pois não havia nada que as amparasse até o surgimento de leis de proteção, como a lei Maria da Penha. Isso pode ser comparado à questão transexual, pois da mesma forma, conforme o tempo passou, foram surgindo leis, conceitos e movimentos sociais de reivindicações, de modo que as pessoas se sentiram mais acolhidas e fortes, em aliança para irem as ruas e protestar por direitos legais e por justiça e igualdade social. Observou-se uma mudança discursiva no que diz respeito às transexualidades. Espera-se que, com o passar dos anos, haja ainda mais leis e acolhimento público e de segurança para as pessoas mais vulneráveis, como as pessoas transexuais. Esse advento se iniciou no feminismo, com os estudos de Judith Butler, por exemplo, e se engaja em outros movimentos, em especial na segunda onda feminista na década de 1960, bem como com a teoria *queer*, movimentos de raça e transgêneros. Os grupos minoritários em direitos têm feito conquistas para expressar suas opiniões e na busca de direitos sociais e culturais inclusivos, pela resistência e contra o poder dominante.

Sobre o tema das equipes multidisciplinares que existem nos centros de atendimento de Hospitais Universitários, o pesquisador informa que é importante o trabalho da equipe, para que se possa inclusive preservar a vida de determinadas pessoas que se afirmam transexuais, porém não o são, mas sofrem de doenças, o que é uma realidade. Além disso, comenta que o trabalho da psicanálise ouve o indivíduo e pode, em razão de seu conhecimento, aconselhar a pessoa em análise e os membros de sua família ou pessoas próximas.

A proposta de uma equipe multidisciplinar é a de que haja a convivência dialógica e harmônica entre profissionais, para que se possa proferir um diagnóstico real para uma pessoa que é considerada transexual, por meio dos requisitos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e das normas que ele exige. Salaria que não é uma tarefa fácil para o profissional de saúde proferir um diagnóstico desta magnitude, pois isso irá modificar a vida de uma pessoa, e ninguém está alheio a erros.

O pesquisador também ressalta que a equipe deve problematizar, saber ouvir as pessoas e dialogar sobre a questão; menciona que espera que os novos governantes eleitos deem maior atenção no que tange às demandas do SUS, com maior desenvolvimento de equipes profissionais especialistas nesta área, maior atenção às regiões onde não há atendimento do início ao fim das cirurgias, como na Região Norte, e que as pessoas menos assistidas financeiramente possam ter seus anseios atendidos.

Infere que ainda não há consenso a respeito do tema, e que há, por parte de certa camada da população heteronormativa, críticas aos repasses a cirurgias primárias e secundárias desta natureza, como colocação de próteses de silicone e cirurgias de feminização facial, que são

complementos à redesignação sexual. Este é um problema social e cultural do Brasil, que tende a ser superado pela Educação formal.

Questionado sobre as Ciências Sociais e médicas, se estão ou não dialogando com o tema da transexualidade, o Entrevistado 4 mencionou que ainda é forte o “poder médico” frente a outras formas de dispositivos, como a cultura, a psicanálise e as lutas sociais. As novas formas de entender gênero, desconstruindo-o em sua teoria singular e patriarcal, ocorrem de forma mais evidente em determinados lugares do que em outros. Entender o ser humano e seu psiquismo é uma noção complexa, e pode-se dizer que “ninguém é totalmente normal”. Ainda há lugares em que pessoas que buscam acolhimento médico em equipes multidisciplinares de hospitais não são bem acolhidas, por ausência de vagas e por escassez de profissionais qualificados nesta especialidade, e prevalece nesta questão quem possui maior poder aquisitivo frente às pessoas transexuais – as quais, na sua maioria, não o possuem.

A desconstrução de poderes pode ser conseguida por meio das lutas e reivindicações legais, embora não se veja, no hoje, a possibilidade de elas terminarem. O professor observa que os tratamentos estéticos e cirúrgicos são caros, e que apenas pessoas “ricas” podem pagar, por isso a necessidade de agilidade social em políticas públicas para que elas se tornem mais acessíveis. O Entrevistado 4 aponta a questão da mídia que versa sobre o tema, como por exemplo, as novelas. Além disso, o Brasil possui grande interesse entre os usuários da internet de consumir conteúdo transexual, sendo um dos países, senão o maior país, que consome pornografia transexual no mundo, e o que mais mata transsexuais no mundo. Esta questão pode explicar que as mortes podem ter correlação com este consumo pornográfico, pela atração pelo tema, fato que deve ser abordado na construção de políticas assertivas de segurança. Fatores como educação e tempo são basilares para um novo olhar contra a discriminação de gênero no Brasil. Indagando ao Dr. Ceccarelli se os cientistas transexuais são bem recebidos na Academia, na pesquisa, e na docência, a resposta foi que nos dias de hoje sim, mas que em tempos mais remotos, havia estigmatização dos professores e pesquisadores homossexuais, por parte das famílias tradicionais que não aceitavam que seus filhos pudessem ser educados por pessoas não heteronormativas. Nos dias de hoje há uma maior aceitação. Além disso, percebe que um governo mais inclusivo, com pautas de gênero, pode incrementar a igualdade entre os cientistas e pesquisadores que possuem a função de propagar a diversidade, e a reflexão das pessoas em relação a temas que já deveriam estar superados, como a aceitação social de pessoas não heteronormativas na universidade como pesquisadores. Ele aponta que este, infelizmente, ainda é um tema que é pauta mundial, inclusive para países mais desenvolvidos como Estados Unidos e França, e estas questões ainda merecem atenção.

Questionado sobre novelas e sobre a linguagem mais humana e social trazida pela obra “Transgêneros. Orientações Médicas para uma transição segura”, do médico José Carlos Martins, o Entrevistado 4 disse que não conhece a obra citada. Porém, afirma que obras do tipo são importantes para que as pessoas fiquem informadas e vejam os prós e contras das cirurgias, para que reflitam se é isto mesmo que querem para suas vidas, dada a irreversibilidade dos procedimentos. Além disso, servem também para que procurem, quando preciso, a ajuda de um psicólogo que saiba orientar a pessoa nesta questão, seja na rede pública ou particular. Já as novelas são importantes para que as pessoas possam adquirir maior conhecimento e tomar ciência de que as pessoas que veem não são “perigosas”, como diz o pré-conceito que muitos têm em relação às classes minoritárias. O preconceito se instala, muitas vezes, pela ausência de conhecimento. As novelas e a mídia em geral, quando mostram casos de vidas reais ou fictícias, podem ajudar a reduzir o preconceito de forma positiva, e estes acontecimentos ajudam na redução da violência. Todavia, é evidente que apenas isso não irá resolver o problema da questão de homicídios de pessoas transexuais no Brasil.

As novelas deveriam, em um primeiro momento, trazer atrizes trans para representar os personagens, o que pouco se faz. No entanto, a mídia não dará conta de tudo; a questão do ódio às minorias, a qual se compara à questão de raça, deve ser ajustada por políticas públicas que coíbam a violência. A punição não é o caminho inicial para educar uma população que pouco conhece sobre o tema. O que deve haver é educação e informação como forma de despatologizar o preconceito como início das políticas sociais para a temática.

As formas de educação e sociabilização que muitos escritores como Michel Foucault e Judith Butler citam, além das normas de civismo para com o outro, devem se complementar na educação básica de todas as pessoas em todas as classes sociais. Muitos destes escritores e suas teorias não são ouvidos e divulgados seja por posição política e/ou ideológica contrária, seja por desinteresse, porém, seriam essenciais para reduzir os estigmas da população transexual no Brasil.

O Brasil tem avançado em termos de Ciência nas questões de gênero. O país foi, na maioria dos governos, receptivo às questões de aceitação das identidades de gênero, visto que muitos teóricos e ativistas de raça e gênero estiveram aqui e gostam do Brasil para propagar seus estudos e testes basilaes, devido à sua cordialidade. O Dr. Ceccarelli cita a tradução da pesquisadora Patrícia Porchat ao entrevistar Judith Butler, que traduziu o livro “Psicanálise e Transexualismo: Desconstruindo o Gênero”, e ressalta que as universidades possuem relevância neste papel integralizado entre as pessoas e suas vidas.

Por fim, o Dr. Paulo Roberto Ceccarelli menciona que possui um site, com material que pode ser acessado de forma gratuita para que as pessoas possam ampliar suas noções de civilidade nas relações de gênero e sexualidade, e entenderem que ser transexual não torna a pessoa inferior. Nas escolas, esses artigos podem ser lidos como uma forma de disseminação do conhecimento para combater o preconceito contra a população transexual. Ele menciona que o site está à disposição de todos (<https://www.ceccarelli.psc.br/>). Ele ministra palestras e cursos em diversas universidades, onde temas como as transexualidades são discutidos, gerando a atenção e curiosidade dos estudantes. Espera que desta forma possam nascer novos pesquisadores, ou pelo menos pessoas que saibam respeitar a diversidade de gênero do próximo na sociedade.

ENTREVISTADA 5

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: DRA LARISSA MAUÉS PELÚCIO SILVA (PROFESSORA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP), ANTROPÓLOGA E AUTORA DE LIVROS SOBRE O TEMA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

No dia 26 de janeiro de 2023 às 15:00 hs, a pesquisadora Dra Larissa Pelúcio que é Livre Docente em estudos do Gênero, Sexualidade e Teorias feministas da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ respondeu às perguntas do Questionário/Roteiro para a nossa Dissertação de Mestrado, identificada como Entrevistada 5.

Inicia sua fala mostrando que a sexualidade foi fruto da História das sociedades do saber-poder. Adotando postulados de Michel Foucault, aponta para a necessidade de desconstruir teorias opressoras contra as transexualidades quando se impõe laços de classificações e nomenclaturas abjetas pela sociedade cis normativa e que pelo advento da construção de novos saberes e da forma dentro do tempo e do espaço em que as coletividades foram modificando estruturas arcaicas de segregacionismo contra as minorias em direitos pelo uso das reivindicações, protestos e luta contra o poder normalizador, conquistas de direitos a comunidade trans foram sendo reconhecidos.

Sobre as teorias psicanalistas do porquê o tema da transexualidade gera curiosidade nas pessoas, bem como os postulados de teses históricas de como analistas, tal como Stoller, Freud, Lacan e o médico Harry Benjamin discorriam os postulados da transexualidade, discorre que a sexualidade foi um modelo que existiu e foi sendo superado, que não se provou que houve avanços de valores e de bem-estar as pessoas transexuais, que as entrevistas feitas por Stoller para identificar um modelo do “transexual verdadeiro”, otimizou o poder médico, contudo, Stoller e seus adeptos deixam lacunas sérias de explicações de sua teoria.

Em contrapartida, a autodeterminação para que as próprias pessoas possam construir valores que são percebidos na forma, no lugar, no espaço em que estão inseridas na sociedade, que não existe forma prática e exata para se definir transexualidade.

Ela é construída ao longo de sua vida e foge a padrões stollerianos e da normatividade clínica, que sustentou um padrão heteronormativo por décadas até o surgimento de movimentos contra a heteronormatividade, a qual cita o movimento *Queer* e transgêneros, dentro de um contexto de tentativas de alianças para desconstrução de normas e conceitos pré

estabelecidos sobre gênero e sexualidade e que é uma luta intensa que continua nos dias de hoje.

Dialoga em seus estudos com Butler e diz que atualmente trabalha mais com travestilidade nas relações de migrações da prostituição internacional, porém concorda que o conceito de gêneros inserido no mundo das sexualidades é uma construção histórica sempre em movimento e construção.

Diz que no Brasil, percebe uma função histórica, que há uma singularidade cultural que não se encontra senso comum fora da América do Sul, inerente e em específico no Brasil, onde as pessoas não entendem em outros países de que a diversidade do conceito de travesti e transexual são articulados nas práticas discursivas e que devem ser inclusivas, fato este também que pode explicar as graves violências contra transgêneros no Brasil.

Não pensa de forma genérica e que a percepção antropológica como lugar teórico de “gestação” de conceitos, e que ao longo dos séculos as sociedades tiveram percepções de linhas discursivas de apropriação de territórios, onde a sexualidade de forma contemporânea é um projeto de dispositivo como aparelho de linhas de saber e poder, onde os discursos são práticas.

A partir do século XVII, em especial na Europa, e que associa o dispositivo histórico da sexualidade a ascensão da burguesia e formação dos Estados nacionais, as bases científicas que foram surgindo como categorias não pensam como uma sexualidade estática, que esteve todo o tempo sem mudanças e que ao pensar em sexualidade se percebem novas construções de conhecimento.

Nos anos de 1960, poderia se determinar uma “transexualidade verdadeira” e mais recentemente de que a redesignação como imperativo da transexualidade e que hoje as transexuais mais jovens estão sendo mais eloquentes de desconstrução política para legitimar seu corpo, como o movimento “Mulheres de Paus”, cita.

Pelo movimento de pessoas trans e pela sociabilidade, com questões de que apenas ser trans só é possível se a pessoa atender a um determinado estereótipo de produção enraizada como: possuir corpo bonito, cabelos longos, maquiagem vestidos longos, que estão sendo subversivos por pessoas “que se dizem transexuais” e que não é uma teoria ou um autor que vai determinar se uma pessoa é transexual ou não e sim sua cultura e sociabilidade. Aborda para responder muitas questões a obra História da Sexualidade de Michel Foucault, e que é salutar fazer uma genealogia do tema., ou seja, a História da Transexualidade ao longo dos anos.

Indaga que as nomenclaturas já existiam desde Kraft-Ebing no início do século XX, porém marcadas por uma perspectiva taxionômica que cria tipos de patologia, as taxonomias e dialoga

que embora tenha havido esta contribuição, faz uma crítica e cita a tese do cientista social Dr. Jorge Leite Junior, como construção histórica da transexualidade.

Para a Entrevistada 5, o termo hermafrodita não substitui o termo transexualidade ou “transexualismo” e que, quando Foucault discute a questão de Herculine Barbin, ele define que não existe “um sexo verdadeiro” como foi escolhido no caso do relato de Barbin, e sim, o domínio de que o médico deve definir o sexo do hermafrodita, mesmo contra a vontade dele(a). Realça que hoje as novas gerações possuem um vocabulário mais orgânico, e de que não há necessidade de se assumir dentro da norma em termos de sexualidade o que são, e que muitas vezes quando a pessoa assume uma identidade ou diz que ela descobriu sua identidade, é para seu bem estar, para se encontrar consigo mesma e a partir de agora sua história começa a ser construída.

Cita exemplos. Uma mulher que teve uma vida na heterossexualidade e que passou por uma experiência de vida casada por longo tempo com um homem e se descobre bissexual com atração por mulheres, passou a vida fugindo/se escondendo da sociedade o tempo todo? As vezes sim, ou não, depende de cada caso, onde a pessoa se descobre, o que é “o sexo verdadeiro”? No caso de Herculine Barbin, onde não é possível definir um verdadeiro sexo, a pessoa perde sua deontologia do Ser e se torna abjeta, e se torna matável. Ressalta a não pretensão de uma pessoa ter uma gênese, mas como Foucault coloca no caso do “sexo rei”, que é a pedra da identidade, para a construção de seu “sexo verdadeiro” e sua construção e possibilidade de se reinventar um EU verdadeiro dentro de si, e que o passado vivido após se assumir fora de um gênero que não reproduz uma perspectiva binária, refere-se a complexidade da sexualidade e que a norma finge existir uma sexualidade verdadeira e que inclusive estes conceitos estão nas próprias normas definidoras de conceitos.

A questão da heteronormatização de travesti e transexual, em termos de cultura, modos de vida e sexualidade de pessoas que buscam as cirurgias em relação as que não querem e estão bem da forma que estão não sendo imperativo fazer cirurgia para se “transformar” em transexual.

Relata um caso da pesquisa da Dra. Berenice Bento, e menciona que para se conseguir um laudo médico favorável a uma equipe multidisciplinar normativa em um dado hospital, é algo taxionômico e protocolar de dizer as palavras certas e que conheceu várias travestis operadas, que se intitulam hoje como travestis mesmo após serem operadas, sendo a cirurgia uma opção de cada pessoa, que pode inclusive desistir de fazê-la e que para ser mulher não se faz necessário realizar a cirurgia de redesignação sexual.

Por exemplo vivenciar uma relação emotiva, quando a pessoa consegue se entender a si mesma, e que após se conhecer pode fazer a mesma desistir de fazer cirurgias pela militância política

nesta questão que apazigua o olhar de seu corpo, o que as pessoas fazem na cama, com ou sem o pênis, podem continuar a se perceber como pessoa trans e que no início muitas querem logo de início fazer a cirurgia por inúmeros motivos, dentre eles, devido a profissão da prostituição que a violentava simbolicamente, física e psiquicamente e o sujeito percebe esta alternativa como sendo única a resolver o problema.

Menciona que o corpo vai em busca de receber amor, independente da forma, a construção que se busca pela vida ou por corpos perfeitos e os métodos implantados pelo poder médico coloca o sujeito em uma perspectiva de abandono de sua afetividade, de suas conquistas, ela deixa de ser e de viver em busca de um ‘sonho ou de um fetiche’ e esquece que a vida é uma construção de múltiplas possibilidades que ela pode encontrar quando encontra um movimento social de luta, quando se quer obter informação e conhecimento.

Ela passa a ver que o que era uma necessidade no passado e que a fazia sofrer, foi uma perda de tempo e que hoje ela se encontrou, ela usufrui de um bem-estar ao se reconstruir e está feliz da forma que está, ela sabe dizer o que é bom ou não para si mesma.

O corpo merece amor, seja um pênis, seja uma vagina pequena ou grande, de pequenos ou grandes lábios, que os corpos no imperativo estético são perversos e que a existência quando é encontrada, percebe que o corpo pode ser amado por si e que as cirurgias do ser para existir diminuí como apelo, tornando-se menor e menos desejante e imperativo.

A produção teórica em governos foi produtiva na Educação e construção de políticas públicas, cita que os primeiros governos do PT foram efetivos neste pilar, surgiram secretarias específicas para a questão do gênero.

Ao ser perguntada sobre a relação da mídia, de que se ela no contexto de se ter mais informação minimiza as violências e aceitação as pessoas transexuais, a pesquisadora diz que, quando se fala em violência é peculiar em falar apenas da grande mídia, porém surgiram nos últimos anos, as mídias alternativas que tem contribuído, em especial da web 2.0 para a produção de conteúdos midiáticos que foram arquitetando discursivos que transformaram discursos em pautas de leis, que as grandes mídias são importantes e que hoje as redes alternativas são colocadas de forma a dar voz a pessoa em ambiente de micro espaços, porém múltiplos em acessos e que atingem uma grande parcela de pessoas.

O fato é fundamental para a grande mídia, e que o projeto derrotado do governo a qual estávamos inseridos atacou os projetos de discussão de forma mais prolongada, interrompendo projetos na sala de aula, com programas de formação de professores para esta abordagem como o programa “Brasil sem Homofobia”, “Gênero e Sexualidade na Escola” para formação de professores da rede pública no ensino fundamental e médio. Deve ter um espaço para

sociabilização, rodas de conversa, espaço e que a universidade pública é um espaço e um ambiente de transformação, sendo um ambiente sexualizador, para que as pessoas não sejam desqualificadas. Por exemplo na Unesp, o espaço protege as alunas trans e com Resoluções de apoio a elas, e que não importa ser menino ou menina e sim a relação em sala de aula e que infelizmente muitos destas(es) alunas(os) não tiveram esta possibilidade, por isso se interrompeu e de tal forma que o governo em que vivemos atacou de forma permanente a cultura, pois são lugares de saberes de reconstrução com intenção de calar, bem como são espaços de poder e de lutas, explica.

Além do cinema, o teatro, a mídia em si que ficaram anos por meio de uma imposição que era contra a “teoria de gênero”, retrocedendo a formas patriarcais onde nos espaços públicos pouco se podia fazer e falar sobre assuntos ligados a vida, o objetivo foi de deturpar por meio da exclusão as pautas identificatórias que não atendia a uma elite cisgênero política.

Na arte de rua, na cultura popular onde as pessoas se encontram com o humano que somos e que o ataque não foi natural, sem propósito e é bom que, quando uma novela de grande mídia coloca o assunto em debate, as pessoas passam a refletir e discutir sobre o tema, e cita que é importante também que se coloquem pessoas trans interpretando o papel televisivo e midiático, o que proporciona maior visibilidade para a classe, que nos dias de hoje existem transexuais capazes e qualificadas para participar de uma novela e estas novas possibilidades, foram fruto de movimentos, por exemplo “ Olha, existe uma atriz trans”, por que não a colocar na novela!, questiona.

As possibilidades de se ver sem ter uma referência positiva do que se deseja, e que o cinema é um espaço de reflexão para o sonho e para as mudanças, não sendo qualquer abordagem que representa a transexualidade e que existe conteúdos bons, produtivos e contudistas para a abordagem da questão transexual e de gênero nas mídias e outros não, deve se haver esta compreensão. A Entrevistada 5 cita que a Educação é o cerne das conquistas, da pessoa se descobrir e que sem Educação e liberdade não pode haver cultura, história positiva a ser contada, por meio da Educação pública que se formam pessoas capazes de lutar e reivindicar seus direitos, história e força e liberdade não podem ser mais silenciadas por questões políticas e de ideias contra as liberdades do corpo.

ENTREVISTADO 6

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: JORNALISTA HEITOR PEREIRA (JORNALISTA DA TV RECORD, REGIONAL DA REGIÃO DE CAMPINAS)

No dia 28 de maio, às 17:30hrs como parte de integração ao desenvolvimento da Dissertação de Mestrado, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Araraquara, a mestranda na pesquisa: “Lutas Discursivas do Corpo Transexual”. realizou de forma remota a entrevista com Heitor Pereira.

As perguntas foram as mesmas para os demais Entrevistados. No início da entrevista, o profissional menciona que se identifica como homem trans e que é formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) e que trabalha na profissão na TV Record, na regional de Campinas.

Diz que realiza documentários como forma de conscientizar pessoas de que as pessoas transgêneras existem, e que milita na causa trans, pelos direitos humanos, mas percebe que a interdição social impede o que gostaria que fosse feito consigo e com os demais sujeitos transgêneros, caso vivêssemos em país com mais liberdade de opinião e que os direitos de segurança e acessibilidade as variáveis socioeconômicas fossem iguais, o que diz que não é, e que isso faz diferença ao bem-estar destes corpos.

Ao ser perguntado porque as identidades de gênero e orientação sexual geram curiosidade nas pessoas desde os primórdios da História, o jornalista diz que isto faz parte do meio social e das diferenças patriarcais que estão enraizadas desde o Brasil colônia, e faz uma comparação com raças e gêneros degradados pela escravidão do Brasil que ainda se tem resquícios nos dias atuais.

Menciona as pessoas pretas, os índios, as pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro, sendo considerados pelas elites do poder como sujeitos de inferioridade e que o problema é estrutural e falta mobilização, educação formal e em casa, para que as pessoas, o outro, que pensa que é melhor do que estas pessoas citadas possam perceber que não o são, e que existe é um preconceito cristalizado na sociedade brasileira que quer saber e ter curiosidade de tudo que foge ao seu mundo convencional, da classe média e da classe alta burguesa e branca.

Também cita a religião como fator de causa desta realidade, onde pessoas usam a Bíblia para dizer o que é certo e errado em relação ao outro, ao se aliar a Medicina normativa para patologizar pessoas que fogem ao padrão cis heteronormativo, branco e patriarcal, gerando com isso a exclusão de grupos onde se incluem as pessoas trans.

Perguntado sobre se há diferenças nas terminologias travesti e transexual e se pessoas hermafroditas e intersexos foram os primórdios de classificações em termos de sexo e identidade de gênero, afirma que, até nos dias de hoje, as pessoas possuem pouca informação do que é um gay, um travesti, um transexual. Quando se remonta a 100 anos, o entendimento no Brasil era mínimo e restrito a classe médica, que fazia do corpo do sujeito diferente sua forma de classificar e identificar as pessoas sem, contudo, se preocupar com o bem-estar das pessoas.

Diz que ter “pau” ou não é uma questão individual, independente se a pessoa é travesti ou transexual. Neste momento, Heitor sabia que eu era uma pessoa trans e me perguntou se eu era travesti ou trans, respondi que era mulher trans por meio de uma interação que ocorreu de forma espontânea na entrevista pois antes de seu início o Entrevistado sabia que eu era uma pessoa transgênera e eu sabia que ele era um profissional da mídia que também não era cis.

Muitas perguntas interagem com Heitor, disse ao responder perguntas onde se mesclava o profissional e o pessoal que entrevistou o médico Dr. José Carlos Martins Junior, que realiza cirurgias de transexualização e redesignação sexual particular, no episódio de que duas irmãs gêmeas resolveram se submeter as cirurgias, sendo duas mulheres trans, o que gerou repercussão na mídia nacional e o caso foi intrigante para o profissional pois pode aprender, ter informação na profissão e que as informações que obteve do médico, foram úteis para sua própria vida pessoal que foi além do viés profissional.

Após a entrevista com Heitor, pesquisei o nome das pessoas trans: onde a reportagem diversa que não foi realizada pelo Entrevistado, cita que Mayla e Sofia, que residiam em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais e que seu avó vendeu uma propriedade de R\$ 100 mil reais para custear as cirurgias das netas, e que o médico nesta entrevista diz que apenas 30% das/dos pacientes são nacionais e que a maioria advém de países da Europa e dos Estados Unidos, em razão da desigualdade de renda e de acesso a serviços de bem-estar a saúde pessoal que há no Brasil, conforme se verifica na reportagem obtida pela mestranda no jornal O Tempo.

O Entrevistado 6, menciona que possui uma luta diária, que procurou serviços em posto de saúde e que viu o descaso na própria pele, sendo que de início teve dificuldades inclusive para ser acolhido e ficar em uma lista de espera, dada a pouca atenção deste serviço no Brasil, mesmo residindo em uma cidade que possui uma das maiores universidades científicas do Brasil, a Universidade de Campinas (UNICAMP).

Diz, que após muitas portas fechadas, no momento atual foi direcionada a um ambulatório regional de acolhimento para realização de terapia hormonal e de retirada das mamas, cirurgia

denominada de mastectomia. Menciona que no momento atual não anseia pela redesignação sexual e que está feliz da forma que está.

Menciona neste caso, a desigualdade do SUS em relação a quem pode pagar pelas cirurgias, onde embora os requisitos sejam os mesmos, que são terapia hormonal por 1 ano, acompanhamento por psiquiatra, psicólogo, assistente social, urologista e/ou ginecologista e endocrinologista, quem possui condições de pagar pelo serviço no Brasil ou se deslocar a outro país, se consegue a realização com maior rapidez e atenção e que falta políticas públicas urgentes voltadas a comunidade trans, além da ausência de planejamento e vontade política.

Em razão da sociedade patriarcal em que se vive, pouco se cobra para que haja acolhimento para pessoas trans, que sejam atendidas da mesma forma que as pessoas que possuem condições econômicas de arcar financeiramente, mas a sociedade de modo geral é contra as cirurgias pela comunidade trans, logo há um conjunto de: maioria da sociedade, ausência de políticas públicas, falta de preparo de profissionais no atendimento a comunidade trans, que logo as(os) vê como corpos abjetos, unidos para o não fazer e cabe ao trans e as poucas pessoas que protegem esta comunidade e entendem seus anseios que os(as) apoiam em seu engajamento, sendo no Brasil uma luta desproporcional.

Em determinado momento da entrevista, Heitor afirma que “seria melhor começar do zero” em termos de acolhimento a pessoas trans no SUS e na sociedade e que de nada adianta a Ciência médica da Universidade realizar experimentos e excluir a sociedade desta relação, que deve haver a junção da Ciência na Universidade e dentro da sociedade, para que se possa informar, participar e abstrair estigmas que estão na mente das pessoas pela falta de informação, pelo “ouvi dizer” de quem já tem pré disposição em criticar e odiar o trans, sem o conhecer.

Menciona, que, apenas quando houver esta união dentro da Universidade e sociedade é que novos caminhos sem estigmas e maior integração da comunidade LGBTQIA+ estará integrada no espaço de viver em sociedade.

Também ressalta que os centros ofertados pelo SUS e pela rede privada de pessoas transgêneras possuem vontades diversas, por exemplo, um travesti que gosta do “pau” não quer fazer a redesignação, mas deve estar acolhida para realizar outras cirurgias como a colocação de prótese de silicone e acolhimento psicossocial e que é uma demanda unipessoal, pois cada pessoa, seja ela transexual ou travesti, homem ou mulher em seu gênero possui vontades diversas e deve-se respeitar esta diversidade.

Sobre a mídia, as telenovelas até os anos 2000 por não possuir atores trans, colocavam para interpretar atrizes cis e que hoje há maiores possibilidades de representação da pessoa trans em se ver na Tv representada por uma atriz ou ator trans e que é a evolução histórica de gênero e

sexualidade que esteve sempre atrasada no Brasil, sendo melhor abordar o tema do que ficar sem abordar mesmo que não seja com atores trans até aquela época.

Pelo seu atraso em relação a outros países como Estados Unidos e países do Norte da Europa e do Ocidente, embora o preconceito esteja em todo o mundo, mas que a comunidade trans quer ver pessoas de seu gênero as representando na TV, no cinema, no teatro, gerando empregos para estas pessoas que tanto necessitam.

Ainda sobre a questão da mídia, diz que na hora que uma reportagem vai ao ar, a emissora seleciona quais corpos devem aparecer ou não, relegando ao corpo trans, matérias jornalísticas em que há mortes, por exemplo.

Neste caso há interesse de grandes emissoras e cita isto de forma geral, em mostrar mortes de trans ou reportagens em que a pessoa trans rouba, mata, como se o crime estivesse ligado ao gênero, e menciona que, quando há pessoas trans que buscam ou podem aparecer em uma reportagem por diferentes aspectos como em reportagens que não está ligada ao gênero, a “pauta” é cortada por não ser uma pessoa cis que irá fazer uma receita de culinária, uma viagem, ou conceder uma entrevista sobre qualquer outro assunto.

As redes da mídia, selecionam as pessoas para aparecer na Tv, e que há a mídia há a mídia que informa e aquela que desinforma, e isto não está ligado ao poder da emissora e sim sua vontade e seu compromisso social, em especial nas grandes emissoras que dependem de patrocínios e que visam o lucro e a audiência a qualquer custo, pode ‘gerar um mal estar’ na sociedade de família que está inserida o Brasil e que canais de pouca repercussão como redes do *YouTube* podem e estão informando melhor e com mais qualidade do que as próprias Tvs abertas de grande audiência e poder, mas que estão restritas a quem pode fazer uso delas, como a falta de acesso à internet para muitas pessoas que não conseguem ter acessibilidade a um canal de informação do *YouTube* e tampouco na escola e na comunidade em que vive.

ENTREVISTADO 7

**RELATÓRIO DE ENTREVISTA: DR. DR GIANCARLO SPIZZIRRI – MÉDICO
PSIQUIATRA DO PROSEX DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ESPECIALISTA
EM GÊNERO E SEXUALIDADE**

Entrevista com o Psiquiatra pela Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP). Doutor e mestre em Ciências da Saúde pelo Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP. Médico do Programa de Estudos em Sexualidade (PROSEX) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e do grupo multidisciplinar que presta assistência aos indivíduos transgêneros do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Pesquisador do Laboratório de Neuroimagem em Psiquiatria (LIM 21), Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Brasil.

No dia 04 de abril de 2023, às 11 horas da manhã, o psiquiatra Giancarlo Spizzirri concedeu-nos entrevista por meio virtual. O que me levou a buscar um especialista na área da Saúde para poder dialogar foi o tema de pesquisa que

trata da discursividade de mulheres trans em uma abordagem discursiva, médica e jurídica-política.

Salienta-se que conheci o professor Giancarlo por indicação da Dra Carmita Abdo, também especialista em Sexualidade que me informou por mídia social o contato do colega. Também conheci o especialista por meio de duas palestras que proferiu no programa Café Filosófico, que é transmitido pela Tv Cultura, bem como pelo *YouTube* nos anos de 2016 e 2023, sobre o mesmo tema, porém com um arcabouço maior de novidades pois a sexualidade muda com o tempo, bem como a dinâmica se altera.

O professor Giancarlo, gentilmente concedeu a entrevista na semana seguinte a entrevista concedida ao Café Filosófico, porém pela distribuição das perguntas, muitos temas foram inéditos na entrevista pela multiplicidade de perguntas e de um emaranhado de possibilidades de um ramo que se denomina sexualidade.

Quando perguntado sobre o porquê o sexo e suas terminologias geram curiosidades nas pessoas desde o tempo da Antiguidade, e porquê as pessoas gostam tanto de saber sobre a sexualidade do outro, o pesquisador esclarece que a História da sexualidade está inserida em um contexto de desigualdade de sexos, onde prevaleceu o macho sobre a fêmea e depois quando a sociedade

começa a se debruçar sobre o conceito de gênero do masculino e do feminino ao percorrer gerações de pessoas em estrutura não linear em relação ao tempo e espaço.

Sendo profissional da Medicina, explica de forma que existe a teoria Médica a qual pertence e que é uma Ciência que possui sua própria epistemologia, que designa o homem e a mulher como pertencentes a uma estrutura binária cromossômica, gonadal, binária, porém o especialista separa o técnico, aprendido desde décadas passadas com que pensa com a evolução destes conceitos com uma posição atual e que a sociedade global deve ser mais acolhedora em relação as pessoas que não estão em uma lógica binária, que remete ao patriarcalismo.

Explica que em termos de formação acadêmica, quando estudava Medicina há décadas atrás, a transexualidade era vista como transtorno e que na Academia se discutia a posição cis, mais especificamente de gays, lésbicas e travestis. Todavia, foi sua percepção de cuidar do outro na sua vida profissional e na sociabilização que percebeu na evolução das sociedades, o diferente ainda gera curiosidade em razão da própria história da sexualidade brasileira que privilegiou sempre a classe cisgênera, denotando ao trans como pessoas que não pertencem a estrutura binária do homem-mulher e que estamos ainda em defasagem de conhecer por meio da Educação formal e da Educação do comportamento relacional no respeito ao espaço do próximo em aceitar as pessoas como elas são, o que espera que ocorra no Brasil, mas não tem prognóstico de tempo para este “nivelamento” que já deveria estar vigente na prática, mas que sabe que não é o que ocorre e separa a teoria da prática na aceitação dos sexos não binários.

Quando perguntado sobre a evolução do conceito da sexualidade de termos e de pessoas que não existiam nem para a Medicina, nem para a cultura como os transgêneros, diz que o hermafrodita não pode ser considerado *strictu sensu* como ponto inicial do aparecimento das pessoas trans, isto porquê há uma porcentagem pequena de pessoas com “hermafroditismo” e que destas pessoas, algumas possuíam diferenciação sexual na estrutura dos genitais, que poderiam ser corrigidos por técnicas médicas que foram evoluindo e auxiliando estas pessoas a se integrarem na sociedade com o gênero que pertencem, mas que o fato de uma genitália não estar no formato “ideal” não significa que a pessoa é hermafrodita, podendo ter um órgão em má formação e não os dois sexos e que a existência de pessoas que nascem com os dois sexos e de pessoas intersexos é rara, diferente das pessoas transgêneras que possui maior dispersão na sociedade, sendo uma forma de cultura e sexo que a difere das pessoas cis.

Cita os estudos de Money que pensava que ao colocar duas pessoas de um determinado sexo em um determinado ambiente, seu gênero poderia ser transformado pelas formas de vivência que possui, independente do genital e que percebe que sua teoria não é bem sucedida em sua totalidade pois quem possui um gênero definitivo mesmo que viva em um determinado

ambiente não mudará por isso e sim pela sua autodeterminação de ser o que já está consigo, o gênero formado e não mutável por questões de vivências.

Menciona a existência do terceiro sexo na ilha de Samoa designados de Fa'afafine, pela aceitação desde a infância do não binarismo, onde, diferente da teoria de Money, o próprio indivíduo escolhe sua sexualidade desde a infância em viver como homem ou mulher e pela cultura, religiosidade são aceitos naquela categoria, o terceiro sexo.

Cita que os estudos da escola psiquiátrica de Stoller, Benjamín, Money nos Estados Unidos onde as pessoas eram Entrevistadas e quando diagnosticadas preenchiam uma ficha de Auto Consentimento sobre sua responsabilidade e que eventual arrependimento é da reponsabilidade do paciente, além da questão da designação do gênero pelo ambiente ou pelo olhar apenas das características sexuais secundárias em mudar o genital atribuído do sexo oposto que fez com que várias pessoas se suicidassem, por não ouvir o que elas queriam ser, como sentiam seu gênero e sua sexualidade.

As escolhas segundo o especialista no momento da realização de uma cirurgia de grande complexidade e que não há como reverter de forma total, e que o arrependimento de querer voltar atrás não é eficaz, deve a pessoa refletir, estudar os prós e contra antes de realizar as cirurgias, em especial a de redesignação sexual.

Cita também que antes da equipe de Money, Stoller, Benjamin, desde o final do século XIX já se estudavam o tema, porém com outras nomenclaturas e abordagens, cita o caso da primeira pessoa transexual operada Lili Elbe, que virou capa de revista e atriz nos Estados Unidos, sobre questões de descobertas de nomenclaturas , o pesquisador diz que é muito relativo e que por ter na época poucos dados há livros que citam que outras pessoas já haviam pensado sobre o gênero antes de Stoller , alude o que é delimitado pela teoria como sendo “o primeiro” é relativo em razão da aceitação das convenções.

Ressalta que antes destes profissionais americanos, houve Magnus Hirschfeld, médico e sexólogo alemão, que defendia os direitos dos homossexuais, assim entendido na época também dos transexuais no final do século XIX. Trabalhou também como jornalista, onde teve participação importante não apenas na Alemanha, mas em Copenhague, com o objetivo de fazer uma reforma sexual em 1921. Sua principal teoria é de que os homens e mulheres não podem ser divididos em apenas homens e mulheres e que existe um terceiro sexo, ou em outras palavras critica a heterossexualidade do masculino e do feminino e que existem em determinadas pessoas elementos variáveis de personificação masculina e feminina, sendo este limiar uma categoria intermediária a estrutura binária que era a dominante até então.

Sobre o conceito de travesti e transexual, se há a diferenciação de que as pessoas travestis não desejam realizar qualquer procedimento por gostar de usar o genital em sua vida do cotidiano e que suas demandas são corpóreas, ou seja diferente das pessoas transexuais que buscam a mudança e que, estas se sentem desconfortáveis com o genital que possuem desde seu nascimento, o pesquisador diz que os travestis de longo tempo sofrem com o estigma da sociedade. Cita que no PROSEX da Universidade de São Paulo (USP) cada pessoa é designada conforme suas necessidades, por exemplo se a pessoa não quer passar por uma redesignação sexual por sentir que pode ocorrer arrependimento posterior, ela terá um diagnóstico, ou mais especificamente uma recomendação de colocar próteses de silicone ou hormonização corporal e que as normas não definem o que a pessoa é. Logo um travesti pode reivindicar um local de fala mesmo não querendo passar por qualquer tipo de intervenção e deve ser respeitada e que por isso há o termo transgênero, que abarca os dois gêneros, sendo um termo ‘guarda-chuva’, logo tanto travestis ou transexuais podem se autodesignar como queiram, conforme seu pertencimento.

Diz, que os atos de fala como a linguagem neutra e as reiniciações de fala podem e devem ser exploradas na área da Linguística e que a contribuição desta Ciência é importante para que o próprio indivíduo compreenda seu lugar de discurso na sociedade e que os médicos podem aprender com a Linguística sobre termos da Fala e do Discurso mais apropriado nas relações interpessoais. A pessoa quando chega no departamento do PROSEX e se reconhece e reivindica ser designada pela sua fala ajuda na interação para seu próprio bem -estar e nem sempre é estudada em outras áreas do conhecimento, por isso as Ciências Humanas como a Linguística tem este papel importante na construção do discurso das reivindicações que são levadas a terapêutica do PROSEX.

Sobre a legislação do CFM e suas exigências de ter uma equipe multidisciplinar, o pesquisador aponta mudanças positivas como recente mudança destas exigências de dois para um ano de acolhimento no serviço. E que as recomendações não possuem caráter de veredicto e que considera importante a pessoa trans que está em transição ter pessoas que possam acolhê-las, pois não poderiam ter este suporte em outro local, como na família em muitas situações.

Cita que, como profissional está adstrito as recomendações e que, quem as faz nem sempre atua no serviço que atende estas pessoas e que em outros países há o Termo de Livre Consentimento Esclarecido em que as pessoas fazem a cirurgia desabonando o médico de arrependimento posterior, mas ressalta que no Brasil a equipe multiprofissional tem responsabilidade na recomendação ou não da cirurgia, e que a recomendação é positiva da forma que está na lei, onde a equipe possui responsabilidade sobre o parecer.

Menciona que durante o acolhimento, muitas pessoas que se denominavam trans anteriormente, que gostariam de fazer a cirurgia de redesignação sexual, após a intervenção pela mediação psicoterápica, desistiu, pois percebeu que não era o que queria, logo a pessoa precisa se autoconhecer e a ajuda de pessoas que podem auxiliar pelo conhecimento que possuem é essencial a pessoa trans a fazer uma escolha mais apropriada por um projeto terapêutico singular, visto que cada pessoa seja trans ou não é única em suas escolhas e isto deve ser levado em conta, o acolhimento unipessoal.

Sobre os trabalhos de reivindicação de direitos no âmbito social e cultural, menciona que infelizmente ainda não há diálogo entre as Ciências e que os movimentos de direitos reivindicam a queda das desigualdades binárias que existem e que muitos especialistas percebem que em termos de cultura estamos há mais de cem anos atrás de países da Europa, onde cita a Holanda em que realizou pesquisas, e quando há desigualdades o papel social de luta é fundamental e que o Brasil está de certa forma “flutuando” por um passado não feliz no reconhecimento destes direitos em relação a outros países mais desenvolvidos culturalmente.

A mídia ajuda a romper as desigualdades sociais quando o faz de forma inclusiva, ajudam a mostrar e divulgar informações pelas histórias nas telenovelas, na mídia por entrevistas que ajudam na anti-discriminação do patológico e cita que o Brasil deveria estar no patamar de que qualquer atriz/ator poderia fazer qualquer personagem de qualquer gênero, porém devido as desigualdades e que apenas nos últimos anos, pessoas transgêneros vem conseguindo seus espaços na mídia, ainda se faz necessário selecionar atriz trans para interpretar um personagem trans, pelo passado de nunca ter havido esta representatividade tardia, fato que em outros países isto não é relevante pois há tempos personagens trans já estão na cultura e na mídia e no Brasil ainda é uma “novidade”, algo novo, logo deve ser prestigiados os atores/atrizes e personalidades trans na mídia atual e que a mídia auxilia na medida em que incorpora a diversidade de gênero destas minorias e questiona-se quando estas minorias deixarão de ser minorias para estarem integradas na igualdade na não separação.

Se o Brasil é um país acolhedor para pesquisadores trans ou que não sejam heteronormativos, cita que participou de vários eventos dentro e fora do país e que já vivenciou situações desagradáveis quando se estuda pessoas trans, se questionam muito esta escolha em especial no passado, mas ainda hoje. Percebe que esta realidade não é apenas para profissionais que trabalham com o trans, e sim dentro de toda a estrutura acadêmica universitária e cita a porcentagem de docentes trans, que se assumem na universidade. Diz que não tem dados estatísticos, mas no ambiente em que tem convivência e conhecimento são poucos, o que pode ser equiparado que a ausência das pessoas trans na universidade pode ser percebido com o

percentual docente trans dentro delas, inclusive na questão de empregabilidade em que a universidade pública possui seu compromisso.

Sobre a questão de se ter no Brasil poucos hospitais que realizam a terapêutica completa entre acolhimento desde o estágio inicial até o pós cirúrgico, o especialista cita que outros centros em outras regiões no Brasil poderiam auxiliar, desde que fossem credenciados pelas autoridades, ampliando a rede e como profissional que está dia a dia com o paciente, muitos lhe perguntam, Dr quando chegará a vez da minha cirurgia? Após estar apto(a) para sua realização, os pacientes ficam na espera pois depende de recursos e de ampliação da governamentalidade de ampliação a esta demanda de conceber a cirurgia e de aumento na rede de assistência do início ao pós cirúrgico e que não depende da equipe multidisciplinar que gostaria de poder atender um quantitativo maior de pessoas desde o início até o pó cirúrgico.

Menciona que de acordo com as Convenções de Saúde, os Código Internacional de Saúde (CID), que está em sua 11ª edição, possuem respaldo da OMS (2018) e de países desenvolvidos em especial da comunidade médica psiquiátrica dos Estados Unidos e que em 2018, na divulgação do CID 11, a transexualidade deixou de ser patologia psiquiátrica e passou a fazer parte da área de saúde. Alude que é uma conquista, mas que parte da comunidade não quer que haja qualquer Cid para este gênero. Então, o médico diz que pode ocorrer uma eventual redução de recursos por não estar no *roll* de procedimentos médicos, podendo também excluir os recursos. Neste momento, dialoguei com o Entrevistado 7 sobre as mulheres grávidas, que não estão no CID para realizar os partos e que o SUS e a rede pública em geral acolhe. O especialista diz que as coisas no Brasil não devem ser pensadas em uma analogia desta maneira, pois o parto existe há milênios e que o conceito de transexualidade no Brasil é recente e que ainda há necessidade de maior amparo técnico em suas definições.

Giancarlo apenas citou sobre repasse de verbas, que a não vinculação do trans ao CID é importante, mas quem detém as relações de poder, no caso o Estado deve continuar a atender as pessoas com dignidade para quem deseja fazer as cirurgias mesmo se for abolido do CID, sendo uma questão administrativa, porém o bem-estar da pessoa é universal

ENTREVISTADO 8

RELATÓRIO DE QUESTIONÁRIO: FERNANDO FARIA FREITAS. CRIADOR, EDITOR E PROGRAMADOR DE VÍDEO AUTÔNOMO. PROFISSIONAL DE AUDIOVISUALIDADES. CARTUNISTA DE DESENHOS, HQ, ÁUDIO, VÍDEO. ESPECIALISTA EM TRAÇOS ESTILÍSTICOS DO EXPRESSIONISMO ALEMÃO.

1. Não sei.
2. Na minha percepção transexual seria a pessoa que fez a cirurgia da mudança de sexo
3. Quando fui fazer vasectomia, os funcionários do hospital falavam em tom de brincadeira, como se estivessem confundindo os pacientes da vasectomia, com pacientes que iriam fazer a mudança de sexo, então acredito que o sistema de saúde pública ainda tem muito que evoluir sobre esse assunto, Assim como a sociedade como um todo, penso que é um debate muito novo, e acabo não tendo tempo pra acompanhar. Porém, não acredito em verdades absolutas quando se trata de saúde, segurança, educação, política, pois estão em constante mudança e tem muitas variáveis, acredito que a principal é o lucro, que faz com que hospitais particulares realizem procedimentos estéticos ao gosto do cliente e do capital que possui, e públicos terem que fazer vista grossa por falta de recursos, por exemplo.
4. Na minha percepção sim, está mudando mais rápido que outras questões públicas.
5. Acho que sim, as pessoas Trans estão cada vez mais sendo acolhidas graças ao diálogo entre as ciências. Quanto ao gabinete e ao poder, não cabe resolver satisfações pessoais dos indivíduos, pelo menos acho que não deveria, devia sim, intervir apenas para questões coletivas, democraticamente.
Antes de responder este questionário, encaminhei a Paola, um vídeo em que tive participação na área de edição de vídeos. Trata-se de um site de vendas de *lingeries* para pessoas trans, para

que possa se sentir bem -estar com seu corpo caso queriam usar as vestes. O vídeo pode ser visualizado no endereço: <https://trucss.com.br/>.

6. Acredito que a mídia tem grande importância nesse debate, e conscientiza a sociedade, e consegue performatizar o discurso em prol de mais aceitação, na minha visão o grande problema é o capitalismo, que impossibilita a mídia de fazer um debate real com a sociedade e podermos evoluir mais rápido.

7. Não sei como está nessa área.

8. Não conheço.

ENTREVISTADO 9

RELATÓRIO DE QUESTIONÁRIO: DR. ROGER RAUPP RIOS. (DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, PESQUISADOR SOBRE A ÁREA DE GÊNERO E SEXUALIDADE). ENVIADO POR EMAIL.

1. A meu ver, sexo gênero e sexualidade são dimensões da vida individual e social fundamentais em nossa sociedade para a subjetivação e para a identificação e os processos de controle e dominação, daí despertarem tanta atenção.

2. A meu ver, o termo hermafrodita deita raízes em um contexto e em representações da antiguidade clássica, bem distintas da compreensão da transexualidade na modernidade: sendo assim, há que de ver.

Com cuidado a hipótese de que haveria uma linha contínua entre a representação originalmente associada a esse termo e a trajetória do conceito nos tempos atuais.

3. De modo sucinto, em minha percepção, em geral se associa o termo transexual a uma perspectiva mais médica e envolvendo intervenções corporais de redesignação sexual; já ao termo travesti se associa em geral expressões de gênero envolvendo corporalidade, sem estar necessariamente vinculada a uma abordagem biomédica.

4. A presença de uma equipe interdisciplinar me parece, sem dúvida, um recurso valioso e necessário; seu trabalho, todavia, não diz sobre a verdade sobre o sexo, mas faz parte do processo social de construção do sexo, do gênero e da sexualidade.

5. No campo das ciências sociais creio que tem sido desenvolvidos estudos que permitem pensar e avançar sobre a discursividade dos corpos; quanto às reivindicações, o movimento social LGBTQIA+ é manifestação deste processo de reivindicações.

6. O diálogo entre os sujeitos e as instituições médicas e científicas deve orientar esse campo de relações sociais, para que se evite a instrumentalização dos corpos e as relações de dominação.

7. A comunicação social e a indústria cultural são desafios e elementos decisivos para os discursos e as condições de convívio, revelando de efetivos processos pedagógicos.

8. Creio que há espaços acadêmicos amigáveis a pesquisadores não heteronormativos; todavia, não me vejo em condições de fazer uma avaliação mais ampla.

9. As notícias e referências que tenho acesso hoje dão conta de que, apesar do esforço das equipes interdisciplinares presentes em alguns serviços de saúde pelo país, há necessidade de ampliação, isso desde o início da implantação dos serviços, independente do período de governo.

ENTREVISTADO 10

RELATÓRIO DE QUESTIONÁRIO: DR LUIZ PAULO BARBOSA (MÉDICO CIRURGIÃO ESPECIALISTA EM CIRURGIAS DE TRANSEXUALIZAÇÃO, EXCETO A REDESIGNAÇÃO SEXUAL). ENCAMINHADA POR EMAIL.

1. Em geral as que procuram cirurgias, estão decididas a conseguirem o melhor resultado para atingir seus objetivos. O comportamento da sociedade está muito mais aberto para as diversidades. O auxílio das cirurgias é um grande passo para contribuir com o bem estar.
2. Não possuo informação sobre o tema. Não tenho experiência no assunto, mas concordo que deveria existir uma assistência médica de qualidade para todos.
3. A procura das cirurgias de feminização principalmente da face são mais procuradas pelas transexuais, mas existem travesti que também procuram cirurgias em busca de uma maior satisfação íntima.
4. Com certeza o atendimento no serviço público da saúde ainda está muito no início, acolhendo uma porção muito pequena da demanda.
5. Eu me dedico a cirurgias de transformação somente da face, fazendo a cirurgia completa em um só tempo cirúrgico. Fazemos o lifting, com a frontoplastia, lixamento de ossos da fronte (testa) aumento (queixo), nariz amendoado dos olhos e redução do pomo de adão. A cirurgia é indicada após avaliação indicando o melhor a ser feito para cada caso. No corpo conseguimos melhoras excelentes com lipoaspiração e injeções de gordura, próteses de mama e de nádegas, tornando também o corpo mais feminino. Não fazemos cirurgias de redesignação sexual pois não tenho experiência no assunto.
6. Mídia quando bem feita é muito bem vinda para esclarecimento da sociedade em relação as pessoas transgêneras. Já existe uma melhora grande. Comecei a fazer a feminização de face no final dos anos 70 naquela época o preconceito era muito grande. Me atrapalhou bastante na época, mas não desanimei e acho que agi com a minha consciência indicou e não me arrependo da decisão. Nesses 40 anos de trabalho com transexuais posso assegurar que tive muito mais satisfações conhecendo pessoas interessantes vindo de diversos locais para o mundo, com as

quais sempre convivi com respeito e carinho sem qualquer forma de discriminação somos todos iguais.

7. Com as condutas da maioria a direção oferecida pelos nossos dirigentes políticos, nossas disparidades de renda só têm de a piorar com certeza dificultando o acesso para as camadas mais baixas da população.

8. As técnicas estão sempre em evolução em qualquer ramo de atividade humana. Os congressos são uma fonte muito importante de novos conhecimentos. Mas hoje em dia temos muitas facilidades oferecidas pelas redes de comunicação eletrônica. Não tenho experiência no assunto, mas concordo que deveria existir uma assistência médica de qualidade para todos. Sou muito satisfeito com o meu trabalho e tenho certeza que continuarei trabalhando até o dia em que eu consiga fazer o que faço, melhorando a vida dos que me procuram.

ENTREVISTADO 11

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: DR. NILTON MILANEZ- PROFESSOR UNIVERSITÁRIO SOBRE ESTUDO DO CORPO E DA SEXUALIDADE

No dia 01 de março de 2023 o Prof. Nilton Milanez, Professor Pleno na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialista em Análise do Discurso sobre gênero e sexualidade em diversos ramos, como no campo das audiovisualidades que de forma remota concedeu entrevista para a mestrandia Claudio Noel de Toni Junior (Paola de Toni) sobre temas de perguntas sobre transexuais mulheres na conjuntura do gênero, sexualidade e discursos sociais, médicos e jurídicos.

Ao ser perguntado sobre o porquê a terminologia sexo atrai curiosidade deste os tempos clássicos até a atualidade, e que muitos especialistas como Stoller-Lacan propuseram inúmeras formas de entender os termos gênero e sexualidade, o Professor inicia sua fala remetendo aos dispositivos da religião e do político e da mudança de vivência em sociedade que o tempo trouxe sem “esquecer” de estar sempre em busca de uma resposta para o sexo em si. E que o sexo é o órgão consistente em espaços e que estes não são predominantes.

Realça as formas de subjetividades que as pessoas vivem ao longo dos tempos com suas subjetividades dentro de si e que as caracterizações de gênero e sexualidade se movem em lugares múltiplos para a constituição do sujeito discursivo, pelas suas práticas de si para consigo em uma relação com o outro. O gênero e a sexualidade são formas de construção de saber, e que o eixo central está no sexo da pessoa, ou seja, o que a pessoa tem!, se é um pênis ou vagina. É o sexo, o dispositivo que mais gera subjetividades no sujeito pela relação de saber-poder que sempre, desde os clássicos se buscou enraizar o poder de normalização do corpo.

Cabe ao sujeito pelo exame de si, se desvencilhar das amarras impostas da sociedade e se valer do discurso contra a normalização e imposições contra seu sexo, pois a ele, cabe apenas o pertencimento e reconhecimento do sujeito falante e discursivo que detém o sexo, que é o próprio sujeito, de reivindicar o que lhe pertence e diz respeito a si mesmo e que o coletivo é uma forma de união de diferentes comunidades LGBTQIA+ que, se unidas, podem romper com o binarismo existente e lutar de forma conjunta contra as práticas e normalização do sexo do sujeito.

Quando estas alianças não são efetivas, quando há “ruídos” dentro de uma comunidade minoritária em direitos, a representatividade de formar uma aliança contra o heterocentrismo patriarcal fica prejudicada, responde o Entrevistado 11

Quando perguntado, se, em razão de haver pouco conhecimento de nomenclaturas de definições do sujeito transexual, como se tem nos dias hoje, se conceitos como hermafroditismo e intersexo podem ser equivalentes, mas não iguais, por pertencerem não a mesma Biologia e sim aos mesmos estigmas de não ter um “sexo verdadeiro” normalizado, o Entrevistado 11 responde que sim, que as categorizações que Foucault nos trouxe sobre a existência de um verdadeiro sexo na figura de Herculine Barbin, induz que foi um corpo que estava sob os desígnios de instituições judiciárias e médicas, que foram elas que designaram “o verdadeiro sexo” para Herculine Barbin, sem ouvir sua própria opinião sobre qual sexo ela queria ter.

Em Tardieu, que fez as anotações clínicas de Herculine Barbin, temos a obra de Dubarry designada “Brigite Lambert. O Diário de uma Hermafrodita Intersexo”. Nesta obra, que foi traduzida para o português pelo Entrevistado 11, percebem-se as mesmas “dominações” de que a pessoa deva estar vinculada a um “sexo verdadeiro” também descrita clinicamente por Tardieu.

Neste aspecto, a figura do hermafrodita-intersexo, é percebida desde a mitologia grega e se transforma conforme a normalização dos tempos como “monstro” da igreja na idade média e “monstro” das instituições judiciárias-médicas na contemporaneidade em que a pessoa deve ser o que o poder manda e domina. No aspecto biológico da Medicina de hoje, sabemos que cada sexo, o hermafrodita, o intersexo, o transexual possui suas diferenças, porém na antropologia e no discurso cultural/social, a transexual ainda está normalizada pelas instituições de controle inclusive nos dias de hoje, quando para se determinar o “verdadeiro sexo” para poder por exemplo, fazer uma cirurgia, necessita passar e ser considerada apta pela instituição que normatiza, ou seja a Medicina, que irá dizer se a pessoa é ou não transexual.

Sobre os conceitos de travesti e transexual nos dias de hoje, se são correlacionados ou não e se há diferenças culturais e naturais, o pesquisador diz que o ter um “pinto” ou não, não define as nomenclaturas e que a própria expressão de nomenclatura é normativa. Não há qualquer impedimento de que uma pessoa que quer ser tratada como travesti, faça sua redesignação sexual como uma transexual que pode gostar de ter e usar seu “pinto”, cada sujeito possui suas subjetividades e cada um é único, porém a unicidade não pode determinar o todo que é plural. Retoma os conceitos do hermafrodita, de que apenas nas últimas décadas, as instituições procuraram dar instância ao transexual, e quando o fez foi para normatizar como o fizeram com os hermafroditas e intersexos de séculos passados. Retoma o caso de Herculine Barbin que era xingada de “sapatão, mulher-macho, assim’ como Lambert, conforme relatado na questão de diferença sexual por Foucault em “Os Anormais”.

Os genitais até décadas passadas, eram determinados pelo domínio do pênis-vagina , sendo o primeiro hierarquicamente superior no anatômico, cultural e social ao segundo. Nos dias de hoje, ressalta que ao identificar uma pessoa transexual que procura um centro médico especializado: a instituição, que representa o poder de separar, porém a sua construção é normativa, ela terá que seguir as normas do poder.

O Entrevistado 11 não está abordando a anatomia do que é ser hermafrodita-intersexo-transexual e sim a forma cultural e social que estas pessoas foram marginalizadas, como se fossem de um único sexo, “todos iguais” por não ter o órgão arqueado e pertencer a um “sexo verdadeiro”, aponta e que hoje a Medicina “esquadrinhou estas categorias e continuou classificando-as em seus manuais médicos, mantendo o poder, o uso do poder de outras formas, “o poder normatizador contemporâneo”.

Sobre os requisitos técnicos do Sistema Único de Saúde (SUS), da formação de uma equipe multidisciplinar para atender transexuais que desejam realizar suas cirurgias, o pesquisador diz não ter conhecimento técnico sobre o tema, mas que possui uma rede de pessoas conhecidas em redes sociais em que se produzem vídeos de identificação e observa suas falas. Sua observação é de uma pessoa que não é especialista neste tema, mas observa transexuais mesmo que de forma subjetiva nas mídias e tem a opinião de que embora seja providencial que se tenha um acompanhamento médico em áreas como hormonal por endócrino pois faz parte do corpo, da carne e observa que o médico cuida do corpo quando é interpolado.

Quando o sujeito se desloca a seu consultório , ele o faz para cuidar daquele corpo, mas que certos diagnósticos de prevalência onde a pessoa deva passar por anos de “acolhimento” multidisciplinar dentro do hospital não é efetivo, pois há uma forma que a pessoa deve se comportar, dizer para receber a aprovação de um psiquiatra , se está ou não apta.

O pesquisador diz que na família, no acolhimento de grupos de amigos, a pessoa transexual pode ser melhor acolhida/assistida com vínculo de aceitação e conhecimento, sem precisar de uma instituição de poder que diga se a pessoa pode ou não fazer o procedimento.

Nesta fase, interpolei o Entrevistado 11 se é uma questão de poder econômico, quando em casos que a pessoa possui recursos financeiros ela não precisa passar por tantas provações, quando se tem dinheiro e pode-se recorrer a rede privada. O pesquisador diz que o neoliberalismo conduz estas etapas e que o poder do Estado em ter que ficar anos realizando um tratamento, tendo que ser observada de forma contínua para ver se aguenta, desiste, morre, faz parte desta norma para olhar até onde vai a luta da pessoa, que após este tempo de observação, que denomina de tratamento, necessita ainda ficar em uma fila de espera para realizar os procedimentos.

Muitas desistem e morrem inclusive pela questão da idade e que, quem possui recursos o caminho pode ser mais fácil em conseguir fazer em tempo mais rápido pelo sistema capitalista em que vivemos, que faz do sexo um mercado e que se o Estado fosse efetivo no tema e que fosse capaz de gerar bem-estar social a pessoas transexuais, Ele (o Estado) viria a pessoa e não a pessoa teria que procurar Ele.

Sobre o tema se a Ciência está acolhendo as pessoas transgêneras, por meio de um diálogo nos ramos do conhecimento tanto político-cultural, quanto médico-institucional, o pesquisador diz que estamos, ainda longe disto, enfatizando a união em redes de contatos pelas famílias que podem integrar este *gap*. Cada Ciência possui seus adeptos e que são áreas de saber-poder, o pesquisador não questiona o mérito da evolução da Medicina e suas técnicas e sim como elas são praticadas e inseridas neste corpo, que é social. Cita, para indagar suas ponderações o livro “O Corpo Utópico” de Foucault, em que se está a buscar um trabalho de construir mutações, nomenclaturas, rótulos médicos, “cada um na sua geometria” e que o sujeito é uma construção social, dialógica, discursiva que é livre, o sujeito busca a sua liberdade porém muitas vezes se percebe em locais em que não há saídas.

Questiona o movimento de lutas LGBTQIA+, que poderia ser mais unido, pois embora cada sujeito possua suas diferenciações pois são singulares, todas as comunidades de uma forma ou de outra foram ou são estigmatizadas em maior ou menor intensidade. Discussões entre poder e espaço dentro da própria comunidade LGBTQIA+ enfraquece a todos e é isto que o poder normativo quer e deseja, para se manter na dominação do sexo. Pessoas podem expor suas visões de mundo, sem rupturas e sem depreciar a fala do outro, pois segundo o pesquisador há espaço para todos, para que todos/todas/todes sejam ouvidos/as/des.

Por que não realizar grupos LGBTQIA+ onde cada um possa expor e dialogar, apontar seu ponto de vista, sem que sua fala seja minimizada, quando grupos minoritários em direitos possuem divergências e pessoas de forma pessoal busca um reconhecimento melhor que outra, todo o movimento se esvazia e enfraquece e que discordâncias podem ser dirimidas dentro do próprio grupo com urbanidade. Carece de mais união e mais comunicação, ouvir o outro dentro da comunidade LGBTQIA+, sem que haja o estigma de que um é melhor ou pior que o outro, porquê conseguiu algo que outro ainda não alcançou. Infelizmente a comunidade sexual de gênero e sexualidade carece não de um aparato de conhecimento, que já possuem, mas de um aparato de ouvir o outro, há inúmeras pessoas de notório conhecimento acadêmico em todas as siglas LGBTQIA+, porém se não censurasse de forma pré-concebida e se unissem mais no social as lutas por pautas de reivindicações poderiam ser mais fortes e com este poder de união, atendidas.

Se está havendo maior diálogo entre as Ciências médicas no que tange a cuidados e bem-estar com as teorias sociológicas e políticas, se estão umas mais próximas a outra, o pesquisador, esclarece que, embora haja nos dias de hoje publicações médicas com cunho social de ajuda, de orientação pré e pós cirúrgica, esta linguagem está na relação entre a carne e a alma do sujeito.

O médico, quando se dirige a um ato cirúrgico está fazendo seu trabalho manual de redesignar uma parte da carne de um corpo. Se tiver êxito será bom para ambos, se tiver algum problema na cirurgia, quem será mais prejudicada será a pessoa que cedeu seu corpo ao médico e que erros acontecem. A vida do médico continua, no dia seguinte ele se direcionará a uma nova cirurgia, quem sofre é a carne do corpo do sujeito que sofreu pelo erro médico, ou seja, “a vida pela vida”. A prática médica de tornar a Ciência com intenções de conhecimento, de saber, é uma forma de manter o saber médico em primeiro plano, que é o conhecedor dos riscos e cabe ao sujeito também estar ciente destes riscos, o que não torna o médico em si interligado a um discurso sociológico e político de integração ou de diálogo entre Medicina e Antropologia.

Cada uma destas ciências possui suas epistemologias, seus dogmas. Seria bom ao sujeito que houvesse maior diálogo, pois cada uma pode contribuir com seu conhecimento do saber para melhorar a vida das pessoas, mas estamos ainda longe disto. Exemplo, são as disputas por espaços entre as Ciências, em que cada uma busca a sua própria verdade, sem muitas das vezes ver a alma do sujeito ao optar por um empirismo que não significa propriamente o objetivo de que possuem interesse em ajudar estas pessoas de forma geral.

Sobre o papel da mídia, se ajuda na construção do sujeito, quando programas de televisão como novelas abordam temas de transexualidade e temas polêmicos como cirurgias de transexualização, Milanez diz que o sujeito se percebe no personagem da TV, ele se identifica ou não com um determinado personagem. Assim, se uma determinada atriz faz o papel de uma transexual, os transexuais que estão no lado de telespectadores percebem e se posicionam “Ela me representa ou não”.

Também aborda que a mídia fornece os elementos de subjetividades do sujeito, assim por assimetria ao ver uma pessoa transexual buscar um ambulatório de acolhimento para realizar sua cirurgia, “seu sonho”, o sujeito se identifica com o personagem, porém ao chegar em um local, um Hospital, emerge a realidade que não é a mesma que a mídia nutre e transmite, o sujeito agora está ele com a realidade e não mais com a fantasia e isto pode significar que o que se mostra na mídia, um *glamour*, um conto de fadas, para aquela atriz na novela, não se concretiza na prática quando o sujeito movido pela fantasia e pela sua construção identitária percebe consigo, percebe que, a sua realidade é outra da atriz da novela.

Ainda neste caso, há os aspectos do neoliberalismo e possibilidades criadas pela mídia e pelas desigualdades sociais entre as pessoas, em qual ambiente a novela está mostrando o sujeito que busca a transição? Em um contexto onde a família vive em um conglomerado de riqueza ou uma pessoa que vive na comunidade? São coisas que o pesquisador relata e nos faz refletir e também em que ponto essa “verdade” é concretizada no real.

O tema não é abordado da mesma forma entre as diferentes redes sociais. A grande mídia e das redes que não possuem uma quantidade de telespectadores, pode-se citar as diferenças das grandes emissoras que recebem mensagens de pessoas que não querem ver de forma alguma um beijo de pessoas do mesmo sexo em um final de telenovela em comparação com um canal de YouTube que tem mais liberdade, porém menor visibilidade que as emissoras de grande porte.

Perguntado sobre se a Academia acolhe cientistas não heteronormativo e que desenvolvem pesquisas no campo na sexualidade cis ou transgênero, a resposta é de que a Universidade é o campo de conhecimento, é o lugar mais propício para que as pessoas que possuem uma sexualidade que não é heterossexual e ainda mais quando um pesquisador seja docente ou aluna(o) trabalha com temas como a transexualidade, os movimentos *Queer* ou Gay em específico, tem a universidade local adequado, sendo mais acolhedor e rico de possibilidades, sendo maior do que qualquer outro ramo de emprego para as pessoas ser o que são com menos preconceito ao se comparar com outros segmentos, cita a universidade pública.

Apesar desta liberdade de publicar a Ciência LGBTQIA+ com maior liberdade, pois gera conhecimento no espaço que é próprio da Ciência no Brasil que é a universidade pública, porém não significa que não existam pessoas que também se unem em redes, com personalidade conservadora inclusive dentro da universidade pública que tenta desvencilhar os estudos de gênero e sexualidade não heteronormativos. São grupos de resistência que querem a não inclusão destas pautas na universidade, enfim há os dois lados e as pessoas precisam conviver com esta relação, por isso a importância dos movimentos LGBTQIA+ em ser cada vez mais unidos, para lutar contra este poder que quer uma universidade heteronormal.

No final, perguntei ao Entrevistado 11 sobre o que está sendo realizado nos últimos governos sobre a questão das filas de espera e a efetividade destas inclusões nos hospitais que existem. Menciona Milanez, que nunca foi a um local deste para ver ou pesquisar, mas que ao ver relatos de transexuais que estão nestes espaços que, há relatos de que é um processo biocirúrgico, que nem sempre é o *glamour* que se mostra por estes próprios hospitais, e que há pessoas que sentem não são colhidas nestes ambientes de dominação.

Sobre eventual arrependimento da pessoa trans, Milanez ressalta que a pessoa teve a oportunidade de fazer sua escolha, se sim ou não, e quando opta pelo sim, e eventualmente venha a se arrepender, a palavra arrependimento soa para o pesquisador de forma estranha, pois cabe ao próprio sujeito fazer um exame de si para verificar qual é este novo mundo que lhe pertence, pois foi o sujeito que optou em fazer o(s) procedimento(s), sendo portanto um aprendizado e não propriamente um arrependimento, onde a partir de agora, se, insatisfeito terá que aprender a viver com o corpo que ele próprio designou em ter, por suas escolhas.

ENTREVISTADO 12

RELATÓRIO DE ENTREVISTA: PROF. DR. RAFAEL KALAFI COSSI- MESTRE E DOUTOR EM PSICOLOGIA, PESQUISADOR DA TEORIA STOLLERIANA SOBRE INDENTIDADE DE GÊNERO. PESQUISADOR DO AMBULATÓRIO DE GENERIDADES (AGE) JUNTO AO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

A entrevista ocorreu no dia 23.01.2024 por via remota, convidado a participar de um diálogo em forma de entrevista em razão da pesquisa de mestrado de Paola de Toni, intitulada: “Lutas Discursivas em Torno do Corpo: a Construção Social da Subjetividade Transexual”, aprovada pelo Comitê da Ética, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sob o número: CAAE: 65231922.6.0000.5400, junto à Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho” (UNESP), da Faculdade de Ciências e Letras, do Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa do *campus* de Araraquara, São Paulo. Quando perguntei ao pesquisador sobre o motivo da sexualidade de pessoas transgêneras e outros gêneros que fogem a norma cis binária, em gerar curiosidade no outro, Cossi, remete a obra de Michel Foucault, a História da Sexualidade I, “ A Vontade de Saber”, e seu argumento de que nosso mundo ocidental inventou a alegação de que a verdade do sujeito se revelaria na sexualidade; levando-se em conta que a sexualidade, hostil, confessional do corpo nunca se conforma às normas. Podendo ser considerado um corpo estigmatizado como: estranho, louco, doente, devasso em comparação com os corpos considerados “normais”, aqueles que representam a sexualidade no papel do sexo e gênero aos quais foram lhes atribuídos dentro da Biologia médica da época.

Quando perguntei ao Dr Rafael Cossi sobre a eficácia e eficiência da equipe multidisciplinar em dizer se uma pessoa é ou não transexual, após o período de acolhimento em hospitais, o pesquisador diz que, após a autorização de que se realize cirurgias de redesignação sexual no Brasil, em nível experimental em 1997, muitas técnicas de ver quem é ou não apta a realizar a cirurgia não está mais impregnada na pessoa do médico psiquiatra. Cita que, com o passar do tempo, quem recomenda a terapia hormonal para as mulheres trans são os endócrinos e não mais por recomendação psiquiátrica.

Menciona que para o “poder médico” existente nas primeiras décadas do século XX, não havia necessidade de acrescentar nomenclaturas, enriquecê-las para nomear as diferenças de sexos e gêneros. Isso foi se modificando com o crescimento de lutas e movimentos sociais como as

lutas identitárias feministas, escritores sobre discursividades como Foucault, que fez com que a sociedade reivindicasse seus direitos de serem nomeados conforme sua própria vontade e consciência, não mais aceitando a “dominação” médica sobre o sujeito. Essa discussão passa a ser politicamente determinada.

Informa, que a Medicina aumentou números de nomes classificatórios, a comunidade LGBTQIA+, mas quem determinada e se autodesigna por tal gênero e por sua sexualidade unipessoal é a própria pessoa, que diz ser deste gênero, sendo importantes os trabalhos de cientistas sociais e das ciências humanas em geral, que questionaram a dominação médica e da igreja ao longo da História.

Sobre a questão das obras de Stoller e Money em comparação a teoria da sexualidade de Freud-Lacan, Cossi diz que Stoller basicamente desenvolveu seus estudos no ramo das sexualidades na vertente de haver um “núcleo de identidade de gênero”. Stoller acreditava poder encontrar o ‘transexual verdadeiro’ – atendeu pessoas trans e suas famílias por mais de 10 anos, e que, embora hoje se possa ver que técnicas usadas não se mostraram eficazes com o passar dos anos, com a mudança da sociedade, enfatiza que estávamos nos anos de 1960 e que descobertas como a distinção de sexo e gênero em 1964 e sobre questões de comportamento sexual que poderiam interferir na vida das pessoas foi na época valorizadas como descobertas da psicanálise, como algo novo, até então jamais visto.

Menciona que, nas obras de Freud e especialmente a de Lacan, pouco se abordou sobre transexualidade em comparação a Stoller e cita que no Seminário XVIII proferido por Lacan ocorrido no início dos anos de 1970, onde Lacan menciona que Stoller desenvolve a sua teoria sobre o núcleo de identidade de gênero. Lacan também critica Stoller sobre o que considerava como “as causas” da transexualidade, como: a ausência do pai, o incentivo da mãe em que criança se vista com roupas femininas, sendo na maioria das vezes bissexuais, projetando a feminilidade desejada na criança que não teve para si. Há pontos de interpretação valorizados para aquela época e que hoje se sabe que não há como provar sua totalidade como sendo apropriada para dizer se uma pessoa é transexual, heterossexual, homossexual ou travesti fetichista.

Lacan, conforme Cossi, menciona que neste Seminário, Lacan cita que, ao se observar as questões de forclusão e Nome -do- Pai, as quais Stoller não menciona em seus trabalhos, designa-se os transexuais stollerianos como psicóticos ao não atravessarem o Édipo, em que a criança não se separa da figura da mãe sem construir para si a masculinidade desejada.

Segundo Cossi, foi uma declaração pouco feliz de Lacan, a qual cita que também entrevistou famílias e transexuais ao longo de sua carreira, porém com menor intensidade de Stoller e das

experiências médicas de Harry Benjamin no Hospital de Identidade de Gênero em Baltimore, que atrai milhares de pessoas para realizar seus sonhos de mudar o gênero com procedimentos cirúrgicos, na construção de uma neovagina, em que, para esta teoria após 3-4 anos de vida, se a criança não se separar da mãe, criará dentro de si uma feminilidade em que apenas poderá ser resolvida com a cirurgia de redesignação, o que vai de encontro com a tese de médicos comportamentais e endócrinos de que a autoconvicção pessoal após um diagnóstico da infância seria o suficiente para as cirurgias de mudanças corpóreas e faciais e que, não haveria a necessidade da manutenção de intensas terapias ao longo da vida, que para Stoller após 3 anos-4 anos, seria praticamente impossível a reversão na mente da pessoa.

Possibilidade neste período, se houvessem estímulos para que a criança tenha para si mais o pai e menos a mãe, que despertasse nela mais elementos da masculinidade, desta forma poderia se “curar” e não precisar de cirurgias de correção do sexo, reconstruindo a heterossexualidade normal dos indivíduos.

O Entrevistado 12 enfatiza que estávamos nos anos de 1950-60 e pouco se tinha conhecimento sobre estas questões. Quando perguntei sobre se a mídia no contexto da representatividade trans em novelas e na mídia em geral, diz que é fundamental para reduzir vulnerabilidades e que ainda no Brasil, a “grande mídia” exerce o papel de domínio do capital, mas que os movimentos sociais estão cada vez mais propensos a luta por seus direitos.

Fato este que comentei com o pesquisador sobre o final da novela das 9 da TV Globo “Terra e Paixão” em 2024, em que o personagem “Kevinho”, interpretado por Diego Martins, casou de noiva com Ramiro, (Amaury Lourenço) aos beijos, algo até então não visto naquele espaço que reúne a família conservadora nacional, sendo fruto e conquista de projetos da visibilidade trans e demais grupos de pessoas vulneráveis que passam a exigir espaços outros que não mais aqueles estereotipados e que, a grande mídia sabe desta força e que da mesma forma que não fazia porquê o conservadorismo pedia para não fazer em décadas atrás, o não fazer de hoje, faz com que ela perca sua credibilidade, interconectada aos recursos financeiros e comerciais, não sendo apenas “boa vontade” da mídia e sim porque as pessoas LGBTQIA+ exigem estar nestes espaços e tem técnicas de poder caso suas reivindicações de igualdade não sejam almeçadas, como mudar de canal ou dizer nas redes sociais a interdição apresentada, a qual perderá da mesma forma audiência e capital.

Menciona, o convidado que esta representatividade brasileira é maior que países como a França de hoje, conforme contato com outros especialistas daquele país, mas diz que o Brasil carece de políticas públicas inclusivas, visto ser o que mais mata transexuais no mundo por vários

anos consecutivos e que julgados de proteção a vida e conquista de direitos das cortes superiores são fundamentais, mesmo que ainda não haja leis específicas.

Esclarece que, para a construção de uma identidade de respeito basilar almejada em favor das pessoas vulneráveis e que, tudo tem um início. Com o passar dos anos, as pessoas podem interpelar estes julgados para a construção de uma cidadania mais justa e igualitária como o advento de leis promulgadas em razão de haver os julgados de equiparação da lei em termos de: casamentos homo trans, direitos a herança, previdência social e o direito à vida, de não mais serem mortas pelo que são, pela sua aparência quando saem as ruas.

Cita, que ainda pessoas trans tem profissões específicas pelo costume social como: cabeleireiras, operadoras de telemarketing, maquiadoras, estilistas e que não é demérito, mas que caberia a pessoa escolher a sua profissão conforme sua própria vontade, e não precisar se restringir a certos nichos.

Esta vontade está na educação, como forma de formação e na busca de um emprego melhor e melhor satisfação com a vida, onde perguntei se a Academia é um local em que há menor desigualdade de gênero que outros espaços. Cossi, menciona que, a universidade está dentro do contexto social como qualquer outra instituição, logo nela, seja na condição de aluna, professora trans haverá acolhimento por parte de uns e tolerância ou não aceitação por parte de outros, visto que estas pessoas que fazem a universidade e a Academia vivem na mesma sociedade, no mesmo contexto social que outros profissionais de áreas diversas do trabalho e conhecimento. Mencionei que ao ler sua Dissertação, passei a compreender melhor a teoria de Lacan, que escreve sobre o “*sinthoma*” e que, por meio deste sistema, cada indivíduo seja ela transexual ou não possui um gozo específico, sendo um avanço na teoria de Lacan, descrito por Cossi em seus estudos.

ENTREVISTADA 13

RELATÓRIO DE QUESTIONÁRIO. JOSEANE DOS SANTOS. GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL. ESPECIALIZAÇÃO EM TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E COMUNIDADES. TRABALHA NO CENTRO DE REFERÊNCIA A ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EM IBOTIRAMA-BA. GANHADORA DO PRIMEIRO PRÊMIO “JUNTAS TRANSFORMAMOS” CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AO LADO DE MARIA DA PENHA.

1. Sobre a sexualidade, desde muito tempo esse assunto sempre foi um tabu e ainda hoje encontramos pessoas com dificuldades de tratar sobre esse tema, visto que pela sua criação fica sendo um assunto difícil de falar. E o que parece ser proibido, gera curiosidades das quais as pessoas querem saber mais. Há bastante tempo existe as questões relacionadas ao gênero, mas antes muitas vezes camuflada, hoje se ver como algo mais presente e comentado. Alguns se sentem curiosos em entender, pesquisar e se aprofundar sobre esse assunto. Para outros, como é o meu caso, não me gera curiosidade, visto que penso que cada um, deve seguir o que quer e que a vida do próximo deve ser respeitada, independente de gênero.

2. Acredito que hoje, o ser mulher está além do biológico, visto que a lei Maria da Penha, também pode ser atribuída a mulheres trans. Participei do 1º Prêmio sobre Violência contra mulheres e meninas em 2018, o 1º Prêmio “Juntas Transformamos” com parceria da empresa Avon, em São Paulo, onde tive a oportunidade de conhecer a precursora da lei, a própria Maria da Penha, juntamente com outras mulheres, a qual não questionei se eram cis ou trans, pois o ser mulher está além de rótulos. Para conquistar o prêmio, implementei um plano contra a violência doméstico, a qual foi contemplado, a qual constituía de: cursos de emancipação de mulheres para que possam romper com as barreiras de situação de dependência financeira e emocional e todas as formas de violência e submissão, não aceitando e denunciando o agressor. Tenho esperanças de um dia poder pôr em prática, a teoria do prêmio recebido em minha cidade, na elaboração de cursos profissionalizantes para todas as mulheres e palestras contra todas as formas de violência e discriminação.

3. Entendo que transexual e travesti, assim como todos sentem a necessidade da realização para a felicidade, seja através de uma roupa, um modo de viver, uma cirurgia e que cada um busca o que for melhor para se sentir bem e se satisfazer de acordo com seus gostos em busca

da felicidade. Desta forma cada pessoa possui seu livre arbítrio para se autodesignar como quer que seja nomeada, independente da cirurgia em si, é a pessoa que deve dizer como quer ser identificada seja como travesti ou transexual e a cirurgia não faz uma mulher ser mais que a outra.

4. Penso, que haja a necessidade de uma equipe multidisciplinar no sentido de uma orientação, visto que muitas pessoas tem certeza do que querem e como querem, mas existem pessoas que por curiosidade, por um momento incerto procuram fazer uma cirurgia da qual vem a se arrepender tempos depois. Creio que uma equipe multidisciplinar possa orientar a pessoa sobre isso. Logo, a pessoa que realiza tais procedimentos devem estar ciente dos riscos que ela possui e de sua irreversibilidade e hoje temos as assistentes sociais nas equipes multidisciplinares o que auxilia ainda mais no acolhimento a estas mulheres.

5. Acredito que não haja muitos estudos científicos em relação ao tema, e por ser minoria, não conseguem reivindicar seus direitos com tanta facilidade. Algo que está se transformando com o decorrer dos anos, onde cientistas estão pesquisando cada vez mais o tema das transexualidades, isto é importante, para que se possa colocar na prática a teoria da crítica, da Educação e da emancipação na sociedade e que no decorrer dos anos possam conquistar mais direitos e estudo relacionados ao tema.

6. O diálogo entre as Ciências se faz necessário o intuito da busca do bem estar do indivíduo. Acredito que os estudos de gabinete interessam mais ao poder do que ao bem estar de quem precisa. Ninguém é dono da verdade e cada vez que as áreas das ciências médicas e sociais se unem, embora haja resistências no posicionamento de cada uma, é positivo para o próprio indivíduo.

7. Ultimamente a mídia tem colocado personagens em novelas que tratam sobre o tema. Acredito que a mídia ajuda na aceitação, visto que mostra um personagem coma realidade do seu dia a dia, como são tratados e isso colabora para que as pessoas vejam que somos todos iguais e que devemos respeitar independente de concordar ou não com o gênero escolhido pela pessoa. O diferente do nosso merece respeito e não ser tratado com preconceito!

8. Acredito que haja tolerância e que não haja dificuldades em relação a isso, mas observamos que tudo que se faz, existe um interesse por trás. Alguém pouco conhecido ou sem influência

com certeza terá mais dificuldade em ser aceito no meio científico, assim como ocorre em todos os ramos da sociedade, nas suas múltiplas profissões.

9. Realizei junto a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no Programa de Pós Graduação em Sociologia, disciplinas que me ensinaram a entender questões de gênero e raça. Aprendi que, o Brasil ainda é um país desigual nestas questões, e mesmo com avanços nos últimos anos contra as formas de preconceitos no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda há ausência de vagas, recursos humanos e políticas públicas para atender toda a demanda , em especial na região onde moro que não há atendimento a pessoas de forma geral, ou seja, do início do acolhimento até o pós cirúrgico, tendo as pessoas que se deslocar até outros estados. Para quem possui condições financeiras o caminho é mais fácil, pois podem realizar as cirurgias em outros países.

ENTREVISTADA 14

ANA MARIA KRAIEWSKI. MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS E BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA-PR.

1. Acredito que é uma curiosidade porque é tratado como tabu, ou seja, um assunto que não é tratado como algo natural e sim vem carregado de proibições e medos que acaba gerando uma maior curiosidade.
2. Não posso contribuir neste assunto por falta de conhecimento. Acredito que os termos e conceitos ainda precisam chegar como informação de maneira mais ampla, pois, até mesmo quem trabalha na área social desconhece os termos e conceitos corretos, e por existir diversos conceitos e cada vez também a evolução dos mesmo que estão em constante progresso é algo que precisa ser mais difundido.
3. Diferente da pergunta, pergunta anterior acredito que esses dois termos são mais utilizados e difundidos e que é possível diferenciar minimamente um conceito de outro.
4. Não possuo conhecimento suficiente para opinar. Olhando na superficialidade acredito ser positivo uma equipe multidisciplinar que dará apoio necessário para que as cirurgias possam ser realizadas da melhor maneira possível e com a segurança necessária.
5. Em uma sociedade capitalista burguesa, falar em conquistas de direitos é bem complexo, visto que, os direitos são destinados a classe dominante, para a classe trabalhadora só são concedidos direitos através de muita luta e por conveniência da classe dominante para que haja um pacto entre as classes, mas que não influencie na ordem societária vigente, ou seja, são pequenas concessões necessárias a sobrevivência da classe trabalhadora e uma certa harmonia social. Quando os direitos são reivindicados por setores societários totalmente excluídos a luta se torna maior, e neste caso em uma sociedade totalmente conservadora e moralista os desafios são maiores. Acredito que é um campo de disputa que houve um avanço, mas que muito ainda

tem que se fazer considerando que temos momentos históricos e governos em que se consegue avançar e outros retroceder em larga escala. Ainda é possível reivindicar os direitos, pois, ainda estamos em um sistema democrático, muitas vezes esmagados pela classe dominante e conservadora, porém é um campo que está aberto para as lutas e reivindicação de direitos.

6. Acredito que o diálogo entre as ciências é positivo, e que o estudo e as considerações não podem ser de gabinete e sim incluindo as pessoas que estão buscando a sua satisfação de vida, sim elas devem participar de todo o processo e também das definições de procedimentos e legislações pertinentes.

7. O papel da mídia em geral é muito importante, pois, é o principal meio de transmitir as informações em massa, e que pode ser usado tanto para o bem como para o mal. Então colocar em evidência assuntos como o tema da transexualidade traz reflexão e informação para que a população possa ir construindo entendimento e discussão e contribui para o diálogo que pode levar a uma sensibilização de uma sociedade mais plural e sem ódio, desde que o direcionamento utilizado pela mídia.

8. Acredito que no meio científico há uma aceitação maior que em outros meios da sociedade e divisão sociotécnica do trabalho, mas se tratado da sociedade burguesa em que estamos inseridos(as) todo lugar é um campo de disputa.

9. O governo Bolsonaro foi um grande retrocesso para a história do Brasil, um governo genocida, com direcionamento de uma necropolítica contra pobres, comunidade LGBTQAPN+, indígenas, quilombolas, pessoas pretas, enfim todos aqueles que não fazem parte da ordem burguesa, e não aprimorou nenhum atendimento ou política pública voltado a esses públicos, pelo contrário destruiu o pouco que se tinha.

Estamos em um momento de reconstrução do pouso que se tinha construído, então como disse em outra questão, dependendo do momento histórico e governo é possível avançar ou retroceder nas conquistas sociais e o atendimento público a esta demanda ainda é preciso avançar em muito.

ENTREVISTADO 15

DR. RENAN CONCENTINE LACERDA. ADVOGADO CRIMINALISTA COM ÊNFASE NA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS.

1. Com base apenas em minha opinião, já que não estudo o tema, penso ser um questão social. A sexualidade há muito tempo se misturou com questões políticas e religiosas, o que fez com se tornasse um tabu. Nessa mesma linha de raciocínio, por ter se tornado uma questão política e religiosa, muita perseguição ocorreu, represando a sexualidade das pessoas. Portanto, é questão mal resolvida e compreendida em muitos seres, o que traz curiosidade até para que seja suprida questões próprias e espiada através de outras questões que são pessoais.

2. Com base apenas em opiniões pessoais, já que não estudo a fundo o tema, entendo que pode ser uma evolução de conceitos, sendo, portanto, um ponto de partida para entender que apenas o órgão sexual não define o entendimento pessoal sobre a sexualidade. No entanto, entendo que são situações que não se confundem. O hermafrodita está relacionado a uma questão de aparência (aparenta ser um homem, por exemplo, mas tem genitália do sexo feminino ou o contrário). A transexualidade está relacionada a identidade do ser, e não somente uma questão de aparência.

3. Sendo bastante leigo no assunto, percebo que ainda não consegui captar todas as terminologias. Apenas com base em conversas em inúmeros atendimentos que já fiz em razão da minha profissão, o que pude perceber (e posso estar errado), é que o/a travesti está relacionado ao modo de se vestir ou se maquiar, mas não existe necessariamente uma reivindicação corporal (redesignar o sexo). De outro lado, o/a transexual tem o desejo e necessidade de mudança corporal.

4. Entendo ser uma questão que merece maior desenvolvimento. Não podemos ignorar que o simples fato de hoje ter uma equipe voltada para essa situação já é um avanço. No entanto, deve ser analisado a fundo o quanto essas questões médicas podem esbarrar na autonomia de vontade do paciente. Explico: a decisão das cirurgias e do que isso pode impactar no seu corpo e cotidiano deve ser exclusiva do paciente. E as interferências médicas devem ser relativas apenas a questões médicas, como interferência em casos de risco de falecimento, perda de

funções, sentidos ou órgãos vitais. A decisão quanto as cirurgias não devem depender de um veredicto médico.

5. Por não se tratar de tema que vivencio ou pesquiso, é algo que vejo pouco. Mas, do pouco que percebo, cientificamente houve evolução. Em inúmeras universidades percebemos linhas de pesquisa sendo desenvolvidas sobre os temas, algo que era muito raro em até pouco tempo atrás. Com relação a reivindicar direitos, já é algo que vivencio um pouco mais. Fazendo um comparativo até pouco tempo atrás, tivemos evolução sim. Mas, entendo ainda ser muito pouco. Algumas questões criminais tivemos avanço, como por exemplo a aceitação e até mesmo recomendação de transexuais mulheres estejam em presídios femininos. Existem decisões nesse sentido, só que na prática a pessoa encontra muitas barreiras para reivindicar esse direito (negativas de Diretores de presídio com base em riscos de segurança, negativa de apreciação dos pedidos sem que a situação passe pelo Sistema de Administração Penitenciária (SAP), custos de contratação de advogado que prejudica em especial as pessoas pobres, preconceito de membros do judiciário e Ministério Público, etc.). Ou seja, muitas decisões têm aparecido e os temas têm sido levados a apreciação do judiciário, mas com muito custo, muita demora e a eficiência da aplicação desses precedentes ainda tem sido baixíssima. Ainda é comum encontrar transexuais mulheres e travestis em penitenciárias masculinas, algumas se adaptam (já vi até casamentos acontecerem), outras ficam totalmente isoladas. Afora esse exemplo, poderíamos citar muitos outros, mas a questão seria a mesma: existem decisões, Resoluções, Recomendações, mas a adesão a esses direitos é baixíssima por parte dos membros do Judiciário e do Ministério Público, o que torna a eficiência da aplicação desses direitos também baixíssima.

6. O diálogo entre as ciências se faz necessário para o acolhimento da pessoa transexual porque faz o assunto deixar de ser um tabu e atinge a comunidade científica como um todo, difundindo conhecimento. Mas, se esses estudos permanecerem apenas entre a comunidade científica, também não terá eficiência alguma. É preciso que esse conhecimento chegue também a pessoa transexual e, especialmente, no ambiente que ela vive.

7. Ainda falta muito para a mídia ajudar na diminuição do preconceito com pessoas transgêneras. Ao que parece, a mídia não sabe tratar o tema com naturalidade, sempre parecendo uma situação forçada e isolada, o que piora o discurso de ódio. É raríssimo um personagem transgênero que tem sua história mostrada como uma pessoa estudiosa,

trabalhadora, que vive romances, frustrações, como qualquer pessoa normal. Essa ausência de naturalidade, de colocar uma pessoa transgênera em situações cotidianas ou de protagonismo, faz com que o discurso nunca chegue onde deve chegar. Pouquíssimas vezes vimos uma pessoa transgênera performando um protagonista (pessoalmente acho que vi uma única vez), ou uma pessoa que vive um romance importante em uma novela, ou que seja um coadjuvante que tenha destaque e faça parte de uma trama da novela ou filme.

8. O Brasil não é um país acolhedor com pessoas não heteronormativas. Seja no meio científico, acadêmico, jurídico, onde for. Poderia se imaginar que no meio científico, por lidar com pessoas intelectuais, isso seria diferente. Mas não é. E somente aceitando isso podemos melhorar. Particularmente eu daria mais credibilidade a um estudo feito por um cientista sobre sua própria não heteronormatividade. Mas digo isso por uma percepção própria, não consigo dizer sobre o meio científico.

9. O atendimento a demanda ainda é precário. A título de curiosidade estive olhando notícias recentes, no final do ano passado (2023), pelo que vi, apenas 08 Estados brasileiros tinham hospitais credenciados a realizar as cirurgias de redesignação sexual. É evidente que falta incentivo dos Governos Estaduais e Federais.

Como consequência da falta de hospitais credenciados e de disponibilização das cirurgias pela rede pública em muitos estados faz com que pessoas se coloquem em risco em cirurgias em hospitais e clínicas clandestinas, o que traz enorme risco a saúde e precariza a qualidade nos resultados das cirurgias.